

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA**

HENRIQUE DE ABREU GRAZZIOTIN

**SISTEMA DE CRÉDITO, CICLOS INDUSTRIAIS E INSTITUCIONALIDADE
FINANCEIRA: UMA SISTEMATIZAÇÃO DA TEORIA MONETÁRIA E
FINANCEIRA DE MARX**

Porto Alegre

2015

HENRIQUE DE ABREU GRAZZIOTIN

**SISTEMA DE CRÉDITO, CICLOS INDUSTRIAIS E INSTITUCIONALIDADE
FINANCEIRA: UMA SISTEMATIZAÇÃO DA TEORIA MONETÁRIA E
FINANCEIRA DE MARX**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Economia

Orientador: Prof. Dr. Ronaldo Herrlein Júnior

Porto Alegre

2015

CIP - Catalogação na Publicação

Grazziotin, Henrique de Abreu
Sistema de crédito, ciclos industriais e
institucionalidade financeira: uma sistematização da
teoria monetária e financeira de Marx / Henrique de
Abreu Grazziotin. -- 2016.
242 f.

Orientador: Ronaldo Herrlein Júnior.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas,
Programa de Pós-Graduação em Economia, Porto Alegre,
BR-RS, 2016.

1. Economia política. 2. Marx. 3. Sistema de
crédito. 4. Ciclos industriais. 5. Teoria monetária
e financeira. I. Herrlein Júnior, Ronaldo, orient.
II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

HENRIQUE DE ABREU GRAZZIOTIN

**SISTEMA DE CRÉDITO, CICLOS INDUSTRIAIS E INSTITUCIONALIDADE
FINANCEIRA: UMA SISTEMATIZAÇÃO DA TEORIA MONETÁRIA E
FINANCEIRA DE MARX**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Economia.

Aprovada em Porto Alegre, 10 de novembro de 2015.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Ronaldo Herrlein Júnior – Orientador
UFRGS

Prof. Dr. Claus Magno Germer
UFPR

Prof. Dr. Eduardo Augusto de Lima Maldonado Filho
UFRGS

Prof. Dr. Marcelo Milan
UFRGS

*À minha família,
em especial a Suzane Grazziotin, Carlos Augusto Grazziotin e Gustavo Grazziotin,
pelo amor, carinho, e aprendizagem de cada dia.*

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao meu orientador, Prof. Ronaldo Herrlein Jr., pela dedicação, empenho e comprometimento durante a realização deste trabalho, além, é claro, da amizade cultivada desde agosto de 2009, quando começamos a trabalhar juntos. Definitivamente, grande parte da minha formação acadêmica se deu através do contato com as suas ideias e através de nossas discussões e, por isso, sou muito grato. Devo agradecer também aos graduandos Lucas Beppler, Vitor Costa e André Manica, com quem, juntamente com meu orientador, li e debati o conteúdo da seção V do Livro III d'O Capital em encontros semanais que ocorreram entre abril de 2014 e abril de 2015. Agradeço pelas discussões e espero que apreciem esta dissertação, que é, sem dúvida, resultado de nossos debates.

Devo agradecer também especialmente a Vera Carvalho, economista do BRDE que, além de grande amiga e colega de profissão, me auxiliou nos momentos de maior dificuldade em conciliar pesquisa e atividade profissional. Por isso, sou muito grato. Agradeço também às colegas e aos colegas com quem trabalhei diariamente na Superintendência de Crédito e Controle do BRDE: Fernando Laurent, Daniel Cevallos, Kátia Tietze, Elton Silveira, Zelinda Soares, André Möller, Morgan Riva, Jaqueline Bielinski, Carolina Dutra, Carla Garcia, Henrique Renck, Luciana Linhares, Eduardo de Gasperi, Rogério Penetra e Thiago Tosatto. Agradeço, em primeiro lugar, pelo convívio e pelos momentos de diversão e, em segundo lugar, pela aprendizagem acerca da atividade bancária, que foi tão valiosa para facilitar a compreensão da teoria bancária e financeira. Agradeço também ao colega e amigo Luciano Feltrin, que acompanhou a realização do trabalho e com quem tive conversas motivadoras para seguir em frente. Ainda é necessário agradecer aos trabalhadores bancários pela conquista da jornada de trabalho de 6h, sem a qual esta dissertação não teria sido concluída com a mesma qualidade.

Agradeço às colegas e aos colegas do PPGE que estiveram ao meu lado durante o mestrado: Gustavo Goudard, Tuany Ciocci, Rafael Spengler, Daniel Silva, Jarbas Carneiro, Fernanda Valada, Cristina Vieceli, Lucas Lopes, Clarissa Black, Eduardo Schneider, Débora Nunes, Allan Garcia, Natasha Pergher, Leonardo Segura, Fernando Duca, Leonel Clemente, Alexandre Taveira, Lucas Rodrigues, Jonattan Castelli, Wagner Oliveira, Ademir Vilaça e Assílio Araujo. Em especial, agradeço imensamente a Giliad Silva, pelas ricas conversas sobre nosso tema de pesquisa em comum e que muito influenciaram este trabalho, ao grande amigo Marcelo Ruas, com quem compartilhei muitas horas na sala de estudos do mestrado, e às minhas colegas feministas, que muito me ensinaram sobre questões de gênero. A partir

disso, devo desculpas pelas categorias que Marx usa para expressar plurais, que reduzem o todo ao gênero masculino, e que reproduzo aqui. Além disso, embora não seja o objetivo do trabalho discutir intérpretes da obra de Marx, peço desculpas também pelas referências bibliográficas compostas majoritariamente por homens. São expressões sutis, e por vezes ingenuamente (ou comodamente) ignoradas, da dominação patriarcal existente, e por elas sinto a necessidade de desculpar-me.

Agradeço também aos professores do PPGE pelas importantes lições. Em especial, agradeço ao Prof. Pedro Cezar Dutra Fonseca pelas melhores aulas de economia brasileira e pela fantástica disciplina de Interpretações do Brasil, ao Prof. Octávio Augusto Camargo Conceição pelas aulas de Economia Institucionalista, e aos professores Eduardo Maldonado e Fernando Ferrari Filho, pelas contribuições feitas por ocasião da qualificação do projeto de dissertação, me fazendo perceber que era necessário dar um passo atrás em minhas ambições de pesquisa para realizar um trabalho de qualidade. Merecem ainda menção os professores Marcelo Milan e Sérgio Monteiro, como exemplos de grandes professores, com ótimas disciplinas ministradas, seja o seu conteúdo teoria marxista ou teoria neoclássica, e acessíveis aos estudantes. É essencial ainda agradecer às técnicas administrativas da secretaria do PPGE Iara, Lourdes e Raquel, pois, sem elas, a existência e manutenção deste programa não seriam possíveis.

Por fim, porém de maior importância, gostaria de agradecer às pessoas que amo, independentemente de sua relação direta com este trabalho. Agradeço a Rosana Barros pelo amor, carinho e apoio nos momentos mais difíceis, sempre me encorajando e dizendo como tinha certeza de que eu faria um bom trabalho. Agradeço também a toda a minha família, em especial à minha mãe Suzane, ao meu pai Carlos Augusto, ao meu irmão Gustavo, à minha tia Suzete e à minha avó Edith. Sem essas pessoas, com quem compartilho meus dias, nada valeria a pena. Finalmente, agradeço a todos os bons amigos e amigas com quem compartilhei meus momentos de alegria nesses anos de mestrado.

Sem vocês, este trabalho não teria sido possível da forma como foi. Muito Obrigado!

“Policy makers struggling to understand the barrage of financial panics, protests and other ills afflicting the world would do well to study the works of a long-dead economist: Karl Marx.”

*- George Magnus (28 ago. 2011)
Consultor Econômico Sênior do Banco UBS*

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo sistematizar a teoria monetária e financeira de Marx, com enfoque em sua concepção acerca do sistema de crédito, dos ciclos industriais e da Lei Bancária de 1844, tida aqui como exemplo de institucionalidade financeira. Esses elementos da teoria de Marx se encontram em trechos dispersos ao longo de sua obra, sendo necessário um esforço de sistematização para facilitar a sua compreensão e o debate acerca dos mesmos. O que o trabalho revela é que, para Marx, a categoria dinheiro é uma categoria complexa, sendo necessário compreender suas múltiplas determinações, partindo dos elementos abstratos mais simples para derivar os mais complexos. Buscamos discutir essas determinações apresentando o dinheiro na circulação simples como forma da mercadoria, o dinheiro enquanto forma do capital, o capital-dinheiro enquanto mercadoria na forma de capital de empréstimo e o sistema de crédito em geral. Demonstramos como, na teoria de Marx, todos esses determinantes são necessários para compreender a totalidade da categoria dinheiro no modo de produção capitalista. A partir da descrição do sistema de crédito, sistematizamos a teoria de Marx dos ciclos industriais, em que o crédito impulsiona a produção capitalista a períodos sucessivos de estagnação, estabilidade, prosperidade, especulação e superprodução, e crise. Portanto, trata-se de uma teoria de crises endógenas impulsionadas pelo crédito e que tem como resultado periódico superprodução e pânico financeiro. Por fim, apresentamos a descrição de Marx sobre a Lei Bancária de 1844, que só pode ser compreendida a partir do embasamento teórico do *Currency Principle* e dos interesses dos banqueiros que dela se beneficiam. Nessa descrição, fica claro que, embora a crise seja inevitável para Marx por ser resultado estrutural do processo de produção capitalista, a institucionalidade financeira apresenta uma eficácia própria, sendo capaz de alterar os resultados econômicos durante a crise, embora esteja sempre circunscrita a uma dinâmica estrutural determinada.

Palavras-chave: Marx. Sistema de crédito. Ciclos industriais. Teoria monetária.

ABSTRACT

This paper aims to systematize the monetary and financial theory of Marx, focusing on his conception of the credit system, the industrial cycles and the Bank Charter Act 1844, taken here as an example of financial institutionality. These elements of Marx's theory are in passages scattered throughout his work, and a systematic effort is needed to facilitate their understanding and the theoretical debate about them. What the study reveals is that, for Marx, money category is a complex category, being necessary to understand its multiple determinations, starting from the simplest abstract elements to derive the more complex ones. We discuss these determinations presenting money in simple circulation as a form of commodity, money as a form of capital, money-capital as a commodity in the form of loan capital, and the credit system in general. We demonstrate how, in Marx's theory, all these determinants are needed to understand the totality of the money category in a capitalist mode of production. From the credit system description, we systematize Marx's theory of industrial cycles, in which the credit drives the capitalist production to successive periods of stagnation, stability, prosperity, speculation and overproduction, and crisis. Therefore, it is a theory of endogenous crisis driven by credit and that results in periodic overproduction and financial panic. Finally, we present the description of Marx on the Bank Charter Act 1844, which can only be understood from the theoretical basis of the Currency Principle and from the interests of the bankers who benefit from it. In this description, it is clear that, while crisis is inevitable for Marx for being a structural result of the capitalist production process, the financial institutionality has its own effectiveness, being able to change the economic results during the crisis, although it is always limited to a certain structural dynamic.

Keywords: Marx. Credit system. Industrial cycles. Monetary theory.

SUMÁRIO

1	Introdução.....	11
2	O Dinheiro na circulação simples de mercadorias.....	17
2.1	<i>Dinheiro enquanto forma da mercadoria</i>	<i>17</i>
2.2	<i>As funções do dinheiro</i>	<i>24</i>
2.2.1	Medida dos Valores.....	25
2.2.2	Meio de Circulação	29
2.2.3	O Dinheiro.....	41
3	O Dinheiro e os Circuitos do Capital no Modo de Produção Capitalista	50
3.1	<i>Capital e Capital Industrial</i>	<i>50</i>
3.2	<i>A Rotação do Capital</i>	<i>59</i>
3.3	<i>As funções do capital-dinheiro: fundos monetários.....</i>	<i>67</i>
3.4	<i>Lucro, Taxa Geral de Lucro e formação dos preços no modo de produção capitalista</i>	<i>76</i>
4	Desdobramentos do Capital-dinheiro: Capital de Comércio de Dinheiro e Capital Portador de Juros	85
4.1	<i>Capital de Comércio de Dinheiro</i>	<i>85</i>
4.2	<i>Capital Portador de Juros.....</i>	<i>89</i>
4.2.1	Mercadoria Capital, Capital Portador de Juros e Capital de Empréstimo.....	89
4.2.2	A Circulação do Capital Portador de Juros	91
4.2.3	O Juro e a Taxa de Juros	95
4.2.4	Juro e Lucro do Empresário	101
4.2.5	Salários de Superintendência.....	106
4.3	<i>Capital portador de juros como forma reificada da relação capitalista.....</i>	<i>111</i>
5	Sistema de Crédito, Capital Fictício e Mercado de Ações e Títulos	116
5.1	<i>Capital Fictício.....</i>	<i>117</i>
5.2	<i>O desenvolvimento do Sistema de Crédito.....</i>	<i>122</i>
5.2.1	Crédito Comercial e Dinheiro de Crédito.....	122
5.2.2	Capital Bancário, Crédito Bancário e Bilhetes de Banco.....	129
5.2.3	Dívida Pública	147
5.3	<i>Capital Social, Ações e Mercado de Ações e Títulos (Bolsa)</i>	<i>149</i>
5.3.1	Capital Social, Sociedades por Ações e Cooperativas	150
5.3.2	Ações e o Mercado de Ações e Títulos (Bolsa de Valores)	152
5.4	<i>As implicações do Sistema de Crédito para o modo de produção capitalista.....</i>	<i>158</i>
5.4.1	Taxa de Juro, Meio Circulante e Mercado Mundial.....	158
5.4.2	Alterações em aspectos da reprodução capitalista	168

5.4.3	O Sistema de Crédito e a sua Base Monetária.....	176
6	O Ciclo Industrial e suas Fases	180
6.1	<i>Sistema de Crédito e Ciclos Industriais</i>	<i>180</i>
6.2	<i>As fases do Ciclo Industrial</i>	<i>184</i>
6.2.1	Estagnação.....	184
6.2.2	Estabilidade	186
6.2.3	Prosperidade	188
6.2.4	Especulação e Superprodução	191
6.2.5	Crise.....	196
6.3	<i>Os ciclos industriais na Inglaterra durante o Séc. XIX</i>	<i>202</i>
7	Institucionalidade Financeira em Marx: a Lei Bancária de 1844.....	214
7.1	<i>O Debate entre o Currency Principle e a Banking School</i>	<i>214</i>
7.1.1	A Teoria Monetária Ricardiana.....	215
7.1.2	<i>O Currency Principle</i>	<i>218</i>
7.1.3	<i>As críticas da Banking School</i>	<i>220</i>
7.1.4	<i>A posição de Marx no debate entre o Currency Principle e a Banking School</i>	<i>222</i>
7.2	<i>A Lei Bancária de 1844 e suas consequências.....</i>	<i>227</i>
7.3	<i>Os determinantes da Lei Bancária de 1844</i>	<i>232</i>
8	Conclusão	236
	Referências	242

1 Introdução

Este trabalho tem como objetivo geral sistematizar a teoria monetária e financeira de Marx, buscando discutir o sistema de crédito e suas implicações para a reprodução capitalista. Para isso, o trabalho foi realizado em três etapas: a primeira, que compreende a sua maior parte, refere-se à derivação de Marx das categorias que compõem o sistema de crédito, desde a construção teórica mais elementar do dinheiro na circulação simples, passando pelas implicações do dinheiro como forma do capital (capital-dinheiro), do capital-dinheiro como mercadoria (capital portador de juros) e chegando até às formas mais complexas relacionadas ao crédito. A segunda etapa do trabalho consiste em, a partir da derivação das categorias realizadas anteriormente, descrever a teoria de Marx dos ciclos industriais, em que o sistema de crédito impulsiona a produção capitalista a ciclos que ocorrem em fases sucessivas de estagnação, estabilidade, prosperidade, especulação/superprodução e crise. Por fim, a terceira e última parte consiste na descrição da Lei Bancária de 1844, profundamente discutida por Marx, como um exemplo da relação entre crises e institucionalidade financeira. Portanto, trata-se de descrever três temas relevantes na perspectiva teórica de Marx: o sistema de crédito que emerge com o desenvolvimento do modo de produção capitalista, os ciclos industriais que redundam em crises relacionadas ao crédito e o papel da institucionalidade financeira durante essas crises, exemplificado aqui na legislação bancária de 1844.

O esforço que realizamos neste trabalho pode ser caracterizado como uma sistematização, e não como mero resumo ou revisão de literatura, pois Marx não apresenta esses elementos teóricos de forma organizada e sequencial, mas fragmentada ao longo de seus escritos. Para chegar a tal sistematização, é necessário interpretar esses fragmentos e reconstruir a lógica argumentativa desse autor, possibilitando uma apreensão coerente de sua teoria. Para realizá-la, nos baseamos principalmente na seção V do Livro III d'O Capital (MARX, 2014b). Esta seção é tida como um dos trechos mais complexos da obra de Marx¹,

¹ Em relação à edição da seção V, Engels afirma o seguinte no prefácio do Livro III: “A maior dificuldade encontrei na Parte Quinta, que trata da matéria mais complexa do livro. E Marx, justamente quando estava trabalhando aí, foi surpreendido por uma das graves recidivas mencionadas. Não se encontra aí um esboço concluído, nem mesmo um esquema, com pontos essenciais para desenvolver, mas um começo de elaboração que várias vezes acaba em massa desordenada de notas, observações e materiais extratados. De início, procurei completar essa parte, preenchendo as lacunas e desenvolvendo os fragmentos apenas esboçados, como de algum modo conseguira fazer com a Parte Primeira, de modo que ela, pelo menos virtualmente, apresentasse tudo que o autor tencionara oferecer. Fiz pelo menos três tentativas, mas todas elas se malograram, e o tempo que nelas perdi constitui uma das causas principais do atraso na publicação. Finalmente, compreendi que estava no caminho errado: teria sido necessário compulsar toda a volumosa literatura especializada nesse domínio para lograr por fim fazer algo que não teria constituído o livro de Marx. Não me restou outra saída se não forçar de certo modo a solução do problema, limitando-me a ordenar

seja porque a sua edição, feita por Engels, foi baseada em diversos manuscritos cujo objetivo final, no formato em que se encontravam, não era a publicação, mas unicamente o esclarecimento do próprio Marx acerca de certos temas, seja pela dificuldade relacionada ao próprio tema analisado. Apesar disso, essa seção apresenta elementos teóricos ricos que podem ser sistematizados para uma melhor compreensão da dinâmica capitalista, e provavelmente é por esta dificuldade de compreensão que esse conteúdo da teoria de Marx não é mais bem explorado.

O próprio Engels, preocupado em preservar o texto original de Marx, não reorganizou os argumentos do autor de forma a deixar a compreensão dos mesmos mais simples. Buscou estruturar a seção apenas complementando trechos específicos e cortando trechos repetidos.² Em seu aditamento ao Livro Terceiro de O Capital, Engels (2008, p. 1167) comenta o seguinte:

Ao preparar o livro para impressão importava-me sobretudo apresentar texto o mais possível autêntico, os novos achados de Marx, sempre que pudesse, com suas próprias palavras, só interferir onde fosse absolutamente imprescindível e, nesse caso, não deixar no leitor a menor dúvida sobre quem lhe estava falando. Fui criticado por isso, opinando-se que deveria ter transformado o material em minhas mãos em livro sistematicamente elaborado, *en faire un livre*, como dizem os franceses, ou seja, sacrificar a autenticidade do texto à comodidade do leitor. Mas não concebi assim a minha tarefa. Nada me autorizava a fazer essa transformação; um homem como Marx tem o direito de ser ouvido diretamente, de transmitir à posteridade suas descobertas científicas na plena legitimidade de sua própria exposição. Ademais, não estava absolutamente disposto a cometer o que se me

do melhor modo possível o que existia e a só efetuar os acréscimos indispensáveis. Assim, na primavera de 1893, concluí, no principal, o trabalho dessa parte.” (ENGELS, 2013, p. 16-17).

² Em relação à elaboração da seção V por Engels, a partir dos manuscritos de Marx, o mesmo afirma o seguinte no prefácio do Livro III: “Quanto aos diversos capítulos dela [Parte Quinta], os de números XXI a XXIV estavam em substância elaborados. Para os capítulos XXV e XXVI, era mister selecionar citações e inserir dados que se encontravam alhures. Os capítulos XXVII e XXIX podiam ser quase por inteiro reproduzidos de acordo com o manuscrito, enquanto certos trechos do capítulo XXVIII tinham de ser reordenados. Com o capítulo XXX começaram as grandes dificuldades. Daí em diante era preciso pôr na ordem adequada as citações e a marcha do pensamento a todo momento interrompida por frases intercaladas, digressões, etc., e muitas vezes retomada noutras passagens de maneira de todo incidental. Assim, para compor o capítulo XXX, foram feitas reorganizações e suprimidas certas passagens que se deslocaram para outros pontos. O capítulo XXXI estava elaborado de maneira mais ordenada. A seguir vem longa seção do manuscrito, intitulada ‘A confusão’, constituída de extratos dos relatórios parlamentares de 1848 e 1857, e reunindo, de 23 homens de negócios e economistas, depoimentos relacionados notadamente com dinheiro e capital, evasão de ouro, especulações excessivas etc., às vezes objeto de breves comentários humorísticos do autor. Aparecem aí, nas perguntas e respostas, quase todas as opiniões então correntes sobre a relação entre dinheiro e capital; delas resultava confusão sobre o que seria dinheiro e o que seria capital no mercado monetário. O objetivo de Marx era criticá-la e satirizá-la. Após várias tentativas, convenci-me da impossibilidade de compor esse capítulo. O material, especialmente o comentado por Marx, utilizei-o nos contatos pertinentes. [...] O que logo seguia estava razoavelmente ordenado, e acomodei-o no capítulo XXXII. Logo depois vem nova série de extratos dos relatórios parlamentares sobre todos os assuntos possíveis tratados nessa parte, de mistura com observações mais ou menos extensas do autor. Ao se aproximarem do fim, os extratos e comentários vão se concentrando cada vez mais nos movimentos dos metais monetários e do câmbio, e têm por remate suplementos vários. Ao contrário, estava perfeitamente elaborado o texto sobre ‘aspectos pré-capitalistas’.” (ENGELS, 2013, p. 17-18).

afigurava felonias, profanando dessa maneira – e este era o meu inarredável modo de ver – o legado de um homem tão extraordinário.

Compreende-se, portanto, que Engels tenha tido o objetivo de publicar os escritos de Marx da forma mais próxima ao original, sem realizar um esforço maior de sistematização dos elementos teóricos presentes em seus manuscritos, para preservar a exposição e o conteúdo do autor.³ Engels ainda afirma que o esforço de transformar a obra em algo mais organizado e compreensível teria sido de todo inútil, pois, a quem quer entender a teoria de Marx, importa a obra original.⁴ Discordamos desse ponto, já que, como veremos, 120 anos após a sua publicação, parece que há elementos teóricos que ainda não foram inteiramente apropriados pelos pesquisadores contemporâneos da área e, se o foram, pouco é o debate sobre os mesmos, e acreditamos que isso se deva ao grande esforço implicado em absorver o conteúdo na forma como o mesmo se apresenta originalmente. Por isso, acreditamos que esta organização dos argumentos feita neste trabalho possibilita avanços tanto no entendimento do pensamento de Marx, facilitando o debate em torno de sua teoria, quanto na compreensão da dinâmica do crédito e das finanças no modo de produção capitalista.

A primeira parte do trabalho consiste em uma longa e detalhada derivação das categorias relacionadas ao dinheiro, buscando um panorama geral da teoria monetária de Marx. Entendemos que o dinheiro em Marx só pode ser compreendido de forma plena ao levar-se em consideração todas as suas determinações, desde as que decorrem da forma dinheiro na circulação simples das mercadorias até as que só emergem no sistema de crédito, no modo de produção capitalista desenvolvido.⁵ Por isso, essa parte do trabalho é composta pelos capítulos 2 a 5, organizada da seguinte forma: no capítulo 2, tratamos da descrição de Marx da forma dinheiro na circulação simples de mercadorias, com enfoque na emergência do dinheiro como forma da mercadoria e nas funções exercidas pelo dinheiro; no capítulo 3, tratamos do dinheiro como forma do capital industrial, o capital-dinheiro, em que destacamos

³ Há controvérsias relativas ao quanto o manuseio de Engels dos manuscritos de Marx teria alterado o conteúdo do texto publicado em *O Capital*. Porém, aqui não trataremos dessa questão, assumindo como verdadeiro o esforço de Engels em preservar as ideias e a exposição original, apesar das dificuldades apresentadas.

⁴ Engels diz o seguinte: “esse trabalho teria sido, na verdade, inteiramente inútil. Não vale a pena despender energia para as pessoas que não podem ou não querem ler, que já no livro primeiro empregavam pra deturpar-lhe o sentido esforço maior que o necessário para entendê-lo bem. Mas, para aqueles que se preocupam realmente em entender, o mais importante é justamente o próprio documento original” (ENGELS, 2008, p. 1167).

⁵ A exposição feita nessa primeira parte está embasada em diversos capítulos de *O Capital*, sendo esta a referência básica que usamos para sistematizar a teoria monetária e financeira de Marx. A restrição a essa obra, sem entrarmos em maiores detalhamentos de outros textos, como, por exemplo, os Grundrisse (MARX, 2011) ou a Contribuição à Crítica da Economia Política (MARX, 2008b), se deve ao fato de que sintetiza os principais elementos teóricos do autor e é suficiente para o fim de sistematizar o conteúdo da Seção V do Livro III. As contribuições adicionais trazidas por esses textos, apesar de importantes para uma compreensão completa do dinheiro em Marx, não são necessárias ao objetivo proposto.

o fato de parte do capital sempre permanecer nessa forma ao longo de seus ciclos, formando fundos monetários que cumprem funções específicas no processo de reprodução, além de tratarmos da formação dos preços em uma produção capitalista; no capítulo 4, apresentamos o capital de comércio de dinheiro e o capital portador de juros como desdobramentos do capital-dinheiro, o primeiro como autonomização dos elementos estritamente técnicos de sua circulação e o segundo como forma da *Mercadoria Capital*, relacionada ao capital de empréstimo, e apresentamos também as decorrências da separação do mais-valor em juro e lucro do empresário; por fim, no capítulo 5, tratamos do capital fictício como decorrência da forma juro existente no capital portador de juros, apresentamos a emergência do sistema de crédito no modo de produção capitalista, dando destaque para o crédito comercial, o capital bancário, o crédito bancário, o dinheiro de crédito, a dívida pública, as sociedades por ações e a Bolsa de Valores. Por fim, ainda neste capítulo, apresentamos as implicações do sistema de crédito para o modo de produção capitalista.

A segunda parte compreende a exposição da teoria dos ciclos industriais de Marx, em que o sistema de crédito impulsiona a produção capitalista à especulação e à superprodução, ocasionando crises periódicas. Marx apresenta um modelo teórico das fases sucessivas do ciclo e o utiliza para interpretar as diversas crises financeiras que ocorreram na Inglaterra na primeira metade do século XIX. Essa teoria do ciclo industrial se encontra fragmentada em trechos dos capítulos 25 a 35 da Seção V do Livro III, e trata-se de parte do trabalho de Marx que, por não apresentar boa sistematização até o momento, permanece incompreendida e pouco debatida. Como argumentaremos aqui, trata-se de uma teoria importante, cujo entendimento pode lançar bases para uma compreensão mais ampla do fenômeno de crises que se manifestam no mercado financeiro.

É necessário ressaltar, no entanto, que Marx escreve no contexto do século XIX na Inglaterra, e que, para entender a sua teoria dos ciclos industriais, deve-se levar em consideração necessariamente o contexto histórico em que a mesma se insere. Marx interpreta as sucessivas crises de dinheiro que ocorreram no século XIX na Inglaterra e os principais debates existentes acerca das suas causas. As crises debatidas por Marx são as de 1825, de 1837-39, de 1847-48 e de 1857, e devem ser compreendidas como fase do ciclo industrial. A partir de relatórios parlamentares,⁶ em que uma série de banqueiros, economistas e “homens

⁶ Engels, em seu prefácio do Livro III, descreve os principais relatórios parlamentares utilizados por Marx nos seus manuscritos: “[...] Dos relatórios parlamentares, só quatro foram utilizados, mas com bastante amplitude. São eles: 1. Relatórios de Comissões (Reports from Committees) da Câmara dos Comuns, v. VIII, Depressão Comercial (Comercial Distress), v. II, Parte I, 1847-48, Depoimentos. – Título para citação: Commercial Distress, 1847-48; 2. Secret Committee of the House of Lords on Commercial Distress 1847,

de negócios” são interrogados acerca de suas interpretações sobre os fenômenos econômicos pelos quais a Inglaterra passava, Marx debate as principais concepções acerca dessas crises e da relação entre crédito e capital. Assim, ao mesmo tempo em que faz a crítica das concepções correntes naquele período, Marx descreve a sua própria abordagem sobre a relação entre crédito, taxa de juros, meios de pagamento, reservas de ouro e atividade bancária, assim como apresenta esse modelo teórico de ciclos industriais impulsionados pelo sistema de crédito, cuja compreensão ainda é escassa. Nessa segunda parte, composta pelo capítulo 6, descrevemos o modelo teórico do ciclo industrial apresentado por Marx e apresentamos o exemplo histórico da crise de 1847.

A terceira parte consiste na exposição da Lei Bancária de 1844 como um exemplo de institucionalidade financeira, e se refere ao capítulo 7. Essa lei é duramente criticada por Marx ao longo da Seção V do Livro III e, por isso, é necessário sistematizar as suas críticas e o seu papel durante as crises. Nesse capítulo, buscamos, em primeiro lugar, retratar o embasamento teórico que sustenta essa legislação bancária, fazendo uma exposição da teoria monetária ricardiana e da maneira como a mesma é apropriada pelos teóricos do *Currency Principle*, para depois trazer as críticas dessas concepções pela *Banking School* e pelo próprio Marx. Posteriormente, tratamos dos efeitos dessa lei sobre a taxa de juros, especialmente durante a crise e concluímos tratando dos seus determinantes e de como a mesma deve ser compreendida.

Por fim, é necessário aqui deixar claro o que não está no escopo do trabalho. Não estamos preocupados, ao fazer a sistematização desses elementos teóricos de Marx, com os desdobramentos de sua teoria para o capitalismo contemporâneo, dadas as suas transformações ocorridas desde o final do século XIX. Há inúmeros debates relacionados à teoria de Marx considerada no capitalismo atual, principalmente no que se refere ao tema do dinheiro e das finanças, porém não cabe neste trabalho aprofundar-nos nesses debates, pois foge ao seu escopo. Da mesma forma, também não é o objetivo do trabalho apresentar as diversas interpretações de autoras e autores marxistas sobre a teoria aqui apresentada. Assim, estamos buscando nos limitar especificamente aos escritos de Marx, restringindo a inserção de intérpretes de sua teoria ao mínimo necessário e buscando entender a obra no seu próprio contexto histórico. Nosso enfoque busca a sistematização do trabalho de Marx nos termos do

Report printed 1848, Evidence printed 1857. Comissão Secreta da Câmara dos Lordes para investigar a depressão comercial em 1847. Exposição impressa em 1848; depoimentos impressos em 1857 (pois em 1848 eram considerados comprometedores demais). – Citação pelas iniciais: C. D., 1847-1857; 3 [e 4]. Relatório sobre as leis bancárias, 1857 e [Relatório sobre as Leis Bancárias], 1858. Relatórios da Câmara dos Comuns sobre os efeitos das leis bancárias de 1844 e 1845, com os depoimentos. Citação pelas iniciais: B. A. (às vezes B. C.), 1857 ou 1858” (ENGELS, 2013, p. 19-20).

próprio autor, com base apenas em seus escritos, e se afasta dos debates existentes quanto às suas possíveis interpretações, uma vez que se desdobram em controvérsias cuja apresentação está além do que se propõe aqui fazer.

2 O Dinheiro na circulação simples de mercadorias

A abordagem teórica de Marx, como já exposto, apresenta um desenvolvimento lógico de suas categorias a partir das formas como a produção na sociedade capitalista se apresenta na realidade. Portanto, as categorias são todas derivadas logicamente umas das outras e há poucas pressuposições apriorísticas acerca da natureza dessas categorias ou do funcionamento do modo de produção capitalista em geral.⁷ O método de Marx consiste, portanto, em desdobramentos lógicos e inversões dialéticas que o permitem derivar categorias a partir das formas aparentes do concreto, indo de categorias mais simples para as mais complexas. A partir dessa derivação de categorias, é possível compreender o concreto não mais como um todo caótico como o mesmo se apresenta, mas como “uma totalidade de determinações e relações” (MARX, 2011, p. 54). É com isso em mente que devemos buscar compreender o dinheiro em Marx, assim como as demais categorias derivadas do mesmo, a partir de relações sociais mais complexas.

Neste capítulo, trataremos da derivação teórica que Marx faz do dinheiro na circulação simples de mercadorias, em que a produção humana aparece na forma mercantil, e das funções do dinheiro que emergem nessa circulação.

2.1 Dinheiro enquanto forma da mercadoria

Marx parte da análise da mercadoria enquanto forma do produto do trabalho humano, que é a forma aparente da riqueza em sociedades capitalistas.⁸ Toda mercadoria apresenta um valor de uso, relacionado ao seu caráter útil, à sua propriedade de satisfazer necessidades humanas, que é determinado pelas propriedades materialmente inerentes à mercadoria. Este valor de uso está relacionado ao trabalho concreto realizado na produção da mercadoria, ou seja, ao trabalho de produzir coisas úteis. Além do valor de uso, toda mercadoria apresenta

⁷ O ponto de partida, em Marx, é, necessariamente, as formas aparentes do concreto, do todo. Essas formas aparentes são reduzidas a categorias mais simples, abstratas, e, a partir dessas categorias, faz-se a reconstrução do concreto, mas não mais como uma “representação caótica do todo, mas como uma rica totalidade de múltiplas determinações e relações”, como a essência do concreto, e não a sua forma aparente da qual se partiu (MARX, 2011, p. 54). É nesse sentido que o método científico da economia política, para Marx, segue a trajetória que vai do concreto ao abstrato e de volta ao concreto, partindo da sua aparência e revelando a sua essência, em que o concreto, pelo princípio da totalidade, é um todo formado por múltiplas determinações.

⁸ “A riqueza das sociedades em que domina o modo de produção capitalista aparece como uma ‘imensa coleção de mercadorias’, e a mercadoria individual como sua forma elementar. Nossa investigação começa, portanto, com a análise da mercadoria” (MARX, 1985, p. 45).

também valor-de-troca, que é a proporção de troca entre valores de uso de espécies diferentes. Esse valor-de-troca aparece no momento da troca entre mercadorias que apresentam valores de uso distintos. No entanto, para que haja uma relação de equivalência entre coisas distintas, Marx questiona:

Que significa essa igualdade? Que algo comum, com a mesma grandeza, existe em duas coisas diferentes, em uma quarta de trigo e em n quintais de ferro. As duas coisas são, portanto, iguais a uma terceira, que, por sua vez, delas difere. Cada uma das duas, como valor-de-troca, é reduzível a uma terceira. (MARX, 2012, p.59).

Esta terceira coisa, que é o elemento comum existente nas duas mercadorias, é o valor, que decorre do fato de que ambas as mercadorias são produto de trabalho humano. No entanto, ambas não são iguais no que se refere ao trabalho humano concreto, pois o trabalho útil de produzir trigo e de produzir ferro, assim como o trabalho útil de produzir qualquer outra mercadoria, são trabalhos distintos. Ambas são produto de trabalho humano equivalente apenas enquanto trabalho humano abstrato, enquanto dispêndio de força humana de trabalho⁹ (MARX, 2012, p. 66). É por serem produto de trabalho humano abstrato, de dispêndio de força de trabalho independente do seu caráter concreto específico, que as mercadorias possuem valor. Esse é o fator comum existente nas mesmas que permite que sejam trocadas e apresentem determinado valor. A magnitude desse valor, a sua quantidade, depende do tempo de trabalho humano aplicado na produção. No entanto, não depende do tempo de trabalho aplicado individualmente em certa mercadoria, mas do tempo de trabalho socialmente necessário para a sua produção, com as condições médias de produtividade presentes na sociedade. Dessa maneira, o valor, por ser uma relação social, é imperceptível na materialidade da mercadoria. Marx coloca que “vire-se e revire-se, à vontade, uma mercadoria, a coisa-valor se mantém imperceptível aos sentidos” (MARX, 2012, p. 69). Assim, o valor é uma realidade apenas social e, por isso, tem a sua expressão, a sua manifestação, apenas no valor-de-troca, a partir da relação social em que uma mercadoria se troca por outra, na relação mercantil. Portanto, resumidamente, pode-se dizer que a substância do valor é o trabalho abstrato, a magnitude do valor é o tempo de trabalho socialmente necessário e a forma do valor é o valor-de-troca (MARX, 2012, p. 62).

A partir da descrição da mercadoria, Marx demonstra a gênese da forma dinheiro através do desenvolvimento da relação de valor existente entre as mercadorias, o valor-de-troca. Segundo Marx, o preço de uma mercadoria nada mais é do que a expressão do valor, a

⁹ “O trabalho do alfaiate e do tecelão, embora atividades produtivas qualitativamente diferentes, são ambos dispêndio humano produtivo de cérebro, músculos, nervos, mãos, etc., e, desse modo, são ambos trabalho humano” (MARX, 2012, p. 66).

sua forma aparente no mundo das mercadorias, quando uma mercadoria assume a forma dinheiro e todas as demais passam a expressar o seu valor em relação a ela. Assim, o dinheiro é a forma pura do valor, dissociada das características materiais específicas existentes nas demais mercadorias. Para demonstrar que o dinheiro decorre logicamente da relação social que é o valor, Marx analisa quatro formas diferentes do valor-de-troca: a forma simples, a forma extensiva, a forma geral e a forma dinheiro (MARX, 2012, p. 69-92). O preço de uma mercadoria aparece apenas nessa última, porém a essência do valor-de-troca, a expressão relativa do valor entre duas mercadorias, não se altera. Assim, as mesmas relações quantitativas que se aplicam à forma simples, envolvendo valor individual de cada mercadoria e o valor-de-troca correspondente, se aplicam à forma dinheiro.

Em relação à forma simples, fortuita, Marx afirma que todo o segredo do valor encerra-se na sua análise. A questão da substância, da magnitude e da forma do valor revela-se já na análise da troca fortuita, accidental. O exemplo dado por Marx para a forma simples é o seguinte:

$$20\text{m de linho} = 1 \text{ casaco}$$

Essas mercadorias apresentam, nessa relação, dois papéis distintos. A primeira, à esquerda, representa a forma relativa de valor e a segunda, à direita, representa a forma equivalente de valor. Nesse caso, “o linho expressa seu valor em casaco, que serve de material para essa expressão de valor” (MARX, 2012, p. 70). Assim, a expressão relativa e equivalente do valor são polos extremos de uma mesma relação. Nesse sentido, são inseparáveis, mas são também extremos mutuamente excludentes e em oposição. Nesse caso, o linho ocupa um papel ativo na relação, pois seu valor é expresso em casaco, ocupando este outro uma posição passiva, pois serve como matéria de expressão do valor do linho.

A primeira questão relevante acerca da forma simples é o fato de que linho = casaco. O primeiro passo para entender a relação de troca, portanto, é dissociá-la completamente de seu aspecto quantitativo. O ponto fundamental é o fato de que duas coisas só se tornam comparáveis quantitativamente depois de sua conversão a uma mesma coisa. A relação de igualdade entre dois valores de uso distintos mostra que há um elemento comum nas duas mercadorias que permite essa comparação quantitativa e, conseqüentemente, a troca: o valor. Assim, apesar do diferentes trabalhos concretos na produção de linho e de casaco, os trabalhos reduzem-se àquilo que há de realmente igual em ambos: a sua condição comum de trabalho humano abstrato, a substância do valor das mercadorias. Esse trabalho humano, ao

cristalizar-se em mercadorias durante o processo de produção, cria valor, e, de acordo com Marx,

só a expressão da equivalência de mercadorias distintas põe à mostra a condição específica de trabalho criador de valor, porque ela realmente reduz à substância comum, o trabalho humano, simplesmente, os trabalhos diferentes incorporados em mercadorias diferentes (MARX, 2012, p. 73).

As mercadorias são “depositários de valor”, pois nelas há trabalho humano acumulado, e é isso que está na essência da relação de troca entre as mercadorias.

A forma simples do valor também apresenta uma dimensão quantitativa, que é resultado da expressão relativa da magnitude do valor de cada mercadoria, que é dado pelo tempo de trabalho socialmente necessário para a sua produção. Em relação a isso, é importante ressaltar que, por ser uma expressão relativa do valor, mudanças na magnitude do valor de determinada mercadoria, decorrentes de mudanças na produtividade do trabalho necessário para seu processo de produção, não necessariamente refletem uma mudança no valor-de-troca, ou seja, na proporção de troca entre as mercadorias.

A verdadeira variação da magnitude do valor não se reflete, portanto, clara e completa em sua expressão, isto é, na equação que expressa a magnitude do valor relativo. E o valor relativo de uma mercadoria pode variar, embora seu valor permaneça constante. Seu valor relativo pode permanecer constante, embora seu valor varie e, finalmente, não é mister que sejam coincidentes as variações simultâneas ocorrentes na magnitude do valor e na expressão da magnitude do valor (MARX, 2012, p. 77).

Como último aspecto em relação à forma simples, é necessário ressaltar que a mercadoria que assume a forma equivalente já se apresenta como germe da forma dinheiro (MARX, 2012, p. 92). A sua primeira peculiaridade é que o seu valor de uso se torna a forma de manifestação do seu contrário, isto é, do valor. Uma analogia possível em relação a isso é a da balança, em que o peso é representado por blocos de ferro¹⁰. De forma análoga, o valor de uma mercadoria, que ocupa a forma relativa, é representado pelo valor de uso da mercadoria na forma equivalente, o que se deve ao fato de que ambas possuem valor. Assim, é apenas o

¹⁰ “Um tijolo, sendo um corpo, pesa, tem um peso, mas não podemos determinar seu peso olhando-o ou apalpando-o. Tomamos, para isso, diversos pedaços de ferro, com os pesos previamente fixados. Consideradas em si mesmas, nem a forma corpórea do ferro nem a do tijolo são formas de manifestação do peso. Entretanto, para expressar o peso do tijolo, colocamo-lo em relação de peso com o ferro. Nessa relação, o ferro é considerado um corpo, que representa peso e nada mais. Quantidades de ferro, portanto, servem apenas para medir o peso do tijolo e, perante a materialidade deste, representam pura encarnação da gravidade, a forma de esta manifestar-se. O ferro só desempenha esse papel no quadro dessa relação, em que o tijolo, ou qualquer outro corpo cujo peso se quer achar, com ele se confronta. Se ambas as coisas não tivessem peso, não poderiam entrar nessa relação, e uma não serviria de expressão do peso da outra. Lancemo-las sobre a balança e veremos que, sob o ângulo exclusivo da gravidade, são a mesma coisa e, por isso, em determinada proporção possuem peso idêntico. Como medida de peso, o ferro, com sua realidade material, representa, perante o tijolo, apenas a gravidade, do mesmo modo que, em nossa expressão de valor, o objeto material casaco representa, perante o linho, apenas valor.” (MARX, 2012, p. 78-79).

corpo da mercadoria que serve como encarnação do trabalho abstrato e é através da mercadoria na forma equivalente que o trabalho concreto se torna forma de manifestação do trabalho abstrato.

Marx diferencia a forma simples, acidental, da forma extensiva do valor. Nesse segundo caso, o valor de uma mercadoria é expresso na relação com o mundo das mercadorias, não mais de forma casual. Assim, qualquer outra mercadoria torna-se o espelho em que se reflete o valor.

$$20\text{m de linho} = \left\{ \begin{array}{l} 1 \text{ casaco} \\ 10\text{kg de chá} \\ 40\text{kg de café} \\ 1 \text{ quartel de trigo} \\ 2 \text{ onças de ouro} \\ \frac{1}{2} \text{ ton de ferro} \end{array} \right.$$

A partir dessa forma, percebe-se que não é a troca que regula a magnitude do valor das mercadorias, mas, ao contrário, são esses valores que regulam as trocas (MARX, 2012, p. 85). Cada uma das mercadorias à direita nessa expressão é considerada equivalente para o linho, sendo todas elas formas particulares de manifestação do trabalho humano abstrato. A consequência disso é que há inúmeras expressões de valor derivadas da forma extensiva, seja com a mercadoria linho ocupando a forma relativa e tendo o seu valor expresso pelas demais, seja na própria relação de valor que existe entre as demais mercadorias. Assim, falta uma forma unitária de manifestação do trabalho humano. Este problema se resolve quando uma mercadoria passa a assumir a forma de equivalente geral, sendo a mercadoria pela qual as demais expressam seu valor.

A forma geral de expressão do valor consiste na inversão da forma extensiva. A mercadoria linho, ao invés de assumir a forma relativa, passa agora a assumir a forma equivalente para todo o universo de mercadorias, ou seja, assume a forma de equivalente geral (MARX, 2012, p. 88). Assim, as mercadorias expressam o seu valor de maneira simples (em uma única mercadoria) e de igual modo (na mesma mercadoria, que é o linho). Essa forma só ocorre historicamente a partir do momento em que uma mercadoria, de forma habitual, assume a forma de equivalente geral (MARX, 2012, p. 88).

$$\left. \begin{array}{l} 1 \text{ casaco} \\ 10\text{kg de chá} \\ 40\text{kg de café} \end{array} \right\}$$

1 quartel de trigo = 20m de linho
 2 onças de ouro
 ½ ton de ferro

Assim, o equivalente geral é a expressão social do mundo das mercadorias como a figura comum do valor, o que é algo inexistente na forma extensiva do valor. Conforme afirma Marx (2012, p. 89), “considera-se sua forma corpórea a encarnação visível, a imagem comum, social, de todo trabalho humano.” Portanto, a forma geral já contém os elementos essenciais para entender a forma dinheiro, pois o equivalente geral é a representação social do valor, a mercadoria que expressa o valor das demais. Assim,

uma determinada mercadoria, com cuja forma natural se identifica socialmente a forma de equivalente, torna-se mercadoria-dinheiro, funciona como dinheiro. Desempenhar o papel de equivalente universal torna-se sua função social específica, seu monopólio social, no mundo das mercadorias (MARX, 2012, p. 91).

O ouro e a prata são as mercadorias que conquistam essa função privilegiada, segundo Marx, pois as suas propriedades físicas, naturais, coincidem com as suas funções monetárias (MARX, 2012, p. 114). Os metais preciosos apresentam como característica a sua divisibilidade, podendo ser recompostos posteriormente. Essa característica permite aos metais representar diferentes magnitudes de valor. Assim, a mercadoria dinheiro assume um duplo valor de uso. Em primeiro lugar, apresenta o valor de uso inerentes às suas características materiais, como servir de matéria-prima para artigos de luxo ou como elemento químico condutor de eletricidade. Em segundo lugar, adquire “um valor de uso formal que decorre da sua função social específica”: ser dinheiro, forma de equivalente geral do valor socialmente aceita (MARX, 2012, p. 114).

Portanto, a forma dinheiro do valor é a forma em que o ouro assume o papel de equivalente geral, o papel de dinheiro. A expressão do valor na forma dinheiro, o valor-de-troca, é o preço da mercadoria. Ao conquistar monopólio da forma equivalente, o ouro torna-se mercadoria-dinheiro e, só a partir desse momento, pode-se distinguir a forma geral da forma dinheiro. Para expressar essa forma, basta substituir o linho pelo ouro como o equivalente geral na forma geral.

1 casaco
 10kg de chá
 40kg de café
 1 quartel de trigo
 20m de linho

} = 2 onças de ouro

½ ton de ferro

Conforme Marx, “A expressão simples e relativa do valor de uma mercadoria, por exemplo, o linho, através de uma mercadoria que já esteja exercendo a função de mercadoria-dinheiro, por exemplo, o ouro, é a forma preço” (MARX, 2012, p. 92). Se \$2 = 2 onças de ouro, então,

$$20\text{m de linho} = 2\$$$

A forma preço de uma mercadoria apresenta a relação entre a magnitude dos valores das mercadorias da mesma maneira que na forma simples. Assim, variações na produtividade do trabalho produtor das mercadorias alteram o tempo de trabalho socialmente necessário para sua produção, alterando, ou não, os valores-de-troca, que, na forma dinheiro do valor, reflete-se nos preços. O preço depende também do tempo de trabalho socialmente necessário na produção da mercadoria-dinheiro, que é o equivalente geral.¹¹

Portanto, vimos que, de acordo com a formulação de Marx, dinheiro nada mais é do que uma mercadoria que assume a função de ser forma do valor, a função de equivalente geral, refletindo nela a relação existente entre todas as mercadorias. A mercadoria se torna dinheiro porque todas as outras nela representam seu valor. A aparência da sua forma, ao

¹¹ O preço de uma mercadoria pode cair sem que o tempo de trabalho socialmente necessário para a sua produção seja reduzido. Digamos que a relação 20m de linho = 2 onças de ouro represente, para cada mercadoria, a magnitude de 8h de tempo de trabalho social. Se há uma queda na produtividade do trabalho produtor de ouro de forma que, a partir de agora, seja necessário 16h de trabalho social para produzir 2 onças de ouro, a nova igualdade será

$$\begin{aligned} 20\text{m de linho (8h)} &= 1 \text{ onça de ouro (8h)} \\ \text{Se } 2 \text{ onças de ouro (16h)} &= \$2 \text{ (16h),} \\ 20\text{m de linho (8h)} &= \$1 \end{aligned}$$

Dessa forma, o preço de 20 metros de linho, que antes era \$2 caiu para \$1 devido à queda na produtividade do trabalho na produção da mercadoria-dinheiro. O maior tempo de trabalho necessário para a produção do dinheiro tem como impacto uma redução do preço da mercadoria caso não se altere o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção do linho.

Da mesma forma, o preço de uma mercadoria pode permanecer constante mesmo com uma redução no tempo de trabalho socialmente necessário para a sua produção. Caso houvesse um aumento da produtividade do trabalho produtor de linho, haveria uma redução do tempo de trabalho socialmente necessário para sua produção. Assim, assumindo que a produtividade dobre através da incorporação de novas máquinas que aumentem a produtividade do trabalho no processo de confecção de linho, o tempo de trabalho socialmente necessário, que era inicialmente de 8h, cairá para 4h. No entanto, caso haja um aumento de produtividade na mesma proporção na produção da mercadoria-dinheiro, o preço permanecerá constante. Assim,

$$\begin{aligned} 20\text{m de linho (4h)} &= 2 \text{ onças de ouro (4h)} \\ \text{Se } 2 \text{ onças de ouro (4h)} &= \$2 \text{ (4h),} \\ 20\text{m de linho (4h)} &= \$2 \end{aligned}$$

Seguindo o mesmo raciocínio, o preço de uma mercadoria pode até mesmo aumentar, mesmo que haja um aumento da produtividade do trabalho que a produz, desde que o aumento de produtividade da produção da mercadoria-dinheiro seja superior. Dessa forma, percebe-se que as variações na forma preço não refletem necessariamente o tempo de trabalho socialmente necessário da mercadoria na forma relativa, pois, assim como acontece na forma simples, o valor-de-troca, por ser expressão relativa do valor, não mostra de forma imediata as mudanças absolutas na magnitude do valor. O que aparece é a relação entre os valores.

contrário, leva a crer de maneira ilusória que todas as demais mercadorias nela expressam seus valores porque ela é, antes de qualquer coisa, dinheiro (MARX, 2012, p. 117). Marx trata das consequências da confusão entre o valor e a sua forma, o dinheiro:

[...] Que *dinheiro é mercadoria* constitui, assim, uma descoberta apenas para o que analisa sua forma acabada e perfeita, tomando-a como ponto de partida. O processo de troca dá à mercadoria que transforma em dinheiro, não o valor dela, mas sua forma específica de valor. *A confusão entre esses dois elementos, valor e sua forma, induziu ao erro de se considerar imaginário o valor do ouro e da prata.* Além disso, por ser possível *substituir o ouro em certas funções por meros símbolos dele mesmo, supôs-se, erroneamente, que era mero símbolo.* Mas nessa ideia falsa se contém o pressentimento de que a forma dinheiro de uma coisa é exterior à própria coisa, sendo pura forma de se manifestarem relações humanas atrás dela ocultas. Nesse sentido, cada mercadoria seria um símbolo, pois, como valor, é apenas invólucro material do trabalho humano nela despendido. Consideram-se meros símbolos os caracteres sociais adquiridos pelas coisas ou os caracteres materiais assumidos pelas qualificações sociais do trabalho na base de um determinado modo de produção, e, ao mesmo tempo, se sustenta que eles são *ficções arbitrárias sancionadas pelo consentimento universal.* Era esse o modo de proceder típico do iluminismo em voga no século XVIII, para eliminar, pelo menos transitoriamente, a aparência misteriosa das formas então enigmáticas das relações entre os homens, cuja origem não se podia ainda decifrar (MARX, 2012, p. 114-115, grifos nossos).

Portanto, para Marx, o valor do dinheiro advém necessariamente do tempo de trabalho socialmente necessário para a produção da mercadoria, pois dinheiro é uma forma da mercadoria. A substituição do dinheiro em certas funções por símbolos de dinheiro, de acordo com Marx, não muda este fato e não muda a natureza do valor do dinheiro.¹² Marx critica as perspectivas teóricas que buscam defender a ideia de dinheiro apenas enquanto símbolo e o valor do dinheiro como sendo puramente imaginário, afirmando que prestavam serviço ao poder real ao defender que este seria capaz de decretar o valor do dinheiro.¹³

2.2 *As funções do dinheiro*

¹² No capitalismo contemporâneo, a circulação exclusiva de papel-moeda inconvertível e a ruptura completa do padrão ouro suscitaram novamente o debate acerca da natureza do dinheiro e do seu valor. Diversas autoras e autores marxistas formularam explicações para este fenômeno, e as principais proposições teóricas formuladas podem ser encontradas em Silva (2012).

¹³ “Muito antes dos economistas, puseram os juristas em voga a ideia de ser o dinheiro apenas um símbolo e de ser o valor dos metais preciosos puramente imaginário, prestando um serviço de sicofantas ao poder real, cujo direito de falsificar moeda defenderam durante toda a Idade Média, fundamentando-o nas tradições do Império Romano e nos conceitos sobre moeda das Pandectas. Em decreto de 1346, diz seu bom discípulo Philippe de Valois: ‘Ninguém pode nem deve levantar dúvidas quanto a ser nossa exclusiva atribuição e de nossa Majestade Real a função monetária, a fabricação, a qualidade e a provisão de moedas, todas as disposições legais a ela relativas, a modalidade do seu curso, o seu preço, conforme nos compraza e bom nos pareça.’ Era dogma jurídico romano o poder do imperador de decretar o valor do dinheiro. Era expressamente proibido dar ao dinheiro o tratamento de mercadoria: ‘A ninguém é permitido comprar dinheiro, pois, criado para uso público, é proibido transformá-lo em mercadoria.’” (MARX, 2012, p. 115-116).

Desta forma, descrevemos como Marx deriva, a partir da análise da mercadoria e da circulação mercantil, o dinheiro. No entanto, descrevemos o dinheiro apenas na sua função de forma do valor das mercadorias, como expressão do valor-de-troca das mesmas. Esta descrição está associada ao fato de que o dinheiro cumpre a função de medida universal dos valores. Além desta, Marx explora as funções de meio de circulação, entesouramento, meio de pagamento e dinheiro mundial, que são também funções exercidas pelo dinheiro. Trataremos das mesmas a seguir, explicitando os principais elementos teóricos acerca de cada uma.

2.2.1 Medida dos Valores

O desenvolvimento das formas do valor-de-troca das mercadorias, que é expressão formal da generalização das trocas, tem como consequência a forma dinheiro, da qual é função ser medida dos valores. Marx descreve esta função da seguinte forma:

A primeira função do ouro [mercadoria dinheiro] consiste em fornecer às mercadorias o material para exprimirem o valor ou em representar os valores das mercadorias como grandezas que têm a mesma denominação, qualitativamente iguais e quantitativamente comparáveis. Assim, exerce a função de medida universal dos valores e só por meio desta função o ouro, a mercadoria equivalente específica, se torna dinheiro (MARX, 2012, p. 121).

Portanto, o dinheiro é uma consequência da relação entre os valores das mercadorias, e só existe enquanto forma de sua expressão.¹⁴ É essa relação entre as mercadorias que permite que uma delas se torne a mercadoria dinheiro, forma de expressão do valor das demais.

Para que o proprietário da mercadoria dê um preço à mesma, não é necessário que ele se depare com uma magnitude real de dinheiro. Nesse sentido, Marx afirma que o preço é uma forma puramente ideal ou mental e que, para a expressão dos valores das mercadorias em ouro, basta empregar ouro ideal ou imaginário.¹⁵ Isso significa que não é necessário que a mercadoria se depare com uma determinada magnitude de ouro real para que seja definido seu

¹⁴ “Não é através do dinheiro que as mercadorias se tornam comensuráveis. Ao contrário. Sendo as mercadorias, como valores, encarnação do trabalho humano e, por isso, entre si comensuráveis, podem elas, em comum, medir seus valores por intermédio da mesma mercadoria específica, transformando esta em sua medida universal do valor, ou seja, em dinheiro. O dinheiro, como medida do valor, é a forma necessária de manifestar-se a medida imanente do valor das mercadorias, o tempo de trabalho” (MARX, 2012, p. 121).

¹⁵ “Como forma do valor, o preço ou a forma dinheiro das mercadorias se distingue da sua forma corpórea, real e tangível. *O preço é uma forma puramente ideal ou mental.* O valor do ferro, do linho, do trigo etc. existe nessas coisas, embora invisível; é representado por meio da equiparação delas ao ouro, da relação delas com o ouro, relação que só existe, por assim dizer, nas suas cabeças. O responsável pela mercadoria tem, por isso, de lhe emprestar a língua ou de pôr-lhe etiqueta, anunciando seu preço ao mundo exterior. *Uma vez que é puramente ideal a expressão dos valores das mercadorias em ouro, só se pode empregar, para esse fim, ouro ideal ou imaginário.* Todo dono da mercadoria sabe que não transformou sua mercadoria em ouro, quando dá a seu valor a forma preço ou a forma idealizada de ouro e que não precisa de nenhuma quantidade de ouro real para estimar em ouro milhões de valores de mercadorias. *Em sua função de medida do valor tem, por isso, o dinheiro apenas serventia de dinheiro ideal ou figurado* (MARX, 2012, p. 122-123, grifos nossos).”

valor-de-troca, seu preço, mas apenas com uma magnitude imaginária, potencial, que se realizaria após a venda da mercadoria. Isso implica que, “em sua função de medida do valor tem o dinheiro apenas serventia de dinheiro ideal ou figurado” (MARX, 2012, p. 123).

No entanto, apesar do preço ser uma forma puramente mental, assim como a magnitude de ouro que nele se expressa, o preço depende ainda da substância real do dinheiro, do seu valor, que é trabalho humano abstrato.

Embora apenas o dinheiro idealizado sirva para medir valor, depende o preço, inteiramente, da substância real do dinheiro. O valor, ou seja, a quantidade de trabalho humano contida, por exemplo, numa tonelada de ferro, é expresso numa quantidade imaginária da mercadoria ouro, que encerra quantidade igual de trabalho (MARX, 2012, p. 123, grifos nossos).¹⁶

Portanto, apesar de, na função de medida dos valores, o preço e o dinheiro serem formas ideais, o valor do dinheiro e, conseqüentemente, o preço, dependem do valor real contido na mercadoria dinheiro, que está relacionado ao seu tempo de trabalho socialmente necessário. O preço é uma forma puramente imaginária apenas no sentido de que é um valor-de-troca potencial, idealizado a partir da equiparação da mercadoria ao equivalente geral de todas as mercadorias, o dinheiro. Este é um primeiro aspecto da função de medida dos valores: o preço enquanto forma imaginária da relação entre mercadoria e dinheiro.

Uma vez que todas as mercadorias recebem um preço a partir da troca potencial com o dinheiro, passam elas a ser comparáveis a uma determinada quantidade de ouro.¹⁷ Passam, assim, a ser “grandezas homogêneas, apesar da grande variedade de formas corpóreas” (MARX, 2012, p. 124). Assim, o dinheiro serve como unidade de medida da grandeza relativa do valor das mercadorias. No entanto, isto gera uma dificuldade técnica relacionada ao fato de que deve existir uma quantidade fixa de ouro que sirva como unidade de medida padrão, assim como apresente subdivisões capazes de representar partes menores, em sua devida proporção. Essa unidade de medida padrão relacionada a uma quantidade fixa de ouro é o que Marx define como padrão de preços (MARX, 1985, p. 89).¹⁸

¹⁶ Na tradução da Editora Nova Cultural (MARX, 1985, p. 88), o mesmo trecho aparece da seguinte forma: “Embora apenas dinheiro imaginário sirva para a função de medida do valor, o preço depende totalmente do material monetário real. O valor, isto é o quantum de trabalho humano contido, por exemplo, numa tonelada de ferro, é expresso num quantum imaginário da mercadoria monetária, que contém a mesma quantidade de trabalho”.

¹⁷ Caso haja mais de uma mercadoria que sirva de medida do valor simultaneamente, como ouro e prata, por exemplo, as mercadorias teriam mais de um preço, contrariando a própria função de medida do valor. Marx afirma que “toda a experiência histórica, nesse domínio, se reduz a que, em toda parte onde duas mercadorias estão legalmente providas com a função de medida do valor, só uma delas se mantém efetivamente nessa função” (MARX, 2012, p. 124).

¹⁸ Como mercadoria, o ouro, a prata e o cobre já apresentam uma unidade de medida antes de ser dinheiro, que é o seu padrão de peso. Assim, afirma Marx que “por isso, na circulação monetária metálica, os nomes

Como medida dos valores e como padrão de preços, o dinheiro exerce duas funções inteiramente diferentes. É medida dos valores por ser a encarnação social do trabalho humano, padrão de preços por ser um peso fixado de metal. Como medida do valor, serve para transformar o valor das mais variadas mercadorias em preços, em quantidades imaginárias de ouro; como padrão de preços, mede essas quantidades de ouro. Na medida dos valores, as mercadorias se medem como valores; o padrão de preços, ao contrário, mede as quantidades de ouro em um quantum de ouro, e não o valor de um quantum de ouro no peso do outro (MARX, 1985, p. 89).

Portanto, o padrão de preços depende exclusivamente de uma unidade de medida para o ouro, uma quantidade fixa. Essa função não é prejudicada por variações no valor do dinheiro, pois o padrão de preços refere-se à quantidade concreta de dinheiro e o que importa, que é a proporção de valor entre as partes alíquotas do ouro, não se altera. Além do padrão de preços, a função de medida de valor também não é prejudicada por variações no valor do dinheiro, pois atinge simultaneamente todas as mercadorias.¹⁹

Inicialmente, o padrão de peso das moedas metálicas cumpria o papel de padrão de preços, uma vez que já era uma forma de medida inerente aos metais preciosos. No entanto, Marx afirma que processos históricos fizeram que, com o tempo, os pesos metálicos do dinheiro divergissem dos pesos originais, fazendo com que o padrão de peso não fosse mais a fonte do padrão de preços.²⁰ Assim, surgiu o “costume de diferir as designações monetárias das designações correntes dos pesos dos metais” (MARX, 2012, p. 127). Por ser o padrão monetário puramente convencional e necessitar de validade geral, o mesmo é regulado por lei, que define, oficialmente, os nomes legais e suas partes alíquotas. Assim, os preços passam a ser expressos em nomes de moedas e o dinheiro passa a servir como “dinheiro de conta”, em que o preço se expressa na forma monetária oficial (MARX, 2012, p. 127). Com a emergência

primitivos dos padrões de dinheiro, ou seja, dos estalões dos preços, provieram dos nomes que preexistiam de padrões de peso” (MARX, 2012, p. 124-125).

¹⁹ A variação do valor do ouro, conforme já demonstrado, afeta o preço de determinada mercadoria apenas se houver mudança no valor relativo da mercadoria com o ouro. No entanto, variações no valor do ouro nunca podem, por si só, alterar os valores relativos existentes entre as demais mercadorias, pois estes dependem apenas do tempo de trabalho socialmente necessário das mesmas. “A variação do valor do ouro também não impede sua medida do valor. Ela atinge simultaneamente todas as mercadorias e, não se modificando as demais circunstâncias, deixa inalterados os seus valores relativos recíprocos, embora se expressem todos em preços-ouro, mais altos ou mais baixos que os anteriores” (MARX, 2012, p. 125).

²⁰ Marx afirma que os processos históricos mais decisivos para isso foram os seguintes: “1. Introdução de dinheiro estrangeiro em povos menos desenvolvidos, o que sucedeu na antiga Roma, onde as moedas de prata e de ouro circularam, inicialmente, como mercadorias estrangeiras. Os nomes monetários estrangeiros divergem dos nomes nativos dos pesos. 2. Com o desenvolvimento da riqueza, o metal menos nobre é expulso da função de medida de valor pelo metal mais nobre. O cobre pela prata, a prata pelo ouro, por mais que essa sequência contrarie a cronologia poética. Libra, por exemplo, era, naquele tempo, o nome monetário de uma verdadeira libra-peso de prata. Quando o ouro suplantou a prata na função de medida do valor, o mesmo nome associou-se a uma fração de libra de ouro, fração que poderia ser 1/15 ou outra, segundo a relação de valor entre o ouro e a prata. Libra, nome da moeda, passa a diferir de libra, nome usual de determinado peso. 3. A falsificação do dinheiro praticada durante séculos pelos príncipes, do peso original das moedas, deixou apenas o nome” (MARX, 2012, p. 126-127).

desse padrão de preços monetário, expresso em moeda oficial, passa a estar escondida a relação de valor da qual surge o dinheiro. De forma fetichista, desaparece a relação de valor entre as mercadorias e o ouro com a existência de um padrão de preços monetário.²¹

Por fim, Marx afirma que a forma preço permite uma dupla divergência em relação ao valor: uma divergência quantitativa, entre a magnitude do valor e o preço, e uma qualitativa, em que o preço deixa de ser expressão do valor (MARX, 2012, p. 129). No primeiro caso, Marx afirma que o afastamento do preço da magnitude do valor é uma característica inerente à própria forma preço. Para expressar essa divergência, dá como exemplo a relação em que 1 quarta de trigo seja equivalente a 2 libras esterlinas, e esta seja a expressão que representa o seu tempo de trabalho socialmente necessário:

Admitamos que as circunstâncias elevem sua cotação a 3 libras esterlinas, ou compilam-na a cair a 1 libra; então, 1 libra esterlina é uma expressão demasiadamente baixa da magnitude do valor do trigo, e 3 libras, uma expressão alta demais, mas, apesar disso, são os preços do trigo, pois, primeiro, são sua forma de valor e, segundo, indicam sua relação de troca com o dinheiro. [...] Nessa relação, pode o preço expressar tanto a magnitude do valor da mercadoria quanto essa magnitude deformada para mais ou para menos, de acordo com as circunstâncias. A possibilidade de divergência quantitativa entre preço e magnitude de valor, ou do afastamento do preço da magnitude de valor, é, assim, inerente à própria forma preço (MARX, 2012, p. 129).

Portanto, a magnitude do valor, que expressa a relação entre a mercadoria e o seu tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-la e que é um fenômeno imanente ao processo de produção de mercadorias, pode divergir da forma preço circunstancialmente, como, por exemplo, por flutuações de oferta e demanda que alteram o preço de mercado da mercadoria. Marx afirma que isso não constitui um defeito, mas “torna-a a forma adequada a um modo de produção em que a regra só se pode impor através de média que se realiza, irresistivelmente, através da irregularidade aparente” (MARX, 2012, p. 129).

A divergência qualitativa está no fato de que a forma preço pode não ser expressão do valor, como quando coisas que não são mercadoria adquirem um preço de forma imaginária.

Coisas que, em si mesmas, não são mercadorias – por exemplo, honra, consciência, etc. - podem seus donos considerar alienáveis por dinheiro, e, assim, receber, por meio de seu preço, a forma de mercadoria. Uma coisa pode, formalmente, ter um preço sem ter um valor. A expressão preço torna-se, aqui, imaginária, como certas grandezas da matemática. Além disso, a forma preço imaginária pode ocultar uma relação de valor verdadeira, embora indireta, como, por exemplo, o preço da terra não-cultivada, que não tem nenhum valor, por não ter sido nela realizado nenhum trabalho humano (MARX, 2012, p. 129-130).

²¹ “O nome de uma coisa é extrínseco às suas propriedades. Nada sei de um homem por saber apenas que se chama Jacó. Do mesmo modo, todo vestígio de relação do valor desaparece dos nomes das moedas libra, táler, franco, ducado, etc. A confusão decorre do sentido misterioso atribuído a esses símbolos cabalísticos torna-se maior por expressarem os nomes das moedas valor e, ao mesmo tempo, partes alíquotas de um peso de metal, de acordo com o padrão monetário” (MARX, 2012, p. 128).

Portanto, deriva-se destas afirmações que, circunstancialmente, os preços não refletem perfeitamente os valores das mercadorias, embora sejam a forma de expressão destes.

De forma geral, a função de medida de valores depende apenas de dinheiro ideal, imaginário, para que as mercadorias sejam precificadas e possam ser comparáveis entre si. No entanto, “atrás da mensuração ideal dos valores, espreita o metal sonante” e o seu valor real, derivado do trabalho (MARX, 2012, p. 131). A partir dessa mensuração através da precificação, Marx discorre sobre as suas decorrências: a necessidade do estabelecimento de um padrão de preços monetários e as divergências quantitativas e qualitativas da forma preço em relação ao valor.

2.2.2 Meio de Circulação

A seguir descreveremos a função do dinheiro de meio de circulação.

2.2.2.1 A Metamorfose das mercadorias e a circulação de mercadorias

A mercadoria é uma forma do produto do trabalho humano que apresenta uma contradição. Ela é produzida como valor de uso, mas não para seu produtor. O dinheiro é a forma que soluciona esta contradição, pois permite a circulação de mercadorias, ou seja, o seu processo de metamorfose da mercadoria sem valor de uso para seu produtor em dinheiro, através da venda, e do dinheiro em mercadoria com valor de uso para o comprador, através da compra. Ser meio de circulação, portanto, é uma segunda função do dinheiro. Esta função decorre da contradição interna da produção de mercadorias: a contradição entre valor de uso e valor. É no processo de troca que este movimento da contradição real se opera.²²

O processo de troca realiza a circulação social das coisas, ao transferir as mercadorias daqueles pra quem são não-valores-de-uso para aqueles perante quem são valores de uso. O produto de uma espécie de trabalho é repostado pelo de outra. Ao chegar ao destino em que serve de valor de uso, a mercadoria saiu da esfera da troca para entrar na esfera do consumo. Só a primeira nos interessa aqui. Temos, portanto, de observar todo o processo do ponto de vista da forma, apenas, isto é, examinar a mudança de forma ou a metamorfose das mercadorias através da qual se processa a circulação social das coisas (MARX, 2012, p. 131).

²² Marx ressalta que a resolução de contradições ocorre através do movimento: “Já vimos que a troca de mercadorias encerra elementos contraditórios mutuamente exclusivos. A diferenciação das mercadorias em mercadorias e dinheiro não faz cessar essas contradições, mas gera a forma dentro da qual *elas podem se mover*. Este é, afinal de contas, o método de solucionar contradições reais. É uma contradição, por exemplo, ser um corpo, continuamente, atraído e repelido por outro. A elipse é uma das formas de movimento em que essa contradição se dá e se resolve ao mesmo tempo” (MARX, 2012, p. 131, grifos nossos).

O processo de troca ocorre, portanto, através da separação entre mercadorias e dinheiro, o que é resultado da oposição entre valor de uso e valor. Essa *oposição interna* à mercadoria, entre valor de uso e valor, tem como consequência a *oposição externa* entre mercadorias e dinheiro.²³ O movimento desta contradição, o processo de troca, é denominado por Marx como a metamorfose da mercadoria, pois é um processo em que a mercadoria muda de forma, tornando-se dinheiro, e o dinheiro muda de forma, tornando-se mercadoria. Estas mudanças de forma podem ser representadas como $M - D - M$.

Um exemplo de troca dado por Marx é o de um tecelão de linho que, após produzir, linho, vende-o para adquirir dinheiro, e com ele, comprar uma Bíblia. Nesse caso, ocorrem “duas metamorfoses opostas e reciprocamente complementares: a conversão da mercadoria em dinheiro e a reconversão do dinheiro em mercadoria” (MARX, 2012, p. 132). Marx afirma que as etapas dessa transformação constituem atos do dono da mercadoria: i) Venda, troca de mercadoria por dinheiro ($M - D$); ii) Compra, troca de dinheiro por mercadoria ($D - M$); e iii) a unidade do processo de troca, o ato de vender para comprar ($M - D - M$). É necessário, para entender a função de meio de circulação do dinheiro, entender os detalhes de cada uma dessas etapas.

A primeira etapa, de venda ($M - D$), constitui o que Marx chama de “salto mortal da mercadoria”, pois o valor da mercadoria deve pular de um corpo para outro, deve mudar de forma (MARX, 2012, p. 133). Marx afirma que o salto pode fracassar, ou seja, pode não haver a realização da venda.²⁴ Três são as causas apontadas por Marx para que não haja a realização da venda da mercadoria: a primeira é a transformação da divisão social do trabalho, a partir de sua evolução natural e espontânea, à margem da consciência dos produtores de mercadorias, tornando determinada mercadoria possivelmente obsoleta, supérflua ou inútil; a segunda está relacionada ao preço da mercadoria, que, ao ser superior ao preço de mercado, pode acarretar a não realização da venda; a terceira é a incapacidade do mercado em absorver o total da produção por falta de demanda, em que parte da produção não é comprada e o trabalho despendido em excesso revela-se trabalho socialmente supérfluo (MARX, 2012, p. 133-134).

²³ “Essa unidade de contrários manifesta-se em cada um dos dois polos, que se opõem em suas relações recíprocas. [...] É dentro dessas formas antitéticas das mercadorias que se move e se concretiza o processo de troca” (MARX, 2012, p. 132).

²⁴ Nesse caso, quem se frustra é o produtor da mercadoria, uma vez que não transforma o produto de seu trabalho particular em equivalente geral socialmente válido, dinheiro. Com o desenvolvimento da divisão social do trabalho, obter dinheiro é um imperativo, pois seu trabalho se especializa, ao mesmo tempo em que se pluralizam suas necessidades.

Na primeira causa da não realização da venda, as transformações da divisão social do trabalho geram novos produtos para satisfazer necessidades que já existem ou necessidades emergentes (ou mesmo criar necessidades antes desconhecidas ou inexistentes). Ocorre também a dissociação e autonomização de atividades que antes faziam parte do processo produtivo de determinada mercadoria, que passam agora a ser realizadas separadamente por produtores individuais. Estes novos produtos podem tomar o mercado de produtos anteriores, cujas vendas deixam de se realizar.²⁵ Por isso, produtos rivais podem, com o tempo, tornar determinada mercadoria um produto supérfluo.

O produto satisfaz hoje determinada necessidade social. Amanhã perde, talvez, sua posição, parcial ou totalmente, para um produto semelhante. Mesmo o trabalho do nosso tecelão de linho, embora seja um elemento comprovado da divisão social do trabalho, não tem, por isso, assegurado o valor de uso de seus 20 metros de linho. Estando saturada pelos produtos rivais, a necessidade social de linho – pois ela tem limites, como tudo o mais –, o produto do nosso amigo torna-se excedente, supérfluo e inútil (MARX, 2012, p. 133).

A segunda causa da não realização da venda está no seu preço em relação às demais mercadorias concorrentes. Mesmo que a mercadoria tenha valor de uso reconhecido socialmente, se seu preço está muito acima do das demais mercadorias, a venda pode não se realizar. Marx exemplifica esse caso com a introdução de novas técnicas produtivas que reduzem o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de linho. Dessa forma, o preço do linho cai no mercado e o tecelão que pretendia vender 20 metros de linho a 2 libras esterlinas já não o consegue.

Sem pedir licença ao nosso tecelão e sem lhe dar conhecimento disso, entraram numa fase de transformação as velhas e consagradas condições de produção de tecido de linho. O que ontem, sem sombra de dúvida, era o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de um metro de linho, deixa de o ser, hoje, conforme o dono do dinheiro se empenha em provar com as cotações dos diferentes competidores do nosso amigo. Para a infelicidade deste, há no mundo muitos tecelões (MARX, 2012, p. 134).

A terceira causa da não realização da venda é a inexistência de demanda que seja capaz de comportar a produção existente. Assim, o mercado pode ser incapaz de absorver toda a quantidade produzida, mesmo que as mercadorias tenham preço equivalente ao tempo de trabalho socialmente necessário. O produto excedente, que não foi absorvido, pode ser considerado tempo de trabalho superfluamente despendido.

²⁵ “A divisão social do trabalho é um organismo de produção que se formou e continua a evoluir, natural e espontaneamente, à margem da consciência dos produtores de mercadorias. A mercadoria pode ser produto de nova espécie de trabalho, que se destina a satisfazer necessidades emergentes ou mesmo criar necessidades até então desconhecidas. Função que era, ontem, uma dentre muitas do mesmo produtor de mercadorias pode, hoje, destacar-se do conjunto, tornar-se autônoma e, assim, enviar ao mercado seu produto parcial como mercadoria independente. Podem estar amadurecidas ou imaturas as circunstâncias para esse processo dissociativo.” (MARX, 2012, p. 133).

A totalidade das peças pode conter tempo de trabalho superfluamente despendido. Uma vez que o mercado não absorve a quantidade global de linho, ao preço normal de 2 xelins por metro, fica demonstrado que foi gasta em tecelagem de linho uma porção excessiva do tempo de trabalho total da comunidade (MARX, 2012, p. 134).

Portanto, as justificativas de Marx para a possibilidade de não realização da venda estão relacionadas às transformações na divisão social do trabalho²⁶, com a horizontalização do processo produtivo e as inovações de produto, à concorrência de preços, com inovações nas técnicas produtivas, e à insuficiência de demanda, com um mercado incapaz de absorver toda a produção. No entanto, assumindo que não haja nenhum destes fatores e a venda ocorra normalmente, Marx examina a primeira metamorfose da mercadoria e as suas decorrências.

Resolvendo a sua contradição interna, a mercadoria, através da troca, se transforma em dinheiro, o equivalente universal socialmente aceito, que é a encarnação do valor. Ao mesmo tempo, pelo lado do comprador, o dinheiro se torna uma mercadoria com um valor de uso específico. Portanto, a troca é um processo único que apresenta duas operações: venda, para o possuidor da mercadoria, e compra, para o dono do dinheiro. “A transformação da mercadoria em dinheiro é, ao mesmo tempo, transformação do dinheiro em mercadoria. [...] Em outras palavras, venda é compra, $M - D$ é ao mesmo tempo $D - M$ ” (MARX, 2012, p. 135).

Portanto, para que ocorra a venda, é necessário que o detentor da mercadoria se confronte, no mercado, com um detentor de dinheiro. O dinheiro nas mãos do comprador pode advir tanto da produção direta da mercadoria ouro, sendo usado como dinheiro, quanto da venda de outra mercadoria.²⁷ Essas são as duas formas pelas quais o dinheiro emerge no mercado e nas trocas (MARX, 2012, p. 136).²⁸ O caso mais recorrente é o segundo, em que o

²⁶ Marx ressalta que o desenvolvimento da divisão social do trabalho é um processo que se desenvolve de forma inconsciente aos agentes. Os produtores individuais se tornam cada vez mais independentes nas suas escolhas produtivas, tornando-se o desenvolvimento da divisão social do trabalho um processo autônomo e alheio a eles. Ao mesmo tempo, de forma sistêmica, eles também se tornam cada vez mais materialmente dependentes dos resultados desse processo: “Os componentes dispersos do organismo social de produção, configurados na divisão social do trabalho, têm suas funções e proporcionalidades determinadas de maneira espontânea e alheia. Por isso, descobrem nossos donos de mercadorias que a mesma divisão do trabalho, ao fazer deles produtores privados, torna independente deles o processo social de produção e as próprias relações que mantêm dentro do processo, e, ainda, que a independência recíproca das pessoas se integra num sistema de dependência material de todas as partes” (MARX, 2012, p. 135).

²⁷ Marx pressupõe aqui que a lei geral de apropriação do produto do trabalho alheio é o próprio trabalho, pois trata apenas da relação mercantil simples. Com as relações capitalistas, inverte-se a lei de apropriação, passando a ser a propriedade o elemento que permite a apropriação do produto do trabalho alheio.

²⁸ No ato da troca, o dinheiro deixa de ser dinheiro ideal, usado como medida do valor da mercadoria, para ser dinheiro real: “O ouro se tornou dinheiro ideal ou medida do valor, porque as mercadorias nele mediam seus valores, viam nele a figura do seu valor, idealmente contraposta a seu corpo útil. Torna-se dinheiro real, porque as mercadorias, por meio de sua alienação geral, fazem dele a encarnação real do seu valor, a figura em que se transforma o seu corpo útil” (MARX, 2012, p. 136).

dinheiro provém de outra mercadoria vendida. Um exemplo dado por Marx é o caso da compra de linho a partir da venda de trigo.

Admitiremos que as duas peças de ouro, pelas quais nosso tecelão de linho cede a mercadoria, são a imagem transformada de uma quarta de trigo. A venda de linho, $M - D$, é, ao mesmo tempo, sua compra, $D - M$. Mas, com a venda do linho, tem início um movimento que se conclui com a operação oposta, a compra da Bíblia; a compra do linho leva ao fim um movimento iniciado com a operação oposta, a venda do trigo. $M - D$ (linho – dinheiro), a primeira fase de $M - D - M$ (linho – dinheiro – Bíblia), é, ao mesmo tempo, $D - M$ (dinheiro – linho), a última fase do outro movimento, $M - D - M$ (trigo – dinheiro – linho). A primeira metamorfose de uma mercadoria, a conversão da forma mercadoria em dinheiro, é sempre a segunda metamorfose oposta de outra mercadoria, a reconversão da forma dinheiro em mercadoria (MARX, 2012, p. 136-137).

Assim, pela descrição da identidade entre vendas e compras, Marx conclui sua descrição da primeira etapa do processo de troca: a venda ($M - D$). Ao seu fim, a mercadoria mudou de forma, assumindo a forma dinheiro. A mercadoria apaga completamente seu valor de uso inicial, seu trabalho útil originário, para se transformar em “materialização uniforme e social de trabalho humano homogêneo” (MARX, 2012, p. 136).

Desaparecendo a mercadoria, ao se transformar em dinheiro, não se percebe, examinando-o, de que modo chegou às mãos do seu possuidor, nem a coisa que nele se transformou. Qualquer que seja a sua origem, “não cheira”.²⁹ Representa mercadoria vendida e, ao mesmo tempo, mercadorias compráveis (MARX, 2012, p. 137).

É com essa forma, o dinheiro, que se inicia a segunda etapa: a compra ($D - M$), a metamorfose final da mercadoria. O comprador possui dinheiro em mãos, que é “a mercadoria absolutamente alienável, por ser a forma a que se convertem todas as outras mercadorias ou o produto da alienação geral delas” (MARX, 2012, p. 137). Os preços representam a quantidade de dinheiro necessária para comprar a mercadoria, representando os limites quantitativos para a conversão.³⁰ Da mesma forma que anteriormente, toda compra representa também uma venda. No exemplo de Marx, o tecelão de linho compra, com o dinheiro da venda de seu produto, uma Bíblia. Nessa compra, há, ao mesmo tempo, o vendedor de Bíblia, que transforma o dinheiro recebido na venda da Bíblia, por exemplo, em aguardente.³¹

²⁹ Conforme Marx (2012, p. 137), essas foram as palavras do imperador romano Vespasiano em referência à tributação de latrinas e mictórios públicos.

³⁰ “[O dinheiro] lê todos os preços ao revés, e retrata-se, desse modo, nos corpos de todas as mercadorias, os quais lhe proporcionam a matéria de sua própria transformação em mercadoria. Ao mesmo tempo, os preços, os olhares amorosos que lhe jogam as mercadorias, revelam os limites da convertibilidade do dinheiro, isto é, sua própria quantidade” (MARX, 2012, p. 137).

³¹ Marx trata também da hipótese de um produtor que realiza uma venda em grande quantidade e, a partir do dinheiro recebido por ela, realiza múltiplas compras para obter as mercadorias necessárias para satisfazer as suas necessidades. Nesse caso, “uma venda leva a muitas compras de diferentes mercadorias” (MARX, 2012, p. 137).

Por fim, o processo de troca em sua totalidade ($M - D - M$) precisa ser analisado. Nele, estão presentes duas funções sociais antitéticas, a de comprador e de vendedor, que se confrontam em cada metamorfose da mercadoria. Essas funções não são imutáveis, pois cada pessoa muda continuamente de papel nesta relação, conforme compre ou venda (MARX, 2012, p. 138). Além dessas funções sociais, o processo de troca em sua totalidade depende de três personagens para que ocorra: a primeira é a que busca realizar a metamorfose completa da mercadoria, vendendo o produto do seu trabalho para comprar outra mercadoria, que para ela seja valor de uso; A segunda personagem é a que compra a mercadoria que é produto do trabalho da primeira; a terceira é a que vende a mercadoria que é valor de uso para a primeira. Assim, inevitavelmente, o circuito percorrido por uma mercadoria se entrelaça com os circuitos das demais mercadorias, de forma que a venda de uma mercadoria ($M - D$), é a compra dessa mesma mercadoria em outro circuito ($D - M$), e vice-versa. “O conjunto de todos os circuitos constitui a circulação de mercadorias” (MARX, 2012, p. 139).

A circulação de mercadorias difere formal e essencialmente do escambo, devido à presença do dinheiro como meio de circulação. Não só as trocas passam a ser mediadas por uma mercadoria que é o equivalente universal, como não é mais necessária, para que a troca ocorra, a dupla coincidência de valores de uso, em que as mercadorias pelas quais se trocam o produto do trabalho de cada indivíduo satisfazem as suas necessidades ($M - M$).³² Assim, há, ao mesmo tempo, o rompimento de limitações individuais e locais para o processo de troca como também o desenvolvimento de processos sociais espontâneos e incontroláveis (MARX, 2012, p. 139). O processo de circulação de mercadorias não desaparece com a conclusão das trocas diretas, pois há sempre dinheiro ocupando o lugar de mercadorias vendidas. Assim, a circulação das mercadorias é um processo que se repõe constantemente, com novas trocas. “É no papel de intermediário da circulação das mercadorias que o dinheiro assume o papel de meio de circulação” (MARX, 2012, p. 141).

Um elemento importante que deve ser ressaltado é a possibilidade de crises a partir da circulação de mercadorias mediada pelo dinheiro. Com o dinheiro, há uma diferença essencial entre a circulação monetária e o escambo, pois há um ponto de repouso entre a venda e a compra, “um intervalo na vida da mercadoria, que pode durar mais ou menos tempo” (MARX, 2012, p. 140). Contrariamente à ideia de que o vendedor conduz o seu comprador ao

³² “O tecelão de linho trocou, sem dúvida, o linho pela Bíblia, a mercadoria própria pela de outrem. Mas esse fenômeno só é verdadeiro para ele. O vendedor da Bíblia, que prefere o calor ao frio, não pensou em permutar a Bíblia por linho, do mesmo modo que o tecelão não sabe que o trigo se trocou por seu linho, etc. A mercadoria de B substitui a mercadoria de A, mas A e B não trocam, mutuamente, suas mercadorias. Pode realmente ocorrer que A e B comprem, reciprocamente, um do outro, mas essa relação especial não é determinada pelas condições gerais da circulação das mercadorias” (MARX, 2012, p. 139).

mercado, Marx ressalta o fato de que é do comprador que depende a troca: “ninguém pode vender sem que alguém compre. Mas ninguém é obrigado a comprar, imediatamente, apenas por ter vendido” (MARX, 2012, p. 140). Assim, é da decisão de comprar que depende a realização da transação. Com isso, a contradição imanente à mercadoria, que se manifesta externamente na metamorfose entre mercadoria e dinheiro, torna possível crises advindas da esfera da circulação, com a não realização de vendas.

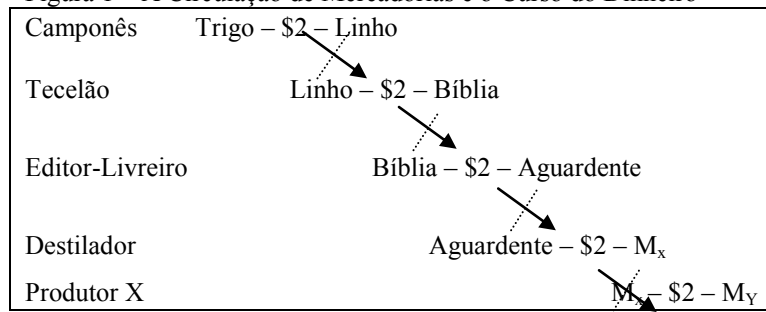
2.2.2.2 O curso do dinheiro

Conforme visto, a circulação de mercadorias é o conjunto dos circuitos das mercadorias, e nele circula também o dinheiro. Neste ponto, Marx analisa o movimento do dinheiro no processo de circulação. Em primeiro lugar, é necessário ressaltar que a mercadoria percorre um circuito, pois o seu ponto de partida, a forma mercadoria, é o mesmo ponto de chegada, outra mercadoria. O dinheiro, ao contrário, não está em um circuito. Ele apresenta apenas um curso, em que tende constantemente a se afastar do seu ponto de origem. (MARX, 2012, p. 141-142). O ponto principal é que, ao contrário do processo aparente, o curso do dinheiro é consequência da circulação de mercadorias, do próprio movimento de metamorfose das mercadorias. É pela compra e pela venda que o dinheiro segue seu curso, sem retornar ao ponto de origem. No entanto, este fenômeno aparece de forma invertida, como se fosse pelo fato de o dinheiro ser meio de circulação que fosse possível a circulação das mercadorias e como se as mercadorias fossem elementos inertes.

O resultado da circulação das mercadorias, a reposição de uma mercadoria por outra, toma a aparência de ter sido consequência não da mudança da forma das mercadorias, mas da função, desempenhada pelo dinheiro, de meio de circulação, que põe a circular as mercadorias, inertes por natureza, transferindo-as das mãos em que são não valores de uso para as mãos em que são valores de uso, dando-lhes sempre uma direção oposta a seu próprio curso. Afasta as mercadorias, constantemente, da esfera da circulação, tomando seus lugares, distanciando-se, assim, do ponto de partida. Embora o movimento do dinheiro não seja mais do que uma expressão da circulação das mercadorias, esta aparenta, ao contrário, ser apenas o resultado do movimento do dinheiro (MARX, 2012, p. 142-143).

A Figura 1 abaixo representa a circulação de mercadorias e o curso do dinheiro nos exemplos de Marx. Nela, pode-se notar a identidade entre compra e venda explicitada anteriormente e o curso do dinheiro, se afastando da sua origem, como consequência da metamorfose das mercadorias.

Figura 1 – A Circulação de Mercadorias e o Curso do Dinheiro



Fonte: Elaboração própria (2015).

As mercadorias entram na circulação e saem dela para a esfera do consumo individual ou produtivo. No entanto, o dinheiro que está na esfera da circulação permanece nessa esfera, seguindo seu curso. Portanto, é necessário compreender qual é a quantidade de dinheiro necessária enquanto meio de circulação. Para Marx, a quantidade de meio circulante se define endogenamente, de acordo com o valor do dinheiro, os preços, as quantidades produzidas e a velocidade de circulação do dinheiro.

O valor do dinheiro influencia a quantidade de meio circulante, pois afeta inversamente o nível de preços, caso não se alterem os valores das mercadorias. De acordo com Marx, “os preços das mercadorias variam, primeiro, na razão inversa do valor do dinheiro, e a massa dos meios de circulação varia na razão direta do preço das mercadorias” (MARX, 2012, p. 144). Assim, quando cai o valor do dinheiro, sobem os preços, aumentando também a quantidade de meios de circulação, assim como ocorre o oposto quando aumenta o valor do dinheiro. Essas oscilações do valor decorrem da variação do tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de ouro ou prata, a mercadoria dinheiro, que pode ocorrer, por exemplo, com a descoberta de novas minas mais produtivas.³³

Admitindo-se invariável o valor do dinheiro, Marx ressalta que o total de meio circulante é determinado pelo somatório dos preços das mercadorias a serem realizadas. Esse somatório depende, portanto, dos preços das mercadorias e da quantidade de mercadorias produzidas (MARX, 2012, p. 145). Em relação ao nível de produção, é lógico que, com o aumento da quantidade produzida, maior seja a quantidade de dinheiro necessária para realizar as vendas. Em relação aos preços, não é necessário que todos aumentem ou caiam ao mesmo tempo. Basta que haja variação dos preços, seja variação dos valores ou mera

³³ Marx (2012, p. 145) nega, portanto, que a ascensão dos preços decorrente da descoberta de novas minas seja pelo aumento do meio circulante devido ao metal que entra no processo de circulação. O aumento dos preços, na verdade, está relacionado à queda do valor do dinheiro: “A observação, de um ponto de vista unilateral, dos fatos sobrevindos à descoberta de novas minas de ouro e prata, levou, no século XVII e principalmente no XVIII, à conclusão errônea de que a ascensão dos preços das mercadorias se originava da maior quantidade de ouro e prata na função de meio de circulação”. É necessário ressaltar que Marx considera este fenômeno algo raro (MARX, 2012, p. 149).

oscilação de preços de mercado. Portanto, o meio circulante depende do somatório dos preços multiplicados pelo número de transações realizadas para cada mercadoria ($\sum_{i=1}^n p_i \cdot t_i$).

No entanto, a circulação de mercadorias ocorre de forma dispersa no tempo, sendo que uma mesma peça de dinheiro pode ser usada para realizar diversas mercadorias, como no exemplo da Figura 1, em que \$2 fazem circular diversas mercadorias, totalizando \$10. Dessa maneira, é necessário considerar o deslocamento repetido da mesma peça de dinheiro em determinado período de tempo, o que é representado pela velocidade do curso do dinheiro (MARX, 2012, p. 146). Em determinado período de tempo, a velocidade é determinada pelo número de movimento de uma mesma peça de dinheiro. A partir do total de movimentos das peças, pode-se chegar à velocidade média da circulação do dinheiro (V).³⁴ A relação entre a velocidade de circulação do dinheiro e o total de meios circulantes é inversa.³⁵

Ainda em relação à velocidade do curso do dinheiro, é necessário ressaltar que esta é a manifestação do processo de circulação de mercadorias e da sua velocidade. Dessa forma, quando a velocidade do curso do dinheiro é elevada, significa que estão ocorrendo as metamorfoses da mercadoria com rapidez, em que elas entram e saem do processo de circulação para a esfera do consumo em alta velocidade, sendo substituídas por novas. Da mesma forma, uma redução da velocidade do curso do dinheiro é sintoma de que vendas e compras apresentam maior dissociação no tempo, refletindo “a paralisação da metamorfose das mercadorias, do giro social das coisas” devido ao “retardamento do uso do dinheiro” (MARX, 2012, p. 147). Esta paralisação é erroneamente atribuída à falta de meios de circulação, pois é assim que aparece o problema: pela falta de dinheiro para que sejam feitas compras.³⁶

Assim, a partir do nível de preços, da quantidade produzida e da velocidade de circulação, Marx apresenta a seguinte lei genérica, válida para um determinado período, para a quantidade necessária de meio circulante para a circulação de mercadorias:

$$MC = \frac{\sum_{i=1}^n p_i \cdot t_i}{V} \quad (1)$$

³⁴ “Dado o número total dos movimentos de todas as peças de dinheiro do mesmo nome em curso, pode-se obter o número médio de movimentos de uma peça isolada ou a velocidade média da circulação do dinheiro. [...] uma vez em curso, as peças monetárias se tornam, por assim dizer, solidárias entre si. Se uma aumenta a velocidade do seu curso, a outra reduz ou sai inteiramente da circulação, uma vez que esta só pode absorver um montante de dinheiro que, multiplicado pelo número médio de movimentos de sua unidade monetária, seja igual à soma dos preços a realizar” (MARX, 2012, p. 147).

³⁵ “Se aumenta o número dos movimentos das peças de dinheiro, diminui o número de peças em circulação. Diminuindo o número dos movimentos, aumenta o número total dessas peças” (MARX, 2012, p. 147).

³⁶ “O público, que vê, com o retardamento do uso do dinheiro, aparecer e desaparecer o dinheiro com menos frequência em todos os pontos da periferia da circulação, tende a atribuir esse fenômeno à quantidade insuficiente dos meios de circulação” (MARX, 2012, p. 148).

O total de meio circulante (MC) é dado pelo quociente entre o somatório dos preços de todas as mercadorias transacionadas ($\sum_{i=1}^n p_i \cdot t_i$) e a velocidade do curso do dinheiro (V), representada aqui pela velocidade média da circulação do dinheiro. Portanto, Marx, ao aceitar a validade desta relação, assume o meio circulante como uma variável endógena, definida pelas próprias necessidades do processo de circulação das mercadorias. Marx ressalta que os três fatores determinantes do meio de circulação – preços, quantidades produzidas e velocidade de circulação do dinheiro – podem variar em sentidos diferentes e em proporções diversas (MARX, 2012, p. 148).³⁷ A múltipla combinação desses fatores variáveis, além do valor do dinheiro, é o que explica a quantidade dos meios de circulação existente.

2.2.2.3 Moeda e Símbolos de Valor

Na sua função de meio de circulação, o dinheiro adquire a forma moeda. Trata-se de uma categoria específica na abordagem de Marx, pois é uma forma do dinheiro. São moeda as peças de ouro usadas no processo de circulação e cunhadas pelo Estado. Passa a ser atribuição do Estado não só estabelecer o padrão de preços monetários, mas cunhar a moeda (MARX, 2012, p. 151). É a cunhagem da moeda, a roupagem dada ao dinheiro pelo Estado, que separa a esfera nacional da circulação de mercadorias da esfera internacional. Com a cunhagem, as moedas passam a ser forma recorrente de dinheiro no processo de circulação.

No entanto, com a circulação, há desgaste gradual das moedas, o que faz com que seus pesos passem a divergir do padrão de preços. Marx afirma que aí “começa o processo de dissociação entre o título e a substância do ouro, entre o peso nominal e o peso real” (MARX, 2012, p. 152).³⁸ Os processos históricos demonstram que, após perda de conteúdo metálico, diversas peças de ouro deixavam de ter curso legal por essa divergência entre peso e padrão de preços. Assim, historicamente, substituíram-se as moedas de ouro por moedas de outros materiais, como outros metais e, posteriormente por papel moeda de curso forçado. Essa possibilidade existe devido ao fato de que o curso do dinheiro, o dinheiro em circulação, “separa a existência metálica do dinheiro de sua existência funcional”, permitindo a

³⁷ Estas são diferenças cruciais entre a visão de Marx e a Teoria Quantitativa da Moeda clássica. Nesta última, além de o meio circulante ser tomado como uma variável exógena, assume-se que a velocidade da moeda é constante, assim como o produto, que está em pleno emprego dos fatores de produção. A partir daí, estabelece-se a relação direta entre meios de circulação e preços. Para Marx, todos os elementos da relação variam conjuntamente e os meios de circulação são definidos endogenamente: “A ilusão de que os preços das mercadorias são determinados pela quantidade dos meios de circulação, e esta pela quantidade de metais preciosos existentes num país, é uma ilusão fundamentada por seus primitivos adeptos na hipótese absurda de que as mercadorias entram na circulação sem preço e o dinheiro sem valor, e, uma vez na circulação, se permuta uma parte alíquota da massa de mercadorias por uma parte alíquota do monte de metais preciosos” (MARX, 2012, p. 150-151).

³⁸ “O título do ouro e a substância do ouro, o conteúdo nominal e conteúdo real começam seu processo de dissociação” (MARX, 1985, p. 107).

introdução de símbolos que cumpram exclusivamente a função de meio de circulação (MARX, 2012, p. 152).

Portanto, o primeiro exemplo de dinheiro simbólico dado por Marx é a circulação de outros metais, como peças de prata e cobre. Esses outros metais substituem, na circulação, o ouro, principalmente em faixas em que há maior desgaste das peças, como em compras e vendas de pequena escala que ocorrem de forma recorrente. Apesar de serem metais, não depende do seu peso e, por consequência, do seu valor, a sua função monetária de meio de circulação. Essas peças de prata e cobre são apenas símbolos do ouro, representando-o como meio de circulação. O que importa não é seu peso, mas seu caráter simbólico de representar dinheiro.

Assim, há uma completa dissociação entre a função de ser representante de ouro e o valor metálico de peças de outros metais, como prata e cobre. Devido a essa dissociação, coisas relativamente sem valor, como papel, podem cumprir a função de meio de circulação, pois basta que sejam meros símbolos do dinheiro.³⁹ Portanto, o caráter de símbolo que já existe na circulação de moedas metálicas se revela completamente na circulação de papel-moeda. O papel-moeda substitui a circulação metálica através de curso compulsório promovido pelo Estado, que emite o papel. A circulação de papel-moeda, portanto, se origina diretamente do curso metálico, nascendo da sua função de meio de circulação (MARX, 2012, p. 154). Passa a ser atribuição do Estado colocar em circulação o papel-moeda de curso forçado, lançando pedaços de papel com as respectivas denominações monetárias no processo de circulação.⁴⁰

Marx afirma que há uma *lei específica da circulação de papel-moeda*, que deriva da sua função de representar ouro: “a emissão de papel-moeda tem de limitar-se à quantidade de ouro (ou, se for o caso, de prata) que realmente circularia se não fosse substituída por símbolos.” (MARX, 2012, p. 154). Assim, o papel moeda representa uma quantidade de ouro, mas apenas “a quantidade de ouro suscetível a ser representada” (MARX, 2012, p. 155). Conforme vimos, para Marx, a quantidade de ouro que deveria circular no processo de circulação de mercadorias (meio circulante) é definida endogenamente pela relação entre o

³⁹ “A função de numerário do ouro se dissocia inteiramente de seu valor metálico. Coisas relativamente sem valor, pedaços de papel, podem substituí-lo no exercício da função de moeda. O caráter puramente simbólico está de algum modo dissimulado nas peças de dinheiro metálicas. Revela-se plenamente no dinheiro papel. Com efeito, a dificuldade está no primeiro passo” (MARX, 2012, p. 153).

⁴⁰ Germer (1997) compreende o papel-moeda como uma forma primitiva de dinheiro, que não está associada ao crédito, usada para cobrir gastos do Estado quando o mesmo não é capaz de pagar em ouro. Trata-se, portanto, de uma categoria mais predominante em economias capitalistas pouco desenvolvidas, sem sistema de crédito com o qual o Estado poderia se financiar. É diferente, portanto, do dinheiro de crédito, que é uma categoria que exploraremos posteriormente, ao tratarmos do desenvolvimento do sistema de crédito.

somatório dos preços de todas as mercadorias transacionadas e a velocidade de circulação da moeda. Sobre isso, Marx afirma:

A quantidade de ouro que a circulação pode absorver oscila continuamente acima ou abaixo de certo nível médio. Todavia, a massa do meio circulante em dado país nunca desce abaixo de certo mínimo que a experiência revela. [...] Por isso, pode essa massa mínima ser substituída por símbolos de papel (MARX, 2012, p. 154).

Portanto, uma parte dos meios de circulação pode ser substituída por papel. No entanto, caso, pelas oscilações das necessidades de meio circulante, o papel ultrapasse a quantidade de meio circulante que poderia substituir, altera-se o padrão de preços, como se fosse afetada a função do ouro de medir os preços.⁴¹

Se a massa de papel-moeda for o dobro que deve ser, 1 libra esterlina, em vez de designar $\frac{1}{4}$ de onça, será a denominação monetária de $\frac{1}{8}$ de onça. É como se o ouro tivesse experimentado uma alteração em sua função de medir os preços. Os mesmos valores que se expressavam antes por meio do preço de 1 libra esterlina expressam-se agora pelo preço de 2 libras esterlinas (MARX, 2012, p. 155, grifos nossos).

O papel-moeda é, como visto, apenas um símbolo que representa o ouro, o dinheiro. Ele, em si mesmo, não apresenta valor, mas simboliza o valor de ouro ideal, imaginário. Para isso, deve representar determinada quantidade de ouro.

Papel-moeda representa simbolicamente as mesmas quantidades de ouro em que se expressam *idealmente os valores das mercadorias*, e esta é a única relação existente entre ele e esses valores. O papel-moeda só é símbolo de valor por representar quantidade de ouro, a qual é quantidade de valor como todas as quantidades das outras mercadorias (MARX, 2012, p. 155, grifos nossos).

A substituição, no processo de circulação, de dinheiro por papel-moeda, mero símbolo destituído de valor, só pode ocorrer por causa da dissociação entre a função de meio de circulação, de moeda, e a materialidade do dinheiro. Assim, a sua natureza funcional é o que permite essa substituição. Há uma quantidade mínima de ouro que é substituível por papel-moeda, pois “permanece continuamente na esfera da circulação, de maneira incessante desempenha a função de meio de circulação e por isso existe para esse fim apenas” (MARX, 2012, p. 155-156). Ao cumprir meramente esta função, é possível sua substituição por símbolos.

⁴¹ Isso não implica que, ao tratar do papel-moeda, a abordagem de Marx se torne análoga à teoria quantitativa da moeda, em que a quantidade de meios de circulação determina o preço. Essa teoria pressupõe que a mercadoria entra na circulação sem preço e o dinheiro, sem valor. Na verdade, na abordagem de Marx, ao entrarem na circulação, tanto mercadoria quanto dinheiro apresentam valor. O preço é a mera expressão dessa relação, do seu valor relativo. É o preço a partir dos valores que determina endogenamente a quantidade de meio de circulação necessária, mesmo que a emissão de papel-moeda gere preços mais elevados. Ao mesmo tempo, a lei de circulação do papel-moeda é capaz de explicar processos inflacionários relacionados à emissão excessiva de papel-moeda em economias de circulação metálica, como no financiamento de déficits públicos sem sistema de crédito.

Basta a existência apenas simbólica do dinheiro num processo em que ele passa ininterruptamente de mão em mão [curso do dinheiro]. Sua existência funcional absorve por assim dizer a material. Reflexo objetivo, mas transitório dos preços das mercadorias, funciona somente como símbolo de si mesmo e, por isso, pode ser substituído por símbolos (MARX, 2012, p. 156).

Para que o símbolo possa cumprir a função de meio de circulação, é necessário que o mesmo tenha validade social, o que se dá através da coerção do Estado, que estabelece o curso forçado do papel-moeda. No entanto, esta validade social fica restringida à esfera interna da circulação, a esfera nacional. Assim, o papel-moeda, em determinado país, desempenha “pura existência funcional, exteriormente distinta de sua substância metálica” (MARX, 2012, p. 156).⁴²

A revisão da abordagem de Marx acerca da função de meio de circulação feita até aqui permite compreender os detalhes do processo de metamorfose da mercadoria de maneira ampla. Nesse processo, os circuitos das mercadorias tomados em conjunto formam a circulação das mercadorias. O curso do dinheiro emerge como um processo decorrente dessa circulação, assim como a endogeneidade do meio circulante e a existência de símbolos que representam o dinheiro na sua função de meio de circulação. A riqueza da abordagem de Marx está em demonstrar como estes são decorrência lógica da circulação de mercadorias.

2.2.3 O Dinheiro

As funções descritas a seguir são exercidas exclusivamente pela mercadoria que assume a forma dinheiro. “É dinheiro a mercadoria que serve para medir o valor e, diretamente ou através de representante, serve de meio de circulação” (MARX, 2012, p. 156). Assim, ao reunir essas duas funções, determinada mercadoria, como o ouro, torna-se dinheiro, assumindo a forma de equivalente geral. Exerce as funções de dinheiro diretamente ou através de símbolos, e “configura com exclusividade o valor ou a única existência adequada do valor-de-troca das mercadorias, em oposição à existência delas como valor de uso” (MARX, 2012, p. 156-157). As funções apresentadas a seguir são a de entesouramento, meio de pagamento e dinheiro mundial.

⁴² “É necessário unicamente que o símbolo do dinheiro tenha a validade social própria do dinheiro, e esta adquire-a o papel que o simboliza, através do curso forçado. A coerção do Estado vigora apenas na esfera interna da circulação, contida dentro das fronteiras de uma comunidade, e só nela desempenha o dinheiro plenamente sua função de meio de circulação e assim pode ter no papel-moeda pura existência funcional, exteriormente distinta de sua substância metálica” (MARX, 2012, p. 156).

2.2.3.1 Entesouramento

O entesouramento é a interrupção da metamorfose das mercadorias e, conseqüentemente, do curso do dinheiro, com o objetivo de reter o produto da venda, o dinheiro. Quando ocorre, assume o dinheiro a forma de tesouro, e seu possuidor, a função de entesourador. Nesse caso, a venda objetiva exclusivamente substituir a forma mercadoria pela forma dinheiro como um fim em si mesmo, e não para servir como meio de circulação (MARX, 2012, p. 157).

Em sociedades com baixo nível de desenvolvimento da divisão social do trabalho, em que a produção se ajusta ao próprio consumo e corresponde às necessidades básicas, o dinheiro é entesourado por representar riqueza e valores de uso supérfluos. Esta, de acordo com Marx, é uma forma ingênua e primitiva de entesouramento (MARX, 2012, p. 157). Com o desenvolvimento da produção de mercadorias, a manutenção de certa quantia em dinheiro na forma tesouro passa a ocorrer por outros motivos. Alguns dos motivos citados por Marx são a ampliação constante das necessidades a partir do desenvolvimento da divisão social do trabalho, impondo compras de mercadorias ininterruptamente, e o fato de produção e venda serem atos separados no tempo e ocorrerem de forma fortuita, demandando fundos de reserva (MARX, 2012, p. 158).

Marx afirma que entesouramento é possibilitado pela entrada de dinheiro diretamente na circulação, a partir de suas fontes de produção.⁴³ Dessa forma, “aparecem em todos os pontos do intercâmbio tesouros de ouro e prata mais ou menos importantes” (MARX, 2012, p. 158). Esses acúmulos de tesouro e o desenvolvimento da circulação de mercadorias ampliam o poder do dinheiro, por ser forma de conservar valor-de-troca em “forma de riqueza sempre disponível e absolutamente social” (MARX, 2012, p. 158). O poder do dinheiro associa-se à constante mercantilização da vida social, em que tudo se converte em dinheiro, mercadoria ou não. Dessa forma, o poder social, materializado no dinheiro, torna-se poder privado dos particulares que o detêm (MARX, 2012, p. 158-159).⁴⁴

⁴³ “Para comprar sem vender, é mister ter antes vendido sem comprar. Essa operação numa escala generalizada parece contradizer-se. Nas suas fontes de produção, os metais nobres permutam-se diretamente com outras mercadorias. Aí ocorrem vendas (do lado do possuidor da mercadoria) sem compra (do lado do possuidor de ouro e da prata). E vendas posteriores sem compras subsequentes apenas possibilitam a distribuição dos metais preciosos entre todos os possuidores de mercadorias” (MARX, 2012, p. 158).

⁴⁴ “Não revelando o dinheiro aquilo que nele se transforma, converte-se tudo em dinheiro, mercadoria ou não. Tudo se pode vender e comprar. A circulação torna-se a grande retorta social a que se lança tudo, para ser devolvido sob a forma de dinheiro. Não escapam a essa alquimia os ossos dos santos e, menos ainda, itens mais refinados, como coisas sacrossantas [coisas sagradas que não são objeto do comércio dos homens]. No dinheiro desaparecem todas as diferenças qualitativas das mercadorias, e o dinheiro, nivelador radical, apaga todas as distinções. Mas o próprio dinheiro é mercadoria, um objeto externo, suscetível de tornar-se

Marx afirma que o processo de entesouramento, de acumulação de dinheiro, é movido pela contradição inerente à forma dinheiro da mercadoria: ela é uma forma, ao mesmo tempo, irrestrita qualitativamente e restrita quantitativamente. Por ser o representante universal da riqueza material, o dinheiro pode ser convertido em qualquer mercadoria. No entanto, o dinheiro apresenta seus limites quantitativos, uma vez que é meio de compra de eficácia restrita. Como afirma Marx (2012, p. 160),

Essa contradição entre limitação quantitativa e o aspecto qualitativo sem limites impulsiona permanentemente o entesourador para o trabalho de Sísifo da acumulação. Conduz-se ele como conquistador que vê em cada país conquistado apenas uma nova fronteira a ser ultrapassada.⁴⁵

O valor do tesouro flutua, em razão da variação do valor do dinheiro e do valor das demais mercadorias. No entanto, isto não impede o impulso da acumulação de tesouro, pois o dinheiro permanece sendo “a encarnação social direta de todo trabalho humano” e maiores quantidades de dinheiro permanecem representando maior trabalho humano do que menores quantidades (MARX, 2012, p. 160). Para que ocorra essa acumulação, é necessário que o dinheiro não entre na circulação como meio de compra. Assim, ao invés do consumo, deve haver poupança.⁴⁶ Com a redução do consumo, interrompe-se momentaneamente a circulação.

O entesouramento desempenha uma primeira função na economia de circulação metálica: permite a variação do meio circulante através da mudança de forma entre moeda e tesouro. De acordo com a variação nos preços e na velocidade de circulação das mercadorias, “ora tem o dinheiro de ser atraído para servir de moeda, ora a moeda tem de ser repelida para servir de dinheiro acumulado”, de acordo com as necessidades de meio de circulação (MARX, 2012, p. 161). Assim, a mudança de forma do dinheiro entre moeda e tesouro, através da colocação ou retirada do dinheiro na circulação, é o que permite o ajuste endógeno do meio circulante. Portanto, para que seja possível esse ajuste, a quantidade de dinheiro existente deve sempre exceder as necessidades da circulação, pois parte deve estar na forma tesouro. “As reservas entesouradas servem de canais ao mesmo tempo adutores e de derivação

propriedade privada de qualquer indivíduo. Assim, o poder social torna-se o poder privado de particulares” (MARX, 2012, p. 158-159).

⁴⁵ Marx refere-se ao trabalho eterno de Sísifo de empurrar uma pedra até o cume de uma montanha, ao qual foi condenado pelos deuses na mitologia grega: “And I saw Sisyphus in agonising torment trying to roll a huge stone to the top of a hill. He would brace himself, and push it towards the summit with both hands, but just as he was about to heave it over the crest its weight overcame him, and then down again to the plain came bounding that pitiless boulder. He would wrestle again, and lever it back, while the sweat poured from his limbs, and the dust swirled round his head” (Odisséia, Livro XI).

⁴⁶ “O entesourador sacrifica à idolatria do ouro os prazeres da carne. Esposa o evangelho da abstenção. Mas só pode tirar em dinheiro da circulação o que lhe dá em mercadoria. Quanto mais produz, mais pode vender. Diligência, poupança e avaréza são suas virtudes cardeais; vender muito, comprar pouco a suma da sua economia política” (MARX, 2012, p. 160).

do dinheiro circulante, o qual, por isso, nunca transborda os canais do seu curso” (MARX, 2012, p. 161).

2.2.3.2 Meio de Pagamento

A função de meio de pagamento decorre do fato de que, com o desenvolvimento da circulação de mercadorias, passa a surgir a separação temporal entre a alienação da mercadoria e a realização do seu preço, separação entre aquisição e pagamento.⁴⁷ Isso pode decorrer de condições sazonais de produção, de tempo de transporte da mercadoria, e de outros motivos, como o pagamento de aluguel por utilização de um espaço por determinado período. Nesse descasamento entre compra e pagamento, cria-se uma dívida, uma obrigação, um direito a dinheiro futuro. Quando o dinheiro é utilizado para saldar a dívida, cumpre a função de meio de pagamento. Portanto, a dívida e a função de meio de pagamento são um desenvolvimento da forma do valor.⁴⁸ Nessa forma desenvolvida da circulação de mercadorias, não há o encontro simultâneo da mercadoria com o dinheiro, como dois polos do processo de venda.

O vendedor assume a função de credor e o comprador, a função de devedor. Na circulação simples das mercadorias, as funções de credor e devedor são funções transitórias, desempenhadas de forma alternada pelos mesmos agentes de acordo com a sua posição, assim como as funções de vendedor e comprador. No entanto, ao contrário das funções de comprador e vendedor, Marx afirma que a relação entre credor e devedor é mais conflituosa, e pode cristalizar-se, tornando-se permanente (MARX, 2012, p. 162).⁴⁹

A relação entre o dinheiro e a mercadoria se dá de maneira distinta nessa forma desenvolvida da circulação de mercadorias. Primeiro, ao ser medida do valor, o dinheiro determina o preço da mercadoria, mas que só será pago em uma data específica definida por

⁴⁷ “Basta indicar as mais simples dessas condições. Uma espécie de mercadoria exige, para ser produzida, um tempo mais longo que outra. A produção de diversas mercadorias depende de diferentes estações do ano. Uma mercadoria se fabrica no seu próprio mercado, outra tem de fazer uma longa viagem. Um possuidor de mercadoria pode, assim, estar pronto para vender, antes que outro esteja pronto para comprar” (MARX, 2012, p. 162).

⁴⁸ “Um vende mercadoria existente, outro compra como mero representante de dinheiro, ou de dinheiro futuro. O vendedor torna-se credor; o comprador, devedor. A metamorfose da mercadoria, ou o desenvolvimento da forma do valor, assume então novo aspecto, e, em consequência, o dinheiro adquire nova função. Ele se torna meio de pagamento” (MARX, 2012, p. 162).

⁴⁹ Marx trata das funções de credor e devedor fora da circulação simples de mercadorias, como em sociedades cujo modo de produção não é o capitalista. Essas funções eram a forma com que aparecia e se desenrolava a luta de classes nessas sociedades, como a romana, em que o plebeu devedor tornava-se escravo, e a sociedade feudal, em que o devedor feudal perdia seu poder político junto com a sua base econômica (MARX, 2012, p. 162).

contrato. Segundo, como meio ideal de compra, o dinheiro é uma promessa de pagamento. Portanto, o dinheiro só existe idealmente quando há a alienação da mercadoria. O dinheiro só penetra na circulação na data definida pelo contrato, como meio de pagamento. Nessa relação, o dinheiro não é mais o intermediário de um processo, como quando é meio de circulação, mas é o próprio fim da relação, levando-a a uma conclusão (MARX, 2012, p. 163). Nesse caso, o devedor vende mercadorias não para satisfazer as suas necessidades através do dinheiro ou para entesourá-lo, mas para pagar a sua dívida. O pagamento da dívida passa a ser um direito do credor, que pode cobrá-lo judicialmente.

Uma especificidade dessa relação é que, com a dívida, o comprador pode comprar sem antes vender, pode realizar a segunda metamorfose antes da primeira (MARX, 2012, p. 163). A mercadoria é alienada a partir da dívida, de um direito sobre dinheiro a receber, e é consumida antes da conversão em dinheiro. Só posteriormente é que ocorre a primeira metamorfose, permitindo o pagamento da dívida. Assim, a cadeia de pagamentos existente na circulação de mercadorias se torna mais complexa, não existindo apenas o curso dos meios de circulação, mas também o curso dos meios de pagamento.⁵⁰

Assim, como o curso de meios de circulação, o curso de meios de pagamento também apresenta uma velocidade. Marx afirma que a velocidade do curso dos meios de pagamento, depende, em primeiro lugar do encadeamento das relações entre credores e devedores e, em segundo lugar, pela duração dos intervalos entre as datas de pagamento definidas (MARX, 2012, p. 164). É da velocidade do curso dos meios de pagamento que depende a realização da soma dos preços das obrigações que vencem em um determinado período. Em relação aos impactos dos meios de pagamento na quantidade de meio circulante, Marx (2012, p. 164) afirma que “simultaneidade e contiguidade das vendas estabelecem limites à substituição da quantidade de moeda pela velocidade do curso”.

A circulação de mercadorias através de dívida apresenta, no entanto, a possibilidade de economia de meios de pagamento através da liquidação de dívidas por compensação. Esse processo ocorre quando, com a concentração geográfica dos pagamentos, passam a existir organizações e técnicas de liquidação, que visam “confrontar os créditos de A contra B, de B contra C e de C contra A, e assim por diante, para, até certo ponto, se anularem reciprocamente como grandezas positivas e negativas” (MARX, 2012, p. 164). Isso

⁵⁰ “A cadeia de pagamentos sucessivos ou de primeiras metamorfoses retardadas distingue-se fundamentalmente do entrelaçamento das séries de metamorfoses já estudado. O curso dos meios de circulação não expressa apenas a conexão entre vendedores e compradores; esta nasce naquele e com aquele curso. O movimento dos meios de pagamento, ao contrário, expressa uma conexão social que existia antes dele” (MARX, 2012, p. 164).

economiza meios de pagamento, pois o que é necessário pagar após a compensação é apenas a diferença entre as dívidas. Portanto, “quanto maior a concentração dos pagamentos, tanto menores, relativamente, o saldo e a quantidade de meios de pagamento em circulação” (MARX, 2012, p. 164).

Explicadas a velocidade de circulação dos meios de pagamento e a compensação de dívidas, Marx define a soma global de dinheiro na circulação da seguinte forma:

A soma global de dinheiro que circula em determinado período, dada a velocidade do curso dos meios de circulação e de pagamento, é igual à soma dos preços a realizar das mercadorias mais a soma dos pagamentos vencidos, menos os pagamentos que reciprocamente se compensam, menos finalmente as repetições do emprego da mesma moeda como meio de circulação ou meio de pagamento (MARX, 2012, p. 165).⁵¹

De forma análoga, a definição acima pode ser expressa matematicamente como um desdobramento da equação (1), definindo o total de meios de circulação e de meios de pagamento para determinado período, a partir da inclusão da velocidade de circulação dos meios de pagamento e do processo de compensação de dívidas.

$$D = MC + MP = \frac{\sum_{i=1}^n p_i \cdot t_i + dv - cp}{V_{MC+MP}} \quad (2)$$

Assim, o total de dinheiro no processo de circulação (D), que é a soma dos meios de circulação (MC) e dos meios de pagamento (MP), pode ser definido como a soma entre o somatório dos preços multiplicados pelas transações das mercadorias ($\sum_{i=1}^n p_i \cdot t_i$) e das dívidas vencidas pagas e líquidas após compensação, (dv - cp) dividida pela velocidade de circulação média da moeda, considerando tanto o dinheiro na função meio de circulação como na função meio de pagamento (V_{MC+MP}).⁵²

Na medida em que se desenvolve a circulação a partir de meios de pagamento, emerge uma nova forma do dinheiro, que decorre diretamente da sua função de meio de pagamento: o dinheiro de crédito. O dinheiro de crédito é a circulação de “certificados das dívidas relativas às mercadorias vendidas, com o fim de transferir a outros o direito de exigir o pagamento delas” (MARX, 2012, p. 166). Esta forma está associada ao desenvolvimento do sistema de

⁵¹ Marx (2012, p. 165-166) prossegue com um exemplo em que o dinheiro serve como meio de pagamento: “O camponês, por exemplo, vende seu trigo por 2 libras esterlinas, que servem assim de meio de circulação. Com o mesmo dinheiro, paga, no dia do vencimento, o linho que lhe forneceu o tecelão. As duas libras esterlinas servem agora de meio de pagamento. O tecelão compra então uma Bíblia com as mesmas duas libras esterlinas, que servem novamente de meio de circulação, e assim por diante”.

⁵² Na circulação por meios de pagamento, não há correspondência, em determinado período, entre o número de mercadorias em circulação e a quantidade de dinheiro em curso. Circulam mercadorias cujo pagamento só será realizado no futuro, sem haver dinheiro correspondente em circulação. Ao mesmo tempo, há dinheiro que representa mercadorias que já foram expelidas da circulação no passado (MARX, 2012, p. 166).

crédito, que decorre da função de meio de pagamento do dinheiro, mas que também apresenta características que só podem ser compreendidas quando da análise das relações capitalistas, ou seja, da produção de mercadorias por meio de capitais.

Uma segunda consequência do desenvolvimento dessa forma de circulação é a extrapolação da esfera da circulação de mercadorias pela função de meio de pagamento. O dinheiro, nessa função, passa a ser também o denominador dos contratos, a mercadoria universal. Assim, todas as formas de rendas e tributos que antes eram pagas em espécie passam a ser denominadas em dinheiro (MARX, 2012, p. 167-168). Além disso, fixam-se, em cada país, datas que regulam os pagamentos, originem-se esses pagamentos da circulação de mercadorias, que dependem de sazonalidade na produção, ou não.⁵³ Assim, a função de meio de pagamento extrapola a circulação de mercadorias e passa a denominar os contratos em dinheiro, com prazos de pagamento específicos.

Uma última consequência da função de meio de pagamento é o entesouramento ocasionado pela necessidade de ter meios de pagamento em reserva, pois é necessário atender aos débitos futuros, em suas respectivas datas (MARX, 2012, p. 169). Nesse caso, o dinheiro assume a forma de fundo de reserva de meios de pagamento, e estes fundos crescem na medida em que se expande a circulação de mercadorias.

Por fim, a função de dinheiro como meio de pagamento apresenta uma contradição direta que se manifesta nas crises de dinheiro, uma das fases das crises industriais e comerciais.⁵⁴ Essa contradição está no fato de que, no processo de compensação das dívidas, há apenas dinheiro ideal, imaginário. No entanto, quando devem ser efetuados os pagamentos reais, o dinheiro deve existir como dinheiro real, encarnação do trabalho social, forma de manifestação do valor-de-troca (MARX, 2012, p. 164). As crises de dinheiro decorrem dessa contradição quando há pleno desenvolvimento de uma cadeia de pagamentos simultâneos e sistemas de liquidação por compensação. Havendo perturbações nesse sistema, passa a ser necessária a presença de dinheiro real, como meio de pagamento, para saldar as dívidas. O dinheiro “não é mais substituível por mercadorias profanas” (MARX, 2012, p. 165)

O valor de uso da mercadoria não interessa mais, e o valor dela desaparece diante da forma independente do valor. Ainda há pouco, inebriado pela prosperidade e jactando-se de seu racionalismo, o burguês declarava ser o dinheiro mera ilusão. Só

⁵³ “A massa de dinheiro mobilizada para atender nessas datas aos pagamentos que aumentam por todo o país causa perturbações periódicas, embora puramente superficiais, na economia dos meios de pagamento” (MARX, 2012, p. 168).

⁵⁴ Esta crise é uma etapa do ciclo industrial, que analisaremos posteriormente. Marx afirma que há um outro tipo de crise de dinheiro, diferente da explanada aqui, que surge de forma independente e repercute sobre o comércio e a indústria. Esse segundo tipo de crise tem como centro motor o capital-dinheiro e repercute diretamente no sistema bancário e financeiro (MARX, 2012, p. 164).

a mercadoria é dinheiro. Mas, agora, se proclama por toda parte: só dinheiro é mercadoria. E sua alma implora por dinheiro, a única riqueza, como o gado, na seca, brama por água (MARX, 2012, p. 165).

Com a crise, apenas o dinheiro passa a ser aceito como meio de pagamento. No entanto, o mesmo se torna cada vez mais escasso, devido à contradição absoluta que se instaura na crise. Mesmo que haja grande quantidade de moeda, a mesma se encontra na forma de tesouro. Marx afirma que, nesse ambiente de escassez do dinheiro, há um salto brusco do sistema de crédito, em que se aceita dinheiro de crédito, para o sistema monetário, em que só dinheiro em espécie é aceito como meio de pagamento.⁵⁵

2.2.3.3 Dinheiro Mundial

Como último aspecto, Marx analisa o dinheiro na circulação internacional de mercadorias. Na esfera internacional, despe-se o dinheiro de suas formas locais de padrão de preços, moeda e símbolos de valor para encarnar sua forma original, a forma metálica. Nessa esfera, o dinheiro assume a forma de dinheiro mundial, na qual apresenta funções próprias. Toda teorização de Marx está relacionada ao padrão bimetálico existente no século XIX, diferente do atual, pós-Bretton Woods, em que o papel de dinheiro mundial é exercido principalmente pelo Dólar, uma moeda nacional que é dinheiro de crédito. É necessário, portanto, ter este aspecto em mente ao revisarmos a forma dinheiro mundial.

As funções do dinheiro mundial são as seguintes:

- a) meio universal de pagamento;
- b) meio universal de compra; e
- c) encarnação social absoluta da riqueza (riqueza universal) (MARX, 2012, p. 170).

A primeira função é a primordial, e está relacionada à capacidade do dinheiro de liquidar débitos internacionais, fazer pagamentos. A segunda está relacionada ao comércio internacional, em que o dinheiro mundial é utilizado para comprar mercadorias. A última função não está relacionada nem a compras e nem a pagamentos, mas sim à transferência de riqueza na forma dinheiro quando não é possível fazê-lo na forma mercadoria, como no caso de subsídios, empréstimos para guerras ou para bancos realizarem o pagamento de bilhetes (MARX, 2012, p. 170-171).

⁵⁵ “Este salto brusco do sistema de crédito para o sistema de dinheiro em espécie faz associarem-se o medo teórico e o pânico prático, e os agentes da circulação estremeçam ante o mistério impenetrável que envolve suas próprias relações econômicas” (MARX, 2012, p. 165).

Para a circulação mundial, assim como para a circulação interna, todo país necessita de um fundo de reserva. Assim, existem as reservas entesouradas, cujas funções estão relacionadas, ao mesmo tempo com as funções do dinheiro na circulação interna, de meio de circulação e de meio de pagamento, e com as funções de dinheiro mundial. Nos países com a produção e a circulação de mercadorias mais desenvolvidas, essas reservas são mantidas ao mínimo necessário para o desempenho de suas funções específicas. Excesso de reservas entesouradas além do nível médio, de acordo com Marx, está relacionado ao estancamento da circulação de mercadorias, interrupção das suas metamorfoses (MARX, 2012, p. 172).

Marx afirma que, na esfera mundial, há uma dupla medida do valor relacionada ao padrão bimetálico, de ouro e prata, diferentemente da esfera nacional⁵⁶, e o metal apresenta um duplo fluxo. Em primeiro lugar, há o fluxo do metal que vai das suas fontes de produção para os diversos mercados do mundo, entrando na circulação interna, servindo de material para artigos de luxo e petrificando-se em tesouro (MARX, 2012, p. 172). A entrada desse metal ocorre através da venda de mercadorias de um país pelo dinheiro produzido nos países produtores de ouro e prata. Um segundo fluxo de metal é o fluxo contínuo entre os países, entre as diferentes esferas nacionais de circulação, que depende primordialmente das flutuações do câmbio decorrentes do comércio e dos pagamentos internacionais.

⁵⁶ Enquanto o ouro era a medida do valor na maior parte do mundo, a prata era a medida do valor na Ásia. Por isso o comércio entre Inglaterra e Ásia era feito primordialmente através da prata.

3 O Dinheiro e os Circuitos do Capital no Modo de Produção Capitalista

A análise teórica de Marx acerca do dinheiro apresentada no capítulo anterior compreende apenas as relações sociais existentes na circulação simples de mercadorias. Embora essas relações simples façam parte das relações capitalistas, pois a sociedade capitalista é uma sociedade mercantil, não as explicam completamente. É necessário compreender o processo de produção de mercadorias não apenas como economia mercantil simples, mas também como processo de produção por meio de capitais: o modo capitalista de produção de mercadorias. As relações capitalistas dão ao dinheiro fundamentos mais complexos que os abordados anteriormente, sem os quais a compreensão das formas com que se apresentam as finanças capitalistas está inevitavelmente incompleta. Esses desdobramentos teóricos associados à produção capitalista serão explorados neste capítulo.

O dinheiro e o sistema de crédito são fenômenos tipicamente da esfera da circulação. No entanto, sua compreensão completa é impossível dissociada dos elementos da esfera da produção e da circulação do capital. Nosso objetivo neste capítulo, portanto, é inserir em nossa análise os desdobramentos básicos do capital e, principalmente, da forma capital-dinheiro, conforme apresentados por Marx. Para isso, a primeira seção trata da emergência do capital em sua forma básica, do capital que cresce a partir da produção de mais-valor, o capital industrial, e também da sua circulação. A segunda seção trata da rotação do capital industrial e de suas consequências para a produção de mais-valor. A terceira seção trata das funções do capital-dinheiro e do acúmulo de fundos monetários como processo inerente da circulação e da rotação do capital industrial. A quarta e última seção trata do lucro e da formação da taxa geral de lucro a partir da concorrência entre os capitais, bem como da formação dos preços no modo de produção capitalista.

3.1 *Capital e Capital Industrial*

Vimos no capítulo anterior a teorização de Marx acerca do processo de circulação de mercadorias, que ocorre com na forma $M - D - M$. No entanto, o processo de circulação do dinheiro e das mercadorias possibilita também uma segunda forma: a forma inversa, aparentemente irracional, que apresenta o circuito $D - M - D$. O resultado final dela não é a troca de mercadorias qualitativamente diferentes, mas a troca de dinheiro por dinheiro. Essa diferença formal guarda também uma diferença de conteúdo: não se trata de trocar com o

objetivo de consumo, de satisfazer necessidades materiais através de um valor de uso distinto, mas de trocar com o objetivo de obter maior valor-de-troca, através da obtenção de maior magnitude de dinheiro (MARX, 2014b, p. 177-181). De acordo com Marx, “o dinheiro que se movimenta de acordo com esta última circulação transforma-se em capital, vira capital e, por sua destinação, é capital” (MARX, 2014b, p. 178).

A circulação do capital, em sua forma básica, é $D - M - D'$, em que $D' = D + \Delta D$, pois se justifica apenas se a quantidade de dinheiro obtida ao seu fim é superior à quantidade originalmente adiantada (MARX, 2014b, p. 181). Assim, o ponto final da circulação do capital é a quantia original de dinheiro mais um acréscimo. Esse acréscimo é o que Marx chama de mais-valor.⁵⁷ O valor que cresce em magnitude dessa maneira, sendo valor que se valoriza, é, portanto, capital.

Uma quantia de dinheiro só pode se diferenciar de outra quantia de dinheiro por sua grandeza. Assim, o processo de $D - M - D$ não deve seu conteúdo a nenhuma diferença qualitativa de seus extremos, pois ambos são dinheiro, mas apenas à sua distinção quantitativa. Ao final do processo, mais dinheiro é tirado da circulação do que nela fora lançado inicialmente. O algodão comprado por £100 é revendido por £100 + £10, ou por £110. A forma completa desse processo é, portanto, $D - M - D'$, onde $D' = D + \Delta D$, isto é, a quantia de dinheiro inicialmente adiantada mais um incremento. Esse incremento, ou excedente sobre o valor original, chamo de mais-valor (*surplus value*). O valor originalmente adiantado não se limita, assim, a conservar-se na circulação, mas nela modifica sua grandeza de valor, acrescenta a essa grandeza um mais-valor ou se valoriza. E esse movimento o transforma em capital (MARX, 2013c, p. 227).

É necessário compreender, portanto, como surge um valor excedente (mais-valor) capaz de proporcionar a expansão do capital. No modo de produção capitalista, a valorização do capital não pode ocorrer exclusivamente pela esfera da circulação de mercadorias, pois nesta há, em média, a troca por equivalentes de valor. Mesmo quando não ocorre a troca por equivalentes, o mais-valor apropriado por um indivíduo que obteve ganhos na troca é um “menos-valor” para outro. Nada houve nesse processo além da mudança da repartição do valor já existente na circulação entre indivíduos distintos. Portanto, está claro que não pode provir da circulação o mais-valor responsável pela valorização do capital, ocorra troca por equivalente ou não (MARX, 2012, p. 193-194).

O excedente com o qual o capital se valoriza deve surgir, portanto, da esfera da produção, a partir do consumo da força de trabalho pelo detentor dos meios de produção, o capitalista. No modo de produção capitalista, está pressuposta a relação social de produção em

⁵⁷ Estamos usando aqui a categoria “mais-valor”, conforme a tradução da Boitempo (MARX, 2013b; 2014c), no lugar de “mais-valia”, que aparece nas traduções da Civilização Brasileira (MARX, 2012; 1998; 2014a; 2013a, 2014b, 2008) e da Nova Cultural (MARX, 1985; 1986a; 1986b). Nas citações diretas, estamos fazendo essa substituição para dar uniformidade ao texto, sem confusão das categorias. A tradução da categoria como “mais-valor” está mais de acordo com o conceito de Marx (*Mehrwert*, ou *Surplus Value*).

que há a completa separação entre trabalhador efetivo e meios de produção, que são propriedade privada dos capitalistas. Assim, ao trabalhador efetivo, é necessário alienar a própria força de trabalho no mercado. Devido a essa separação, encontra-se disponível no mercado força de trabalho, mercadoria cujo valor de uso é produzir valor.⁵⁸ Como condição para que isso ocorra, deve ser “duplamente livre” o trabalhador que aliena de forma periódica sua força de trabalho no mercado: deve ser livre para negociá-la como possuidor dessa mercadoria, em igualdade jurídica com o capitalista, e deve ser livre dos meios de produção, destituído da possibilidade de produzir e vender mercadorias por conta própria.⁵⁹ Essa mercadoria específica, assim como as demais, apresenta valor relacionado ao tempo de trabalho socialmente necessário para sua produção e, conseqüentemente, sua reprodução. O valor da força de trabalho consiste, portanto, no valor dos meios de subsistência necessários para a sua manutenção.⁶⁰ Esse valor é pago ao trabalhador na forma de salário.

O consumo da força de trabalho, fruição do seu valor de uso, ocorre fora da esfera da circulação. Quando é posta em movimento na esfera da produção, associada aos meios de produção pertencentes ao capitalista, realiza trabalho, produzindo valores de uso e, ao mesmo tempo, produzindo valor. Assim, o processo de trabalho é, ao mesmo tempo, processo de valorização. Ao longo da jornada de trabalho, parte do valor nela produzido constitui remuneração da força de trabalho, na forma salário, enquanto a outra parte constitui trabalho excedente apropriado pelo capitalista, o mais-valor. É, portanto, do consumo da força de trabalho na esfera da produção que surge o excedente apropriado pelo capital, com o qual o mesmo se valoriza e aumenta de valor na produção capitalista.

Do ponto de vista do processo de produção, o capital se divide em meios de produção (objetos de trabalho, como insumos e matérias primas, e meios de trabalho, como instrumentos) e força de trabalho. No entanto, do ponto de vista do valor, esse mesmo processo é processo de valorização. Nele, o valor do produto é, em parte, composto pelo valor

⁵⁸ “Por força de trabalho ou capacidade de trabalho compreendemos o conjunto das faculdades físicas e mentais existentes no corpo e na personalidade viva de um ser humano, as quais ele põe em ação toda vez que produz valores de uso de qualquer espécie” (MARX, 2012, p. 197).

⁵⁹ “Para transformar dinheiro em capital, tem o possuidor do dinheiro de encontrar o trabalhador livre no mercado de mercadorias, livre nos dois sentidos, o de dispor, como pessoa livre, de sua força de trabalho como sua mercadoria, e o de estar livre, inteiramente despojado de todas as coisas necessárias à materialização de sua força de trabalho, não tendo, além desta, outra mercadoria para vender” (MARX, 2012, p. 199).

⁶⁰ Marx afirma que as necessidades do trabalhador, as mercadorias que constituem seus meios de subsistência, são um produto histórico, na qual influem elementos morais, habituais, civilizatórios e de exigências particulares dos trabalhadores, além das necessidades naturais relacionadas a alimentação, vestuário, habitação, etc. Mesmo estas necessidades naturais variam de região para região, de acordo com condições climáticas e de outras naturezas. Além disso, formam o valor da força de trabalho os meios de subsistência dos filhos e os valores relacionados à educação e treinamento da força de trabalho (MARX, 2012, p. 201-202).

dos meios de produção, que é trabalho morto transferido para o produto a partir do contato com o trabalho vivo, e em parte composto por valor novo gerado pela força de trabalho. Pela diferença existente na maneira que compõem o valor do novo produto, chama-se a parte do capital correspondente aos meios de produção de capital constante (c) e a parte correspondente à força de trabalho de capital variável (v). A primeira transfere seu valor ao produto durante o processo de valorização, sem criar valor. A segunda, ao contrário, gera valor novo, aumentado, composto pelo valor do capital variável e por um valor excedente, o mais-valor (v + m). Este capital é variável, pois o valor novo criado é diferente do anterior. (MARX, 2012, p. 244). É, portanto, a força de trabalho posta em movimento no processo de produção, que é também capital variável no processo de valorização, que produz o mais-valor responsável pelo crescimento do capital no seu processo de circulação.

Ao contrário da circulação que visa o consumo, a circulação de capital não apresenta um fim. O seu ponto final e o seu ponto inicial são qualitativamente o mesmo: a forma dinheiro. Isso permite que o fim de um ciclo da circulação do capital seja, ao mesmo tempo, o início de um novo ciclo.

O dinheiro encerra o movimento apenas para começá-lo de novo. O fim de cada circuito particular, em que a compra se realiza em função da venda, constitui naturalmente o começo de um novo circuito. A circulação simples da mercadoria – vender para comprar – serve de meio a um fim situado fora da circulação, a apropriação de valores de uso, a satisfação de necessidades. A circulação de dinheiro como capital, ao contrário, tem sua finalidade em si mesma, pois a expansão do valor só existe nesse movimento continuamente renovado. Por isso, o movimento do capital não tem limites (MARX, 2012, p. 182-183).

A capacidade do capital de reiniciar o processo de acumulação toda vez que o circuito chega ao fim faz com que o mesmo se apresente como uma entidade capaz de operar automaticamente, um autômato. O seu movimento é o seu processo de expansão automática ininterrupta e nele o valor adquire a propriedade oculta de gerar mais-valor. O capital adquire, portanto, movimento próprio, sendo valor que se desenvolve e cresce. Nesse processo, mercadoria e dinheiro são meras formas do capital, diferentemente da circulação simples, e o mais-valor é produzido através do consumo da força de trabalho (MARX, 2012, p. 185).

Por não ter limites, o movimento do capital constitui a consciência do seu possuidor, o capitalista, e este se torna a sua personificação. A motivação do capitalista, sua finalidade subjetiva, passa a ser a expansão infinita do seu capital. Essa expansão infinita, por sua vez, é consequência do conteúdo objetivo que existe na circulação do capital. Assim, o objetivo do capitalista não é a obtenção de valores de uso ou de um lucro isolado, mas “o interminável processo de obter lucros” (MARX, 2012, p. 183-184). O processo de transformar mais-valor

em capital e reiniciar a circulação em escala ampliada denomina-se acumulação de capital (MARX, 1998, p. 677). O desejo do capitalista em acumular não é mera mania individual, mas resultante de um mecanismo social que forma a sua consciência. O desenvolvimento capitalista e a concorrência transformam o processo de acumulação em um imperativo.

O desenvolvimento da produção capitalista torna necessária a elevação contínua do capital empregado num empreendimento industrial, e a concorrência impõe a cada capitalista as leis imanentes do modo capitalista de produção como leis coercitivas externas. Compele-o a expandir continuamente seu capital, para conservá-lo, e só pode expandi-lo por meio da acumulação progressiva (MARX, 1998, p. 690).

A forma do capital que produz mais-valor é o capital industrial. É industrial no sentido de que contempla todos os ramos em que a produção ocorre na forma capitalista.⁶¹ O ciclo que percorre no processo de circulação capitalista é o seguinte:

$$D - M_{MP}^{\{FT\}} \cdots P \cdots M' - D'$$

O capital industrial assume, no seu processo de circulação, três formas. A primeira é a de capital-dinheiro. Esta primeira forma aparece tanto como primeiro estágio do ciclo, enquanto valor-capital adiantado (D), assim como o seu último estágio, porém neste último acrescida de mais-valor, em maior magnitude (D'). A segunda forma é a de capital-mercadoria. No primeiro estágio, o capital necessariamente assume esta forma antes do processo de produção, na aquisição da força de trabalho e dos meios de produção ($M_{MP}^{\{FT\}}$). Após o processo de produção, transforma-se novamente o capital em capital-mercadoria (M'), ocorrendo tanto a transformação qualitativa relacionada ao caráter material do produto, com o surgimento de um novo valor de uso, quanto a sua transformação quantitativa, como mercadoria dotada de mais-valor, pronta para ser vendida e seu valor realizado no mercado. Por fim, o capital industrial assume a forma de capital produtivo (P), que é a força de trabalho posta em movimento, associada aos meios de produção. Nesta forma, ocorre o processo de produção, responsável pela transformação material da mercadoria. Este processo é, ao mesmo tempo, processo de valorização, por produzir também um valor excedente.

Assim, na circulação do capital, ao contrário da circulação simples de mercadorias, dinheiro e mercadoria são formas de existência do valor-capital, “sendo o dinheiro seu modo

⁶¹ Quando Marx se refere a “capital industrial”, concebe nessa categoria todos os ramos de produção em que se produzem mercadorias, seja essa produção agrícola, industrial ou de serviços. Assim, a produção de mais-valor pode ocorrer também em setores de serviços, em que o processo de trabalho ocorre simultaneamente ao processo de consumo, como no caso de transportes de pessoas e de mercadorias, por exemplo (MARX, 2014a, p. 65). Nesse caso, o ciclo do capital industrial ocorre na forma $D - M_{MP}^{\{FT\}} \cdots P \cdots D'$, pois não há a formação de uma mercadoria capaz de ser transacionada no mercado de forma dissociada do processo produtivo. Assim, nesses ramos de produção, o consumo produtivo de meios de produção e de força de trabalho é, ao mesmo tempo, processo de consumo individual.

de existência geral, e a mercadoria, seu modo particular” (MARX, 2012, p. 184). O capital-dinheiro é sua forma geral por estar desprovido das características materiais intrínsecas às demais mercadorias, sem apresentar os seus valores de uso específicos. É neste sentido que afirma Marx ser o capital-dinheiro *forma pura* do valor. Distinguimos, assim, mercadoria e dinheiro que são capital no seu processo de circulação (capital-dinheiro e capital-mercadoria), cumprindo funções específicas relativas a esta circulação, de dinheiro e mercadoria na circulação simples.⁶²

O primeiro estágio do ciclo compreende a aquisição de força de trabalho (FT) e de meios de produção (MP). A transação $D - M_{\{MP}^{FT}$ divide-se em $D - FT$ e $D - MP$, sendo a primeira realizada no mercado de força de trabalho, e a segunda, no mercado de mercadorias propriamente dito.⁶³ Este primeiro estágio pressupõe, portanto, a relação de classe já constituída entre trabalhador e capitalista, com a separação entre meios de produção e força de trabalho, assim como a circulação mercantil da produção em forma generalizada. É necessário que já estejam constituídos os mercados nos quais se encontra essas mercadorias. A proporção entre FT e MP adquiridos depende da relação técnica existente no processo de produção. Deve ser tal que permita que o volume dos meios de produção seja absorvido corretamente pela massa de trabalho adquirida. Caso contrário, perde-se parte do valor-capital, pois não se torna produto vendável, e de nada adianta ser proprietário de meios e objetos de trabalho ou ter o direito a consumir a força de trabalho.

Com a aquisição de meios de produção e força de trabalho, sai o capital da esfera da circulação e entra na esfera da produção, assumindo a forma de capital produtivo (P). Nesse segundo estágio inicia-se o consumo produtivo próprio do processo de trabalho. O trabalho concreto realizado depende estritamente dos valores de uso que se pretende produzir e do grau de desenvolvimento das forças produtivas, com uma determinada técnica de produção. No entanto, por estarem os meios de produção e a força de trabalho inseridos numa relação social de produção específica, a relação capitalista, esse processo é também processo de valorização, no qual se transfere o valor-capital para a mercadoria acrescido de mais-valor. Dessa forma, ocorre a metamorfose do capital de capital produtivo para capital-mercadoria.

⁶² Mantivemos aqui as categorias conforme as traduções da Civilização Brasileira. Nas traduções da Nova Cultural e da Boitempo, a categoria “capital-dinheiro” é tratada como “capital monetário”.

⁶³ A aquisição de força de trabalho pelo capitalista é ao mesmo, para o trabalhador, venda de seu trabalho, que lhe permite adquirir os seus meios de subsistência. Portanto, da transação $D - FT$, ocorre $FT - D - M$, que é o circuito percorrido pela renda do trabalhador. Sua renda assume a forma de circulação simples de mercadoria $M - D - M$, enquanto a aquisição de força de trabalho é uma etapa do ciclo autônomo do capital, que circula na forma $D - M - D'$ (MARX, 2014a, p. 42-43).

O terceiro estágio do ciclo é a venda ($M' - D'$). O capital então sai da esfera da produção e volta à esfera da circulação, dessa vez acrescido de mais-valor. Assim, $M' = M + \mu$, sendo μ o mais-valor na forma mercadoria. Conforme visto, o mais-valor se forma na esfera da produção e, enquanto assumimos que as mercadorias são transacionadas pelo equivalente de valor, tem nessa esfera a determinação da sua magnitude, e não na esfera da circulação. No entanto, conforme veremos, a velocidade em que ocorre a venda é uma das potências da circulação que permitem que o capital, no seu processo cíclico contínuo, produza massa maior de mais-valor, pois retorna mais rápido da esfera da circulação à esfera da produção. Esse terceiro estágio constitui a realização do valor-capital originalmente adiantado (M) na forma de capital-dinheiro, voltando ao seu estágio inicial (D). Da mesma forma, ocorre a realização do mais-valor (μ), assumindo pela primeira vez a forma de dinheiro (d), sendo esta a sua primeira metamorfose. Ao fim desta etapa, há maior quantidade de capital-dinheiro do que no início do ciclo e aparece o capital-dinheiro apenas como um montante composto por um principal (D) e por um excedente (d). Marx afirma que esta aparência do capital é uma forma conceitualmente vazia, como se fosse propriedade inerente do dinheiro gerar mais dinheiro (MARX, 2014a, p. 59). Além disso, Marx afirma também que a circulação $D...D'$ apresenta a ilusão de ser o mais-valor proveniente da esfera da circulação, e não da produção, por se apresentar na forma de dinheiro, e por isso teria influenciado a interpretação dos mercantilistas do processo econômico.⁶⁴

A forma do ciclo do capital industrial aqui apresentada é a do ciclo do capital-dinheiro ($D...D'$), uma vez que a circulação inicia com a forma dinheiro do capital adiantado e termina com a forma dinheiro do capital acrescida de mais-valor. Nessa forma, transparece o objetivo da circulação capitalista de obter maior valor de troca na forma dinheiro, sendo, por isso, a forma básica de expressão do capital industrial. Nela é possível perceber como o capital industrial segue a circulação geral do capital ($D - M - D'$), porém sendo as duas etapas da circulação interrompidas pelo processo de produção. É também essa a forma da circulação do capital quando o mesmo é adiantado pela primeira vez em determinado ramo de produção, ou quando é retirado de um ramo, para isso tendo que se converter inteiramente em dinheiro. Por isso, Marx trata esta como a forma I da circulação do capital industrial. Assumindo a

⁶⁴ “A fórmula $D - M \cdots P \cdots M' - D'$, com o resultado $D' = D + d$, encerra uma ilusão em sua forma, é portadora de um caráter quimérico decorrente de existir o valor adiantado e acrescido na forma de equivalente, em dinheiro. O que se destaca não é a produção de mais-valor, mas a forma dinheiro desse processo, a circunstância de se retirar da circulação valor maior sob a forma dinheiro do que nela primitivamente se lançou, o aumento, portanto, da massa de ouro e de prata pertencente ao capitalista. O chamado sistema monetário (mercantilismo) apenas exprime a forma conceitualmente vazia $D-M-D'$, movimento efetuado exclusivamente na circulação” (MARX, 2014a, p. 70).

continuidade ininterrupta do ciclo, novas formas da circulação podem ser distinguidas, possibilitando o entendimento de outras características nela existentes.

A segunda forma que assume a circulação do capital industrial é o ciclo do capital produtivo (forma II), que pode ser representado da seguinte forma:

$$P \cdots M' - D' - M_{MP}^{FT} \cdots P$$

Essa segunda forma inicia e conclui-se com o capital na forma de capital produtivo. Por isso, ela representa não apenas um simples processo de produção, mas o processo de reprodução como processo periódico de produção com objetivo de produzir mais-valor (MARX, 2014a, p. 75). A reprodução pode ser entendida aqui como reprodução simples (P...P), em que o capital é apenas repostado na mesma escala de produção, ou como reprodução ampliada (P...P'), em que há o processo de acumulação de capital. A diferença entre ambas é a forma de circulação do mais-valor: ele pode circular separado ou em conjunto com o valor-capital originalmente aplicado.

A circulação do capital produtivo na reprodução simples tem como resultado uma segunda circulação, paralela, decorrente da produção de mais-valor. O mais-valor, ao se realizar em $M' - D'$, circula separadamente como $\mu - d$ e torna-se apenas renda para o capitalista. Nesse caso, d serve apenas para o consumo individual do capitalista, pois não é utilizado para acumular capital, e a circulação do mais-valor se apresenta como $\mu - d - \mu$.⁶⁵ Decorre desse processo que circulam paralelamente o capital e a renda dele proveniente, como circulações distintas, porém inevitavelmente relacionadas.

A circulação do capital produtivo apresenta a esfera da circulação de forma particular. Ao mesmo tempo em que se apresentam como interrupção do processo de produção, as etapas de circulação aparecem na forma $M - D - M$, como na circulação simples, ao invés de na forma $D - M - D'$, típica do capital. Isso, associado à circulação da renda apresentada anteriormente, explica a interpretação errônea da economia vulgar de que o processo de produção capitalista funciona como a circulação simples de mercadoria, voltada à obtenção de valores de uso.⁶⁶

⁶⁵ Essa forma de circulação é análoga à da renda do trabalhador decorrente da venda do direito sobre o seu trabalho e utilizada na aquisição de meios de subsistência, assumindo a forma $FT - D - M$. Ambas seguem a forma da circulação simples de mercadorias $M - D - M$, cujo objetivo é a obtenção de valores de uso. No entanto, a segunda, além de ser consumo individual, é também consumo produtivo, pois é condição de reprodução do capital variável.

⁶⁶ “Pertencendo ambas as circulações, $\mu - d - \mu$ e $M - D - M$, por sua forma geral, à circulação das mercadorias (sem haver, portanto, diferenças entre os extremos), fica fácil, como o faz a economia vulgar, conceber o processo de produção capitalista como simples produção de mercadorias, de valores de uso destinados a consumo de qualquer espécie, produzidos pelo capitalista para substituí-los ou trocá-los por mercadorias com outro valor de uso, o que constitui um postulado falso” (MARX, 2014a, p. 79).

No modo de produção capitalista, os capitalistas são compelidos a acumular por força da concorrência existente entre os capitais. No entanto, conforme afirma Marx, a decisão do capitalista em acumular capital constitui um *ato de vontade* (MARX, 1998, p. 690), sendo necessária a decisão do capitalista sobre a divisão do mais-valor entre a parcela utilizada para consumo individual e a utilizada para acumulação. Assim, na prática, parte do mais-valor circula como renda ($\mu - d - \mu$) e parte circula conjuntamente com o valor-capital, como capital acumulado.

A terceira forma que assume a circulação do capital industrial é o ciclo do capital-mercadoria (forma III):

$$M' - D' - M \left\{ \begin{matrix} FT \\ MP \end{matrix} \right. \cdots P \cdots M'$$

Esta forma se diferencia das demais, pois, no início do ciclo, o valor-capital já apresenta o mais-valor proveniente da produção. O ponto de partida deste ciclo é o valor-capital já acrescido, e não o originalmente adiantado. Por isso, esta é a forma da circulação do capital industrial que deve ser estudada para compreender a circulação do capital social global. Marx afirma que o fisiocrata Quesnay, para construir o seu “Quadro Econômico”, parte corretamente desta forma de circulação do capital, uma vez que o ponto de partida da mesma é o valor total do produto (MARX, 2014a, p. 111).

Na prática, as três formas de circulação do capital industrial existem simultaneamente, e todo capital circula nelas ao mesmo tempo. A unidade efetiva das três formas é o que denomina Marx de ciclo total do capital industrial (MARX, 2014, 116). No ciclo total, todas as partes do capital percorrem sucessivamente o processo cíclico, encontrando-se simultaneamente em diferentes estágios. Assim, o capital está em todos os estágios ao mesmo tempo na continuidade do ciclo, assumindo suas formas funcionais correspondentes (MARX, 2014, p. 117). Como consequência, há a divisão das partes do capital: o capital se encontra justaposto em diferentes partes que assumem a forma correspondente ao estágio da circulação em que se encontram, existindo continuamente a entrada e saída de capital da esfera da produção para a esfera da circulação.

O verdadeiro ciclo do capital industrial em sua continuidade é, por isso, além de unidade do processo de circulação e do processo de produção, unidade de todos os seus três ciclos. Só pode ser essa unidade enquanto cada uma das diferentes partes do capital pode passar pelas fases sucessivas do ciclo, transitar de uma fase, de uma forma funcional, para outra, enquanto o capital industrial, como conjunto dessas partes, se encontra simultaneamente nas diferentes fases e funções, descrevendo assim, simultaneamente, todos os três ciclos. A sequência das partes tem por condição a justaposição das partes, isto é, a divisão do capital (MARX, 2014a, p. 117-118).

O ciclo de cada capital individual, aplicado em um ramo específico, constitui o seu ciclo autônomo. Os ciclos autônomos dos capitais se entrelaçam com a circulação geral de mercadorias e com os ciclos dos demais capitais produtores de mercadorias. Assim, o processo geral de circulação apresenta tanto a totalidade dos ciclos autônomos dos capitais como também a circulação da renda e a circulação de mercadorias que não foram produzidas por capitais, como as produzidas artesanalmente, em que os meios de produção são propriedade individual do trabalhador efetivo, ou as produzidas por outros modos de produção. No modo de produção capitalista, portanto, a esfera da circulação apresenta relações mais complexas do que na circulação simples de mercadorias. Estes diferentes ciclos se entrelaçam, sendo maior a predominância de mercadorias produzidas por capitais quanto maior for o desenvolvimento do modo de produção capitalista.

A circulação geral abrange não só o entrosamento dos ciclos das diferentes frações autônomas do capital social, isto é, a totalidade dos capitais particulares, mas também a circulação dos valores que não são lançados no mercado como capital, destinando-se ao consumo individual (MARX, 2014a, p. 81).

Como último ponto, é necessário ressaltar ainda uma diferença entre a circulação do capital e a circulação simples de mercadorias. Na circulação simples, o curso do dinheiro corresponde ao afastamento do dinheiro do seu portador original, através das transações do mercado. O detentor do dinheiro, ao realizar uma compra, transforma o valor na forma dinheiro em suas mãos em valor na forma mercadoria, com determinado valor de uso. O dinheiro dele se afasta, sem retornar. Na circulação do capital, ao contrário, o capital-dinheiro adiantado apresenta um *refluxo* ao seu ponto de partida, pois retorna às mãos do capitalista como valor-capital adiantado acrescido de mais-valor.

3.2 *A Rotação do Capital*

Na prática, um capital industrial individual não está em uma única forma a cada instante, mas em todas as suas formas, circulando nelas simultaneamente e ininterruptamente. Apesar disso, para compreendermos a circulação do capital, devemos analisar o processo de rotação de um capital individual como se todo capital passasse de uma só vez por cada uma de suas etapas, o que constitui sua forma mais simples. É apenas circulando ininterruptamente, passando por essas etapas, que pode o capital industrial produzir e se apropriar de mais-valor e, assim, valorizar-se. Denomina-se rotação do capital industrial a circulação do capital em seu ciclo completo e ininterrupto, ocorrendo periodicamente, partindo do capital-dinheiro

adiantado e terminando no capital-dinheiro em maior magnitude, acrescido de mais-valor. Marx define a rotação do capital da seguinte forma:

Chama-se de rotação do capital o seu ciclo definido como processo periódico, e não como acontecimento isolado. Sua duração é determinada pela soma do tempo de produção e do tempo de circulação do capital. Esta soma constitui o tempo de rotação do capital. Mede, portanto, o tempo que dura o período cíclico do valor-capital total até poder passar ao período seguinte, a periodicidade do processo de ida do capital, ou, em outras palavras, o tempo que dura a renovação, a repetição do processo de criar mais-valor ou de produzir o mesmo valor-capital (MARX, 2014a, p. 175).

A forma correta do ciclo do capital para o estudo da sua rotação é a forma $I, D...D'$, pois é apenas nela que se pode diferenciar a magnitude entre o valor-capital adiantado e o capital-dinheiro que retorna após a circulação. Assim, as demais formas de circulação não são úteis para o estudo da rotação, pois este é um processo que sempre se inicia com o adiantamento do valor-capital e se conclui com o seu retorno, sob a mesma forma em que foi adiantado (MARX, 2014a, p. 174).

A rotação do capital pode ser medida tendo como unidade básica o ano. O número de rotações do capital em um determinado ano (n) depende do tempo de rotação de determinado capital (r), ou seja, o tempo necessário de sair da forma de capital-dinheiro adiantado (D) até chegar à forma de capital-dinheiro acrescido de mais-valor (D'). “Para o capitalista, o tempo de rotação do seu capital é o período durante o qual tem de adiantar o capital para valorizá-lo e recuperá-lo na sua figura primitiva” (MARX, 2014a, p. 176). Definindo o tempo total em um ano como R , o número de rotações em um ano pode ser definido da seguinte forma:

$$n = R/r \quad (3)$$

Assim, por exemplo, caso o tempo de rotação seja de 3 meses, o capital realiza 4 rotações em um ano. Caso esse mesmo tempo seja de 18 meses, o capital realiza $2/3$ de rotação em um ano.

O tempo de rotação do capital é constituído pelo tempo de circulação, em que o capital industrial se encontra na esfera da circulação, nas formas de capital-dinheiro e capital-mercadoria, e pelo tempo de produção, em que o capital se encontra na esfera da produção, na forma de capital produtivo.

latente, em estoque, que está momentaneamente fora do processo de produção. Consequentemente, o tempo de trabalho, que é o tempo em que ocorre, de fato, o processo de trabalho, representado pelo tempo em que o capital produtivo está na esfera 3, é inferior ao tempo de produção, que é o tempo em que o capital produtivo está na esfera da produção como um todo. Isso ocorre porque parte do capital produtivo está ocioso. Essa mesma questão surge na diferença entre período de trabalho e período de produção. Marx define como período de trabalho o tempo contínuo de jornadas de trabalho consecutivas necessárias para obtenção de um produto acabado (MARX, 2014a, p. 261). Esse período, quando acrescido do tempo em que o capital fica ocioso devido aos processos de produção que ocorrem sem intervenção humana, é chamado de período de produção. O período de produção é sempre maior que o período de trabalho.

O tempo de circulação, por sua vez, corresponde ao processo de metamorfose que ocorre nas formas de capital-mercadoria e capital-dinheiro, ou seja, trata-se do tempo em que o capital percorre o processo mercantil de simples metamorfose das mercadorias, os processos de compra e venda. No entanto, por ser capital, o processo de compra ($D - M$) constitui também conversão do capital em elementos de produção, enquanto o processo de venda ($M' - D'$) é também realização do mais-valor (MARX, 2014a, p. 140). Marx ressalta, portanto, que o processo de produção capitalista dá às compras e às vendas novas características, que são relacionadas à circulação do capital.⁶⁷ A circulação divide-se em dois tempos: o tempo de venda e o tempo de compra.

O tempo de venda é, para o capital industrial, a etapa mais decisiva da sua circulação, pois corresponde à realização do mais-valor e retorno do capital originalmente adiantado à forma de capital-dinheiro. Trata-se do momento da circulação em que ocorre $M' - D'$. Para os capitais individuais, o tempo de venda pode variar, mesmo que pertençam todos a um mesmo ramo, com as flutuações de mercado, que estão relacionadas principalmente com as variações de demanda, condições de crédito e atividade do capital comercial. Como, para vender, é necessário que alguém tome a decisão de comprar, o tempo de venda não está sob controle do capitalista, o que o torna um importante determinante da rotação do capital. Além das flutuações de mercado, a distância existente entre o local de produção e o mercado é um fator

⁶⁷ Marx ressalta que o processo de venda é uma etapa crucial da circulação do capital. Além de ser a etapa mais complexa, por necessitar de alguém que compre, ou seja, ser necessária a demanda, é também a etapa em que se realiza o mais-valor na forma dinheiro: “ $M' - D'$ é, ao mesmo tempo [que simples metamorfose entre mercadoria e dinheiro], a realização do mais-valor contido em M' . O mesmo não se dá com $D - M$. Por isso, a venda é mais importante que a compra. Em condições normais, $D - M$ é ato necessário para se aumentar o valor expresso em D , mas não é realização do mais-valor; vem antes, e não depois da produção” (MARX, 2014a, p. 142).

crucial do tempo de venda. Com a distância, é necessário contabilizar, além do tempo em que a mercadoria fica à venda, o tempo de viagem da mercadoria até o mercado e o tempo de retorno do dinheiro. No entanto, a distância é sempre relativa, de acordo com o desenvolvimento dos meios de transporte e de comunicação existentes para se alcançar os respectivos mercados. Portanto, um terceiro fator importante é o grau de desenvolvimento destes elementos, que poupam o tempo perdido pela mercadoria na circulação. Com o desenvolvimento do modo de produção capitalista, cresce também a massa desses meios de transporte, possibilitando que maior quantidade de mercadorias seja transportada, sendo seus valores realizados na venda.

O tempo de compra, por sua vez, corresponde ao tempo para aquisição de meios de produção e força de trabalho ($D - M_{MP}^{FT}$), convertendo-se posteriormente em capital produtivo. Nesse tempo, o problema da distância se apresenta de forma análoga à venda.⁶⁸ No entanto, havendo disponíveis no mercado as mercadorias necessárias para a produção, o ato de compra depende apenas da decisão do capitalista. Para comprar, é necessário que haja, além da disponibilidade da mercadoria, capital-dinheiro em quantidade suficiente para adquirir os meios de produção. Assim, sempre deve haver um fundo monetário para realizar as compras necessárias para iniciar o processo produtivo. O capital produtivo necessário para o período de produção pode ser adquirido periodicamente ou então de uma só vez, permanecendo nesse segundo caso na forma de estoque. A maior ou menor formação de estoques depende da distância do mercado, das flutuações dos preços e da dificuldade em adquirir os meios de produção.

Para um dado período de tempo, tempo de produção e tempo de circulação são mutuamente exclusivos para determinada fração do capital individual, pois o capital se encontra ou na esfera da produção, ou na esfera da circulação. Enquanto está na circulação, o capital não produz mais-valor: apenas circula na forma de capital-dinheiro ou de capital-mercadoria. No entanto, para o capitalista, o tempo em que o capital circula é tempo em que deixa de produzir mercadorias e, conseqüentemente, deixa de produzir mais valor. Portanto, o tempo de circulação se apresenta como um limite para o adiantamento do capital na esfera produtiva. Marx afirma que há duas soluções para que o capitalista individual mantenha a produção constante durante todo o período de rotação do capital, inclusive durante o tempo de circulação: a primeira é reduzir a escala da produção, de forma que parte do capital

⁶⁸ “Já vimos que o afastamento do mercado prolonga o tempo em que o capital fica prisioneiro da forma de capital-mercadoria, retarda diretamente o retorno do dinheiro, por conseguinte a transformação do capital-dinheiro em capital produtivo” (MARX, 2014a, p. 290).

originalmente adiantado seja aplicada na produção apenas durante o período de circulação; a segunda está relacionada ao adiantamento de um capital adicional na esfera da produção no período em que o capital originalmente adiantado está circulando (MARX, 2014a, p. 297-299).⁶⁹ Assim, é possível manter a produção constante durante o período de circulação tanto através da redução da escala de produção, como através do adiantamento de um capital adicional. No entanto, pode ser que o ramo de produção específico em que está aplicado o capital torne impossível reduzir a escala da produção, sendo necessário, então, optar pela segunda alternativa.

[...] se o tipo de indústria exclui redução da escala da produção e, portanto, decréscimo do capital circulante a adiantar toda semana, só se pode assegurar a continuidade da produção, no caso considerado, por meio de um capital circulante adicional de 300 libras esterlinas. [...] o capital adiantado para o primeiro período de trabalho, depois de concluído o processo de produção, fica durante 3 semanas no processo de circulação, enquanto funciona um capital adicionalmente despendido de 300 libras esterlinas, de modo que não se interrompe a continuidade da produção (MARX, 2014a, p. 299).

Assim, o capital adicional tem por objetivo “preencher os vácuos surgidos no processo de trabalho em virtude do tempo de circulação; sua finalidade, portanto, é proteger a produção contra perturbações oriundas do tempo de circulação” (MARX, 2014a, p. 303). A consequência do adiantamento deste capital adicional é “a sequência ininterrupta dos períodos de trabalho, o funcionamento contínuo de uma parte inalterável do capital adiantado como capital produtivo” (MARX, 2014a, p. 305).

Na medida em que ocorrem as rotações do capital, este capital adicional se confunde com o valor-capital originalmente adiantado, pois sua aplicação se mistura durante os períodos de rotação sucessivos.⁷⁰ Após o segundo período de rotação, parte do capital necessário para o processo de produção é suprido pela aplicação do capital adicional e outra parte pelo capital originalmente adiantado. Sobra, desta aplicação, uma parte do capital original, de igual magnitude do capital adicional, que é liberada para ser aplicada no processo de produção durante o próximo período de circulação.⁷¹

⁶⁹ Marx chega a essa conclusão ao analisar a rotação do capital circulante, separada da rotação do capital fixo, e seus efeitos para a magnitude do capital adiantado.

⁷⁰ Exceto em casos particulares em que, por exemplo, o tempo de produção e o tempo de circulação são idênticos. Nesse caso, os dois capitais devem ser da mesma magnitude de valor e acabam por circular paralelamente, como se fossem dois capitais distintos: “[...] só no segundo exemplo ocorre reembolso sucessivo do capital I de 500 libras esterlinas e do capital II de 500 libras também, movendo-se separadas uma da outra essas duas partes do capital, isto porque fizemos a estranha suposição de que o período de rotação se compõe do período de trabalho e do tempo de circulação, em partes iguais” (MARX, 2014a, p. 302). Nos demais casos, em que tempo de produção e o tempo de circulação não são iguais, o que constitui a regra geral, há a mistura entre a rotação do capital adiantado e a rotação do capital adicional.

⁷¹ “[...] qualquer que seja a desigualdade entre as duas partes do período de rotação, os movimentos dos dois capitais se confundem, como no exemplo I e III, já a partir do segundo período de rotação. O capital

Marx analisa diversos exemplos de rotações de capital de diversas magnitudes e de diferentes tempos de produção e de circulação, para concluir que, para o capital social global, a aplicação de capital adicional para manter a produção durante o tempo de circulação faz com que ocorra, como regra geral, após os períodos de rotação dos capitais, a liberação desse capital de mesma magnitude do capital adicional.⁷² Este capital liberado permanece na forma de capital-dinheiro para adiantamentos periódicos ao longo do período de produção, como no pagamento de salários ou na reposição de matérias-primas e matérias auxiliares. Deste valor, o mínimo que inevitavelmente deve permanecer na forma de capital-dinheiro está relacionado ao pagamento de salários, que deve ocorrer periodicamente, após a realização de certo número de jornadas de trabalho, enquanto o valor correspondente à reposição de matérias-primas e auxiliares pode ser utilizado na sua aquisição, formando estoques na forma de capital produtivo latente. Dessa maneira, o valor mínimo corresponde à reposição do capital variável, que só poderá ser paga periodicamente, enquanto o valor máximo corresponde ao valor total do capital liberado, responsável pela reposição do capital constante e variável no próximo período de produção. Na prática, a parte desse capital liberado que permanece na forma de capital-dinheiro oscila entre esse mínimo e esse máximo.

Portanto, uma primeira implicação importante do processo de rotação do capital para o estudo do dinheiro no modo de produção capitalista é o fato de que há sempre liberação de capital na forma de capital-dinheiro decorrente da aplicação de capital adicional para manter a produção contínua durante o tempo de circulação.⁷³ No entanto, esta é uma conclusão que decorre exclusivamente da análise da rotação do capital chamado circulante. A seguir, analisaremos a diferença entre a rotação do capital fixo e do capital circulante, concluindo a análise dos elementos necessários para a formação de fundos monetários na produção capitalista.

Com o processo de rotação do capital contínuo, pode-se compreender uma diferença existente na forma como parte do capital constante transfere seu valor para o produto: a

adicional II, juntamente com parte do capital I, constitui o capital que funciona no segundo período de rotação, enquanto o resto do capital I se libera para exercer a função primitiva do capital II. No caso, o capital operante durante o tempo de circulação do capital-mercadoria deixa de ser idêntico ao capital II, primitivamente adiantado para esse fim, mas é-lhe igual em valor e constitui a mesma parte alíquota do capital global adiantado” (MARX, 2014a, p. 302).

⁷² “Parte importante do capital social circulante que rota várias vezes por ano ficará periodicamente, durante o ciclo anual de rotações, sob a forma de capital disponível. [...] Examinando mais de perto o capital disponível, ou seja, suspenso de suas funções, evidencia-se que parte considerável dele tem de possuir sempre a forma de capital-dinheiro” (MARX, 2014a, p. 321-322).

⁷³ É necessário observar que esse processo não se confunde com a liberação ou absorção de capital decorrente da variação dos preços do capital constante, em que essa variação altera o montante do capital a ser adiantado.

diferença entre capital fixo e capital circulante. O capital fixo é a forma do capital constante que se fixa na esfera da produção, na forma de capital produtivo, e cujo valor se transfere gradualmente para a mercadoria a cada rotação do capital, à medida que se deprecia, perdendo seu valor de uso e seu valor. Ele está normalmente associado a meios de trabalho que se desgastam lentamente e são aproveitados em diversos processos de produção, como máquinas, equipamentos, edifícios, etc. Com o seu desgaste, transfere seu valor para a mercadoria, apesar de permanecer materialmente na esfera da produção. Por isso, a proporção em que se transfere o valor do capital fixo está na razão inversa da sua durabilidade. Ao se exaurir, deixa de ser veículo de valor. Assim, enquanto dura, parte do valor do capital fixo se transfere ao produto e circula conforme a circulação do capital, enquanto outra parte permanece fixada na forma de capital produtivo, na esfera da produção.⁷⁴ O capital circulante, ao contrário, é a parte do capital constante que transfere todo o seu valor à mercadoria em um único processo de trabalho, o que faz com que seu valor circule integralmente na forma mercadoria.

Marx afirma que a origem do capital fixo reside na característica particular dos meios de trabalho de transferir valor gradualmente ao produto à medida que são utilizados. Essa característica não existe nos objetos de trabalho, que são constituídos por matérias-primas e matérias auxiliares. No caso destes, o valor se transfere diretamente ao produto, pois são consumidos produtivamente durante o processo de produção. Assim, “o que faz de um produto capital fixo é a sua função de meio de trabalho no processo de produção” (MARX, 2014a, p. 182). Dessa forma, o capital fixo está relacionado às funções exercidas pelos meios de trabalho no processo de produção, e não a algo nas características materiais dos produtos do trabalho humano. Por exemplo, Marx afirma ser um erro atribuir como característica necessária do capital fixo ser imóvel, como no caso máquinas e construções. Embora meios de trabalho imóveis tendam a ser capital fixo, uma vez que tendem a ser utilizados em diversos processos de produção, capital fixo também pode ser algo móvel, como no caso de um navio. Tudo depende da sua forma de aplicação na produção e das rotações do capital. Marx dá como exemplo o caso do gado, que é capital fixo quando usado como besta de carga para arar o solo, mas que não é quando é utilizado para engorda, visando o consumo

⁷⁴ “De maneira genérica, vimos que todo o valor-capital está em circulação contínua, e, nesse sentido, todo capital é capital circulante. Mas tem característica peculiar a circulação da parte do capital que ora estamos observando [capital fixo]. Antes de mais nada, não circula sob forma de uso; o que circula é apenas seu valor, e de maneira gradual, fracionária, na medida em que se transfere ao produto que circula como mercadoria. Durante todo o período de seu funcionamento, encontra-se uma fração de seu valor nele fixada, independentemente das mercadorias que ajuda a produzir. Essa peculiaridade dá a essa parte do capital constante a forma de *capital fixo*. Em contraposição, todos os demais elementos materiais do capital adiantado no processo de produção constituem o *capital circulante*” (MARX, 2014a, p. 180).

individual. No primeiro caso, é meio de produção, enquanto que no segundo é matéria-prima, entrando na circulação como produto (MARX, 2014a, p. 183).

O capital constante fixo em um processo de produção é composto tanto por elementos semelhantes, como um conjunto de máquinas, por exemplo, que apresentam renovação periódica com períodos que variam de acordo com a depreciação de cada uma dessas máquinas, quanto por elementos dessemelhantes que se desgastam em períodos desiguais e que devem ser repostos de acordo com esse tempo de desgaste. Assim, as reposições do capital fixo variam de acordo com o desgaste dos elementos que dele fazem parte, estando diferidas ao longo do tempo.

Devido ao processo gradual de transferência do valor para a mercadoria, o valor do capital fixo passa a ter dupla existência na medida em que ocorrem as rotações do capital: existe em parte como capital produtivo e em parte como capital-dinheiro decorrente da realização do valor do capital-mercadoria ao qual seu valor foi transferido no processo de trabalho. Assim, parte do valor do capital fixo retorna às mãos do capitalista gradualmente, gotejando como capital-dinheiro. Essa dupla existência é a razão de existir um fundo monetário de depreciação do capital fixo, necessário para a reposição dos meios de trabalho quando os mesmos se depreciam completamente. É a partir deste fundo que os meios de produção que perdem o seu valor de uso são repostos no processo de produção. Portanto, é necessário ressaltar a particularidade da circulação desta parte do capital constante, uma vez que parte do capital-dinheiro existente nas mãos do capitalista existe em decorrência dessa dupla existência do capital fixo, constituindo valor que dele foi transferido para a mercadoria e se transformou novamente em dinheiro.

Assim, apresentamos os dois componentes relacionados à rotação do capital que são responsáveis pela manutenção de parte do capital na forma de capital-dinheiro. Na seção a seguir, organizaremos os elementos até aqui apresentados e suas implicações para o desenvolvimento do sistema de crédito a ser estudado posteriormente.

3.3 *As funções do capital-dinheiro: fundos monetários*

Marx enfatiza o fato de que parte do capital que circula permanece sempre na forma de capital-dinheiro. Isso ocorre primeiramente porque o capital, para circular, deve passar por processos sucessivos de metamorfose, alternando-se entre capital-dinheiro, capital-mercadoria e capital-produtivo. No entanto, além disso, há certos elementos decorrentes do ciclo do capital industrial e das suas rotações que são responsáveis pela acumulação de capital-

dinheiro na forma de fundos monetários, que apresentam funções específicas para a circulação do capital. Nesta seção, portanto, trataremos do fato de que o processo de circulação do capital industrial dá ao capital-dinheiro uma série de funções específicas que decorrem não apenas de sua forma monetária, mas do fato de ser capital e de fazer parte de um processo de circulação contínuo, cumprindo nele certas funções. Dessa forma, ao tratarmos do dinheiro no modo de produção capitalista, devemos ter em mente não só as funções do dinheiro na circulação simples, mas também as determinações provenientes do capital, ou seja, do processo capitalista de produção do qual o dinheiro inevitavelmente faz parte. O capital-dinheiro, por ser dinheiro, cumpre as funções do dinheiro decorrentes da circulação simples de mercadorias, e, por ser capital, cumpre também as funções da circulação do capital, que são outras. Portanto, ao tratarmos aqui dessas funções cumpridas pelos fundos monetários na circulação do capital, avançamos na compreensão do dinheiro em sua totalidade ao inserir as suas determinações provenientes exclusivamente da produção capitalista.

Cabe ressaltar que Marx trata dessa questão assumindo que o capitalista opera exclusivamente com capital próprio, deixando de lado, por ora, o capital de empréstimo e o sistema de crédito. Assim, precisamos levar em consideração que, para obter o capital-dinheiro necessário para a circulação do seu capital, o capitalista não tem a opção, por ora, de obtê-lo através de empréstimos bancários, tendo que manter capital-dinheiro entesourado assim que o mesmo reflui de sua circulação. Em relação a este entesouramento, ao capital-dinheiro latente decorrente da circulação do capital, Marx trata, nesse momento, de tesouro apenas na forma de dinheiro efetivo, sem considerar outras formas possíveis a partir do crédito, como depósitos bancários, letras ou outros títulos.⁷⁵ Essas formas de capital-dinheiro explicitadas só podem ser compreendidas completamente após estudarmos o capital portador de juros, o capital de empréstimo e o sistema de crédito. Por isso, estamos deixando de lado as determinações decorrentes dessas formas mais complexas.

Como sabemos, o capital assume a forma de capital-dinheiro pois esta é a forma em que pode executar as funções do dinheiro de meio de compra, de meio de pagamento e de tesouro. Estas funções são funções do dinheiro que decorrem exclusivamente desta forma e que foram explicadas ao tratarmos da circulação simples de mercadorias. Em relação a elas, nada se altera com a produção capitalista. O que ocorre aqui é que o capital-dinheiro passa a

⁷⁵ “Consideramos aqui o amedanhamento em sua forma primitiva, real como tesouro em dinheiro efetivo. Ela pode existir também sob a forma de direitos, créditos do capitalista que vendeu M'. Não trataremos aqui das outras formas em que, nesse intervalo, existe o capital-dinheiro latente, inclusive na figura de dinheiro que gera dinheiro, por exemplo, nos depósitos em banco que rendem juros, em letras de câmbio ou em papéis de qualquer natureza” (MARX, 2014a, p. 94).

cumprir funções do capital. Estas funções não decorrem da forma dinheiro, e não tem relação alguma com esta forma em si. Elas decorrem da relação que o capital-dinheiro apresenta com as demais etapas do ciclo do capital. São, portanto, funções do capital-dinheiro que emergem do papel que o mesmo ocupa neste ciclo, e não da sua forma de dinheiro.⁷⁶ No entanto, é necessário que o capital assuma a forma dinheiro para realizar suas funções de meio de compra e meio de pagamento, sem as quais as etapas do ciclo do capital não podem ser cumpridas. Constitui, assim, um erro misturar as causas de cada uma dessas funções. As funções de dinheiro decorrem da forma dinheiro do valor, e não do fato de constituir capital. As funções do capital-dinheiro decorrem de sua relação com o ciclo do capital, e não diretamente de sua forma dinheiro. Essas funções são cumpridas pelos fundos monetários que se formam no ciclo do capital e na sua rotação.

Trata-se aqui de fundos monetários porque o capital-dinheiro cumpre aqui a função de tesouro. Essa função, como sabemos, decorre da forma dinheiro do valor. No entanto, aqui, por estar relacionado com a interrupção temporária do movimento do capital, trata-se também de função do capital, assim como ocorre com as funções de meio de compra e de meio de pagamento. O entesouramento adquire uma lógica distinta no modo de produção capitalista da existente na mera circulação simples. Ele não apresenta um fim em si, como em formas pré-capitalistas rudimentares, mas existe como capital-dinheiro latente que acompanha transitoriamente a circulação do capital, cumprindo nela funções específicas do capital, relacionadas com as etapas do seu ciclo (MARX, 2014a, p. 94).

Todo dinheiro retirado da circulação está sob a forma tesouro. A forma tesouro do dinheiro torna-se aqui, portanto, função do capital-dinheiro, do mesmo modo que em $D - M$ se torna função do capital-dinheiro a função do dinheiro de meio de compra e a de meio de pagamento, exatamente porque o valor-capital existe aqui sob a forma dinheiro, sendo a condição de dinheiro um estado, imposto pela engrenagem do ciclo, do capital industrial num de seus estádios. Além disso, confirma-se mais uma vez que o capital-dinheiro desempenha no ciclo do capital industrial funções de dinheiro e essas funções só assumem simultaneamente o significado de funções do capital em virtude de sua relação com os outros estádios do ciclo (MARX, 2014a, P. 87-88).

Outra forma possível de entesouramento na circulação do capital está relacionada a entesouramentos involuntários. Estes, no entanto, não cumprem alguma função do capital, pois não estão relacionados a questões técnicas da sua circulação, mas a obstáculos e

⁷⁶ “Nessa forma, encontra-se o capital em situação em que pode realizar as *funções de dinheiro* como as desempenhadas no presente caso, a saber, a de meio geral de compra e a de meio geral de pagamento [...] *Esse poder não decorre de ser o capital-dinheiro capital, mas de ser dinheiro.* Por outro lado, o valor-capital, na condição de dinheiro, só pode desempenhar as funções de dinheiro, e mais nenhuma outra. O que faz delas *funções de capital* é o *papel definido que possuem no movimento do capital e, por consequência, a conexão que liga o estádio em que elas aparecem com os outros estádios do ciclo do capital*” (MARX, 2014a, p. 42. Grifos nossos).

circunstâncias externas que o impedem de circular, que estão associadas a crises, e não ao processo normal. Da mesma forma, o capital-dinheiro assume aqui a forma de tesouro, de capital-dinheiro latente devido ao movimento interrompido, mas não está, por isso, cumprindo função específica do capital. Os fundos monetários de que trataremos aqui estão relacionados a acúmulos de capital-dinheiro provenientes do processo normal da circulação do capital.

Além de implicarem funções específicas ao capital-dinheiro na circulação capitalista, os fundos monetários são um fundamento essencial do sistema de crédito. É a partir destes fundos, gerados constantemente a partir do ciclo dos capitais, que o mesmo passa a se desenvolver. Portanto, sua análise se coloca como uma etapa essencial dos determinantes das formas mais complexas de dinheiro. Os fundos monetários de que trata Marx são os seguintes:

- a) fundo de meios de compra e de meios de pagamento;
- b) fundo de acumulação;
- c) fundo de reserva;
- d) fundo de depreciação do capital fixo;
- e) fundo de capital adicional liberado;
- f) fundos de consumo individual.

Os três primeiros estão relacionados com o ciclo do capital industrial, o quarto está relacionado com a rotação do capital fixo, o quinto, com a rotação do capital circulante, e o último, com a circulação da renda proveniente da circulação do capital. Trataremos de cada um a partir de agora.

O primeiro fundo monetário, o fundo de meios de compra e de meios de pagamento, está relacionado à etapa $D - M_{MP}^{FT}$ do ciclo do capital industrial. Para a aquisição de meios de produção e de força de trabalho, é necessário capital-dinheiro que cumpra as funções de meio de compra e de meio de pagamento.⁷⁷ No entanto, estas compras não são realizadas todas simultaneamente. Se encontram diferidas ao longo do tempo, sendo realizadas à medida que é necessário. Assim, para que sejam realizadas essas compras em datas diferentes, com pagamentos sucessivos, é necessário que parte do valor-capital adiantado permaneça sempre em estado monetário. “Sua existência como fundo de compra e de pagamento, a suspensão de seu movimento, a parada de sua circulação, é um estado em que o dinheiro desempenha uma

⁷⁷ “O capital-dinheiro, enquanto prossegue, nada mais é que meio de circulação servindo de meio de compra; aparece como meio de pagamento propriamente dito quando capitalistas fazem compras recíprocas, ficando para liquidar apenas a diferença entre os pagamentos” (MARX, 2014a, p. 83).

de suas funções de capital-dinheiro” (MARX, 2014a, p. 87). Assim, essa parte do capital fica temporariamente retirada da circulação para entrar em ação no momento escolhido e desempenhar sua função.

Neste [primeiro estágio $D - M_{MP}^{FT}$], D circula como dinheiro. Só funciona como capital-dinheiro porque, em sua condição de dinheiro, pode desempenhar uma função monetária, converter-se nos elementos P , FT e MP , que a ele se apresentam como mercadorias. Nesse ato de circulação funciona apenas como dinheiro; mas esse ato, sendo o primeiro estágio do processo do valor-capital, é, ao mesmo tempo, função do capital-dinheiro, em virtude da forma específica do uso das mercadorias FT e MP , que são compradas. (MARX, 2014a, p. 60).

É necessário ressaltar, no entanto, que esse fundo não corresponde a qualquer capital-dinheiro que realize a função de meio de compra ou de meio de pagamento. Trata-se aqui exclusivamente do capital-dinheiro correspondente ao valor capital originalmente adiantado, excluindo, portanto, o mais-valor proveniente do ciclo, cujo entesouramento cumpre funções distintas. Como já colocado, a metamorfose $M' - D'$ é composta tanto pelo retorno do capital-dinheiro a sua forma original ($M - D$) quanto pela primeira metamorfose do mais-valor, que se realiza na forma dinheiro ($\mu - d$). O dinheiro, portanto, apresenta nesse estágio esse duplo papel, sendo parte capital e parte mais-valor. O valor-capital adiantado que retorna se torna fundo de meio de compra e de meio de pagamento. O capital-dinheiro, aí, cumpre a função de adquirir meios de produção e força de trabalho à medida que for necessário ao longo do tempo.

A relação de capital contida em D' , a relação entre suas duas partes, o valor capital e o valor acrescido, adquire certamente significação funcional quando D' , com a repetição constante do ciclo $D...D'$, bifurca-se em duas circulações, a do capital e a do mais-valor, passando ambas as partes, D e d , a desempenhar funções diversas quantitativamente e qualitativamente (MARX, 2014a, p. 59).

O capital-dinheiro correspondente ao mais-valor (d) apresenta outras funções para o ciclo do capital industrial. Marx descreve sempre separadamente as implicações da reprodução simples, em que o mais-valor é utilizado todo para o consumo individual do capitalista, e a situação de reprodução ampliada, em que o mais-valor é acumulado e adiantado como capital. Na prática, essas duas utilizações ocorrem simultaneamente, sendo o mais-valor dividido entre as mesmas.

Para que se possa acumular capital, agregando o mais-valor ao valor-capital originalmente adiantado, é necessário ampliar o processo de produção já existente. No entanto, esta ampliação é restrita a proporções técnicas específicas relacionadas a este processo, o que se torna uma restrição para a acumulação.⁷⁸ Os meios de produção

⁷⁸ Mesmo que se aplique o mais-valor como capital separado do seu capital original, esta questão não se altera.

apresentam uma determinada proporcionalidade, uma relação quantitativa que deve ser suprida. A consequência disso é a de que, para acumular, é necessário que se obtenha uma grandeza mínima de capital-dinheiro, após a repetição de diversos ciclos do capital, de forma a obter a magnitude necessária para satisfazer as proporções técnicas que condicionam o adiantamento do capital. Essa grandeza mínima de capital-dinheiro é determinada pelas proporções técnicas da produção. Não se pode, na prática, adiantar qualquer pequeno valor ao capital sem respeitá-las.

Enquanto é agregado até atingir essa magnitude específica, o capital-dinheiro latente constitui o segundo fundo monetário de nossa análise: o fundo de acumulação (MARX, 2014a, p. 88-89, p. 93). Esse crescimento da magnitude do capital-dinheiro não resulta dele mesmo, mas dos diversos ciclos do valor-capital originalmente adiantado, que expõem sempre uma determinada quantidade de mais-valor na forma de capital-dinheiro latente, aguardando acumulação. Assim, enquanto o fundo de acumulação não atinge uma grandeza mínima, é necessário que o ciclo do capital se repita diversas vezes.

Durante certo tempo, acumula-se *d*, e sua acumulação não é função dele, mas resulta de repetir-se *P...P*. A função que *lhe* é própria é a de permanecer em estado de dinheiro, até que aumente bastante em virtude dos ciclos de valorização repetidos, em virtude de causa externa, portanto, a fim de alcançar a grandeza mínima exigida por sua função ativa, grandeza sem a qual não pode realmente entrar na função do capital-dinheiro *D* como capital-dinheiro constituindo a parte que se acumulou com o movimento de *D*. (MARX, 2014a, p. 93).

Assim, o fundo de acumulação, durante este intervalo em que acumula, existe como “um tesouro em formação, em crescimento” (MARX, 2014a, p. 93). Para que ocorra a acumulação real, com aumento do valor-capital e da escala de produção, é necessário que ocorra paralelamente e de forma transitória esta acumulação de dinheiro.⁷⁹ Petrifica-se parte do mais-valor em tesouro devido ao fato de que a proporção técnica existente na produção restringe a acumulação, que fica condicionada a uma determinada magnitude de capital-dinheiro. Portanto, o entesouramento, a formação de um fundo monetário, é um fator necessário para o processo de acumulação.

A forma tesouro é apenas a forma do dinheiro que não se encontra em circulação, do dinheiro que teve sua circulação interrompida e por isso se mantém em sua forma. O processo de entesourar é comum a toda produção mercantil e só constitui um fim em si mesmo nas formas pré-capitalistas, rudimentares. Aqui, porém, o tesouro aparece como capital-dinheiro e o entesouramento como processo que acompanha

⁷⁹ “Durante o intervalo em que se acumula, existe apenas na figura de um tesouro em formação, em crescimento. Acumulação de dinheiro, entesouramento, patenteia-se aqui um processo que acompanha transitoriamente a acumulação real, a expansão da escala em que opera o capital industrial. Transitoriamente, pois, enquanto o tesouro não participa do processo de valorização, continua sendo uma soma de dinheiro que só aumenta porque, sem sua interferência, se lança, no mesmo cofre em que se encontra, mais dinheiro” (MARX, 2014a, p. 93-94).

transitoriamente a acumulação do capital, porque e enquanto o dinheiro figura como capital-dinheiro latente, o entesouramento, o estado de tesouro do mais-valor existente sob a forma dinheiro, é um estágio preparatório ocorrente fora do ciclo do capital, e tem por função transformar o mais-valor em capital realmente operante. Por sua destinação, é, portanto, capital-dinheiro latente e daí ser o montante que tem de atingir para entrar no processo, determinado pela composição ocasional do valor do capital produtivo. Enquanto permanece em estado de tesouro, não funciona como capital-dinheiro, é capital-dinheiro parado, mas não por ter sua função interrompida, e sim por não ter atingido o nível exigido para poder funcionar (MARX, 2014a, p. 94).

Parte do mais-valor existente no fundo de acumulação pode, em situações específicas, cumprir uma função diferente da anteriormente explicitada. No caso de perturbações que dificultem a reposição, na mesma escala, do valor-capital originalmente adiantado, parte do mais-valor pode ser usado para repor esta diferença, dando continuidade normal ao ciclo do capital. Exemplos dessas perturbações são a demora além do normal na realização da venda (dificuldade em realizar $M' - D'$), ou então o aumento dos preços dos meios de produção em relação ao início do ciclo. Nesses casos, parte do capital-dinheiro existente no fundo de acumulação pode existir como fundo de reserva, que é um terceiro tipo de fundo monetário que cumpre função do capital-dinheiro. O fundo de reserva, portanto, é o tesouro utilizado para repor total ou parcialmente parte do valor-capital originalmente adiantado. Assim, este capital-dinheiro em reserva garante a reprodução simples do capital, na mesma magnitude da escala de produção (MARX, 2014a, p. 95).

O que diferencia o fundo de reserva do fundo de meios de compra e de meios de pagamento é a origem do valor que o compõe: no primeiro, o fundo é formado pelo mais-valor proveniente do ciclo do capital, enquanto que, no segundo, o fundo é formado pelo próprio valor-capital originalmente adiantado.⁸⁰ No entanto, nas mãos do capitalista, o capital-dinheiro não apresenta diferença, seja qual for a sua origem. Ele não distingue a fonte de seu capital-dinheiro. Em momentos de dificuldade, aplica o que tem em mãos (MARX, 2014a, p. 95). No entanto, para fins de compreensão do processo, é necessário distinguir entre esses dois tipos de fundo monetário, pois cumprem funções distintas para a circulação do capital.

Dessa forma, o fundo de reserva é a parte do fundo de acumulação utilizada apenas para a reposição do capital, sem que seja ampliada a escala de produção, no caso de variarem as circunstâncias em que se efetua o ciclo, como em casos de não realização das vendas ou de aumento dos preços dos meios de produção. É a parte do valor-capital originalmente adiantado reposta pelo mais-valor latente, em reserva.

⁸⁰ “O fundo de reserva, pelo contrário, não é parte componente do capital operante, do capital-dinheiro, e sim do capital que se encontra em estágio preliminar de sua acumulação, do mais-valor que não se transformou em capital ativo” (MARX, 2014a, p. 95).

Estes três primeiros fundos analisados por Marx estão relacionados às etapas do ciclo do capital industrial. Os próximos fundos, por sua vez, têm origem na análise da rotação do capital, sendo um proveniente da rotação do capital fixo, e o outro, da rotação do capital circulante. Conforme visto anteriormente, parte do valor do capital fixo se transfere para a mercadoria em cada período de trabalho, o que é uma decorrência da forma de transferência do valor dos meios de trabalho para a mercadoria. Assim, o capital constante fixo apresenta, com as rotações sucessivas, uma dupla existência: existe em parte como capital produtivo e em parte como capital-dinheiro.

A parte em capital-dinheiro que reflui da circulação forma o fundo de depreciação do capital fixo, que é o quarto tipo de fundo monetário que realiza função do capital-dinheiro (MARX, 2014a, p. 184-185). Este capital-dinheiro latente é acumulado com o objetivo de realizar a reposição do capital fixo quando o existente, aplicado no processo de produção, perde o seu valor de uso devido à depreciação.

Revela-se aí a peculiaridade da rotação desse elemento do capital produtivo. A transformação de seu valor em dinheiro segue no mesmo ritmo em que se converte em dinheiro a mercadoria, veículo desse valor. Mas a reversão da forma dinheiro para a forma de uso, experimentada pelo meio de trabalho, não acompanha a mercadoria quando esta se reconverte aos demais elementos de produção; essa reversão é antes determinada pelo próprio período de reprodução do meio de trabalho, pelo tempo durante o qual se gasta, tendo de ser substituído por outro exemplar da mesma espécie. Se, por exemplo, é de 10 anos a duração do funcionamento de uma máquina, no valor de 10.000 libras esterlinas, será de 10 anos o tempo de rotação do valor nela primitivamente adiantado. Antes de decorrer este prazo, não cabe renová-la, continuando ela a operar em sua forma natural. Entrementes, seu valor circula, de maneira parcelada, como parte do valor das mercadorias que ela ajuda a produzir continuamente, e assim se converte gradualmente em dinheiro, até que, ao fim de 10 anos, se terá transformado totalmente em dinheiro e de dinheiro em máquina, levando a cabo, portanto, sua rotação. Enquanto a máquina espera a ocasião de reproduzir-se, seu valor se acumula pouco a pouco sob a forma de um fundo de reserva em dinheiro (MARX, 2014a, p. 185).

Assim, constantemente goteja da circulação do capital, a cada rotação, um capital-dinheiro cujo valor refere-se ao valor do capital fixo que se transferiu para a mercadoria. Enquanto o capital fixo funciona, cumprindo sua função de meio de trabalho, permanece este capital-dinheiro entesourado, latente, para cumprir a função de reposição do capital fixo.

O quinto fundo monetário é o fundo de capital adicional liberado, decorrente da rotação do capital circulante. A função deste fundo é manter o processo de produção constante durante o tempo de circulação do capital-mercadoria e do capital-dinheiro. Conforme visto anteriormente, as rotações sucessivas proporcionam a liberação de capital adicional quando o tempo de produção e o tempo de circulação são distintos. O valor-capital adiantado na primeira rotação se confunde com o capital adicional da segunda, e sempre há um capital

adicional liberado para ser aplicado no processo de produção durante o tempo de circulação. Enquanto este capital não é aplicado, fica na forma de capital-dinheiro latente.

Sua diferença essencial em relação ao fundo de meios de compra e de meios de pagamento é a de que cumpre a função de manter a produção constante durante o período de circulação. No entanto, assim como este fundo, a parte que permanece na forma de capital-dinheiro depende da magnitude do valor que é adiantado em capital produtivo na forma de estoques. O valor correspondente ao pagamento do capital variável, na forma de salários, deve necessariamente manter a forma de capital-dinheiro até a realização o pagamento. No entanto, a parte correspondente ao capital constante pode variar, de acordo com as compras e os prazos de pagamento das matérias-primas e das matérias auxiliares.

Por fim, há ainda um último fundo decorrente da circulação do capital, que está relacionado com a circulação da renda que é por ele produzida. A renda total, correspondente a $v + mv$, se divide em pagamento de salários para os trabalhadores e renda dos capitalistas (excluída a parte do mais-valor que se torna fundo de acumulação). Assim, o dinheiro que fica entesourado decorrente dessa renda torna-se fundo de consumo individual, no qual se inserem tanto os meios de subsistência quanto os artigos de luxo. O dinheiro que fica entesourado nesse fundo não é capital, mas apenas dinheiro em sua forma simples, cumprindo função de tesouro. A parte deste fundo que fica na forma de dinheiro varia de acordo com a aquisição de meios de subsistência como estoque de consumo individual, porém parte sempre permanece na forma de dinheiro. Ao deixarem a forma de tesouro, assumem as funções de meio de circulação e de meio de pagamento. Trata-se, portanto, da “poupança das classes trabalhadora e capitalista”.

A única função que este fundo cumpre para o ciclo do capital é a reposição das relações sociais que dele são pressuposto. Ao consumirem os meios de subsistência, ocorre a reprodução da classe trabalhadora, necessária para o ciclo do capital industrial. É condição para a reprodução capitalista encontrar constantemente trabalhadores assalariados dispostos a negociar a sua força de trabalho no mercado. O consumo do capitalista do mais-valor, por sua vez, ao mesmo tempo em que repõe essa classe, trata-se de consumo de dinheiro decorrente de trabalho alheio não-pago, constituindo elemento essencial da contradição de classe existente nas relações de produção capitalistas. Trata-se da exploração da classe trabalhadora, de forma que o fundo de consumo individual dos capitalistas não guarda nenhuma proporção com o esforço por eles realizado, mas sim com o grau de exploração do trabalho alheio.

Vimos, portanto, os fundos monetários que necessariamente se formam na esfera da circulação no modo de produção capitalista. Esses fundos são como “coágulos de capital-

dinheiro” (ou então de dinheiro como renda, no caso de consumo individual), que cumprem funções específicas para a circulação do capital e, conseqüentemente, para a reprodução capitalista. Estes fundos estão na base do desenvolvimento do sistema de crédito.

3.4 *Lucro, Taxa Geral de Lucro e formação dos preços no modo de produção capitalista*

A seguir, passaremos a investigar a formação dos preços das mercadorias no modo de produção capitalista, buscando compreender como a valorização do capital altera aquele processo em relação à produção mercantil simples. Para isso, é necessário desvendarmos, primeiro, como o mais-valor passa a aparecer na forma de lucro e, segundo, como se forma a chamada taxa geral de lucro, para podermos compreender a formação dos preços de mercadorias produzidas por capitais, em um contexto em que os mesmos estão em busca constante por ampliar a sua valorização.

No modo de produção capitalista, o valor do capital-mercadoria (M') é composto, como já visto, pelo valor do capital constante, do capital variável e do mais-valor. Assim, $M' = c + v + mv$. No entanto, para o capitalista, o que aparece não são esses valores diretamente, mas formas mais superficiais, relacionadas à maneira como o processo capitalista se apresenta e é por ele percebido. As determinações essenciais deste modo de produção, os seus fundamentos básicos, não são perceptíveis, portanto, através da mera apreciação dos fenômenos, pois na esfera da aparência o que se percebe são estas formas mais superficiais, complexas, cujo entendimento depende da análise detalhada de seus elementos constitutivos. Essas formas mais superficiais que passaremos a estudar são responsáveis por esconder a fonte do mais-valor e, como veremos, a própria relação do valor. Inicia-se aqui, portanto, o estudo das formas que apresentam as relações de produção capitalistas de forma distorcida, fetichista, escondendo a verdadeira fonte do valor, que é o trabalho, e a verdadeira fonte do mais-valor, que é o trabalho não-pago.

Para o capitalista individual, a mercadoria apresenta, antes de mais nada, um preço de custo, que está relacionado à reposição do capital originalmente adiantado na produção que compõe o valor da mercadoria. Esse preço de custo (k) corresponde ao valor do capital constante (c) e do capital variável (v).⁸¹ Ele é, portanto, a forma aparente do valor do capital originalmente aplicado na produção. O que ocorre aqui é que, apesar de suas diferenças

⁸¹ Essa correspondência ocorre apenas enquanto o preço das mercadorias corresponde ao seu valor. Mais tarde, com a emergência da taxa geral de lucro, do lucro médio e dos preços de produção, veremos que isso não necessariamente ocorre.

qualitativas, tanto a força de trabalho quanto os meios de produção parecem ser a mesma coisa para o capitalista: valor-capital adiantado. As diferenças qualitativas em termos da forma como cada parte compõe o valor da mercadoria extinguem-se completamente na percepção do capitalista, uma vez que ambos representam apenas custos, apenas dispêndio de capital.⁸² Dessa maneira, o valor de uma mercadoria produzida por um capital pode ser descrito agora como $M' = k + mv$, ou seja, o preço de custo acrescido de um mais-valor.

Com a formação do preço de custo, desaparece a diferença entre meios de produção e força de trabalho. Ambos aparecem apenas como parte equivalente do capital, como um custo necessário para o processo de produção. Não aparece o fato de que é apenas a força de trabalho que é capaz de produzir valor. A consequência disso é que o mais-valor produzido parece ser fruto de todo capital, e não só da sua parte variável.

Para o capitalista fica então patente que esse acréscimo de valor provém dos processos produtivos empreendidos com o capital, derivando, portanto, do próprio capital; pois existe depois do processo de produção e não existia antes. Quanto ao capital despendido na produção, o mais-valor parece originar-se, de maneira uniforme, dos diversos elementos do valor dele, consistentes em meios de produção e de trabalho, pois esses elementos entram igualmente na formação do preço de custo (MARX, 2013a, p. 50).

Dessa forma, o mais-valor aparece como resultado proveniente de todo capital adiantado, gerado de maneira uniforme por suas partes constitutivas. Aparece como seu *fruto imaginário*, assumindo uma forma transfigurada: a forma de lucro (MARX, 2013a, p. 51). Assim, o mais-valor, no modo capitalista de produção, aparece de forma dissimulada, e sua verdadeira fonte é algo oculto, parecendo provir do capital como um todo, e não do trabalho. Lucro, portanto, é a forma com que se apresenta o mais-valor na superfície do modo de produção capitalista, e esta forma esconde a sua verdadeira fonte. Capital parece ser qualquer valor que se adianta para obter lucros, enquanto o lucro parece ser o rendimento natural de todo o capital, seja capital constante (meio de produção) ou variável (força de trabalho).⁸³ Com a forma lucro, o valor da mercadoria, que antes apresentava a fórmula $M' = k + mv$, passa a aparecer como $M' = k + l$, ou seja, o valor da mercadoria aparece como sendo

⁸² “A parte do capital adiantada em trabalho só se distingue da adiantada em meios de produção, digamos, em algodão ou carvão, por servir para pagar elemento materialmente diverso da produção, não entrando em conta a função diversa que desempenha no processo de produção do valor da mercadoria e, em consequência, no processo de valorização do capital [...] Só vemos valores prontos e acabados, os componentes do valor do capital adiantado, que entram na formação do valor do produto; nenhum elemento aparece que crie valor. Extingue-se a diferença entre capital constante e variável” (MARX, 2013a, p. 46-47).

⁸³ “Não se distinguindo, na formação aparente do preço de custo, entre capital constante e capital variável, é mister transferir da parte variável do capital para o capital todo a origem da mutação do valor, ocorrida durante o processo de produção” (MARX, 2013a, p. 51).

formado por um preço de custo, relacionado à reposição do capital adiantado, mais um lucro, fruto do capital como um todo.

Cabe ressaltar que o preço pelo qual uma mercadoria é vendida, o seu preço de venda, não necessariamente precisa ser igual ao seu valor, podendo ser menor. O preço mínimo de venda é o preço de custo, necessário para a reposição do capital.⁸⁴ No entanto, a mercadoria pode ser vendida abaixo do seu valor, porém acima do preço de custo. Nesse caso, o capital-mercadoria estaria realizando apenas parte do seu mais-valor.⁸⁵ “Enquanto o preço de venda supera o de custo, embora esteja abaixo do valor da mercadoria, realiza-se parte do mais-valor nela contida, obtém-se lucro” (MARX, 2013a, p. 52). Este fato é essencial para a compreensão dos processos de que trataremos posteriormente, relacionados ao nivelamento da taxa geral de lucro e à formação dos preços na produção capitalista.

O lucro apropriado por um capital individual pode ser representado pela taxa de lucro, que é a medida da valorização do capital. Essa taxa mede a relação entre o lucro e o capital total adiantado na produção. A fórmula da taxa de lucro para um capital individual (l') pode ser representada como $l' = mv/C$, em que mv corresponde ao mais-valor e C corresponde ao capital total adiantado ($c + v$), seja capital constante ou variável. Esta taxa difere da taxa de mais-valor, que compara o mais-valor apenas com o capital variável ($mv' = mv/v$), embora trate-se do mesmo fenômeno: produção de mais-valor (MARX, 2013a, p. 60-61). Assim, estabelece-se a proporção de valorização do capital e todo o capital passa a ter como referência o seu grau de valorização: a taxa de lucro.⁸⁶

As taxas de lucro variam para cada capital individualmente de acordo com uma série de fatores, conforme demonstrado por Marx (2013a). Assumindo a taxa de mais-valor constante, as taxas anuais de lucro dos capitais se diferenciam de acordo com a composição

⁸⁴ Como o preço de custo é o valor necessário para a reposição do capital, o mesmo aparece para o capitalista como sendo o valor *intrínseco* da mercadoria. Além disso, o valor excedente parece vir da circulação, uma vez que o preço de custo constitui o valor gasto na produção da mercadoria: “Além disso, o preço de custo é o preço de compra da mercadoria pago pelo próprio capitalista para produzi-la, o preço de compra determinado pelo próprio processo de produção dela. O valor excedente realizado com a venda da mercadoria assume para o capitalista a aparência de excesso do preço de venda sobre o valor da mercadoria, em vez de ser o excesso desse valor sobre o preço de custo, e desse modo o mais-valor, em vez de realizar-se em dinheiro com a venda da mercadoria que a contém, origina-se da própria venda” (MARX, 2013a, p. 52-53).

⁸⁵ “Em nosso exemplo, o valor-mercadoria = 600 libras esterlinas, preço de custo = 500. Vendendo-se a mercadoria por 510, 520, 530, 560 ou 590 libras esterlinas, estará sendo vendida abaixo do valor em 90, 80, 70, 40 ou 10, mas apesar disso, haverá um lucro de 10, 20, 30, 60 ou 90. Entre o valor da mercadoria e o preço de custo existe, evidentemente, a possibilidade de uma série indeterminada de preços de venda. Quanto maior a parte do valor-mercadoria constituída pelo mais-valor, tanto mais amplo o espaço em que podem operar esses preços intermediários” (MARX, 2013a, p. 52).

⁸⁶ Cabe ressaltar aqui que diversos fatores influenciam a taxa de lucro de um capital individual: o valor do dinheiro, o tempo de rotação do capital, a produtividade do trabalho, a extensão da jornada de trabalho, a intensidade do trabalho e os salários. Não abordaremos estes elementos aqui, mantendo-nos apenas naquilo que é essencial para entender a formação dos preços na produção capitalista.

orgânica do capital (c/v)⁸⁷ e com o número de rotações do capital em um ano (MARX, 2013a, p. 193). Isso ocorre devido ao fato de que a taxa anual de lucro pode ser apresentada da seguinte forma: $l' = mv' \cdot n \cdot v/C$. Assim, se mv' é constante, a taxa de lucro varia com o número de rotações do capital (n) e com a participação do capital variável no capital total (v/C). Esta é a fórmula que representa, de fato, a taxa de lucro de determinado capital em um ano, pois inclui o efeito das rotações do capital (MARX, 2013a, p.104). Ela é válida não só para capitais individuais, mas também para os diferentes ramos de produção⁸⁸.

A consequência disso é de que, se as mercadorias são vendidas exatamente pelos seus valores ($M' = c + v + mv$), as taxas de lucro entre os diferentes ramos são distintas de acordo com as suas diferenças de rotação e de composição orgânica do capital. Capitais de mesma magnitude e mesma taxa de mais-valor, apresentando diferentes composições orgânicas do capital ou diferentes tempos de rotação, produziriam quantidade diferente de mais-valor e, conseqüentemente, teriam taxas diferentes de lucro. Este é o resultado lógico inevitável da teoria do valor-trabalho.⁸⁹ No entanto, este fato gera um impasse teórico: a impossibilidade de conciliação entre a teoria do valor e o fato de que a concorrência entre os capitais nos diferentes ramos gera equalização das taxas de lucro.

A validade do exposto depende da base em que se fundamentou até agora o nosso estudo: a de que as mercadorias são vendidas pelo valor. Por outro lado, não há a menor dúvida de que, na realidade, excluídas diferenças não essenciais, fortuitas e que se compensam, não existe diversidade nas taxas médias de lucro relativas aos diferentes ramos industriais, nem poderia existir, sem pôr abaixo todo o sistema de produção capitalista. Parece, portanto, que a teoria do valor é, neste ponto incompatível com o movimento real, com os fenômenos positivos da produção, e que, por isso, se deve renunciar a compreendê-los (MARX, 2013a, p. 203).

A saída proposta pela economia vulgar, de acordo com Marx, é o abandono da teoria de que o trabalho é o fundamento do valor. No entanto, Marx apresenta uma resolução lógica para este problema sem que seja necessário o abandono do fundamento teórico básico da economia política: no modo de produção capitalista, os preços não se formam de acordo com o valor, de acordo com o tempo de trabalho socialmente necessário, mas de acordo com a taxa

⁸⁷ A composição orgânica do capital é a relação entre o valor do capital constante e do capital variável de determinado capital, que reflete a relação técnica entre meios de produção e força de trabalho, entre trabalho morto e trabalho vivo: “Chamamos de composição *orgânica* do capital à composição do capital segundo o valor, na medida em que é determinada pela composição técnica e a reflete” (MARX, 2013a, p. 195).

⁸⁸ Para calcular a taxa anual de lucro em determinado ramo de produção, é necessário levar em consideração as condições médias dos capitais existentes no ramo: “Em toda pesquisa, ao falar da composição ou rotação do capital de determinado ramo de produção, suporemos sempre, naturalmente, as proporções normais médias do capital aplicado no ramo, referir-nos-emos à média de todo o capital, e não às diferenças eventuais dos capitais aí aplicados, singularmente considerados” (MARX, 2013a, p. 193).

⁸⁹ “Se um capital, com a composição percentual de $90c + 10v$, produzisse, com o mesmo grau de exploração do trabalho, tanto mais-valor ou lucro quanto um capital com a composição de $10c + 90v$, seria evidente que o mais-valor e, por conseguinte, o valor em geral não teriam o trabalho por fonte, e assim se eliminaria todo o fundamento racional da economia política” (MARX, 2013a, p. 198).

geral de lucro e com o lucro médio dela decorrente. A seguir, analisaremos as etapas lógicas do raciocínio de Marx para compreender como o processo de valorização do capital afeta a formação dos preços, diferenciando-os dos preços que se formam na circulação simples de mercadorias, e como se mantém preservada a lei do valor nesse processo.

No modo de produção capitalista, os capitais aplicados nos diversos ramos de produção estão em constante concorrência, buscando sempre ampliar a sua taxa de valorização, representada pela taxa de lucro. Assim, quando um ramo propicia taxas de lucro superiores, capitais se movem dos outros ramos para este ramo mais lucrativo, em busca de expansão da sua valorização. Este movimento de concorrência entre os capitais cria o que Marx chama de taxa geral de lucro. Essa taxa é a taxa média de lucro existente entre os diversos ramos de produção, ponderada pela magnitude do capital aplicado em cada um. Ela existe como uma tendência decorrente do constante movimento dos capitais de um ramo de produção para o outro, ou seja, como tendência criada pela concorrência. O lucro de um capital qualquer que se valoriza de acordo com a taxa geral de lucro é o que Marx chama de lucro médio.

As taxas diferentes de lucros, por força da concorrência, igualam-se numa taxa geral de lucro, que é a média de todas elas. O lucro que, de acordo com essa taxa geral, corresponde a capital de grandeza dada, qualquer que seja a composição orgânica, chama-se de lucro médio (MARX, 2013a, p. 211).

O processo de nivelamento das taxas de lucro ocorre mais rapidamente, segundo Marx (2013a, p. 254), de acordo com o grau de mobilidade do capital, ou seja, com a facilidade do capital de se transferir de um ramo ou de um local para outro, e de acordo com o grau de mobilidade e transferência da força de trabalho. Em relação ao primeiro aspecto, a velocidade do nivelamento é maior quanto maior for a liberdade de comércio e quanto menos relevantes forem os monopólios. Em relação ao segundo aspecto, colocam-se como entraves para o nivelamento da taxa de lucro as leis que impedem o deslocamento de trabalhadores de um ramo a outro e colocam-se como elementos que aceleram o nivelamento a redução do trabalho a trabalho simples nos ramos de produção e o maior grau de subordinação do trabalhador ao modo capitalista de produção. Além disso, conforme veremos posteriormente, este nivelamento também supõe o desenvolvimento do sistema de crédito, na medida em que este concentra o capital disponível da sociedade perante os capitalistas isolados e a ele permite acesso.

A consequência desse movimento constante dos capitais e da formação da taxa geral de lucro é que os diferentes capitais em cada ramo não apresentam mais taxas de lucro de acordo com a produção de mais-valor por ele realizada, mas sim de acordo com o lucro médio

que pode ser obtido. Assim, deixa de existir a disparidade de taxas de lucro observada anteriormente, que ocorria quando os preços eram equivalentes ao valor. Com o lucro médio, no entanto, o preço da mercadoria passa a ser o preço de custo (k) mais este lucro médio (lm). Os preços que se formam desta forma são o que Marx chama de *preços de produção*.

Os preços que obtemos acrescentando a média das diferentes taxas de lucro dos diferentes ramos aos preços de custo dos diferentes ramos são os *preços de produção*. Requerem a existência da taxa geral de lucro, e esta, por sua vez, supõe que as taxas de lucro consideradas de per si em cada ramo particular de produção já estejam reduzidas a outras tantas taxas médias. [...] O preço de produção da mercadoria é, portanto, igual ao preço de custo mais o lucro que percentualmente se lhe acrescenta correspondente à taxa geral de lucro, ou igual ao preço de custo mais o lucro médio (MARX, 2013a, p. 210).

Dessa forma, a formação dos preços no modo de produção capitalista deixa de corresponder exatamente ao valor existente na mercadoria, de acordo com o tempo de trabalho socialmente necessário para sua produção. A capacidade de se apropriar de mais-valor na forma de lucro, a valorização do capital, afeta a formação dos preços quando as mercadorias são produzidas por capitais. Assim, o fato de a forma mercadoria da produção ser também capital-mercadoria muda a lógica da formação dos preços, pois passa a depender também do grau de valorização do capital, e não apenas do valor.⁹⁰

A dificuldade toda provém de as mercadorias se trocarem não como *mercadorias* simplesmente, mas como *produtos de capitais* que exigem, na proporção da respectiva magnitude, ou para magnitude igual, participação igual na totalidade [do mais-valor] (MARX, 2013a, p. 231-232).

Como consequência disso, o mais-valor produzido em cada ramo não é mais necessariamente apropriado pelos capitais que o produziram, mas divide-se igualmente entre os capitais aplicados em cada ramo, de acordo com sua magnitude. Quando o capitalista vende sua mercadoria ao preço de produção, recupera o capital inicialmente adiantado na produção, porém o mais-valor por ele apropriado na forma de lucro não corresponde ao mais-valor produzido pela exploração do seu capital variável. O lucro que obtém é o lucro médio, que pode ser superior ou inferior ao mais-valor produzido pelo capital. Capitais cuja composição orgânica é *superior* tendem a se apropriar do mais-valor produzido por capitais cuja composição orgânica é *inferior*.⁹¹ O que permite isso é o fato que ressaltamos

⁹⁰ Em casos em que a composição orgânica do capital individual corresponde à composição média do capital social global, ocorre que o preço de produção coincide com o valor presente na mercadoria. No entanto, isso ocorre de forma fortuita e decorre da coincidência entre a composição orgânica do capital individual e a média.

⁹¹ “O desenvolvimento específico da produtividade social do trabalho varia segundo os ramos particulares de produção e está na razão direta da quantidade dos meios de produção mobilizados por determinada quantidade de trabalho, portanto, por determinado número de trabalhadores para dada jornada, e na razão inversa a quantidade de trabalho exigida para determinada quantidade de meios de produção. Por isso,

anteriormente, de que basta que o preço de venda seja superior ao preço de custo para que haja lucro, independentemente da magnitude do valor da mercadoria. É o fato de poder vender a mercadoria abaixo do valor e ainda assim obter lucro que permite que haja a formação de uma taxa geral de lucro a partir da concorrência.

A lei fundamental da concorrência capitalista, até hoje não apreendida pela economia política, a lei que regula a taxa geral de lucro e os preços de produção determinados por essa taxa, baseia-se [...] nessa diferença entre valor da mercadoria e preço de custo, e na possibilidade daí resultante de vender a mercadoria abaixo do valor, mas com lucro (MARX, 2013a, p. 52).

No entanto, é necessário ressaltar que, quando não há alteração nos valores das mercadorias produzidas ocasionadas por mudanças tecnológicas, o somatório desses valores deve ser igual ao somatório dos preços de produção, pois se trata apenas de transferência de mais-valor. O valor excedente produzido por alguns capitais é apropriado por outros, devendo, no entanto, o valor total ser igual à soma desses preços de produção. Portanto, apesar da equalização da taxa geral de lucro, o valor permanece na base da formação dos preços, porém subsumido à lógica de valorização dos capitais e à concorrência intercapitalista nos diversos ramos de produção.

Com a formação da taxa geral de lucro e obtenção do lucro médio por cada capital aplicado em determinado ramo de produção, o que ocorre é uma repartição uniforme do mais-valor produzido pelo capital social global para cada parte alíquota sua, para cada capital individual (MARX, 2013a, p. 211). Assim, do ponto de vista do lucro, os capitalistas são como acionistas que apresentam uma participação no capital social global, podendo obter, com isso, dividendos proporcionais a esta participação.⁹²

Assim, de forma resumida e com o objetivo de concluir a exposição da formação da taxa geral de lucro, Marx apresenta definições dessa taxa, explicitando os seus elementos determinantes, considerando a produção de mais-valor gerada pelo capital social global e a concorrência entre os capitais individuais:

Na realidade, a taxa geral de lucro é determinada (1) pelo mais-valor produzido pela totalidade do capital, (2) pela relação entre esse mais-valor e o valor do capital todo e (3) pela concorrência, na medida em que é o movimento que possibilita os capitais empregados nos diferentes ramos de produção procurarem extrair desse mais-valor,

chamamos os capitais que relativamente contêm mais capital constante e menos variável do que o capital médio da sociedade de capitais de composição *superior*. Inversamente, aqueles que têm percentagem maior de capital constante e menor de capital variável que o capital social médio chamamos de capitais de composição *inferior*” (MARX, 2013a, p. 217).

⁹² “Aqui, do ponto de vista do lucro, os capitalistas são vistos como simples acionistas de uma sociedade anônima em que os dividendos se repartem segundo percentagem uniforme, só se distinguindo o dividendos correspondentes a cada capitalista pela magnitude do capital que cada um colocou no empreendimento comum, pela participação percentual que tem na empresa, pelo número de ações que possui” (MARX, 2013b, p. 212).

de acordo com suas magnitudes relativas, dividendos iguais (MARX, 2014b, p. 487).

Segundo Marx, a maneira como aparece o processo de formação de preços tem como consequência, para a formação da consciência dos agentes, o encobrimento da base de determinação do valor, que é o trabalho socialmente necessário. O lucro, por parecer provir do capital como um todo, aparece como não estando associado de qualquer forma com o trabalho vivo empregado, principalmente porque o lucro obtido, relacionado à taxa geral de lucro, não apresenta nenhuma proporção necessária com o capital variável adiantado na produção (MARX, 2013a, p. 222). Além disso, a própria noção de valor como algo relevante para entender a formação dos preços desaparece. Isso ocorre porque lucro que o capitalista recebe é comparado sempre com os preços de custo. No entanto, os custos do capitalista não necessariamente apresentam relação com o valor existente nos meios de produção e o lucro depende da concorrência, da taxa geral de lucro, parecendo ser consequência de fatores completamente externos ao capital adiantado do capitalista.⁹³

Esta exposição teve como objetivo ressaltar alguns aspectos: (1) a formação dos preços no modo de produção capitalista é influenciada pela valorização do capital, e não só pelo valor existente na mercadoria como na circulação simples de mercadorias; (2) as formas aparentes do preço de custo e do lucro, relacionadas à superfície do modo de produção capitalista só podem ser compreendidas em sua essência a partir das determinações decorrentes de seus fundamentos básicos, o valor e a produção capitalista; e (3) estas formas aparentes escondem seus fundamentos básicos, apresentando-se de forma fetichista e formando a consciência dos indivíduos quanto ao processo de produção capitalista. Por fim, é necessário ressaltar a diferença entre os preços de produção e os preços de mercado para que a teoria dos preços de Marx esteja, em seus elementos essenciais, aqui exposta.

Os preços de mercado são a forma mais superficial e imediata dos preços. São a sua forma de existência imediata no mercado. Assim, quando se busca pelo preço de uma mercadoria produzida por capitais, o que se encontra no mercado é seu preço de mercado, e

⁹³ “A diferença quantitativa real entre lucro e mais-valor – e não apenas entre as respectivas taxas – nos ramos particulares de produção oculta, então, inteiramente a verdadeira natureza e a origem do lucro, não apenas para o capitalista, que tem aí especial interesse em enganar-se, mas também para o trabalhador. Com a transformação dos valores em preços de produção, encobre-se a própria base de determinação do valor. E mais. A simples transformação do mais-valor em lucro leva a parte do valor a qual constitui o lucro a confrontar a outra parte, o preço de custo da mercadoria, já fazendo desaparecer para o capitalista a noção do valor. É que não tem ele diante de si o trabalho total que custa produzir a mercadoria, mas apenas a parte paga deste total, viva ou morta, configurada em meios de produção, aparecendo-lhe desse modo o lucro como algo extrínseco ao valor encerrado na mercadoria. E essa imagem plenamente se confirma, consolida e ossifica quando, na realidade, o lucro acrescentado ao preço de custo, em cada ramo particular de produção, não é determinado pelos limites da formação do valor aí ocorrida, mas por fatores inteiramente externos” (MARX, 2013a, p. 222).

não o seu preço de produção. A diferença básica entre os dois está no fato de que os preços de mercado são afetados pelas oscilações de oferta e demanda, ou seja, pela concorrência no mercado. Os preços de produção, ao contrário, não são perceptíveis imediatamente, e se revelam apenas como tendência dos preços de mercado (MARX, 2013a, p. 214). Dessa forma, o preço de produção só pode ser observado como preço médio após certo período.

As contínuas oscilações dos preços de mercado, subidas e quedas, compensam-se, anulam-se reciprocamente e reduzem-se ao preço médio, a sua lei interna. O preço médio constitui a estrela guia do comerciante ou do industrial em todo empreendimento que requer tempo. Ele sabe que, observando um período longo em seu conjunto, as mercadorias se vendem realmente de acordo com um preço médio, nem abaixo, nem acima dele (MARX, 2012, p. 196).

Assim, o preço de produção é como um centro de gravidade em torno do qual oscilam os preços de mercado. Eles oscilam devido às constantes disparidades entre oferta e demanda, e esta oscilação só cessa quando oferta e demanda coincidem, como duas forças que se anulam. Nesta situação, o seu efeito cessa e passam a valer as leis internas do modo de produção capitalista como o elemento que determina o preço na situação de equilíbrio.

Se a oferta e a procura coincidem, o preço de mercado da mercadoria corresponde ao preço de produção, isto é, o preço se patenteia então regulado pelas leis internas da produção capitalista, sem depender da concorrência, pois as oscilações da oferta e da procura apenas explicam os desvios que os preços de mercado têm dos preços de produção – desvios que se compensam reciprocamente, de modo que em períodos os preços médios de mercado se igualam aos preços de produção. Essas duas forças (oferta e procura), quando coincidem, cessam de atuar, anulam-se mutuamente, e a lei geral de determinação dos preços passa a impor-se também ao caso particular; então, o preço de mercado em sua existência imediata, e não como média do movimento dos preços de mercado, já corresponde ao preço de produção, o qual é regulado pelas leis imanentes do próprio modo de produção (MARX, 2014b, p.472-473).

Portanto, com isso, concluímos a exposição da teoria dos preços de Marx no modo de produção capitalista. Buscamos aqui ressaltar a mudança na lógica da formação desses preços no momento em que as mercadorias passam a ser produzidas como capitais, explicar as formas superficiais com que o preço se manifesta e seus efeitos sobre a aparência e sobre a formação da consciência dos indivíduos no modo de produção capitalista. A seguir, trataremos de outros desdobramentos relativos ao capital-dinheiro, abordando as formas cada vez mais complexas geradas pela produção capitalista.

4 Desdobramentos do Capital-dinheiro: Capital de Comércio de Dinheiro e Capital Portador de Juros

Neste capítulo, temos como objetivo tratar das categorias que derivam do capital-dinheiro enquanto forma do capital. É necessário compreendê-las para tratarmos do desenvolvimento do sistema de crédito e de suas implicações para a dinâmica capitalista nos ciclos industriais. A primeira seção trata do capital de comércio de dinheiro enquanto autonomização das funções puramente técnicas da circulação do capital-dinheiro. A segunda seção trata do capital portador de juros, abordando a sua emergência enquanto mercadoria capital, a sua forma de circulação, os determinantes da taxa de juros e suas consequências nas formas aparentes do mais-valor. Por fim, tratamos das consequências dessa última forma de capital para a aparência do modo de produção capitalista, cuja principal é a reificação da relação capitalista.

4.1 *Capital de Comércio de Dinheiro*

O capital de comércio de dinheiro⁹⁴ é a forma que assume o capital desembolsado para realizar, de forma autônoma, os movimentos puramente técnicos da circulação do dinheiro.⁹⁵ Uma parte do capital industrial sempre existe como capital-dinheiro empenhado nessas funções técnicas específicas da circulação, e uma parte da totalidade do capital pode, de forma autônoma, se destacar do todo e executar, com exclusividade, essas operações para toda a classe de capitalistas comerciais e industriais (MARX, 2014b, p. 421). Esse processo de autonomização é análogo ao processo que dá origem ao capital comercial.⁹⁶

É capital de comércio de dinheiro o capital que executa as seguintes tarefas puramente técnicas:

Pagamentos, recebimentos de dinheiro, operações de compensação, escrituração de contas-correntes, guarda do dinheiro etc., todas essas operações técnicas, separadas

⁹⁴ A tradução da editora Civilização Brasileira (MARX, 2014b) apresenta esse conceito como “capital financeiro”. Para evitarmos confusões conceituais, principalmente com as abordagens de Lênin e de Hilferding sobre capital financeiro (LENIN, 2012; HILFERDING, 1985), manteremos o conceito conforme a tradução da editora Nova Cultural (MARX, 1986a; 1986b) e da Penguin Books (“*Money Dealing Capital*”) (MARX, 1981).

⁹⁵ “O dinheiro efetua movimentos puramente técnicos no processo de circulação do capital industrial. [...] Esses movimentos – ao se tornarem função autônoma de um capital particular que os executa, como operações peculiares, e nada mais faz além disso – transformam esse capital em capital de comércio de dinheiro” (MARX, 2014b, p. 421).

⁹⁶ “Como se dá com o capital comercial, parte do capital industrial existente no processo de circulação na figura do capital-dinheiro se destaca e executa essas operações do processo de reprodução para todo o capital restante” (MARX, 2014b, p. 421).

dos atos que as tornam necessárias, transformam em capital de comércio de dinheiro o capital nelas adiantado (MARX, 2014b, p. 423).

As tarefas de pagamentos, recebimentos, balanço de contas e de operações de compensação estão relacionadas às funções do dinheiro como meio de circulação ou meio de pagamento, pois são tarefas que o capitalista deve cumprir para que seja possível a circulação das mercadorias.⁹⁷ A tarefa de guarda do dinheiro na forma de tesouro está relacionada ao fato de que parte do capital existe sempre como tesouro, como capital-dinheiro potencial: reserva de meios de compra e reserva de meios de pagamento. Esta é uma função particular, pois há a constante transformação do tesouro em meios de circulação e meios de pagamento, assim como a reconstituição na forma tesouro do dinheiro obtido com vendas e pagamentos vencidos (MARX, 2014b, p. 422-423).

Estas são tarefas que representam custos de circulação e trabalho que não cria nenhum valor. São apenas condições técnicas que precisam ser supridas para a realização do processo de circulação. Quando o capital de comércio de dinheiro assume-as para si, poupa custos de circulação para os demais capitais que deveriam realizá-la inevitavelmente. A autonomização dessas atividades é possibilitada pelo desenvolvimento da divisão do trabalho.

A divisão do trabalho faz que essas operações técnicas, condicionadas pelas funções do capital, sejam tanto quanto possível executadas para toda a classe capitalista por uma categoria de agentes ou capitalistas como funções exclusivas, ficando concentradas em suas mãos (MARX, 2014b, p. 423).

Nesse processo, ocorre uma divisão do trabalho em duplo sentido, assim como ocorre com o capital mercantil. Em primeiro lugar, as atividades técnicas tornam-se um negócio especializado. Por se tornarem um negócio especializado e realizado para todos os capitalistas comerciais e industriais, assumem grande escala. Ocorre, então, uma nova divisão do trabalho, e esse capital passa a se dividir em diversos ramos independentes, que aperfeiçoam as suas condições de trabalho (MARX, 2014b, p. 423).

Assim como o dinheiro se desenvolve primitivamente nas trocas de mercadorias entre diferentes comunidades, a atividade de comércio de dinheiro tem sua raiz primitiva no comércio internacional, em que passam a ser necessárias operações de câmbio. A existência de moedas diferentes entre os países tem como consequência a necessidade dos comerciantes de converter sua moeda nacional em moeda local ou trocar diferentes moedas por prata ou ouro puro, como dinheiro mundial (MARX, 2014b, p. 423). Decorre dessa necessidade o

⁹⁷ “Que o dinheiro exerça a função de meio de circulação ou de meio de pagamento depende da forma de troca das mercadorias. Em ambos os casos, *o capitalista tem de lidar incessantemente com dinheiro, pagando muitas pessoas ou recebendo-o de muitas pessoas*. Essa tarefa puramente técnica de *pagar e de receber dinheiro* constitui de per si trabalho que, ao servir o dinheiro de meio de pagamento, *exige balanços de contas, operações de compensação*” (MARX, 2014b, p. 422, grifos nossos).

surgimento, ainda em Roma e na Grécia, de casas de câmbio que realizam exclusivamente essas operações. Portanto, as operações de câmbio, atividade do cambista, “devem ser consideradas uma das bases naturais do moderno comércio de dinheiro” (MARX, 2014b, p. 424). A atividade cambista tem sua origem em duas funções do dinheiro: a função de ser meio de circulação, que gera a forma de moeda nacional do dinheiro, e a função de dinheiro mundial.⁹⁸

Com o desenvolvimento do comércio em geral, mesmo que pré-capitalista, e, posteriormente, do processo de produção capitalista, desenvolve-se também a atividade de comércio de dinheiro, devido às implicações desse processo. A primeira é o acúmulo de dinheiro na forma tesouro, que, por sua vez, assume duas formas. A primeira é tesouro como fundo de reserva de meios de pagamento e meios de compra, o que se aplica tanto à circulação interna como à circulação externa de mercadorias. A segunda forma de tesouro é a de capital na forma dinheiro momentaneamente desocupado, ou seja, capital-dinheiro latente, esperando por aplicação. O desenvolvimento do entesouramento implica a necessidade de realização de certas atividades técnicas, como guarda do tesouro e contabilização, o que amplia o comércio de dinheiro (MARX, 2014b, p. 425). A segunda implicação do desenvolvimento do comércio e da produção capitalista para o comércio de dinheiro é a realização de operações de caixa de comerciantes e capitalistas industriais, como “desembolsar dinheiro nas compras, recebê-los nas vendas, pagar e receber pagamentos, realizar compensações, etc.” (MARX, 2014b, p. 425-426).

O pleno desenvolvimento do comércio de dinheiro só ocorre com o desenvolvimento do crédito, das atividades de emprestar, tomar emprestado e negociar com crédito (MARX, 2014b, p. 426). No entanto, para compreendê-lo, é necessário apresentar a forma do capital portador de juros, o que será feito posteriormente. Até lá, consideraremos o comércio de dinheiro apenas na sua forma pura, separada do crédito.

Nessa forma pura, pode-se dizer que o capital de comércio de dinheiro apresenta, em certo sentido, papel passivo, pois todas as atividades que realiza são decorrência da circulação do dinheiro e de suas funções. Portanto, não é o comércio de dinheiro que torna possível a circulação de dinheiro, mas o contrário. Para o capital de comércio de dinheiro, a circulação de dinheiro, relacionada à circulação de mercadorias, é algo dado. “O que ele propicia são as

⁹⁸ “Para chegar a dinheiro mundial, a moeda nacional se despoja de seu caráter local; uma moeda nacional se expressa noutra, e ambas se reduzem ao respectivo teor em ouro e prata, enquanto esses dois metais, na condição de mercadorias que circulam como dinheiro mundial, se reduzem à relação mútua de valor, que varia constantemente. [...] O negócio do cambista e o comércio de lingotes de metais preciosos são as formas mais primitivas do comércio de dinheiro e têm sua origem nas duas funções do dinheiro: a de moeda nacional [meio de circulação e de pagamento] e a de dinheiro mundial (MARX, 2014b, p. 425).

operações técnicas da circulação monetária, as quais concentra, abrevia e simplifica”, poupando custos de circulação (MARX, 2014b, p. 427).

O montante, as formas e os movimentos da circulação do dinheiro não passam de resultado da circulação de mercadorias, a qual, do ponto de vista capitalista, representa apenas o processo de circulação do capital [...]. Nessas condições, é evidente que o comércio de dinheiro não promove a circulação do dinheiro, mero resultado da circulação de mercadorias, maneira de esta aparecer (MARX, 2014b, p. 427).

Marx exemplifica alguns fenômenos próprios da circulação de dinheiro e sobre os quais o capital de comércio de dinheiro apenas realiza atividades técnicas. O movimento de metais preciosos na circulação internacional é inteiramente determinado pela troca internacional de mercadorias, assim como o curso do dinheiro é determinado pela circulação interna de mercadorias (MARX, 2014b, p. 427).⁹⁹ O capital de comércio de dinheiro apenas propicia as condições técnicas para a repartição dos metais entre as diferentes esferas nacionais. O entesouramento, por sua vez, não é criado pelo capital de comércio de dinheiro, mas este fornece os meios técnicos para reduzi-lo ao mínimo econômico, desde que não haja desemprego de capital ou transtornos no processo de reprodução. O mesmo ocorre com a liquidação de dívidas por compensação, em que se poupam meios de circulação por sua atividade. Assim, o capital de comércio de dinheiro pode apenas abreviar as operações técnicas que acompanham a circulação do dinheiro, reduzindo a massa de dinheiro efetivo necessária para a sua realização, mas nunca é o fator determinante e originário das mesmas. Processo idêntico ocorre na realização de compras e vendas, que decorrem da função do dinheiro de meio de circulação.

Quando dinheiro é adiantado como capital de comércio de mercadorias, o seu circuito se apresenta na forma $D - M - D'$. Adiantar D para obter D' ($D + \Delta D$) é a forma geral do capital. No entanto, diferentemente do capital comercial, o circuito do capital de comércio de dinheiro não passa pela forma mercadoria. Assim, essa mediação envolve apenas os elementos técnicos da metamorfose, e não seus elementos materiais (MARX, 2014b, p. 429).

Quando, nessa mediação técnica da circulação do dinheiro, o capital-dinheiro for adiantado por categoria especial de capitalistas – um capital que representa, reduzindo a escala, o capital adicional que, não fora essa ocorrência, os próprios comerciantes e os capitalistas industriais teriam que adiantar para esse fim –, temos, também aí, a forma geral do capital $D - D'$ (MARX, 2014b, p. 429).

⁹⁹ Marx abstrai desse movimento de metais aquele decorrente de transferência de capital por empréstimo, que ocorre também na forma capital-mercadoria, e também migrações de metais preciosos que decorrem apenas de depreciação da moeda nacional ou do duplo padrão monetário, pois estas são apenas correções de desvios arbitrariamente impostos pelo Estado (MARX, 2014b, p. 427). Além disso, Marx afirma que o comércio de mercadorias de um país para o outro é determinado pelo câmbio, que é expressão da posição dos pagamentos internacionais e das taxas de juros nos diferentes mercados (MARX, 2014b, p. 426).

O lucro obtido pelo capital de comércio de dinheiro é parte do mais-valor produzido pelo capital industrial, uma dedução dele (MARX, 2014b, p. 429). Os comerciantes de dinheiro manipulam o capital-dinheiro dos demais capitalistas e realizam com ele operações, servindo como intermediários. Essas operações aparecem como operações duplicadas, pois são realizadas tanto pelo comerciante de dinheiro como pelos capitalistas comerciantes e industriais (MARX, 2014b, p. 429).

4.2 *Capital Portador de Juros*

A seguir descreveremos a teorização de Marx acerca do capital portador de juros.

4.2.1 Mercadoria Capital, Capital Portador de Juros e Capital de Empréstimo

Com a produção capitalista, o dinheiro pode se transformar em capital, assumir a forma de capital-dinheiro, de valor que se expande a partir da produção e apropriação de mais-valor. Nesse caso, o dinheiro adquire um novo valor de uso, que é de funcionar como capital, gerando lucros (MARX, 2014b, p. 453). Esse novo atributo do dinheiro, de ser capital em potencial, permite que o capital se torne, ele mesmo, mercadoria. Isso significa que o proprietário do capital pode, na produção capitalista, alienar o valor de uso do capital-dinheiro de funcionar como capital. Surge, a partir disso, a *mercadoria capital* (MARX, 2014b, p. 467). A natureza de mercadoria do capital decorre desse seu novo valor de uso, do fato de conservar e ampliar seu valor no processo de circulação, quando é cedido a terceiro e retorna posteriormente, e de ser dotado de um preço: o juro. Analisaremos a seguir as consequências decorrentes dessa forma de mercadoria na produção capitalista.

A *mercadoria capital* se diferencia essencialmente do capital-mercadoria e do capital-dinheiro, que são formas do capital que, no processo de circulação, são sempre trocadas por equivalente. Ao contrário, *mercadoria capital* não se troca por equivalente, mas é apenas cedida a um terceiro, que a aplica na sua função de capital. Após produzir lucros a partir de trabalho alheio não pago, retorna posteriormente ao seu proprietário, dotada de seu valor original e acrescida de juros. Esta relação é completamente distinta da circulação do capital na forma mercadoria (capital-mercadoria) e na forma dinheiro (capital-dinheiro), pois essas formas são apenas etapas necessárias da circulação de capital. “No ato de circulação o capital-mercadoria só desempenha papel de mercadoria, e não de capital” (MARX, 2014b, p. 457). Apresenta mais-valor, que deve ser realizado através da venda, mas isso não muda o fato de

que, na circulação, o capitalista é apenas vendedor de mercadoria e o comprador, apenas comprador de mercadorias. Da mesma forma, o capital-dinheiro exerce na circulação apenas o papel de meio de compra. Nenhum dos dois é cedido como capital a um terceiro, como o é a *mercadoria capital*. São apenas formas da circulação do capital, sendo capital para o capitalista, mas apenas mercadoria e dinheiro para os demais.¹⁰⁰

O capital que é cedido como *mercadoria capital* a um terceiro, que o aplica para produzir mais-valor, de acordo com Marx, é o capital portador de juros.¹⁰¹

O dono do dinheiro, para valorizar seu dinheiro como capital, cede-o a terceiro, lança-o na circulação, faz dele a *mercadoria capital*; capital não só para si, mas também para os outros; é capital para quem o cede e *a priori* para o cessionário, é valor que possui o valor de uso de obter mais-valor, lucro; valor que se conserva no processo e volta, concluído seu papel, para quem o desembolsou primeiro, no caso, o proprietário do dinheiro (MARX, 2014b, p. 459).

Não ocorre troca de equivalentes para que o cessionário, o capitalista em função, aplique como capital industrial ou mercantil a *mercadoria capital*. Basta que o capital retorne ao seu proprietário de origem como capital portador de juros.

O dinheiro, portanto, se afasta do dono por algum tempo, passando de suas mãos para as do capitalista ativo; não é dado em pagamento nem vendido, mas apenas emprestado; só cedido sob a condição de voltar, após determinado prazo, ao ponto de partida, e ainda de retornar como capital realizado, positivando seu valor de uso de produzir mais-valor. (MARX, 2014b, p. 459).

O juro presente no capital portador de juros provém do mais-valor produzido e apropriado pelo capital ao ser aplicado como capital industrial ou comercial. Portanto, o juro, para Marx, é uma parcela do lucro, do produto excedente produzido.¹⁰² Trata-se de uma das formas com que aparece o mais-valor. Marx exemplifica a relação do capital portador de juros a partir da aplicação de um capital adiantado que rende a taxa de lucro média de 20% e, desses 20%, 5% são pagos como juro ao proprietário do capital.

Imaginemos que a taxa média anual de lucro seja de 20%. Então, máquina no valor de 100 libras esterlinas, nas condições médias e com aplicação média de inteligência

¹⁰⁰ “Em seu processo de circulação, o capital nunca é capital, e sim mercadoria ou dinheiro, e apenas assim existe então para *os outros*. Mercadoria e dinheiro são aí capital, não quando a mercadoria se converte em dinheiro e o dinheiro em mercadoria, não em suas relações reais com o comprador e o vendedor, e sim em suas relações ideais com o próprio capitalista (aspecto subjetivo) ou como fases do processo de reprodução (aspecto objetivo). No movimento real, o capital é capital não no processo de circulação, mas no processo de produção, o da exploração da força de trabalho” (MARX, 2014b, p. 458-459).

¹⁰¹ Utilizamos aqui a tradução da Editora Nova Cultural (MARX, 1985), pois a mesma categoria é apresentada na tradução da Editora Civilização Brasileira como “Capital Produtor de Juros”. Esta tradução não está de acordo com a abordagem de Marx, em que a produção do mais-valor é exclusiva do capital industrial, e o mesmo é apenas apropriado pelas demais formas de capital. Além disso, a tradução em inglês da Editora Penguin Books (MARX, 1981) apresenta a mesma categoria como “Interest-Bearing Capital”.

¹⁰² “A parte do lucro paga ao cedente chama-se de juro, que nada mais é que nome, designação especial da parte do lucro, a qual o capitalista em ação, em vez de embolsar, entrega ao dono do capital” (MARX, 2014b, p. 454).

e de atividade útil, aplicada como capital, proporcionaria lucro de 20 libras esterlinas. Assim, uma pessoa que dispõe de 100 libras esterlinas pode transformá-las em 120, ou produzir lucro de 20. Tem nas mãos capital potencial de 100 libras esterlinas. Se transfere por um ano as 100 libras esterlinas a outra pessoa que as aplica realmente como capital, dá a ela o poder de produzir 20 libras esterlinas de lucro, mais-valor que nada custa ao cessionário que por ele não pagará equivalente. Se no fim do ano pagar ao dono das 100 libras esterlinas 5, por exemplo, isto é, parte do lucro produzido, terá pago o valor de uso das 100 libras esterlinas, o valor de uso de sua função de capital, a função de produzir 20 libras esterlinas de lucro. (MARX, 2014b, p. 454)

O fato de capital-dinheiro adquirir esse valor de uso de ser capital potencial é uma relação do capital consigo mesmo, uma relação reflexiva, que ocorre apenas na totalidade e unidade do processo de reprodução (MARX, 2014b, p. 460). A possibilidade de acumulação de capital-dinheiro aparece como uma vocação própria do dinheiro, como sua característica inerente, desligado da mediação necessária para que isso ocorra, que é a sua aplicação como capital (MARX, 2014b, p. 460). Por isso, capital-dinheiro torna-se alienável como *mercadoria capital*, sendo essa propriedade de produzir e crescer seu valor que se adianta. Seu valor de uso é ser capital e seu preço é o juro, cujo fundamento, na produção capitalista, é o mais-valor.

O fato do capital-dinheiro tornar-se *mercadoria capital* dá origem ao capital de empréstimo, que é a forma que assume o capital-dinheiro que é adiantado (MARX, 2014b, p. 460). Esse adiantamento de capital é a forma empréstimo, peculiar da *mercadoria capital*. O próprio capital portador de juros, portanto, é uma forma de capital de empréstimo. Na relação de adiantamento de capital, os agentes assumem duas funções: a primeira é a de prestamista, exercida pelo proprietário do capital de empréstimo, que é o capitalista prestamista; A segunda é a de prestatário, que é exercida por aquele que recebe o capital, o capitalista ativo, capitalista em função. O capital de empréstimo apresenta como característica particular o duplo retorno: o capital primeiro retorna de sua circulação para o capitalista ativo e, posteriormente, para o prestamista, seu proprietário.

4.2.2 A Circulação do Capital Portador de Juros

Feitas as devidas especificações acerca da *mercadoria capital*, do capital portador de juros e do capital de empréstimo, buscaremos explicitar a circulação do capital portador de juros e os detalhes relacionados a essa forma. Para realizar seu valor de uso, servindo como capital, o capital-dinheiro deve ser aplicado como capital. Deve tornar-se meios de produção, no caso do capital industrial, ou mercadorias, no caso do capital mercantil (MARX, 2014b, p. 455). Marx exemplifica como o capital-dinheiro de um capitalista prestamista A é aplicado

como capital em função por um capitalista-empresário B. O capital portador de juros deixa nítida a distinção entre propriedade do capital e função capitalista, separada entre os dois agentes.

Se A, o proprietário das 100 libras esterlinas, gastá-las em consumo pessoal ou guardá-las como tesouro, não poderão elas ser desembolsadas por B, o capitalista-empresário. B emprega não o seu capital, e sim o de A; mas ele não pode aplicar o capital de A sem que este consinta. Na realidade é A quem originalmente desembolsa as 100 libras como capital. No tocante a essas 100 libras esterlinas, B só exerce a função de capitalista, porque A lhas cede, desembolsando-as por isso como capital (MARX, 2014b, p. 455).

De forma simplificada, o movimento do capital portador de juros é o seguinte:

$$D - D - M - D' - D'$$

Esse movimento pode ser compreendido em três partes: a primeira é o adiantamento, o repasse de capital que acontece de A para B (D – D). Essa primeira etapa assume a forma de empréstimo, e ocorre em conformidade com certas formas e condições jurídicas (MARX, 2014b, p. 460). Ela é considerada aqui em sua forma simples, ordinária, em que não há penhor ou garantia dada em contrapartida ao empréstimo. No entanto, é possível que haja garantias a partir de mercadorias ou de títulos, como letras de câmbio e ações, que são executadas judicialmente em caso de inadimplência (MARX, 2014b, p. 455). Marx não trata diretamente desse caso, deixando de lado essa forma especial de empréstimo. A segunda etapa do movimento é a aplicação do capital por parte do capitalista-empresário, gerando mais-valor (D – M – D’). A última etapa é o retorno do capital para o seu proprietário, o capitalista prestamista (D’ – D’). Esta etapa assume a forma de reembolso (MARX, 2014b, p. 460). Marx abstrai o caso de pagamentos periódicos, assumindo que todo capital retorna ao final da circulação do capital. Isso em nada altera o raciocínio acerca do movimento do capital portador de juros.

Nesse circuito, há duas ações que aparecem duplicadas. A primeira é o desembolso do dinheiro como capital e a segunda é o retorno como capital utilizado (MARX, 2014b, p. 456), e se devem às relações existentes entre prestamista e prestatário. O capital é desembolsado, pela primeira vez, pelo capitalista prestamista, na forma de empréstimo, adiantamento de capital.¹⁰³ “Não representa metamorfose da mercadoria ou reprodução do capital. Representa

¹⁰³ “Para o capital portador de juros, a primeira mudança de posição de D não constitui elemento da metamorfose da mercadoria nem da reprodução do capital. Isto só se verifica no segundo desembolso, feito pelo capitalista-empresário, que comercia com D ou converte-o em capital produtivo. A primeira mudança de D [, D – D no circuito do capital portador de juros,] expressa apenas que A o transferiu ou cedeu a B; transferência que costuma ocorrer de conformidade com certas formas e condições jurídicas” (MARX, 2014b, p. 456).

apenas transferência do capital de A para B. A aplicação de D como capital só é feita pelo capitalista-empresário, no segundo desembolso”, como capital em função (MARX, 2014b, p. 456). O capital retorna primeiro para o capitalista-empresário como D’, que é $D + \Delta D$, capital adiantado acrescido de mais-valor, o lucro. O segundo retorno é o reembolso de A, o proprietário jurídico do capital, que o recebe de volta e também parte do lucro, o juro.¹⁰⁴

Neste processo, a circulação do capital-dinheiro de A aparece como sendo apenas D – D’, como se fosse propriedade do dinheiro a sua autovalorização. Essa forma de circulação esconde o ciclo mediador da valorização, que é a aplicação do capital como capital industrial ou mercantil e remete novamente à característica inerente do capital-dinheiro de servir como capital, ao valor de uso que adquire por ser *mercadoria capital*. Assim, o capital portador de juros apresenta uma forma de retorno que aparece de forma externa, superficial, desligada da sua mediação original, e é isso que o distingue (MARX, 2014b, p. 463).

A *mercadoria capital* pode ser adiantada tanto na forma de capital-mercadoria quanto de capital-dinheiro. No entanto, ambas podem ser consideradas forma de capital-dinheiro, pois os juros pagos são calculados como percentual sobre determinada soma de dinheiro.

Mas todo capital emprestado, qualquer que seja a forma dele, como quer que a natureza do valor de uso modifique o modo de devolução, é sempre forma particular do capital-dinheiro, pois o que se empresta então é sempre determinada soma de dinheiro sobre a qual se calculam os juros. (MARX, 2014b, p. 459)

Além disso, tanto mercadoria quanto dinheiro podem ser adiantados como capital fixo ou capital circulante (MARX, 2014b, p. 459). No caso do capital-mercadoria, há certas mercadorias que apenas podem ser emprestadas como capital fixo devido a sua natureza de valor de uso, como imóveis e máquinas. Exemplos são operações de *leasing*, em que “o locador recebe periodicamente juros e ainda parte do valor consumido do próprio capital fixo, equivalente ao desgaste periódico. E ao final do prazo retorna fisicamente a parte não consumida do capital fixo emprestado” (MARX, 2014b, p. 459-460). No caso do capital-dinheiro, é emprestado como capital fixo quando é reembolsado por anuidades, em que é reembolsado parte do capital e percentual de juros. Basicamente, Marx afirma que a maneira de retorno, que é o reembolso do capital-dinheiro, é determinada pelo ciclo real do capital (MARX, 2014b, p. 460). Assim, empréstimo de capital fixo apresenta retornos periódicos de

¹⁰⁴ “Retorna a B por tê-lo desembolsado com capital em função, mas como propriedade de A. Para que o retorno se complete, tem B, por sua vez, de transferi-lo para A. Mas, além do capital, dispõe B do lucro obtido com esse capital e tem de fornecer a fração denominada juro a A, pois este só lhe cedeu dinheiro como capital, isto é, como valor que se conserva no movimento e ainda gera mais-valor para seu proprietário. Só permanece nas mãos de B enquanto exerce a função de capital. E com sua volta no prazo previsto cessa de ser capital operante. Deixando de funcionar, tem de retornar ainda às mãos de A, que não cessou de ser proprietário jurídico” (MARX, 2014b, p. 456-457).

parte do capital acrescido de juros enquanto empréstimo de capital circulante apresenta retorno de todo capital acrescido de juros ao final da circulação.

Como último ponto sobre o capital portador de juros, é necessário ressaltar o fato de que empréstimo e reembolso são transações jurídicas e, por isso, parecem ser movimentos arbitrários, em que o retorno depende de simples convenção dos agentes (MARX, 2014b, p. 464). Na verdade, o retorno depende do processo de produção e do mais-valor, que é a fonte do juro.

Mas com o capital portador de juros, a cessão e o retorno resultam exclusivamente de uma transação jurídica entre o proprietário do capital e outra pessoa. Apenas vemos cessão e restituição. Desaparece tudo o que passa de permeio (MARX, 2014b, p. 465).

Isso reforça o caráter de configuração exteriorizada e superficial do capital portador de juros, em que desaparece o movimento mediador de reprodução do capital. A transação jurídica esconde a fonte material do juro, que é a produção de mais-valor. No entanto, por ser transação jurídica, o pagamento dos juros deve ocorrer mesmo que o capital em circulação não gere lucros suficientes, pois a transação tem como pressuposto o empréstimo de capital, de valor que se valoriza. Isso significa que, “se o retorno real não se dá no tempo oportuno, tem o prestatário de buscar recursos noutras fontes a fim de cumprir suas obrigações com o prestamista” (MARX, 2014b, p. 465).

O empréstimo de dinheiro como capital – a cessão condicionada à restituição após determinado prazo – supõe que o dinheiro seja realmente aplicado como capital, volte efetivamente ao ponto de partida. A circulação real do dinheiro como capital é, portanto, pressuposto da transação jurídica em virtude da qual o prestatário tem de devolver o dinheiro ao prestamista. Se o prestatário não desembolsa o dinheiro como capital, o problema é seu. O prestamista lho emprestou como capital e como tal tem o dinheiro de efetuar as funções de capital, que abrangem o ciclo do capital-dinheiro até o retorno, na forma de dinheiro, ao ponto de partida (MARX, 2014b, p. 466).

Assim, o direito sobre o juro não provém da aplicação ou não do dinheiro como capital, mas da sua capacidade inerente de ser capital, que é o valor de uso da *mercadoria capital*.¹⁰⁵ Portanto, caso um capital de empréstimo aplicado como capital não gere lucros,

¹⁰⁵ Marx faz uma comparação entre o capital portador de juros e a aquisição de força de trabalho. Em ambos, a obtenção de mais-valor existe apenas potencialmente, como capacidade, antes de serem colocados em processo: “O capital portador de juros só se sustém como tal na medida em que o dinheiro emprestado se converte efetivamente em capital, produzindo um excedente de que o juro é fração. *Mas isso não exclui que, fora do processo de produção, nele se insira a qualidade de render juros.* A força de trabalho, por sua vez, só revela a propriedade de criar valor se atua e se realiza no processo de trabalho; *mas isso não veda que seja, em si, potencialmente, como capacidade, a atividade geradora de valor,* e nessa qualidade não provém do processo, sendo antes condição prévia dele. *É adquirida [a força de trabalho] pela capacidade de criar valor.* [...] O mesmo se dá com o capital. *É problema do prestatário decidir se o emprega como capital, se põe efetivamente em ação a qualidade que lhe é inerente de produzir mais-valor. O que ele paga nos dois casos, é o mais-valor em si, virtualmente contido na mercadoria capital*” (MARX, 2014b, p. 505. Grifos nossos).

deve realizar o pagamento dos juros mesmo assim. Da mesma forma, o fato de o dinheiro ser adiantado como capital não significa que o empréstimo não possa ser usado para transações que não estejam relacionadas com a reprodução do capital.¹⁰⁶

4.2.3 O Juro e a Taxa de Juros

Conforme já apresentado, o fundamento do juro na produção capitalista é o lucro obtido pelo capital em função, o mais-valor. É uma parte do lucro médio que é apropriada pelo capitalista prestamista de dinheiro ao alienar a *mercadoria capital*. Portanto, o juro é sempre parte do excedente produtivo. Isto é válido inclusive para outros modos de produção, como no caso do capital usurário, forma pré-capitalista que tem como fundamento o excedente produzido por pequenos produtores, proprietários dos seus meios de produção, e o excedente apropriado por proprietários de terra (MARX, 2014b, p. 788).

No entanto, quando Marx trata da *mercadoria capital*, afirma que o juro é o seu preço. Assim, parece, *a priori*, que a forma preço desta mercadoria é uma forma irracional, pois não está de acordo com o conceito de preço como a forma do valor da mercadoria, mas em contradição completa com este conceito. De acordo com Marx, (2014b, p. 470), “o preço se reduz à forma puramente abstrata e vazia de ser determinada soma de dinheiro paga por qualquer coisa que de qualquer modo constitui valor de uso”. Dessa maneira, a *mercadoria capital* apresenta um preço cuja forma é irracional, abstrata e vazia. No entanto, é, ao mesmo tempo, uma mercadoria que apresenta valor, que é o valor do próprio capital-dinheiro. Portanto, o seu preço não representa o seu valor. Marx afirma que há aí um valor dúplice: o valor do capital-dinheiro e um preço (expressão monetária de valor) distinto desse valor (MARX, 2014b, p. 470).

A resolução desta contradição está no fato de que, no modo de produção capitalista, há a inversão das leis de apropriação, deixando o trabalho de ser a forma de apropriação do trabalho alheio para ser a propriedade. Como o capital manifesta sua natureza específica através da valorização, “o juro exprime a valorização do capital-dinheiro e aparece por isso como o preço que por esse capital se paga ao prestamista” (MARX, 2014b, p. 471). De forma análoga, o mesmo ocorre com o capital-mercadoria: o seu preço não representa

¹⁰⁶ “O prestamista do dinheiro desembolsa-o não para comprar mercadoria, ou se a soma de valor existe em mercadoria, não a vende por dinheiro, mas adianta-a como capital, como D – D’, como valor que em determinado prazo reflui ao ponto de partida. Empréstimo em vez de comprar ou vender. Empréstimo dessa maneira é, portanto, a forma adequada de ceder valor como capital e não como dinheiro ou mercadoria. Não se infira daí que emprestar não seja também forma de transações que nada têm que ver com o processo capitalista de reprodução” (MARX, 2014b, p. 466).

necessariamente o seu valor, mas sim a sua necessidade de valorização através da obtenção de um lucro médio. Por isso os preços oscilam em torno dos preços de produção. Portanto, quando o valor de uso da *mercadoria capital* é alienado, “o valor do dinheiro ou das mercadorias como capital não é determinado pelo respectivo valor como dinheiro ou como mercadoria, mas pela quantidade de mais-valor que produzem para seu proprietário”. (MARX, 2014b, p. 472). Por isso, o preço da *mercadoria capital* é o juro.

A seguir, é necessário descrever os determinantes da taxa de juros para Marx. Em primeiro lugar, está claro que, por ser parte do lucro médio, juro e lucro são elementos que estão inevitavelmente relacionados. Por ser o juro parte do lucro, este último é, em condições normais, o limite máximo do primeiro (MARX, 2014b, p. 477). Assim, no limite, o mais-valor produzido na circulação do capital de empréstimo, aplicado pelo capitalista-empresário, pode ser apropriado inteiramente pelo capitalista prestamista. Apenas em casos especiais pode o juro ser superior ao lucro, como quando o capital não se apropria de mais-valor suficiente para pagar o juro e são necessárias outras fontes para realizar o pagamento, como venda de ativos (parte do capital existente).

A relação existente entre o juro obtido através de um capital de empréstimo e o valor desse mesmo capital é a taxa de juros. Sendo o juro parte do lucro, a taxa de juros depende, em primeiro lugar, da taxa geral de lucro e, em segundo lugar, da proporção em que o lucro total se reparte entre prestamista e prestatário (MARX, 2014b, p. 477). Assumindo uma proporção fixa entre juro e o lucro global, que é o somatório do mais-valor produzido na sociedade, então variações na taxa geral de lucro geram variações na mesma proporção na taxa de juros. Portanto, o primeiro determinante a ser considerado na nossa análise é a relação entre taxa de juros e taxa geral de lucro. Importa aqui ressaltar que há uma relação direta entre essas duas variáveis e que, além disso, a taxa de lucro deve ser considerada o limite máximo para a taxa de juros.

Não se alterando as demais condições, desde que a relação entre juro e lucro global seja mais ou menos constante, o montante de juros que o capitalista ativo estará capacitado e se prontificará a pagar está na razão direta do nível da taxa de lucro. [...] Em todo caso, a taxa média de lucro deve ser considerada o limite máximo que, em instância final, determina o juro. (MARX, 2014b, p. 478-479).

Ao mesmo tempo, Marx ressalta que, com o desenvolvimento da produção capitalista, tende a haver uma queda desse limite máximo ao longo do tempo, devido à lei da queda tendencial da taxa de lucro.¹⁰⁷ No entanto, há a ressalva de que há outros elementos que

¹⁰⁷ “Conforme vimos, a magnitude da taxa de lucro está na razão inversa do desenvolvimento da produção capitalista, e daí resulta que o nível da taxa de juro num país também está na razão inversa do grau de

influenciam a taxa de juros e de que, por isso, a queda da taxa de lucro não implica necessariamente a sua queda. Marx ressalta o fato de que a queda do limite máximo é um processo que ocorre em longo período, com o desenvolvimento da produção capitalista.

De forma geral, portanto, a taxa de juros depende da taxa geral de lucro, que é seu limite máximo. No entanto, há uma importante diferença qualitativa entre ambas: a taxa de juros se apresenta como uma grandeza dada, definida e tangível, enquanto a taxa geral de lucro se limita a ser uma tendência, uma média em torno da qual oscilam as taxas de lucro efetivas a partir da concorrência entre capitalistas (MARX, 2014b, p. 486). Portanto, ao contrário da taxa de juros, a taxa geral de lucro não apresenta manifestação direta e imediata.

A taxa de juros se apresenta como uma grandeza dada por ser o preço uniforme do dinheiro, de forma análoga ao preço de mercado das mercadorias (MARX, 2014b, p. 486). Isso significa que, com a taxa de juros, todo capital-dinheiro apresenta o mesmo preço, por ser a *mercadoria capital*. Essa taxa de juros se define de acordo com a taxa geral de lucro, e não com taxas específicas de lucro existentes em setores específicos ou lucros extraordinários obtidos por determinado capital (MARX, 2014b, p. 484-485). É a partir da taxa geral de lucro que se estabelece o lucro médio, e é da divisão deste entre prestamista e prestatário de capital que se estabelece o juro e, conseqüentemente, a taxa de juros. Esta última passa a ser o preço do capital-dinheiro, de forma dada para toda massa de capital de empréstimo.¹⁰⁸ Assim, no mercado de dinheiro, “todo o capital de empréstimo se confronta constantemente em sua totalidade com o capital ativo” e seu preço, a taxa de mercado do juro, varia, conforme veremos, com a oferta e demanda por capital de empréstimo, a concorrência (MARX, 2014b, p. 486). Com o desenvolvimento do sistema de crédito, que aglutina o capital de empréstimo, concentrando-o e lançando-o no mercado de dinheiro em massas cada vez maiores, acentua-se o seu caráter social generalizado, tornando a taxa de juros ainda mais o preço da totalidade do capital-dinheiro (MARX, 2014b, p. 488-489).

Capital de empréstimo, embora categoria absolutamente diversa da mercadoria, torna-se mercadoria *sui generis*, e seu preço é o juro, em cada ocasião fixado pela oferta e procura, como o preço de mercado da mercadoria comum. Por isso, a taxa de mercado de juro, embora oscile constantemente, patenteia-se em cada momento sempre fixada e uniforme como preço eventual de mercado da mercadoria. Os capitalistas prestamistas de dinheiro fornecem essa mercadoria, e os capitalistas empresários compram-na, constituem a procura dela (MARX, 2014b, p. 486-487).

desenvolvimento industrial, na medida em que a variação das taxas de juro expressa de fato a variação das taxas de lucro” (MARX, 2014b, p. 478-9).

¹⁰⁸ É evidente, entretanto, que as taxas de juros são distintas conforme a duração do empréstimo e conforme as garantias dadas pelos prestatários, não sendo homogêneas. Isso, porém, não muda o fato de que há na taxa de juros uma figura fixa e uniforme como preço do dinheiro, variando de acordo com a repartição do lucro médio entre prestamista e prestatário.

Diferentemente da taxa de juros, a taxa geral de lucro não apresenta existência tangível e manifestação direta, mas se expressa apenas como tendência, como centro de gravidade que nivela as taxas particulares de lucro (MARX, 2014b, p. 487). Esse nivelamento ocorre através da concorrência entre os capitalistas nos diferentes ramos de produção.¹⁰⁹ As taxas de lucro efetivas, portanto, aparecem como taxas diversas, corrigidas ao longo do tempo por esse processo de nivelamento, porém em constante desequilíbrio. É a partir dessa taxa geral de lucro, que se expressa como tendência, que se determina a taxa de juros.

Os desvios que as taxas particulares de lucro têm da taxa geral ou média são corrigidos por se nivelarem assim os preços médios das mercadorias aos preços de produção. Esse processo não se apresenta nem pode apresentar-se de maneira que o capital industrial ou mercantil *como tal* seja mercadoria que se confronte com um comprador, como o capital de empréstimo. Apresenta-se apenas ao transparecer nas oscilações e nas compensações dos preços de mercado das mercadorias em torno dos preços de produção, e não como fixação direta do lucro médio (MARX, 2014b, p. 487).

A diferenciação que buscamos salientar aqui está no fato de que a taxa de juros é uma grandeza dada, tangível e com existência própria, que se torna o preço para a totalidade do capital-dinheiro, enquanto a taxa geral de lucro, o limite máximo da taxa de juros, se apresenta apenas como tendência de nivelamento dos preços de mercado aos preços de produção.¹¹⁰

Portanto, o primeiro elemento determinante da taxa de juros, a taxa geral de lucro, explica o seu limite máximo. Para compreender as suas variações, é necessário explorar o segundo elemento determinante, que é a proporção em que o lucro total se reparte entre prestamista e prestatários de capital. Esta repartição, de acordo com Marx, depende da concorrência, através da oferta e da demanda por capital de empréstimo, e de elementos habituais, como costume, consenso geral e tradição jurídica.¹¹¹ Embora a concorrência seja

¹⁰⁹ “A concorrência entre os capitalistas – que já é esse movimento – consiste em retirar gradualmente capital dos ramos onde o lucro está por algum tempo abaixo da média e em fornecer gradualmente capital para os ramos onde o lucro está acima dela; ou também em repartir progressivamente capital adicional entre esses ramos, em diferentes proporções. Variam sem cessar a entrada de capital nesses diversos ramos e a saída deles, não havendo a ação simultânea, num só bloco, observada na determinação da taxa de juro [...] Se num ramo os preços das mercadorias são inferiores ou superiores ao preço de produção [...], efetua-se o nivelamento ampliando-se ou reduzindo-se a produção, isto é, expandindo-se ou limitando-se a quantidade de mercadorias lançadas no mercado pelos capitais industriais, em virtude do movimento de entrada e saída de capital nos ramos de produção.” (MARX, 2014b, p. 486-487).

¹¹⁰ Nessa diferenciação, Marx (2014b, p. 488) afirma que foram abstraídos dois elementos: o primeiro é a existência histórica anterior do capital portador de juros e o costume e a tradição como um elemento definidor da taxa de juros, e o segundo é o efeito do mercado mundial sobre a taxa de juros de determinado país.

¹¹¹ “Proporções entre juro e o lucro do empresário são definidas por meio das opiniões dos prestatários e prestamistas em geral, por consenso geral que se estabelece nesse domínio acerca do que é certo e do que é errado” (MARX, 2014b, p. 482). “Usos e costumes, tradição jurídica etc. contribuem tanto quanto a própria

influenciada pela taxa de lucro, esta não a regula devido a demandantes de empréstimo sem intuito produtivo e à oferta de capital de empréstimo, que varia com a riqueza do país e sem relação necessária com a taxa de lucro (MARX, 2014b, p. 481). Assim, são os elementos da concorrência, oferta e demanda por capital de empréstimo, e os elementos habituais de costume e tradição que definem a repartição do lucro médio em juro e lucro do empresário. Como consequência, a taxa média de juros é algo que não é determinado por lei alguma, mas mero fato empírico, resultante das oscilações da taxa de mercado do juro.

Não há razão alguma para que as condições médias da concorrência, o equilíbrio entre prestamista e prestatário, fixem para o prestamista uma taxa de juro de 3, 4, 5% etc. sobre seu capital ou uma porcentagem determinada sobre o lucro bruto, digamos de 20% ou 50%. Nos casos em que a concorrência como tal decide, a determinação em si mesma é casual, meramente empírica, e só pedantes ou sonhadores podem querer transformar acontecimentos fortuitos em necessários. (MARX, 2014b, p. 482-483).

Portanto, a taxa média nada mais é do que algo fortuito, determinado meramente pelos efeitos da concorrência. Por isso, Marx afirma a inexistência de uma taxa natural de juros.¹¹² Normalmente, a concorrência apenas provoca e corrige os desvios de mercado em relação a um preço natural, regulado por alguma lei da produção capitalista, como no caso dos preços de mercado e dos preços de produção. Quando há equilíbrio entre oferta e demanda, cessa o efeito ocasionado pela concorrência. No entanto, por não haver tal lei relacionada à taxa de juros, a concorrência e os hábitos e tradições são os únicos elementos que determinam a divisão do lucro total entre prestamistas e prestatários e, conseqüentemente, determinam a taxa de juros para uma dada taxa de lucro. A taxa média de juros torna-se algo fortuito.

A concorrência não determina os desvios da lei, ou melhor, não existe para a repartição lei alguma além da ditada pela concorrência, pois, conforme veremos ainda, não existe nenhuma taxa “natural” de juro. Habitualmente entende-se por taxa natural de juro a fixada pela livre concorrência. Não há limites “naturais” para a taxa de juros. Se a concorrência não se limita a determinar desvios e flutuações, se, portanto, suas forças opostas se equilibram cessando toda determinação, o que se trata de determinar é em si mesmo algo arbitrário e sem lei. (MARX, 2014b, p. 473).

A razão apontada por Marx para este fenômeno está na natureza do juro: não passa de parte do lucro médio. É apenas uma forma do lucro e tanto o capitalista prestamista quanto o capitalista-empresário têm direito sobre sua apropriação, um por ser o proprietário jurídico do capital e o outro por colocar o capital em circulação. Trata-se meramente de uma diferença quantitativa, da divisão de uma mesma coisa, que é o lucro médio. São ambos rendimento do

concorrência para determinar a taxa média de juro, na medida em que esta existe não só como média calculada, mas também como grandeza efetiva” (MARX, 2014b, p. 483).

¹¹² “A taxa média de juros dominante num país – distinta das taxas de mercado, sempre oscilantes – não é determinável por lei alguma. Não existe essa espécie de taxa natural de juro, no sentido em que os economistas falam de uma taxa natural de lucro e de uma taxa natural de salário” (MARX, 2014b, p. 482).

capital (MARX, 2014b, p. 484). Analogamente, a divisão do lucro entre sócios de uma sociedade mercantil também não apresenta lei geral, sendo determinada ao acaso. Um exemplo do caso contrário é a repartição entre lucro e salário, que decorre de uma diferença qualitativa entre os rendimentos, um por ser relativo à propriedade do capital e outro relativo à propriedade da força de trabalho (MARX, 2014b, p. 484).

A resposta está simplesmente na natureza do juro: não passa de parte do lucro médio. O mesmo capital aparece sob duplo aspecto, como capital de empréstimo nas mãos do prestamista e como capital industrial ou comercial nas mãos do capitalista-empresário. Mas, uma vez só, funciona e produz lucro. No processo de produção, o capital na qualidade de capital de empréstimo não desempenha papel algum. A maneira das duas partes dividirem entre si esse lucro a que têm direito é um fato de per si puramente empírico, pertencente ao reino do acaso, como a repartição das frações percentuais do lucro comum de uma sociedade mercantil pelos respectivos sócios. (MARX, 2014b, p. 483)

Dessa maneira, o capital se apropria do mais-valor e tem que dividi-lo entre dois que, ao mesmo tempo, o possuem: o capitalista prestamista e o capitalista-empresário.¹¹³ Esta divisão é meramente casual, determinada pela concorrência e, por isso, não há nenhuma lei que determine a taxa média de juros, que se trata apenas da média observável criada pelas oscilações da taxa de juros de mercado. Assim, a repartição do lucro total entre prestamista e prestatário de capital trata-se apenas da sua divisão entre dois donos de capital, a títulos diferentes. Pela lei geral da apropriação na produção capitalista, ambos têm direito a apropriar-se do lucro.

Do exposto resulta que não existe taxa “natural” de juro. Mas, ao contrário da taxa geral de lucro, a taxa média de juro – diferindo das taxas de mercado, que estão sempre oscilando – não tem limites que possam ser fixados por lei geral, por tratar-se apenas da divisão do lucro bruto entre dois donos de capital, a títulos diferentes (MARX, 2014b, p. 484).

Buscamos explicitar nesta seção os principais determinantes da taxa de juros: a taxa geral de lucro e a concorrência entre prestamistas e prestatários de dinheiro. Há alguns fatores específicos apontados por Marx que podem causar uma tendência de queda na taxa de juro ao longo do tempo, através de seus efeitos sobre a concorrência. Essa tendência está, nesses casos, relacionada ao aumento da oferta de capital de empréstimo com o desenvolvimento da

¹¹³ “Ao dividir-se em juro e lucro do empresário, o lucro médio mesmo constitui o limite da soma de ambos. Mede o valor total que ambos devem e podem dividir. A proporção em que aí se dá a divisão é casual, isto é, determinada unicamente pelas condições da concorrência. Em regra, a coincidência entre a procura e a oferta equivale à eliminação do desvio entre os preços de mercado e os preços médios reguladores, isto é, à eliminação do papel da concorrência, mas, no caso, esta é o único elemento determinante. E por quê? porque o mesmo fator de produção, o capital, tem de dividir a parte do mais-valor que lhe cabe entre dois que ao mesmo tempo o possuem. A circunstância de não haver aí limite determinado, regulado por lei, para a repartição do lucro médio não anula o limite deste como parte do valor-mercadoria, do mesmo modo que em nada altera os limites do lucro a circunstância de dois sócios o dividirem desigualmente por motivos extrínsecos ao negócio (MARX, 2008, p. 1133).

produção capitalista, e se efetiva desde que não haja aumento proporcional da demanda. Marx aponta dois motivos para esse aumento gradual da oferta de capital de empréstimo: o primeiro é a formação de uma classe de rentistas, que vive dos juros proporcionados por fundos acumulados (MARX, 2014b, p. 480). Em países mais ricos, em que a produção capitalista é mais desenvolvida, tende a haver maior participação do capital de empréstimo em relação ao capital produtivo do que em países mais novos e menos desenvolvidos. Conseqüentemente, a classe rentista tende a ser mais numerosa nos primeiros. Um segundo motivo para o aumento da oferta de capital de empréstimo é o desenvolvimento do sistema de crédito, que aglutina o capital-dinheiro e permite, através do intermédio dos banqueiros, acesso às poupanças de todas as classes como capital de empréstimo (MARX, 2014b, p. 481). Este segundo motivo será melhor explorado posteriormente, quando tratarmos do sistema de crédito.

4.2.4 Juro e Lucro do Empresário

A divisão do lucro bruto em juro e lucro do empresário trata-se de uma mera divisão quantitativa entre duas partes que a ele têm direito, divisão relacionada à propriedade do capital de empréstimo por um lado e, por outro, à aplicação do capital-dinheiro como capital, colocando-o em circulação. No entanto, essa divisão meramente quantitativa torna-se uma diferença qualitativa, com uma série de repercussões (MARX, 2014b, p. 484). Essa diferença está relacionada ao fato de que não só o capitalista que opera com capital de empréstimo divide o lucro bruto em juro e lucro do empresário, mas todo capitalista, inclusive o que opera apenas com capital próprio. Assim, todo capital passa a se diferenciar, por um lado, em capital portador de juros e, por outro, em capital produtor de lucro líquido.¹¹⁴

Essa diferença qualitativa é importante, pois não acontece com qualquer divisão quantitativa do lucro (MARX, 2014b, 495). Por exemplo, a divisão do lucro que ocorre numa associação de capitalistas não faz com que os capitalistas individuais considerem seu lucro em duas categorias diferentes, como “lucro individual” e “lucro de associação”.¹¹⁵ Ao contrário, a divisão entre juro e lucro do empresário se impõe para a totalidade do capital e dos

¹¹⁴ “Em outras palavras, como explicar que também o capitalista que não emprega capital emprestado, mas apenas o próprio, classifique parte de seu lucro bruto na categoria de juro, nessa qualidade calculando-a separadamente? E que, por conseqüência, todo capital, emprestado ou não, como produtor de juros se distinga de si mesmo como produtor de lucro líquido?” (MARX, 2014b, p. 495).

¹¹⁵ “Vários capitalistas industriais, por exemplo, se associam para explorar um negócio e repartir entre si o lucro dele oriundo de acordo com normas juridicamente estipuladas. Outros exploram seu negócio individualmente, sem associado. Os últimos não têm de considerar o lucro segundo duas categorias: a parte correspondendo a lucro individual e outra, ao lucro da associação, destinada a sócios inexistentes. No caso, a divisão quantitativa não se converte em qualitativa. Essa divisão só se dá quando eventualmente a propriedade da empresa é de várias pessoas” (MARX, 2014b, p. 495-496).

capitalistas. A seguir, descreveremos a interpretação de Marx acerca de como essa mera divisão quantitativa do lucro torna-se uma diferença qualitativa.

Inicialmente, é necessário destacar os papéis distintos do capitalista prestamista e do capitalista-empresário, tanto juridicamente quanto em relação às suas funções no processo de reprodução. Um apenas empresta o capital, enquanto o outro o aplica produtivamente. Um tem direito ao juro, enquanto ao outro cabe a diferença entre o lucro bruto e o juro. Assim, para determinado lucro bruto, é tanto maior a parte apropriada pelo capitalista-empresário quanto menor for o juro. Se a taxa de juros se aproxima de zero, então o capital de empréstimo empregado por esse capitalista se assemelha a capital próprio, pois é maior a parte do lucro bruto de que se apropria (MARX, 2014b, p. 495). A consequência disso é que, para uma dada taxa geral de lucro, a parcela do lucro bruto que pertence ao capitalista-empresário depende da taxa de juro, pois é mera diferença entre este lucro total e o juro. Como a taxa geral de lucro e, conseqüentemente, o lucro médio, dependem da mais-valor global produzido e do capital global, e a taxa de juros depende da concorrência por capital-dinheiro, ambas são algo dado para o capitalista. O seu lucro efetivo varia em torno do lucro médio por diversas questões¹¹⁶, mas isso não muda o fato de que o lucro do empresário continua sendo a mera diferença entre lucro bruto e juro.¹¹⁷

A decorrência disso é que essa fatia do lucro bruto, apropriada pelo capitalista-empresário, apesar de ser mero resíduo, “aparece-lhe necessariamente como produto do capital que funciona”, ou seja, do capital ativo, capital em função. Assim, essa parte do lucro assume a forma de lucro do empresário, por ser a remuneração do capital aplicado no processo de reprodução (MARX, 2014b, p. 496). É a remuneração do capital em função, que cabe ao capitalista-empresário, o capitalista ativo. Esse lucro pode assumir a forma de lucro industrial ou lucro comercial, dependendo da natureza do capital aplicado.

¹¹⁶ Se o lucro bruto é igual ao lucro médio, então o que determina o lucro do empresário é apenas a taxa de juros. No entanto, se lucro bruto e lucro médio diferem, então é determinado por “fatores conjunturais que temporariamente fazem a taxa de lucro de um ramo particular se desviar da taxa geral de lucro, ou o lucro de um capitalista individual de determinado ramo se desviar do lucro médio desse ramo” (MARX, 2014b, p. 497). Esses fatores conjunturais são diversos. Conforme afirma Marx (2014b, p. 497), a taxa de lucro efetiva de certo capital é determinada por diversos fatores além do mais-valor produzido. No processo de produção, é determinada por fatores como preços de compra dos meios de produção, métodos de produtividade acima da média, economia em capital constante, etc. Fora do processo de produção, por fatores como comprar ou vender acima ou abaixo do preço de produção, de apropriar-se de maior ou menor parte do mais-valor global na circulação, de conjunturas particulares, e da maior ou menor astúcia e diligência do capitalista. Conforme veremos, a gestão do capitalista apresenta um papel relevante neste aspecto.

¹¹⁷ “Vimos que o autêntico produto específico do capital é o mais-valor, ou mais precisamente o lucro. Mas para o capitalista que trabalha com capital emprestado, não é o lucro, e sim o lucro menos o juro, a parte que lhe resta do lucro, depois de pagar o juro” (MARX, 2014b, p. 496).

Os juros, por sua vez, por serem dedução do lucro bruto, aparecem como a remuneração da mera propriedade do capital. O capitalista prestamista recebe a remuneração do seu capital enquanto propriedade, enquanto capital inerte, ao contrário do capital em atividade.

Supõe-se então que o capitalista ativo não é o proprietário do capital. Quem representa perante ele a propriedade do capital é o prestador, o capitalista prestamista. A este é pago o juro, que configura assim do lucro bruto a parte que cabe à sua propriedade do capital. Por outro lado, aparece parte do lucro destinada ao capitalista ativo, o lucro do empresário, oriundo exclusivamente das operações e funções que efetua com o capital no processo de reprodução, das funções específicas que exerce, de empresário industrial ou comercial (MARX, 2014b, p. 497).

Assim, o juro é, para qualquer capitalista, o fruto da propriedade do capital simplesmente. É a remuneração do capital fora do processo de reprodução, sem estar em funcionamento. O lucro do empresário, ao contrário, aparece como sendo remuneração exclusiva do movimento e atuação do capital em função (MARX, 2014b, p. 497). Assim, o capitalista-empresário considera esse lucro como resultado da sua atividade, em contraste à inatividade do capitalista prestamista no processo de produção. Portanto, o processo aparece e se apresenta da seguinte forma: juro como mera remuneração da propriedade do capital e lucro do empresário como remuneração pela aplicação do capital e pela gestão do capitalista-empresário. No entanto, trata-se de divisão do mais-valor entre dois que dele têm direito. Essa é uma separação que não é puramente subjetiva, como sendo ocasionada simplesmente pela percepção dos capitalistas, mas reside no fato objetivo de que o lucro bruto se separa em juro e lucro do empresário a partir do adiantamento de *mercadoria capital* (MARX, 2014b, p. 498).

Essa aparência do fenômeno, da forma com que aparece o mais-valor na relação entre capitais, apresenta uma série de consequências. A primeira é o fato de que essas duas categorias, juro e lucro do empresário, se cristalizam, se ossificam, e se apresentam como sendo independentes uma da outra e como se sua origem fosse algo distinto (MARX, 2014b, p. 498). Ambas aparecem como coisas autônomas. Assim, o juro não aparece como parte da divisão do lucro bruto, mas como algo independente da produção e que ocorre ocasionalmente quando se emprega capital de empréstimo (MARX, 2014b, p. 499). Juro e lucro do empresário se apresentam como categorias diversas, relacionadas de forma diferente com o

capital.¹¹⁸ Apesar de ambas serem divisões do mais-valor, parecem ter origens distintas e a sua fonte, o mais-valor, perde-se completamente de vista na superfície da relação.

Reforça a aparência autônoma entre juro e lucro do empresário o fato de que capital portador de juros e o juro são categorias que existem desde antes do modo de produção capitalista. De acordo com Marx, este fato explica que, na visão popular, o capital-dinheiro e o capital portador de juros sejam percebidos como o capital por excelência, e que, quando se paga juros, se paga por adiantamento de dinheiro. Isso se reforça pelo fato do capital de empréstimo render juro, seja ou não aplicado como capital, inclusive quando é emprestado para consumo (MARX, 2014b, p. 499-500).

Uma segunda consequência dessa aparência é que a diferença qualitativa entre essas duas categorias se aplica para a totalidade dos capitais e da classe capitalista (MARX, 2014b, p. 498). Isso implica que mesmo o capitalista individual que opere apenas com capital próprio percebe e diferencia o juro e o lucro do empresário na remuneração de seu capital.¹¹⁹ Esta separação qualitativa ocorre de forma generalizada. Assim, o capitalista individual é como um capitalista prestatário de dinheiro que empresta capital a si mesmo. O mesmo capital, nesse caso, se desdobra em capital como propriedade e capital em função.

O capitalista que trabalha com capital próprio, como o que trabalha com capital emprestado, reparte seu lucro bruto em juro que lhe cabe como proprietário, prestador de capital a si mesmo, e em lucro de empresário, que lhe toca na condição de capitalista ativo, operante. Sob o aspecto qualitativo não importa a essa divisão que o capitalista tenha de efetivá-la ou não com outro. Embora trabalhando com capital próprio, quem o emprega representa duas pessoas, o simples proprietário do capital e quem o aplica; e o capital mesmo, no tocante às categorias de lucro que proporciona, se desdobra em *propriedade-capital*, capital *fora* do processo de produção, que de per si rende juro, e capital *dentro* do processo de produção, que operando fornece lucro do empresário (MARX, 2014b, p. 498).

As razões pelas quais esse caráter se estende para a totalidade do capital estão relacionados, em primeiro lugar, ao fato de que os capitalistas usualmente operam em parte com capital próprio e em parte com capital de empréstimo, variando suas proporções ao longo do tempo (MARX, 2014b, p. 499). A consequência disso é que se torna tarefa do capitalista calcular o “custo de capital” relacionado aos mesmos. Em segundo lugar, qualquer capitalista, independentemente da proporção em que opere com capital de empréstimo, se depara com uma classe de capitalistas prestamistas organizada e especializada em empréstimo de capital

¹¹⁸ “Analisar por completo a maneira como o lucro bruto se diferencia em juro e lucro do empresário reduz-se a investigar como parte do lucro bruto geralmente se solidifica e em juro e se torna autônoma” (MARX, 2014b, p. 499).

¹¹⁹ “Mesmo quando [o capitalista isolado] emprega capital próprio, necessariamente considera a parte de seu lucro médio – igual ao juro médio – como fruto de seu capital per si, fora do processo de produção; e, contrastando com essa parte autônoma que é o juro, considera o restante do lucro bruto como puro lucro do empresário” (MARX, 2014b, p. 501).

(MARX, 2014b, p. 500). Essa classe é tão maior e mais organizada de acordo com o grau de desenvolvimento do sistema de crédito. Nesse ambiente, o capital-dinheiro aparece como uma espécie autônoma de capital e o juro, como uma forma autônoma do mais-valor.

A última consequência é o fato de que juro e lucro do empresário aparecem em oposição, como formas antinômicas e que só existem em sua antinomia. Isso ocorre, em primeiro lugar, pela aparência de suas fontes opostas: um parece ter como fonte o capital inerte, enquanto o outro, o capital ativo, em movimento (MARX, 2014b, p. 498).¹²⁰ Além disso, por serem divisão do mais-valor, estão em oposição:

É que, segundo vimos, se uma parte do lucro assume geralmente a forma juro, a diferença entre o lucro médio e o juro, ou o excedente do lucro sobre o juro, converte-se na forma oposta ao juro, o lucro do empresário. As duas formas, juro e lucro do empresário, só existem em sua antinomia. São do mais-valor partes designadas por categorias, classificações ou nomes diversos, sem se referirem a ela, mas uma se referindo à outra: em virtude de uma parte do lucro transformar-se em juro, aparece a outra como lucro do empresário. (MARX, 2014b, p. 502).

Esta formas antinômicas escondem a sua fonte, o mais-valor, pois aparecem uma em oposição à outra. No entanto, essa aparência não altera a sua natureza de mera repartição do mais-valor, que é sua origem e sua condição de existência. Ao aparecerem em oposição, existindo uma em relação à outra, cria-se um véu sob sua verdadeira fonte, o trabalho alheio não-pago.¹²¹ Assim, desvanece-se a oposição entre lucro do empresário e o trabalho assalariado, pois este lucro aparece em oposição ao juro. O capital em função aparece em oposição ao capital inerte, e não ao trabalho e ao trabalhador.

Sob outro aspecto, entretanto, essa oposição ao trabalho assalariado se desvanece na forma juro, pois de per si o capital portador de juros se opõe não ao trabalho assalariado, mas ao capital em função; no processo de reprodução, o capitalista prestamista como tal se confronta diretamente com o capitalista ativo e não com o trabalhador assalariado, o expropriado dos meios de produção no sistema capitalista. O capital portador de juros é o *capital-propriedade* em face do *capital-função*. E, enquanto não funciona, o capital não explora os trabalhadores nem está se opondo ao trabalho (MARX, 2014b, p. 503).

A existência do capital portador de juros em face ao capital industrial, como formas opostas,¹²² faz com que juro e lucro do empresário apareçam em oposição um ao outro e o seu

¹²⁰ “Uma parte do lucro, o juro, se apresenta de per si como fruto do capital numa significação definida; e a outra, o lucro do empresário, se revela fruto específico do capital em significação oposta: uma deriva da nua propriedade do capital, e a outra, da simples aplicação desse capital, do capital em movimento, ou das funções exercidas pelo capital ativo” (MARX, 2014b, p. 498).

¹²¹ “A forma antinômica das duas partes em que se divide o lucro e, portanto, o mais-valor faz esquecer que ambas são meras frações desta e que repartir o mais-valor nada pode alterar a natureza, na origem e nas condições de sua existência” (MARX, 2014b, p. 504).

¹²² Marx ressalta a contradição inerente à relação entre capital industrial e capital de empréstimo. Sendo o juro parcela do lucro bruto, é impossível que todo capital-dinheiro converta-se em capital de empréstimo, pois o fundamento do juro é o mais-valor produzido pelo capital industrial: “Exista seu capital de início como capital-dinheiro ou deva converter-se ainda em capital-dinheiro, tem ele [o capitalista individual] a opção de

fundamento, o mais-valor, fica escondido. Isso ocorre principalmente pelo fato de que, por serem repartição da mesma coisa, o lucro do empresário varia inversamente em relação ao juro. Assim, para um dado lucro médio, o lucro do empresário não é determinado pelo salário, mas pela taxa de juros (MARX, 2014b, p. 503). No entanto, como demonstrado por Marx, o fundamento por trás desta relação é, inexoravelmente, a relação entre o trabalho e o lucro, o mais-valor.

Na realidade, não expressa relação alguma para com o trabalho a forma que ambas as partes do lucro, o juro e o lucro do empresário, assumem, pois o que existe é a relação entre o trabalho e o lucro, ou seja, o mais-valor, a soma, o todo, a unidade dessas duas partes. A proporção em que o lucro se reparte e os diversos títulos jurídicos em que se baseia essa divisão supõem a existência prévia do lucro. (MARX, 2014b, p. 504-5).

4.2.5 Salários de Superintendência

A aparência que deriva da relação entre juro e lucro do empresário, de oposição entre capital em função e capital como propriedade inerte, faz com que o lucro do empresário apareça também como resultado do esforço do capitalista em realizar as suas funções de gestão e de organização do trabalho, de exploração do trabalho alheio. A consequência direta desse fato é que o lucro do empresário aparece não só como remuneração do capital em função, mas mais do que isso: como remuneração pelo esforço do capitalista-empresário (MARX, 2014b, p. 504). Assim, lucro do empresário parece ser resultado de suas funções como não-proprietário de capital, como trabalhador.

No sistema de produção capitalista, dirige o capitalista o processo de produção e circulação. Custa esforço a exploração do trabalho produtivo, execute-a o próprio capitalista ou outros por delegação dele. Contrapondo-se ao juro, o lucro de empresário assume perante o capitalista ativo feição independente da propriedade do capital, ou melhor, parece-lhe resultado de sua função de não proprietário, de... *trabalhador* (MARX, 2014b, p. 504).

Portanto, quando considerada como remuneração da atividade de gestão, coordenação e supervisão do empresário, o lucro do empresário assume a forma de salário de superintendência. Essa forma, portanto, nada mais é do que uma parte do mais-valor que

emprestá-lo como capital a juros ou valorizá-lo diretamente como capital produtivo. É naturalmente insensato generalizar essa possibilidade, estendê-la ao capital todo da sociedade, como o fazem alguns economistas vulgares, que chegam até a ver aí a base do lucro. [...] Está implícito aí o absurdo ainda maior de imaginar que o capital renderia juros no sistema capitalista de produção sem operar como capital produtivo, isto é, sem criar mais-valor do qual o juro é somente uma parte, e que o sistema capitalista de produção continuaria sua marcha sem a produção capitalista. Se número demasiado de capitalistas quisesse transformar o respectivo capital em capital-dinheiro, a consequência seria desvalorização enorme do capital-dinheiro e queda imensa da taxa de juro; muitos ficariam imediatamente impossibilitados de viver de juros, forçados, portanto, a retornar ao papel de capitalistas industriais” (MARX, 2014b, p. 501).

aparece como remuneração da gestão do capitalista. Os salários de superintendência aparecem como um salário maior que o do assalariado, por estarem supostamente relacionados a trabalho de maior complexidade e porque o capitalista o paga a si mesmo (MARX, 2014b, p. 54).

Forma-se então necessariamente em sua cachola a ideia de que o lucro do empresário – longe de constituir oposição ao trabalho assalariado e de ser apenas trabalho alheio não pago – é *salário* mesmo, salário de direção, de superintendência de trabalho, maior que o do assalariado comum (1) por tratar-se de trabalho mais complicado e (2) porque ele retribui a si mesmo. (MARX, 2014b, p. 504).

No entanto, está claro que o salário de superintendência depende da exploração do trabalho, e não do esforço do empresário. “O salário que exige e embolsa por esse trabalho é exatamente igual à quantidade de trabalho alheio de que se apropria” (MARX, 2014b, p. 512). Este salário depende diretamente do grau de exploração desse trabalho, e não da intensidade do esforço que emprega nessa exploração. Isso não muda o fato de que há, realmente, esforço envolvido no trabalho de consumir a força de trabalho alheia, mas isso não implica que o fundamento do salário de superintendência seja a realização desse esforço diretamente. Seu fundamento é, em verdade, o mais-valor, o próprio trabalho explorado.

Quando a remuneração do empresário passa a ser considerada como salário, fica escondida a sua função capitalista de produzir mais-valor. O capitalista mesmo se esquece de que ele é a representação do capital perante os trabalhadores assalariados (MARX, 2014b, p. 504). Essa relação, que deriva da oposição entre capital como mera propriedade fora do processo de reprodução e capital ativo no processo de reprodução, obscurece o fato de que apenas “representando os meios de produção perante os trabalhadores pode o capitalista ativo fazê-los trabalhar para ele ou conseguir que os meios de produção funcionem como capital” (MARX, 2014b, p. 504). Portanto, esconde-se o fato de que deve ser exercida a função de empresário, enquanto representante do capital, de consumir a força de trabalho.

O juro, por ser percebido como a remuneração do capital por mera propriedade, aparece como algo completamente fora do processo de produção, como se sua determinação fosse extrínseca, alheia à relação entre capital e trabalho (MARX, 2014b, p. 506). Por isso, o juro passa a ser a representação do capital como se o mesmo não tivesse nenhuma relação com o trabalho. A antinomia capital-trabalho se desvanece. O juro aparece apenas como “uma relação entre dois capitalistas, e não entre capitalista e trabalhador” (MARX, 2014b, p. 506).

Marx afirma que a designação social específica do capital é o fato de que sua propriedade dá ao seu proprietário a virtude de comandar trabalho alheio. Com parte do mais-valor assumindo a forma juro, essa designação social específica passa a ter no juro a sua

forma de existência particular, pois se trata da remuneração do capital enquanto propriedade (MARX, 2014b, p. 505-506). Isso significa que apenas a forma juro parece ser remuneração do capital. Como o juro parece ser a remuneração específica do capital, sem relação com o processo de produção, o lucro do empresário aparece na forma oposta, como estando separado do capital e ao processo de produção diretamente relacionado. Separado do capital, no entanto, o processo de produção aparece apenas como processo de trabalho, e não processo de valorização. Por isso, o lucro do empresário parece prover do mero processo de trabalho e o capitalista industrial parece ser trabalhador assalariado.

O capitalista industrial, diferindo do proprietário do capital, não se apresenta assim como capital em ação, e sim como funcionário dissociado mesmo do capital, como simples agente do processo de trabalho, trabalhador e, mais precisamente, assalariado (MARX, 2014b, p. 506).

A aparência invertida de todo o processo de divisão do mais-valor entre juro e lucro do empresário até aqui apresentada é o que embasa a justificativa do lucro para o capitalista. O processo de exploração passa a aparecer como puro processo de trabalho e o capitalista parece apenas efetuar trabalho, porém de tipo diferente do trabalho realizado pelo trabalhador assalariado (MARX, 2014b, p. 507). As funções particulares exercidas pelo capitalista-empresário, que cabem especificamente a ele e que o colocam em oposição aos assalariados, são tidas por ele como puras funções de trabalho (MARX, 2014b, p. 506).

Uma vez que o caráter alienado do capital, sua oposição ao trabalho, se desloca para fora do processo efetivo de exploração, radicando-se no capital produtor de juros, tal processo de exploração aparece como puro processo de trabalho em que o capitalista apenas efetua trabalho de espécie diversa daquele do trabalhador. Desse modo, o trabalho de explorar e o trabalho explorado são, como trabalho, idênticos. Tanto é trabalho o de explorar quanto o que é explorado. Ao juro corresponde a forma social do capital, expressa de maneira neutra, indiferente; ao lucro do empresário, a função econômica do capital, omitindo-se o caráter capitalista dessa função (MARX, 2014b, p. 507).

É esse o motivo que passa a constituir, na consciência do capitalista, a justificativa para o lucro, a sua razão de existência: o esforço do seu trabalho. Assim, a aparência da repartição do mais-valor se transforma, na mentalidade capitalista, na própria origem e justificativa subjetiva do lucro. Ocorre uma inversão: a simples divisão do mais-valor torna-se a sua razão de existência para o capitalista.

De fato, o empresário deve realizar trabalho na sua função de dirigir o processo de produção. Este trabalho é descrito por Marx como o trabalho de direção e supervisão, como trabalho de gestão (MARX, 2014b, p. 508). É por ele que o capitalista-empresário acredita receber seu salário de superintendência. Marx ressalta que o mesmo apresenta, no modo de produção capitalista, uma dupla natureza, que está associada a duas funções cumpridas pelo

trabalho de supervisão. A primeira é a de reger e organizar a atividade produtiva global da empresa. Esta é uma função estritamente técnica e que é necessária em modos de produção em que há divisão técnica do trabalho e formas de cooperação. É trabalho análogo ao de “regente de uma orquestra” (MARX, 2014b, p. 508). A segunda função é a de consumir a força de trabalho. É a função de mandar que o trabalhador cumpra determinadas atividades e de vigiá-lo. Esta, ao contrário da anterior, é uma função estritamente relacionada à relação social de produção em que há a separação entre trabalhador, o produtor imediato, e o proprietário dos meios de produção (MARX, 2014b, p. 508). Todo modo de produção que se patenteia nessa separação apresenta como necessidade o consumo da força de trabalho.¹²³ Essa função atinge seu ápice na produção escravista.¹²⁴

De acordo com Marx, muitos teóricos, analisando a escravidão, invocavam o trabalho de superintendência, na sua função de consumir a força de trabalho, como justificativa do modo de produção escravista (MARX, 2014b, p. 508). Aristóteles afirma que “aquilo que o escravo deve saber executar, o senhor deve saber ordenar” e O’Connor, defensor da escravidão nos EUA, afirma que “o escravo negro é forte e vigoroso, mas incapaz de se governar e, por isso, deve ter um senhor”. Da mesma forma, essa função é utilizada por teóricos do capitalismo para justificar o modo de produção capitalista, pois seria necessário, na concepção destes, o comando do capitalista para colocar em movimento a força de trabalho e fazê-lo executar suas tarefas. O trabalhador é visto como preguiçoso e inapto para o trabalho, dependendo de direção e supervisão para realizar suas atividades produtivas. Este trabalho de comandar e vigiar aparece, portanto, como justificativa da apropriação pelo empresário do mais-valor produzido pelo trabalhador. No entanto, é justamente este último que produz o salário de superintendência daquele que o dirige, através da sua exploração. É ele mesmo que produz o salário do seu “senhor” (MARX, 2014b, p. 510-511).

O trabalho de direção e supervisão, quando não é função particular decorrente da natureza de todo trabalho social combinado [organizar atividade produtiva global], tem sua origem na oposição entre o proprietário dos meios de produção e o proprietário da mera força de trabalho. [... Essa] função, quando oriunda da própria sujeição do produtor imediato, é muitas vezes apontada para justificar essa relação, e o fato de o proprietário do capital explorar trabalho alheio e apropriar-se dele é com frequência apresentado como o salário que lhe é devido (MARX, 2014b, p. 510).

¹²³ “O trabalho de supervisionar e dirigir, na medida em que decorre do caráter antinômico do domínio do capital sobre o trabalho, é comum a todos os modos de produção baseados na oposição entre classes. Também no sistema capitalista está direta e inseparavelmente entrosado com as funções produtivas que todo trabalho social combinado impõe a certos indivíduos, como trabalho específico” (MARX, 2014b, p. 511).

¹²⁴ Marx realiza uma comparação entre as funções do trabalho de direção e supervisão e Estados despóticos: “da mesma maneira, em estados despóticos, o trabalho de superintendência e a intromissão geral do governo abarcam duas coisas: a execução de tarefas comuns que derivam da própria natureza de toda coletividade e as funções que decorrem especificamente da oposição entre governo e a massa do povo” (MARX, 2014b, p. 508).

Conforme visto até agora, o trabalho de direção e supervisão aparece como algo dissociado da propriedade do capital e o capitalista-empresário, que o realizaria, aparece como um trabalhador. Sua remuneração, embora seja lucro do empresário, parcela do mais-valor, aparece como mero salário de superintendência. O que ocorre a partir disso é a possibilidade real de completa dissociação entre a propriedade do capital e o trabalho de direção e supervisão. Nada implica que seja o capitalista em si que o exerça, assim como no modo de produção escravista, existia o feitor, que também era escravo, mas tinha a função de coordenar o trabalho dos demais escravos. Ocorre, dessa forma, a autonomização do trabalho de direção e supervisão (MARX, 2014b, p. 511).

Um regente de orquestra não precisa absolutamente ser dono dos instrumentos dela, nem pertence à sua função de dirigente qualquer obrigação com referência ao *salário* dos demais músicos (MARX, 2014b, p. 511).

Dessa forma, o capitalista se torna uma figura supérflua no processo de produção, pois suas funções podem ser realizadas por outros, sem que seja necessária a sua presença. Isso se torna evidente em fábricas cooperativas, em que um capitalista em função é algo supérfluo para o processo de produção (MARX, 2014b, p. 511). A decorrência disso é que o trabalho de direção e supervisão pode ser exercido por um trabalhador que assume a função de gestor, de dirigente, e recebe como remuneração salário de superintendência, que nada mais é que parcela do mais-valor. Esta é uma forma que se desenvolve no próprio seio do modo de produção capitalista e, sem rompê-lo, liberta-se de seu caráter capitalista antitético proveniente da relação capital-trabalho (MARX, 2014b, p. 512). Embora se mantenha a relação de exploração, quem explora o trabalho é outro trabalhador, que recebe, por isso, salário de superintendência. Exemplos disso são antigos capitalistas industriais que, após irem à falência, são contratados como gestores de suas antigas fábricas.

O simples dirigente que não possui o capital a título algum, nem por empréstimo nem por qualquer outro motivo, exerce todas as funções reais que cabem ao capitalista ativo como tal. Nessas condições, fica existindo apenas o funcionário, e o capitalista desaparece do processo de produção como figura supérflua. (MARX, 2014b, p. 513).

A ideia de que salário de superintendência é realmente salário se reforça pelo fato de que essa parte do lucro aparece estritamente como salário, de forma completamente independente e autônoma do lucro bruto (MARX, 2014b, p. 507). Assim, o pagamento de um gestor, de um dirigente, parece não apresentar relação alguma com o lucro. Contabilmente e na prática diária do processo de produção, estas coisas aparecem como algo dissociado. Por se

tornar algo autônomo, separa-se também do próprio lucro do empresário, existindo paralelamente ao mesmo.

Por ser mera repartição do mais-valor, assim como o juro, o salário de superintendência define-se pelo preço de mercado, pela interação entre oferta e demanda, pois passa a existir, com o desenvolvimento da produção capitalista, uma numerosa classe de dirigentes industriais e comerciais (MARX, 2014b, p. 514). Esse mesmo desenvolvimento também leva a uma redução dos custos de produção de força de trabalho especializada, o que, de acordo com Marx, pressiona para que haja queda desse salário (MARX, 2014b, p. 514).

Como veremos posteriormente, a dissociação plena entre salários de superintendência e lucro do empresário ocorre em fábricas cooperativas e em empresas capitalistas por ações. Nas primeiras, o dirigente não é um capitalista, mas um trabalhador contratado pelos próprios trabalhadores. Nas últimas, há a completa separação entre, de um lado, diretores, dirigentes, administradores profissionais contratados para gerir empresas (diretor executivo, CEO) e conselheiros de administração, e, do outro, os proprietários do capital, que são os acionistas. Estas formas avançadas revelam o verdadeiro caráter do lucro do empresário:

Ao desenvolverem-se as cooperativas, do lado dos trabalhadores, e as sociedades por ações, do lado da burguesia, dissolveu-se o derradeiro subterfúgio empregado para confundir o lucro do empresário com o salário de direção, e o lucro se revelou, na prática, o que é inegavelmente, na teoria, mero mais-valor, valor por que não se paga equivalente algum, trabalho realizado não pago (MARX, 2014b, p. 514).

4.3 *Capital portador de juros como forma reificada da relação capitalista*

O capital portador de juros, conforme visto até aqui, é responsável por formas da aparência que escondem as suas relações sociais mediadoras e que constituem a consciência dos agentes a respeito da lógica do modo de produção capitalista. Além dessas formas aparentes, é através dessa forma de capital que a relação capitalista atinge a sua forma mais superficial, fetichista e reificada.¹²⁵ Isso ocorre porque o circuito do capital portador de juros aparece apenas como $D - D'$, como “dinheiro que gera mais dinheiro, valor que se valoriza a si mesmo sem o processo intermediário que liga os dois extremos” (MARX, 2014b, p. 519). A circulação do capital portador de juros, portanto, esconde a mediação que dá origem ao lucro, ou seja, as relações sociais de produção que são condição necessária para a produção de

¹²⁵ Reificação é o ato de transformar relações humanas em propriedades inerentes às coisas. Trata-se, portanto, da coisificação das relações sociais, assim como ocorre no fetichismo da mercadoria. Sobre isso ver Petrović (2012) e Lukács (2003).

mais-valor. Assim, nessa forma de capital, a relação social que dá origem ao lucro desaparece completamente.

A circulação D – D' apresenta o ponto de partida da circulação do capital, o capital-dinheiro, e o seu ponto de chegada, o valor aumentado, acrescido de mais-valor, mas não apresenta a mediação desse processo através das relações de produção e circulação. Por isso, trata-se de uma forma irracional, de uma síntese vazia de sentido. Nela, abrevia-se o movimento do capital e omite-se o processo intermediário.

É a fórmula primitiva e geral do capital, concentrada numa síntese vazia de sentido. O capital em sua marcha completa é unidade do processo de produção e do de circulação, proporcionando por isso determinado mais-valor em período dado. Na forma do capital portador de juros, esse resultado aparece diretamente, sem a intervenção dos processos de produção e de circulação. O capital aparece como fonte misteriosa, autogeradora do juro, aumentando a si mesmo (MARX, 2014b, p. 520).

Portanto, o capital portador de juros apresenta-se como “fetiche autômato perfeito”, pois aparece como valor que valoriza a si mesmo. Basta que se estabeleça uma taxa de juros, como, por exemplo, 5%, para que o valor de \$1.000 passe a ser de \$1.050. Portanto, o capital portador de juros aparece como uma relação quantitativa com ele mesmo e nada mais do que isso. Marx afirma que essa forma é um achado precioso para os pensadores da economia vulgar, pois nela “não se pode mais reconhecer a fonte do lucro, e o resultado do processo capitalista de produção adquire existência independente, separada do próprio processo” (MARX, 2014b, p. 521).

A consequência da circulação D – D' é que há a completa reificação da relação capitalista: o juro parece ser fruto de uma mera coisa, e não resultado de relações sociais específicas. (MARX, 2014b, p. 519). A propriedade inerente das relações de produção em gerar mais-valor aparece como uma propriedade inerente não mais das relações sociais, mas sim como propriedade de uma determinada coisa: o capital. A única relação que passa a aparecer é a de uma coisa, o dinheiro, consigo mesma. Trabalhador e capitalista parecem não ter relação alguma com esse processo. A partir daí, torna-se propriedade inerente do capital obter juro.

A *coisa* (dinheiro, mercadoria, valor) já é capital como simples coisa e o capital se revela coisa e nada mais; o resultado do processo de reprodução todo manifesta-se como propriedade inerente a uma coisa; depende do dono do dinheiro – a mercadoria em forma sempre permutável – gastá-lo como dinheiro ou emprestá-lo como capital (MARX, 2014b, p. 520).

O valor de uso do dinheiro passa a ser o de criar valor maior que o que nele mesmo contém, equiparando-se à força de trabalho. Dessa forma, proporcionar juros torna-se atributo

do dinheiro, assim como “dar peras é propriedade de uma pereira” (MARX, 2014b, p. 520). Como o juro se apresenta como a remuneração do capital pela sua propriedade, inerte e fora do processo de reprodução, o juro aparece como o “fruto genuíno do capital”, o qual obtém em qualquer circunstância, enquanto o lucro do empresário aparece como mero acessório (MARX, 2014b, p. 520). Assim, capital rende juros, mas não necessariamente precisa para isso ser capital operante. Basta que seja capital em si, capital-dinheiro. Com a aparência de que render juros é uma propriedade inerente do capital, consuma-se a sua concepção fetichista: capital passa a ser coisa que tem crescer como atributo próprio e que não depende de relação social alguma (MARX, 2014b, p. 520).

Em D – D’ temos a forma vazia do capital, a perversão, no mais alto grau, das relações de produção, reduzidas a coisa: figura que rende juros, a figura simples do capital, na qual ele se constitui condição prévia de seu próprio processo de reprodução; capacidade do dinheiro, ou da mercadoria, de aumentar o próprio valor, sem depender da produção – a mistificação do capital mais contundente (MARX, 2014b, p. 521).

Para o capital portador de juros, crescer a partir de juros passa a ser tão natural quanto o é crescer para uma árvore.¹²⁶ A aparência disso é que o rendimento dos juros passa a ser uma questão apenas relacionada ao tempo, pois a taxa de juros é a taxa pela qual todo o capital é capaz de se valorizar periodicamente. Crescer à taxa de juros corrente aparece como atributo natural do capital. “Assim, um capital de 1.000, considerado coisa em si igual a 1.000, transforma-se em 1.100 em determinado período, como o vinho na adega melhora o valor de uso após certo tempo” (MARX, 2014b, p. 521).

O dinheiro agora é corpo vivo que quer multiplicar-se. Desde que emprestado, ou mesmo aplicado no processo de reprodução (rendendo ao dono, o capitalista ativo, juros que se distinguem do lucro do empresário), cresce para ele o juro, esteja dormindo ou acordado, em casa ou em viagem, de dia ou de noite. Assim, o desejo quimérico do entesourador materializa-se no capital-dinheiro produtor de juros (e todo capital expresso em valor é capital-dinheiro ou passa por capital-dinheiro) (MARX, 2014b, p. 522).

O fato de que o dinheiro parece ter como atributo próprio a *capitalização* a partir da taxa de juros leva a uma série de concepções errôneas acerca da natureza do capital. Marx cita a teoria de Dr. Price, em que, capitalizando-se em progressão geométrica a partir de juros compostos, qualquer pequena quantia de capital poderia se tornar infinitamente grande ao

¹²⁶ Em frente a este fato, Lutero, em seu combate à usura, é citado por Marx. Para Lutero, a justificativa aparente para a usura seria a abdicação da capacidade de gastar e de realizar pagamentos por parte do proprietário do dinheiro. No momento em que adiantasse o dinheiro, estaria incorrendo nesse duplo prejuízo, e por isso receberia juros. No entanto, ele mesmo discorda que seja este o fundamento dos juros, pois este seria um prejuízo meramente imaginário, não sendo causado por ninguém e que não se pode demonstrar ou calcular. Lutero afirma que o que ocorre, de fato, é o inverso: “imaginam-se danos para lançar nas costas do próximo e poder ostentar vida folgada e ociosa por conta do trabalho alheio” (MARX, 2014b, p. 522).

longo do tempo.¹²⁷ Marx cita Pitt que, com base nessas ideias, fundamentou suas leis sobre o fundo de amortização da dívida britânica, com a ideia de que se deve tomar dinheiro a juros simples para aumentá-lo a juros compostos. Estas concepções, de acordo com Marx, desligam-se por completo dos fundamentos do processo de acumulação.

[...] Price esquece inteiramente que o juro de 5% supõe uma taxa de lucro de 15%, ou melhor, acha que essa taxa prossegue eternamente com a acumulação de capital. Desliga-se por completo do processo real de acumulação, para ver apenas empréstimo de dinheiro que reflui com juros compostos. Não lhe importa saber como as coisas realmente se desenrolam, pois tudo decorre da qualidade inata do capital produtor de juros (MARX, 2014b, p. 523).

Essas concepções, que confundem a forma reificada da relação capitalista com essa própria relação, ignoram os limites reais da acumulação a uma taxa fixa dada. Em primeiro lugar, é necessário considerar que existem limites qualitativos à acumulação de capital que não permitem que a mesma ocorra a qualquer taxa. Estes são a jornada total de trabalho, as forças produtivas existentes em dado momento e a população existente. Esses elementos “limitam o número das jornadas de trabalho simultaneamente exploráveis”. (MARX, 2014b, p. 527). No entanto, quando a acumulação é concebida na forma irracional do juro, em que desaparece a relação social imanente e mediadora, o seu limite aparece como algo “apenas quantitativo e desafia qualquer imaginação” (MARX, 2014b, p. 527). É assim que raciocinam os teóricos citados por Marx.

Além das considerações relacionadas aos limites quantitativos da acumulação através de juros, Marx afirma que é necessário considerar dois movimentos graduais, que ocorrem ao longo do tempo, com o desenvolvimento da produtividade social do trabalho. O primeiro é a gradual depreciação do capital existente, que ocorre à medida que diminui o seu custo de reprodução com esse desenvolvimento. O segundo é o da queda tendencial da taxa de lucro, que ocorre com o desenvolvimento das forças produtivas e com o aumento da composição orgânica do capital. “Entretanto, é na ideia de que não diminui a taxa de lucro que se baseia a progressão de Price e em geral o ‘capital a juros compostos que absorve tudo’” (MARX, 2014b, p. 527).

Portanto, o capital portador de juros afeta a aparência das relações de produção e se apresenta como a forma acabada e reificada da relação capitalista. Todo capital existente

¹²⁷ “Pondo de lado as condições da reprodução e do trabalho, [Price] considerava o capital um autômato, mero número que acresce (como Malthus via o homem em sua progressão geométrica), e assim podia pensar que descobrira a lei de seu crescimento, com a fórmula $s = c (1 + j)^n$, onde s = capital + juros compostos, c = capital adiantado, j = taxa de juro (expressa em partes alíquotas de 100) e n = número de anos que dura o processo” (MARX, 2014b, p. 524).

parece ter direito de apropriação sobre o trabalho vivo, como se crescer fosse sua propriedade inerente.

No capital portador de juros está perfeita e acabada a representação fetichista do capital, a ideia que atribui ao produto acumulado do trabalho e por cima configurado em dinheiro, a força de produzir automaticamente mais-valor em progressão geométrica em virtude de qualidade inata e oculta. (MARX, 2014b, p. 528).

No entanto, pelos fundamentos da produção capitalista, a conservação e a reprodução do capital têm como condição necessária o contato com o trabalho vivo. Desta forma, o fundamento do juro é, inevitavelmente, o mais-valor.

O comando dos produtos do trabalho passado sobre o trabalho excedente vivo durará somente o tempo que durar a relação capitalista, a relação social determinada que põe o trabalho passado em posição autônoma e preponderante para com o trabalho vivo (MARX, 2014b, p. 528).

5 Sistema de Crédito, Capital Fictício e Mercado de Ações e Títulos

Com os elementos teóricos de que tratamos até aqui, temos condições de compreender o desenvolvimento do sistema de crédito no modo de produção capitalista e as suas implicações para o processo de produção global. O desenvolvimento do crédito é um elemento enunciado por Marx em diversas passagens d'O Capital como fator crucial para a compreensão de etapas avançadas do modo de produção capitalista. Apesar disso, a sistematização completa daquilo que Marx entende por sistema de crédito é ainda algo que demanda esforço de pesquisa, uma vez que parece não haver consenso sobre muitos dos elementos teóricos descritos por este autor. Nosso objetivo, neste capítulo, é organizar a concepção teórica relativa ao crédito na sua obra, buscando uma sistematização do que seria este sistema de crédito por ele enunciado.

O crédito em geral, para Marx, está relacionado ao ato de confiança, com ou sem base, de ceder mercadoria ou dinheiro a terceiro, devendo este realizar o pagamento em prazo determinado.¹²⁸ Portanto, o crédito está inevitavelmente associado à função de meio de pagamento do dinheiro, decorrente da circulação simples de mercadorias. No entanto, é apenas na circulação capitalista que se desenvolvem plenamente as formas de crédito que estudaremos a seguir, notadamente o crédito comercial e o crédito bancário.

Antes de iniciar a exposição dos elementos teóricos de que trataremos neste capítulo, é necessário ressaltar o caráter inevitável do desenvolvimento do crédito para a produção capitalista em grande escala. Conforme veremos, o crédito é capaz de substituir o dinheiro real no processo de circulação, removendo a limitação decorrente da quantidade de metais preciosos circulando como dinheiro. Sem o sistema de crédito, a reprodução do capital social estaria limitada a certa quantidade de ouro e prata cumprindo a função de meio de circulação, o que inviabilizaria a expansão capitalista. Portanto, a substituição do dinheiro metálico como meio de circulação e meio de pagamento pelo que, conforme veremos, se chama *dinheiro de crédito* é um movimento decorrente do próprio desenvolvimento do modo de produção capitalista e necessário para viabilizar a produção capitalista em grande escala.

Na medida em que têm esse efeito os expedientes que se desenvolvem com o sistema de crédito, aumentam eles diretamente a riqueza capitalista, seja porque grande parte do processo social de produção e de trabalho se efetua sem qualquer intervenção do dinheiro real, seja porque acresce a capacidade operacional da massa de dinheiro que efetivamente funciona. Fica assim resolvida a insulsa questão de

¹²⁸ Conforme afirma Thomas Tooke, expoente da *Banking School* citado por Marx (2014b, p. 533), “O crédito, em sua expressão mais simples, é a confiança, com ou sem base, que leva alguém a entregar a outrem certo montante de capital, em dinheiro ou em mercadorias, com valor monetariamente fixado, montante que deve sempre ser pago após o decurso de determinado prazo”.

saber se a produção capitalista seria possível em sua amplitude atual sem o sistema de crédito (mesmo considerado apenas do ponto de vista exposto), com circulação puramente metálica. Evidentemente que não. Ela ficaria limitada pelo volume da produção dos metais preciosos (MARX, 2014a, p. 391).

Os elementos a seguir são tratados por Marx como uma caracterização geral do sistema de crédito no modo de produção capitalista. Não temos como objetivo avançar sobre as análises e as críticas feitas a determinado tópico desta interpretação, ou sobre a sua validade para o capitalismo contemporâneo. Trata-se aqui unicamente do esforço de organização e sistematização da teoria deste autor, permitindo o entendimento pleno de sua concepção, o que é uma etapa necessária do raciocínio mesmo quando se tem por objetivo fazer a sua crítica. Acreditamos que esta organização seja necessária, visto que os tópicos que buscamos sistematizar aqui se encontram dispersos nos textos do autor, e a falta dessa sistematização dificulta a compreensão plena de sua teoria.

Buscamos tratar do sistema de crédito nesta seção de forma separada das crises e dos processos cíclicos aos quais ele está inevitavelmente associado. Assim, aqui temos o objetivo de expor a lógica deste sistema de maneira dissociada da dinâmica descrita por Marx nos ciclos industriais. A estrutura da exposição é a seguinte: O primeiro tópico refere-se ao conceito de capital fictício como um desdobramento da forma do capital portador de juros, identificando suas particularidades e a suas leis de movimento autônomas; posteriormente, buscamos explicitar o entendimento de Marx acerca do crédito comercial, do crédito bancário e da dívida pública; a seguir, trataremos do capital social, das sociedades por ações e do mercado de ações e títulos; por fim, buscaremos sintetizar os efeitos e a importância do sistema de crédito no modo de produção capitalista, com suas diversas implicações.

5.1 *Capital Fictício*

Conforme visto anteriormente, o capital portador de juros é a fonte de todas as formas irracionais, no sentido de que esconde a verdadeira mediação da valorização, pois aparece na forma $D - D'$, dinheiro que gera mais dinheiro. Nesta seção, analisaremos a emergência do capital fictício, categoria que decorre diretamente do capital portador de juros. O capital fictício, enquanto desdobramento desta última categoria, aprofunda a aparência de ser o processo de valorização do capital uma característica dele inata, dissociado do processo de trabalho.

A emergência do capital fictício se inicia a partir da consolidação do juro como fruto “natural” de todo capital, decorrente da sua propriedade. A inversão que ocorre aqui está

associada ao fato de que, agora, todo o rendimento periódico, independentemente de sua verdadeira fonte, pode ser considerado como “juro de um capital”. Assim,

A forma do capital produtor de juros faz que toda a renda monetária determinada e regular apareça como juro de um capital, derive ela ou não de um capital. Primeiro se converte a renda monetária em juro, e como juro se acha então o capital donde provém. (MARX, 2014b, p. 616).

Isso significa que, a partir de qualquer renda monetária periódica, pode-se conceber um valor-capital que seria a sua fonte. Para se chegar a esse valor-capital, “capitaliza-se toda a receita periódica, considerando-a, na base da taxa média de juro, rendimento que proporcionaria um capital emprestado a essa taxa” (MARX, 2014b, p. 618). Assim, trata-se de “trazer a valor presente” os rendimentos futuros, considerando a taxa média de juro vigente, chegando a um montante correspondente a este valor-capital.¹²⁹

Essa ideia não passa de uma ideia puramente ilusória, pois nem todo rendimento periódico resulta de capital. Assim, esse valor é um valor-capital fictício, ilusório, e o capital que se apresenta dessa forma é capital fictício. Apesar disso, conforme veremos, se esse capital fictício assume forma em que se torne transferível, essa ideia deixa de ser mera ilusão e passa a ter eficácia própria, o que significa que o capital fictício pode ser transacionado, tornando-se dinheiro efetivo.

Marx apresenta exemplos de dois tipos de capital fictício: um primeiro tipo, em que o capital fictício corresponde a algo que não é originalmente capital, e um segundo tipo, em que representa um capital efetivo, que já existe previamente. Acerca do primeiro tipo, destacam-se os exemplos da dívida pública e da força de trabalho. A dívida pública, conforme veremos posteriormente, corresponde a capital emprestado ao Estado e por ele consumido. Assim, o valor adiantado pelo credor como capital portador de juros é capital que é completamente dispendido pelo Estado. Não é, portanto, aplicado como capital que gera mais-valor, mas deixa de existir. O credor, por sua vez, adquire o direito de receber rendimentos periódicos. Decorre disso que não há qualquer capital por trás da dívida pública, mas apenas direitos a esses rendimentos. De acordo com a taxa média de juro vigente, esses rendimentos podem ser capitalizados, formando um valor-capital fictício, ilusório, que não tem existência efetiva, porém representa capital-dinheiro para seu detentor. Por sua vez, a força de trabalho também

¹²⁹ Marx apresenta alguns exemplos simples: “Seja de 5% o juro médio anual. Nessas condições, a soma de 500 libras renderia anualmente, se transformada em capital produtor de juros, 25 libras esterlinas. Assim, considera-se toda receita fixa anual de 25 libras esterlinas juro de um capital de 500 libras. [...] Por exemplo, para a receita anual de 100 libras e para a taxa de juro de 5%, as 100 libras seriam o juro anual de 2.000 libras, consideradas então o valor-capital do título de propriedade sobre as 100 libras anuais. Para quem comprou esse título, a receita anual de 100 libras representa, na realidade, o juro do capital que colocou a 5%.” (MARX, 2014b, p. 616-8).

pode ser compreendida como capital fictício, devido aos rendimentos periódicos do salário. Aqui, surge a ideia ilusória de se considerar o salário como juro derivado de um capital e a força de trabalho como o capital que rende este juro: “Se o salário de um ano é, por exemplo, de 50 libras esterlinas e o juro de 5%, a força de trabalho anual é igualada a um capital de 1.000 libras esterlinas” (MARX, 2014b, p. 617).¹³⁰ Nesses dois casos, portanto, não há um capital efetivo por trás desses valores fictícios.

Um segundo tipo de capital fictício corresponde àquele que representa um capital existente previamente, capital efetivo. Um exemplo são as ações, que são títulos de propriedade que representam “capital empregado e operante em empresas, ou então certa soma de dinheiro adiantada pelos acionistas para nelas ser desembolsadas como capital” (MARX, 2014b, p. 618). Esses títulos garantem participação no mais-valor futuro gerado por este capital empregado, e este é o rendimento que, ao ser capitalizado, forma o valor-capital fictício das ações. Assim, a aparência é de que o capital existe duplamente: uma no seu valor efetivo, como capital empregado, e outra no valor fictício do título, que se forma a partir da capitalização dos seus rendimentos futuros, como se estes fossem fruto de um capital. No entanto, isso não ocorre: o capital existe apenas no capital efetivo e “mesmo quando a obrigação, o título, não seja como as apólices que representam capital imaginário, ainda assim o valor-capital desse título é puramente ilusório.” (MARX, 2014b, p. 618).¹³¹ Dessa forma, tanto títulos que não representam um capital realmente existente como títulos que representam capital efetivo podem formar capital fictício.

Assim, as condições para que um título se constitua como capital fictício, com valor-fictício que oscila de acordo com os rendimentos futuros, sejam eles fixos ou meramente esperados, e com a taxa média de juros, são as seguintes: (1) apresentar rendimentos futuros, independentemente de sua fonte; e (2) assumir forma em que seja transferível. Caso não apresente essa última condição, trata-se de ideia puramente ilusória. É o caso, por exemplo, da força de trabalho, devido ao fato de que não assume forma diretamente transferível e, conseqüentemente, não se pode dispor desse valor-capital mediante venda.

¹³⁰ Marx faz aí uma dura crítica à concepção do “capital-humano”, existente até os dias de hoje como teoria da explicação dos diferenciais de salário entre trabalhadores: “O absurdo da concepção capitalista atinge aí o apogeu: em vez de explicar a valorização do capital pela exploração do trabalho, ao contrário, explica a produtividade da força de trabalho com a circunstância de possuir essa força o dom místico de ser capital que produz juros. [...] Duas circunstâncias desagradáveis (que pena!) lançam por terra essa concepção insensata: primeiro, o trabalhador tem de trabalhar para receber esse juro e, segundo, não pode, mediante transferência, converter em dinheiro o valor-capital da sua força de trabalho” (MARX, 2014b, p. 618).

¹³¹ “Esse capital não existe duas vezes, uma como valor-capital dos títulos, das ações, e outra como o capital efetivamente empregado ou a empregar naquelas empresas. Só existe na última forma” (MARX, 2014b, p. 618-9).

Na realidade, todos esses papéis constituem apenas direitos acumulados, títulos jurídicos sobre produção futura, e o valor-dinheiro ou o valor-capital ora não representa capital algum, como é o caso das apólices da dívida pública, ora é regulado de maneira independente do valor do capital efetivo que esses papéis configuram (MARX, 2014b, p. 621).

A aparência de que o capital existe duplamente é reforçada pelo fato que o valor-capital fictício expresso nas ações apresenta um movimento autônomo, próprio.¹³² Assim, apesar de serem ilusórios, parece que esses títulos constituem capital efetivo. Esse movimento autônomo está relacionado ao fato de que os títulos “convertem-se em mercadorias, com preço que varia e se fixa segundo leis peculiares” (MARX, 2014b, p. 619). Dessa forma, essas mercadorias apresentam um valor de mercado, um preço, que está dissociado tanto da soma desembolsada que o título originalmente representa (o seu valor nominal), quanto do valor do capital real efetivo, caso exista, ao qual o capital fictício está associado (MARX, 2014b, p. 619). O valor de mercado dos títulos varia de acordo com (1) a variação nos rendimentos futuros, seja em nível ou em relação à sua segurança, e (2) variações na taxa média de juros.

O primeiro fator que causa as variações no valor de mercado dos títulos, a variação nos rendimentos futuros, apresenta relação direta com esse preço:

O valor de mercado flutua com o nível e a segurança dos rendimentos a que os títulos dão direito. Se o valor nominal de uma ação, isto é, a soma desembolsada que ela originalmente representa, é de 100 libras esterlinas, e o negócio rende 10% em vez de 5%, o valor de mercado, não se alterando as demais condições e para uma taxa de juro de 5%, elevar-se-á a 200 libras, pois capitalizada a 5%, a ação representa agora um capital fictício de 200 libras. Quem a compra por 200 libras receberá 5% de renda por esse investimento. Temos o inverso, se diminui o rendimento da empresa (MARX, 2014b, p. 619).

Assim, ao aumentarem os rendimentos futuros, aumenta também o preço do título para uma dada taxa de juro. O mesmo ocorre no caso de queda dos rendimentos futuros. Como, em muitos casos, esses rendimentos não são fixos, mas esperados, o preço dos títulos adquire um caráter especulativo (MARX, 2014b, p. 619). É o cálculo prévio dos rendimentos futuros esperados que define o valor-capital fictício desses títulos. Esses preços, ao mesmo tempo, repercutem as expectativas que existem quanto aos rendimentos futuros.

O segundo fator que causa variações no valor de mercado dos títulos, as variações das taxas de juro, apresenta, ao contrário do fator anterior, relação inversa com os preços. Quando sobe a taxa de juro, sobe a taxa pela qual se capitalizam os rendimentos, fazendo com que o valor-capital se torne menor.

Admitindo que seja constante o mais-valor produzido pelo capital efetivo ou, não existindo capital, como no caso da dívida pública, que o rendimento anual seja

¹³² “Movimento autônomo do valor de mercado desses títulos de propriedade [...] reforça aparência de que constituem capital efetivo ao lado do capital ou do direito que possam configurar” (MARX, 2014b, p. 619).

legalmente fixado, e que além disso haja segurança bastante, o preço desses títulos varia na razão inversa da taxa de juro. Se a taxa de juro sobre de 5 para 10, um papel que assegura um rendimento de 5 libras representará um capital de apenas 50 libras. Se o juro cair para 2,5, o mesmo papel representará um capital de 200 libras. Seu valor é sempre o rendimento capitalizado, isto é, o rendimento calculado sobre um capital ilusório de acordo com a taxa de juro vigente (MARX, 2014b, p. 619-20).

Dessa forma, alterações na taxa de juro vigente alteram, em razão inversa, os preços dos títulos.

É necessário ressaltar, portanto, que quando variam os preços desses títulos de forma independente do valor do capital efetivo, sem se afetar as condições de valorização e de reprodução do capital, não é afetada em nada a riqueza de um país.¹³³ Além disso, Marx afirma que, com a queda tendencial da taxa de lucro, tende a cair também, no longo prazo e em decorrência do desenvolvimento do modo de produção capitalista, a taxa de juros. Com isso, os valores-capitais fictícios tendem a crescer em magnitude. Tratando especificamente das ações, Marx diz o seguinte:

Seu valor, isto é, a cotação em bolsa, tem necessariamente tendência a subir ao baixar a taxa de juro, na medida em que essa baixa não depende dos movimentos peculiares do capital-dinheiro e é mera consequência da tendência a cair da taxa de lucro. Já por essa razão, essa riqueza imaginária [...] expande-se com o desenvolvimento da produção capitalista (MARX, 2014b, p. 633).

Portanto, conforme visto, o capital fictício é uma forma ilusória que decorre do capital portador de juro. No nível da aparência, o seu desenvolvimento faz com que o verdadeiro fundamento da valorização, o trabalho, se torne ainda menos perceptível, uma vez que independe para esse capital a fonte de seus rendimentos e que o preço varia de forma dissociada de qualquer capital efetivo, mesmo que ele exista e o próprio título seja dele representação. Esse movimento autônomo dos preços reforça a aparência de que os títulos constituem capital efetivo, eles mesmos como algo separado de sua fonte de rendimentos. “Assim, desaparece o último vestígio de conexão com o processo efetivo de valorização do capital e reforça-se a ideia de ser o capital autômato que se valoriza por si mesmo” (MARX, 2014b, p. 618).

Os títulos são formas de aplicação do capital portador de juro e, por serem vendáveis, constituem capital-dinheiro potencial. Nesse sentido, a acumulação desses títulos faz parte do

¹³³ Marx, apesar de não tratar especificamente desse tema, abre aqui a possibilidade de compreender o fenômeno de *bolhas* no mercado financeiro: “quando a baixa ou a alta desses títulos não depende do movimento do valor do capital efetivo que representam, a riqueza de uma nação é tão grande antes quanto depois da baixa ou da alta [...] Na medida em que essa depreciação não significava parada efetiva da produção [...], desistência de empreendimentos iniciados ou desperdício de capital em cometimentos destituídos de valor, não se empobreceu a nação um centil sequer ao arrebentarem as bolhas de sabão do capital-dinheiro nominal (MARX, 2014b, p. 621).

que Marx chama de Acumulação de Capital-Dinheiro. Essa acumulação deve levar em consideração o preço de mercado desses títulos:

Em todos os países de produção capitalista existe, nessa forma, massa enorme do chamado capital portador de juros ou *moneyed capital*. E deve entender-se por acumulação de capital-dinheiro notadamente a acumulação desses direitos sobre a produção, acumulação segundo o preço de mercado [valor de mercado], o valor capital ilusório deles (MARX, 2014b, p. 621).

5.2 *O desenvolvimento do Sistema de Crédito*

A seguir, trataremos de três formas de crédito que são essenciais para se compreender o modo de produção capitalista em geral e o sistema de crédito desenvolvido. Trataremos do desenvolvimento do crédito na seguinte ordem: (1) o crédito comercial, proveniente da circulação mercantil, intensificada e ampliada pela circulação capitalista de mercadorias; (2) o crédito bancário e as operações por ele realizadas, inclusive sua conjugação com o crédito comercial; (3) a dívida pública como espaço de absorção do mais-valor excedente.

5.2.1 Crédito Comercial e Dinheiro de Crédito

O crédito comercial é uma decorrência direta da função de meio de pagamento do dinheiro (MARX, 2014b, p. 531). Nesta função, o dinheiro realiza o pagamento de uma dívida, que está associada a uma transação cujo pagamento foi protelado.¹³⁴ Assim, através da circulação de mercadorias, conforme já tratado, é possível que se estabeleça a relação de credor e devedor entre os diversos produtores e comerciantes, permitindo também que a circulação das mercadorias ocorra sem o pagamento imediato em dinheiro. Este fato aparentemente simples está na base do sistema de crédito, sendo seu fundamento natural (MARX, 2014b, p. 634). Sobre esta base se constituem relações de alta complexidade, que buscaremos explicitar a seguir.

O crédito comercial já é uma possibilidade inerente à circulação simples de mercadorias, uma vez que a forma dinheiro da mercadoria já possibilita a função de meio de pagamento, ou seja, de pagamento protelado. No entanto, ele só é capaz de se desenvolver plenamente na produção e circulação capitalistas, e o sistema de crédito só emerge com a conjugação do crédito comercial com o crédito bancário, o que ocorre plenamente também apenas neste modo de produção. No modo capitalista de produção, a função do dinheiro como meio de pagamento amplia-se, generaliza-se e aperfeiçoa-se.

¹³⁴ “Em regra, o dinheiro aí serve apenas de meio de pagamento, isto é, vende-se a mercadoria trocando-a não por dinheiro, mas por promessa escrita de pagamento em determinado prazo” (MARX, 2014b, p. 531).

As dívidas que se formam nas relações comerciais, cuja forma jurídica varia, dependendo das condições e do tipo de transação¹³⁵, são agregadas por Marx na categoria de letras¹³⁶ (MARX, 2014b, p. 531). Essas letras nada mais são do que promessas escritas de pagamento em determinado prazo. Assim, a emissão de letras consiste no próprio crédito comercial:

Representa-o a letra de câmbio, título de dívida com prazo fixo de vencimento que é a forma jurídica do pagamento protelado (*document of deferred payment*). Cada um dá crédito com uma das mãos e recebe-o com a outra. (MARX, 2014b, p. 634).

Portanto, é por meio da emissão de letras que se sustenta o crédito comercial. Esse instrumento de crédito apresenta duas particularidades importantes para a circulação de mercadorias mediante crédito: a primeira é a de que as próprias letras podem cumprir a função de meio de circulação e de meio de pagamento, uma vez que, como título, representam pagamento futuro. “Elas circulam até o dia do seu vencimento e do seu pagamento como meio de circulação, através do endosso, e como meio de pagamento, constituindo o dinheiro genuíno do comércio” (p. 531). As letras são, portanto, meios circulantes, e o crédito comercial possibilita a generalização do processo de circulação de letras.¹³⁷ Mediante endosso do antigo proprietário, a propriedade da letra é transferida de uma pessoa para outra.¹³⁸ A letra, assim, circula, tendo o antigo proprietário como corresponsável pelo pagamento no seu vencimento.¹³⁹ Como consequência, podem as mercadorias circular tendo como meio de pagamento a própria letra. Se mantiver a propriedade da letra até o vencimento, tem o proprietário o direito de receber o pagamento em dinheiro. Portanto, estabelece-se a circulação de letras como característica básica do crédito comercial.

¹³⁵ Há letras de câmbio, notas promissórias, duplicatas, entre outros tipos de instrumentos de crédito comercial, cujo regimento é dado por normas legais específicas e que fazem parte do campo do direito comercial. As duplicatas, por exemplo, são forma de letra comercial existente especificamente no direito brasileiro.

¹³⁶ É necessário um comentário específico sobre a diferença entre a letra de câmbio e a nota promissória. A letra de câmbio consiste num instrumento de crédito que é emitido por aquele que deve receber o pagamento, o emissor, contra aquele que deve pagar, o emitente. O responsável pelo pagamento deve dar aceite na letra, que passa a ser propriedade do seu emissor até o vencimento. Na nota promissória, ao contrário, o devedor é o responsável pela emissão do instrumento. Por isso, quando Marx diz “A emite letra contra B”, A é o credor e B é o devedor.

¹³⁷ Sobre isso, Marx (2014b, p. 533) cita Bosanquet, que afirma que “letras são inegavelmente valores circulantes (*currency*), sem depender do dinheiro, quando, por meio do endosso, têm a propriedade transferida de uma pessoa para outra [...] É de admitir-se que toda letra em circulação seja endossada em média duas vezes, efetuando assim dois pagamentos antes de vencer-se”.

¹³⁸ “Quando essas letras circulam entre os próprios comerciantes como meio de pagamento, mediante endosso de um para outro [...] nada mais há que transferência de título de crédito de A para B, e nada se altera absolutamente no contexto dos negócios. Há apenas substituição de uma pessoa por outra” (MARX, 2014b, p. 634).

¹³⁹ Marx ressalta o fato de que, ao endossar a letra a terceiro, o endossante adquire corresponsabilidade do pagamento no seu vencimento, embora tenha o direito de se ressarcir com o emitente da letra, ou seja, com o devedor inicial. Isso faz com que letras que circulam diversas vezes, mediante diversos endossos, tenham maior segurança no seu vencimento, devido a essa responsabilidade compartilhada (MARX, 2014b, p. 606).

Uma segunda particularidade é a de que as letras, ao circularem, podem poupar meios de pagamento através da sua liquidação mediante compensação. Esta questão é a mesma já tratada na circulação simples de mercadorias, porém adquire maior proporção com a generalização do crédito comercial. Quando há a compensação entre débitos e créditos, essas letras desempenham absolutamente o papel do dinheiro, pois não se convertem em dinheiro (a não ser que haja algum saldo remanescente dessa compensação). Um exemplo de “circuito perfeito de reprodução mediante compensação” é apresentado por Marx:

Pode-se dar a liquidação sem interferência de dinheiro. A fiação de A, por exemplo, tem de pagar uma letra ao corretor de câmbio B, e este ao importador C. Se C também exporta fio, o que frequentemente acontece, poderá ele comprar fio a A mediante letra de câmbio, A cobrir o corretor B utilizando a própria letra deste, recebida por C em pagamento, e então haverá no máximo um saldo em dinheiro a pagar. (MARX, 2014b, p. 635).

A função de compensação adquire maior desenvolvimento com as Câmaras de Compensação, onde os banqueiros trocam entre si os cheques recebidos e as letras vencidas. Porém, para compreendê-las, dependemos do desenvolvimento do capital bancário e do crédito bancário, dos quais ainda não estamos tratando. No entanto, pode-se adiantar que, com as compensações, é necessário apenas um pequeno montante de dinheiro para efetuar as transações. A maior parte do montante é liquidada mediante compensação das dívidas.¹⁴⁰

Por estas questões, em que o crédito substitui o dinheiro em suas funções de meio de circulação e de meio de pagamento, que se pode afirmar que as letras são uma forma de dinheiro de crédito. O dinheiro de crédito nada mais é do que a forma do dinheiro que é criada privadamente, pelos agentes da produção e do comércio, mediante a circulação e a compensação de suas dívidas. É um instrumento que o sistema de crédito gera para si mesmo, superando, na circulação, a necessidade de existência metálica do dinheiro, na forma de ouro. Por isso que Marx afirma, quando trata da circulação simples, que o fundamento do dinheiro de crédito é a função do dinheiro como meio de pagamento (MARX, 2012, p. 154): as letras que correspondem às dívidas existentes são capazes de circular mediante endosso, substituindo aí o dinheiro metálico como meio de circulação, e quando são liquidadas mediante compensação, substituem o dinheiro metálico como meio de pagamento. Assim, letras são uma primeira forma do dinheiro de crédito, em que o crédito assume as funções do

¹⁴⁰ Para exemplificar o pequeno montante de dinheiro necessário para realizar a diferença nas operações de compensação, Marx (2014b, p. 532) cita Bosanquet, que afirma que “ultrapassa 3 milhões de libras esterlinas o montante médio dos pagamentos efetuados cada dia útil bancário por meio da Câmara de Compensação, e a reserva de dinheiro necessária a essa operação é pouco mais que 200.000 libras esterlinas”.

dinheiro.¹⁴¹ A forma mais desenvolvida de dinheiro de crédito tratada por Marx é a de notas bancárias (bilhetes de banco), que, no entanto, depende da análise do crédito bancário para sua compreensão. Pode-se afirmar que o dinheiro de crédito baseia-se “não na circulação monetária, de metal ou de papel emitido pelo Estado, mas na circulação das letras” (MARX, 2014b, p. 532).

Explicado o que são as letras, como circulam, e como poupam dinheiro metálico mediante compensação, trataremos agora especificamente dos impactos do crédito comercial na circulação capitalista de mercadorias. Ao postergar o pagamento das mercadorias, o crédito comercial abre a possibilidade de acelerar as metamorfoses das mercadorias e o processo de circulação como um todo. “Assim, o que o crédito possibilita aí é a metamorfose da mercadoria; não só M – D, mas também D – M e o processo real de produção” (MARX, 2014b, p. 637). Esses créditos se estendem dos fabricantes aos comerciantes, articulando a esfera da produção e da circulação mediante dívidas. É este o sentido da afirmação de Marx de que “cada um toma emprestado com uma das mãos e empresta com a outra” (MARX, 2014b, p. 547). A realização do valor das mercadorias passa a depender desse encadeamento, que, na medida em que se desenvolve e cresce a produção capitalista, faz com que se multipliquem esses adiantamentos recíprocos.¹⁴² Tanto o capitalista industrial quanto o comerciante vendem a crédito e compram a crédito:

O crédito torna a reversão à forma dinheiro independente do momento da reversão real tanto para o capitalista industrial quanto para o comerciante. Ambos vendem a crédito e, portanto, alienam a respectiva mercadoria antes de ela converter-se em dinheiro, antes de ter refluído na forma dinheiro. Por outro lado, compram a crédito e assim o valor de suas mercadorias se reconverte em capital produtivo ou em capital-mercadoria já antes de esse valor se ter transformado realmente em dinheiro, antes de chegar a data de pagar o preço das mercadorias e de este ser pago (MARX, 2014b, p. 597).

Nesse processo, o que ocorre é adiantamento de capital-mercadoria na forma de capital de empréstimo. Assim, o capital-mercadoria muda de mãos, o que possibilita a

¹⁴¹ Fullarton afirma que “é difícil assumir o crédito forma em que não exerça ocasionalmente função de dinheiro; seja essa forma um bilhete de banco, uma letra ou um cheque, o processo e o resultado são substancialmente os mesmos.” (MARX, 2014b, p. 537).

¹⁴² Os adiantamentos recíprocos proporcionados pelo crédito comercial formam uma grande cadeia de dívidas, que une todos os participantes da circulação. Para exemplificar isso, Marx (2014b, p. 534, grifos nosso) cita Bosanquet, que afirma que “o produtor da matéria-prima adianta-a ao fabricante que a transforma e dele recebe promessa de pagamento que se vence em data fixada. O fabricante, após executar o trabalho que lhe cabe, por sua vez e nas mesmas condições, adianta seu produto a outro fabricante que deve submetê-lo a nova transformação, e assim o crédito vai se estendendo de um para outro até chegar ao consumidor. O atacadista adianta mercadorias ao retalhista, depois de tê-las recebido do fabricante ou do comissário. Cada um toma emprestado com uma das mãos e empresta com a outra, às vezes dinheiro e com frequência bem maior produtos. Assim ocorre nas relações industriais troca infindável de adiantamentos que se combinam e se cruzam em todos os sentidos. O desenvolvimento do crédito consiste justamente em se multiplicarem e crescerem esses adiantamentos recíprocos, e aí está a verdadeira fonte de sua força”.

continuidade do processo de reprodução dissociada da sua reconversão em capital-dinheiro. É como se a circulação de mercadorias corresse sempre à frente dos respectivos pagamentos, que se realizam apenas mais tarde.

Os capitais emprestados são capitais-mercadorias, destinados ao consumo individual e final ou a repor os elementos constantes do capital produtivo. O que aparece aqui como capital emprestado é sempre capital que se encontra em fase determinada do processo de reprodução, mudando porém de mãos mediante compra e venda, enquanto o comprador só paga o equivalente mais tarde, ao prazo estipulado (MARX, 2014b, p. 637).

Assim, o crédito comercial possibilita a ocorrência de diferentes fases necessárias ao processo de produção sem que se tenha ocorrido o pagamento. Isso é possibilitado porque se adianta a mercadoria em troca de letra e, nesse sentido, ela assume a forma de capital de empréstimo. É capital emprestado em troca de promessa de pagamento. A diferença desse capital de empréstimo para o existente no crédito bancário, conforme veremos posteriormente, é de que, aqui, o capital de empréstimo não é capital desocupado, vadio, mas capital circulante no próprio processo de reprodução. Assim, “a mercadoria aí está sempre no ato de circulação; portanto, em fase do processo de reprodução” (MARX, 2014b, p. 638).

Por exemplo, o algodão mediante letra cambiária vai para o fabricante de fio, o fio contra letra para o fabricante de chita, a chita contra letra para o comerciante, deste contra letra para o exportador, e do exportador contra letra para comerciante na Índia; este a vende e em troca adquire anil etc. O crédito possibilita aí diferentes fases do processo de reprodução, sem que o fabricante de fio tenha pago o algodão, o de chita, o fio, e o comerciante, a chita etc. Nos primeiros atos do processo passa a mercadoria (algodão) pelas diferentes fases do processo de produção, e o crédito proporciona essa passagem. Mas logo que o algodão recebe na produção a última forma, esse mesmo capital-mercadoria transita pelas mãos de diversos comerciantes, que providenciam o transporte para mercados distantes, e o último deles vende finalmente a mercadoria ao consumidor e em troca compra outra mercadoria, que entra no consumo ou no processo de reprodução (MARX, 2014b, p. 637).

Nesse exemplo do algodão, exposto por Marx, pode-se ressaltar a importância do crédito comercial tanto nas diferentes etapas do processo de produção quanto para o processo de circulação e para a realização da venda. O crédito proporciona a aceleração, no processo de produção, do fornecimento de matérias-primas, matérias auxiliares e de meios de trabalho. Dessa maneira “O crédito aí permite, portanto, [...] quanto aos capitalistas industriais, que o capital industrial passe de uma fase para outra, que se conjuguem as esferas de produção que reciprocamente se pertencem e que interferem umas nas outras” (MARX, 2014b, p. 638).¹⁴³ Ao receber, na produção, forma acabada, passa a mercadoria para a esfera da circulação, mediada por comerciantes atacadistas, retalhistas e, quando se trata do comércio

¹⁴³ É necessário ressaltar que os fornecimentos de meios de produção não necessariamente ocorrem na forma de troca direta entre os produtores, podendo ocorrer também mediados por comerciantes. Nesse caso, o crédito conjuga mais ainda essas duas esferas.

internacional, de exportadores e importadores. Nesses casos, o crédito acelera a circulação na medida em que permite o transporte para mercados distantes e a realização da venda, sendo apenas depois disso necessário pagar a letra. Nesse caso, para os comerciantes, caso a venda se realize antes do vencimento dos títulos, essa revenda da mercadoria adquirida pelo produtor aparece, ela mesma, como a forma de comprar.¹⁴⁴

Com a venda final ao consumidor, podem as dívidas constituídas nesse processo de adiantamento ser saldadas mediante pagamento em dinheiro. Esse retorno do dinheiro ocorre no momento em que vencem as letras. Caso não exista a possibilidade de liquidar as letras através de compensação (o que, no crédito comercial, é o que ocorre normalmente, pois circuitos perfeitos de compensação de dívida são raros), é necessário realizar o pagamento em dinheiro. Assim, a emissão de letras tem necessariamente sua base no dinheiro (tanto ouro quanto bilhetes de banco), pois é através destes que se realiza o pagamento das letras no vencimento. No entanto, a quantidade de letras que circulam cresce para além dessa base, como afirma W. Leatham (MARX, 2014b, p. 532):

As letras são da circulação componente maior que o conjunto de todas as partes restantes. [...] Essa enorme superestrutura de letras apoia-se na base constituída pelo montante dos bilhetes de banco e do ouro; e se, no curso dos acontecimentos, essa base se estreita demais, perigam a solidez e mesmo a existência dessa superestrutura.

Assim, o crescimento exacerbado de endividamento em relação ao dinheiro existente pode ser uma das causas da dificuldade de pagar as letras, aumentando a probabilidade de inadimplência. De qualquer forma, o que se coloca aí para o crédito comercial é o fato de que a liquidação de débitos recíprocos depende de refluir o capital (M – D), movimento que é apenas protelado (MARX, 2014b, p. 635). Os pagamentos aqui dependem todos da fluidez da reprodução, ou seja, da frequência em que as vendas se realizam, transformando a mercadoria em dinheiro e possibilitando o pagamento das letras. O encadeamento das dívidas implica que a solvência de todos os agentes depende desses reflexos em dinheiro:

Se o fabricante de fios recebe letra do fabricante de chita, só poderá este pagar-lhe se a chita que pôs no mercado é vendida nesse entretempo. Se o especulador de trigo dá uma letra a seu agente, só lhe poderá pagar o dinheiro se, no tempo intermédio, o trigo for vendido ao preço esperado. Esses pagamentos dependem, portanto, da fluidez da reprodução, isto é, do processo de produção e de consumo. Uma vez que os créditos são recíprocos, a solvência de um depende da solvência de outro, pois quem emite letra de câmbio pode estar contando ou com o retorno do capital ao próprio negócio ou com o retorno dele ao negócio de terceiro, que nesse tempo intermédio tem de lhe pagar uma letra. (MARX, 2014b, p. 635).

¹⁴⁴ “Quando o dinheiro serve de meio de pagamento em vez de meio de compra, sabemos que se aliena a mercadoria, mas só mais tarde se realiza o valor dela. Se o pagamento só se efetiva depois da revenda, parece não decorrer esta da compra, mas realizar-se a compra por intermédio da revenda. Revender torna-se meio de comprar” (MARX, 2014b, p. 489-90).

Se a mercadoria não é capaz de realizar-se, ou seja, se o dinheiro não retorna, então as letras devem ser pagas com parte do capital de reserva: “eliminada a probabilidade desses retornos, o pagamento só pode efetuar-se por meio do capital de reserva de que disponha o devedor de letra, a fim de solver seus compromissos no caso de se retardarem os retornos” (MARX, 2014b, p. 635). Dessa forma, fica evidente que o crédito comercial, por si só, não é capaz de abolir a circulação do dinheiro e o pagamento das dívidas em dinheiro. Isso ocorre por diversos motivos. Em primeiro lugar, circuitos perfeitos de dívida e compensação são raros e excepcionais:

Um circuito tão perfeito de reprodução [...] só pode ocorrer excepcionalmente e tem sempre de ser interrompido em muitos pontos. [...] As transações não constituem automaticamente um circuito, de modo que os débitos se eliminassem dentro dele. O crédito, por exemplo, do fabricante de fio contra o de tecidos não se liquida pelo crédito do fornecedor de carvão contra o construtor de máquinas; o fabricante de fio em seu negócio nunca tem oportunidade de emitir um título de dívida contra o construtor de máquinas, pois o fio não constitui elemento que entre no processo de reprodução deste. Tais créditos têm, portanto, de ser pagos em dinheiro (MARX, 2014b, p. 636).

Assim, a inexistência de letras correspondentes para a realização da compensação faz com que as mesmas tenham que ser pagas necessariamente em dinheiro. Em segundo lugar, os prazos entre vencimento de letras a serem pagas e vencimento das letras a receber podem não fechar: “pode ocorrer que B, antes de vencer-se a letra que recebeu de C em vez de pagamento, tenha de pagar a D letra que já se venceu, e para isso precisa de numerário” (MARX, 2014b, p. 635). Com isso, é necessário que os agentes sempre tenham dinheiro na forma de tesouro para saldar letras cujo vencimento ocorre antes do recebimento de dinheiro decorrente do vencimento das letras que possui. Por fim, há despesas que precisam ser pagas em dinheiro, como, por exemplo, os salários e os impostos (MARX, 2014b, p. 635).

Dessa forma, pode-se dizer que o crédito comercial apresenta necessariamente alguns limites. O primeiro limite está associado aos retornos em dinheiro do capital-mercadoria adiantado como capital de empréstimo: “Os retornos podem atrasar-se, ou os preços das mercadorias podem cair no tempo intermédio, ou a mercadoria pode momentaneamente ficar invendável com a estagnação dos mercados” (MARX, 2014b, p. 636). Nesses casos, dificulta-se a metamorfose da mercadoria em dinheiro, comprometendo todo o encadeamento de letras a serem saldadas no vencimento. Caso não haja esse retorno em dinheiro, o crédito comercial se depara com seu segundo limite: a disponibilidade de capital de reserva por parte dos industriais e comerciantes para pagarem as letras (MARX, 2014b, p. 636). Torna-se necessário que, para pagar as dívidas, esses capitalistas abram mão de suas reservas em

dinheiro. Caso o pagamento das letras consuma todo o capital do devedor, então a consequência final desse encadeamento de dívidas mal sucedido é para ele a falência.

Impõe-se ainda como possibilidade a existência de letras meramente fraudulentas, associadas a negócios irrealizáveis ou mesmo inexistentes, e eventualmente emitidas apenas com o objetivo de rolagem de dívidas, recolhendo letras a vencer que não poderão ser pagas. Marx chama essa categoria de letras de “meros papagaios”, que são letras falsas e frias, no sentido que delas não deve retornar nenhum pagamento (MARX, 2014b, p. 532). Distinguem-se de boas letras, associadas aos retornos certos do comércio em período de prosperidade. Se o credor sabe que estas letras apresentam este “vício de origem”, evita recebê-las. No entanto, existe sempre a possibilidade de aceitá-las, assumindo que se trata de boas letras.

Buscamos, nesta seção, sistematizar os principais elementos do crédito comercial tratados por Marx. Conforme afirmamos, esta forma de crédito constitui a base do sistema de crédito que se desenvolve em economias capitalistas. O próximo passo para a compreensão desse sistema é tratar da formação do capital bancário e do crédito bancário.

5.2.2 Capital Bancário, Crédito Bancário e Bilhetes de Banco

Descreveremos a seguir a teorização de Marx acerca do capital bancário e do crédito bancário.

5.2.2.1 A Formação do Capital Bancário

O capital bancário é uma forma de capital que tem suas raízes no capital de comércio de dinheiro (MARX, 2014b, p. 534). Com o desenvolvimento do modo de produção capitalista, necessariamente a atividade do capital de comércio de dinheiro deve se ampliar. Com ela, ampliam-se também os fundos monetários, que são a parte do capital que necessariamente deve assumir a forma de capital-dinheiro durante o processo de reprodução. Com o desenvolvimento do capital bancário, está nas mãos dos banqueiros a guarda destes fundos monetários formados pela circulação capitalista, assumindo a forma de tesouro. Além disso, os banqueiros estão encarregados da realização das operações técnicas de receber dinheiro e pagar, efetuar pagamentos internacionais, etc.

No entanto, o capital bancário diferencia-se essencialmente do capital de comércio de dinheiro na medida em que os tesouros guardados nos bancos assumem a forma de capital de empréstimo, sendo função particular dos banqueiros a administração desse capital portador de

juros na forma de capital-dinheiro de empréstimo (MARX, 2014b, p. 534). Portanto, este é um desenvolvimento essencial para o sistema de crédito, que decorre do seguinte:

- a) como visto na circulação do capital, parte do capital aplicado necessariamente assume a forma de capital-dinheiro durante a sua circulação, pelo menos momentaneamente, tornando-se fundos monetários que cumprem funções específicas para o seu ciclo;
- b) o capital-dinheiro, a partir da forma de capital portador de juros, pode ser adiantado como capital de empréstimo, recebendo por isso juros, e todo capital-dinheiro disponível aparece como tendo a capacidade de receber juros como sua propriedade inerente;
- c) todo capital-dinheiro disponível agrega-se em tesouros geridos pelo capital bancário, e torna-se função do banqueiro administrar esta massa de capital-dinheiro de empréstimo.

Assim, como consequência do desenvolvimento do sistema de crédito, todo o capital-dinheiro disponível torna-se acessível mediante bancos, ficando constituído dessa forma um mercado de dinheiro organizado. O capital agora existe em forma acessível e indiferenciada de dinheiro como capital de empréstimo. Esse capital não se distingue em relação aos diferentes ramos de produção do qual é proveniente. Apresenta-se agora como uma massa concentrada que se coloca à disposição de toda classe de capitalistas, representando todo o capital social.¹⁴⁵

Acresce que, com o desenvolvimento da indústria moderna, o capital-dinheiro, ao aparecer no mercado, é cada vez menos representado pelo capitalista isolado, pelo dono desta ou daquela fração do capital existente no mercado, e cada vez mais constitui massa concentrada, organizada, que, distinguindo-se totalmente da produção real, encontra-se sob controle dos banqueiros que representam o capital social. (MARX, 2014b, p.486)

Ao concentrar essa massa de capital-dinheiro disponível, o banqueiro realiza a função de agregar todo o capital monetário, por menor que seja o montante, e formar um bloco de poder monetário capaz de mobilizar capital em grande escala (MARX, 2014b, p. 535). Assim, ressalta-se a capacidade dos bancos de aglomerar inclusive pequenas quantias, transformando-as em montante de capital de empréstimo significativo. Essa função de agregar quantias se diferencia da simples mediação realizada pelo banqueiro, em que ele representa todos os

¹⁴⁵ “O capitalista ativo contrapõe-se ao mero proprietário do capital, o capitalista monetário, e com o desenvolvimento do crédito o próprio capital-dinheiro assume caráter social, concentra-se em bancos que o emprestam, substituindo os proprietários imediatos dele” (MARX, 2014b, p. 513).

capitalistas prestamistas de dinheiro e, ao mesmo tempo, concentra todos os prestatários, os capitalistas industriais e comerciais, perante esse capital disponível para empréstimo.

De modo geral, o negócio bancário, sob esse aspecto, consiste em concentrar grandes massas de capital-dinheiro emprestável, e assim, em vez do prestamista isolado, os banqueiros, representando todos os prestamistas, se confrontam com os capitalistas industriais e comerciais. Tornam-se os administradores gerais do capital-dinheiro. Além disso, concentram todos os prestatários perante todos os prestamistas, ao tomarem emprestado para todo o mundo comercial. Um banco representa, de um lado, a centralização do capital-dinheiro, dos emprestadores, e, do outro, a dos prestatários (MARX, 2014b, p. 535).

Assim, o negócio do banqueiro torna-se justamente realizar esta intermediação entre os capitalistas prestamistas de dinheiro e os capitalistas prestatários, e o faz mediante as diversas formas de crédito bancário, baseadas essencialmente nessa grande massa de capital-dinheiro de empréstimo. Assim, “tomar dinheiro emprestado e emprestá-lo torna-se negócio especial deles. São os intermediários entre o verdadeiro emprestador e o prestatário de capital-dinheiro” (MARX, 201b, p. 534).

É necessário explicar, portanto, como flui esse capital-dinheiro de empréstimo para os bancos. Para que façam parte dessa massa de capital disponível, assumem a forma de depósitos, que são “a designação particular que se dá aos empréstimos feitos pelo público aos banqueiros” (MARX, 2014b, p. 625). “Os depósitos são sempre feitos em dinheiro, em ouro ou bilhetes, ou em cheques.” (MARX, 2014b, p. 622). Assim, há diversas fontes das quais podem provir capital-dinheiro que tomam a forma de depósitos nos bancos:

- a) os capitalistas industriais e comerciais depositam os seus caixas, ou seja, os fundos de reserva mantidos para a realização de pagamentos periódicos relacionados à circulação do seu capital, tratando-se, portanto, do “capital-dinheiro que todo produtor ou comerciante detém como fundo de reserva ou recebe em pagamento” (MARX, 2014b, p. 535);
- b) as rendas que são consumidas gradualmente, sejam provenientes do lucro ou do salário dos trabalhadores, ou seja, os fundos de consumo;
- c) depósitos dos capitalistas prestatários de dinheiro, que transferem aos banqueiros a tarefa de emprestá-los a juros; e
- d) “as poupanças de dinheiro e o dinheiro momentaneamente vadio de todas as classes”, sob as quais incide juros (MARX, 2014b, p. 535).¹⁴⁶

¹⁴⁶ Neste último caso, Marx ressalta a função do banqueiro de agregar pequenas quantias, principalmente através do dinheiro depositado pela classe trabalhadora (MARX, 2014b, p. 535).

Dessa maneira, parte dos depósitos assume forma de depósito gratuito por parte do público, podendo ser resgatados a qualquer momento mediante solicitação de saque, enquanto outra parte assume a forma de capital portador de juros, como depósito que rende juro por determinado período. Com isso, “nos países de crédito desenvolvido podemos admitir que todo capital-dinheiro disponível para empréstimo existe na forma de depósitos nos bancos e nas mãos dos prestamistas” (MARX, 2014b, p. 661). Assim, é através desses depósitos que se forma uma grande massa de capital-dinheiro emprestável administrada pelos banqueiros. Os depósitos passam a figurar em contas dos respectivos depositantes como montantes aos quais os mesmos tem direito, como parte alíquota da massa de capital-dinheiro gerida pelo banqueiro. Os depósitos, portanto, configuram-se como direito a dinheiro (MARX, 2014b, p. 674). Os depositantes podem sacar dos respectivos depósitos, adquirindo assim dinheiro de imediato e realizando este direito, ou então podem emitir cheques como meio de pagamento, que permitem ao seu proprietário realizar saque em dinheiro da conta pertencente ao emissor desse cheque.

A existência dessas contas correntes com o saldo dos depositantes faz com que a atividade bancária seja capaz de economizar meios de pagamento mediante o movimento puramente contábil entre as contas (MARX, 2014b, p. 622). Caso estas contas estejam em um mesmo banco, o pagamento de um depositante a outro pode ser realizado simplesmente por transferência de saldos de uma conta a outra, reduzindo-se os direitos existentes sobre a massa de capital-dinheiro do banco em uma, e ampliando-se esses direitos na outra. Assim, economiza-se dinheiro, que, como veremos, é liberado para ser utilizado como capital de empréstimo bancário.

Transferindo saldos, os bancos de depósito economizam o emprego dos instrumentos monetários, e com soma reduzida de dinheiro efetivo consomem negócios de elevado montante. O dinheiro assim liberado emprega-o o banqueiro em adiantamentos aos clientes por meio de descontos etc. Assim, a transferência dos saldos aumenta a eficácia do sistema de depósitos (MARX, 2014b, p. 538).

Caso as contas com os depósitos estejam em bancos diferentes, essa compensação também pode ocorrer, porém mediante troca de cheques que ocorrem nas câmaras de compensação, em que os banqueiros trocam suas respectivas dívidas, realizando pagamento apenas das diferenças remanescentes.¹⁴⁷ Segundo James Gilbert, teórico da *Banking School*, o

¹⁴⁷ “[Os depósitos] movimentam-se apenas contabilmente, quando os saldos dos depositantes se compensam de maneira recíproca com os cheques sobre os respectivos depósitos e se fazem os correspondentes lançamentos nas contas. Então tanto faz que os depósitos estejam no mesmo banco, cabendo a este efetuar a compensação entre as diversas contas, ou que estejam em diversos bancos, que entre si trocam cheques, só tendo de pagar as diferenças remanescentes” (MARX, 2014b, p. 622).

sistema de depósitos generalizado seria capaz, inclusive, de suprimir a utilização do dinheiro metálico como meio de circulação:

O sistema de depósitos poder-se-ia ampliar a ponto de suprimir a utilização do dinheiro metálico. Se todo mundo mantivesse uma conta de depósito no banco e fizesse os pagamentos por meio de cheques, estes constituiriam o meio circulante todo. Nesse caso, seria mister supor que os bancos teriam o dinheiro em seu poder, pois do contrário os cheques não teriam valor (MARX, 2014b, p. 538).

5.2.2.2 O Crédito Bancário

Explicado como se forma, por meio de depósitos, essa massa de capital-dinheiro que é gerida pelos banqueiros, é necessário agora tratar da forma como os banqueiros possibilitam a valorização do seu capital bancário: o crédito bancário. Trataremos aqui de duas formas principais desse crédito: a primeira é o desconto de letras, que caracteriza a articulação entre o crédito comercial e o bancário, e a segunda são as diversas formas de adiantamento de dinheiro, empréstimo diretos de dinheiro, seja em ouro ou em bilhetes de banco (notas bancárias).

Uma questão importante a respeito da caracterização geral das letras é o fato de que, por representarem um pagamento na sua data de vencimento, são títulos que dão direito a rendimentos futuros. Dessa forma, podem ser transacionado como qualquer outro título e, capitalizando-se este rendimento futuro de acordo com a taxa de juro vigente, chega-se ao seu valor-capital fictício, que é, ao mesmo tempo, o seu preço de mercado. Assim, essas letras também representam capital fictício e podem ser transacionadas. São capital-dinheiro potencial.

A operação de compra e venda de letras é chamada de operação de desconto, em que se cobra uma taxa sobre o montante a ser pago no vencimento de acordo com o prazo entre o vencimento da letra e a data da compra, o que é equivalente a adquirir a letra ao seu preço de mercado. O ato do banqueiro de comprar essas letras é uma forma de valorizar o seu capital bancário, pois, na data de vencimento, recebe mais dinheiro do que gastou na compra. Assim, as letras passam a ser, para ele, forma do capital portador de juros.

Para o prestador de dinheiro, essas letras são papéis que rendem juros: ao comprá-las, desconta o juro pelo tempo que falta para o vencimento. É o que se chama descontar. Depende da taxa de juro vigente o montante a descontar da soma que a letra representa (MARX, 2014b, p. 621).

Dessa forma, o banco converte a letra em dinheiro antes do vencimento, aplicando uma taxa de desconto. Por endosso, o banco se torna proprietário da letra descontada,

enquanto o antigo proprietário troca a letra por numerário, normalmente na forma de bilhetes de banco (MARX, 2014b, p. 535). Por isso, pode-se dizer que “emitir letra é transformar mercadoria numa forma de dinheiro de crédito, do mesmo modo que descontar letra é converter esse dinheiro de crédito em outro, o bilhete de banco” (MARX, 2014b, p. 535).

Os capitalistas industriais e comerciais buscam os bancos para realizar operações de desconto de letras porque seu objetivo é adquirir dinheiro efetivo, de forma que se possa dar continuidade ao negócio e realizar pagamentos referentes aos compromissos que se vencem (MARX, 2014b, p. 566). Normalmente, portanto, o desconto é realizado para manter o curso normal do processo de reprodução. O que realizam com esta operação é apenas passar de uma forma para outra o capital-dinheiro que já lhes pertence: antes, este capital dinheiro existia na forma de letra de câmbio, enquanto agora existe na forma de dinheiro, de bilhetes de banco. (MARX, 2014b, p. 566).

O desconto de letra, portanto, é a forma como o crédito comercial e o crédito bancário se entrelaçam, formando um encadeamento de dívidas e descontos capaz de acelerar o processo de reprodução. Se antes, apenas com o crédito proveniente do próprio comércio com a emissão de letras, o processo de reprodução já se encontrava acelerado, estando sempre à frente da realização da venda das mercadorias e da reversão das mesmas em dinheiro, agora, com o desconto das letras adquiridas, essa tendência se exacerba ainda mais. Os capitalistas industriais e comerciais, ao descontarem letra, recebem adiantado do banco, na forma de dinheiro, o valor que receberiam apenas após certo prazo. O dinheiro assim obtido pode ser usado como meio de compra, repondo o capital no seu processo de valorização, ou então como meio de pagamento, para saldar outras dívidas a vencer.

Uma segunda forma de crédito bancário é a de empréstimo do capital-dinheiro disponível, do seu adiantamento como capital portador de juros. Com a existência da possibilidade de realizar transferências meramente contábeis entre as contas dos depositantes e de compensar cheques entre bancos através da câmara de compensação, libera-se grande parte da massa de capital-dinheiro entesourado no banco, que pode ser adiantada, rendendo juros para o banqueiro e valorizando seu capital bancário. Empréstima-se certa quantidade de dinheiro por determinado prazo, que retorna depois como dinheiro acrescido de juros.

Os empréstimos de capital-dinheiro podem ocorrer de diversas formas, conforme afirma Marx (2014b, p. 535):

- a) como empréstimos a descoberto, sem nenhuma garantia em títulos, ou seja, meramente como base no crédito pessoal;

- b) empréstimos garantidos, em que o adiantamento do capital-bancário é feito com base em caução ou penhor de papéis rentáveis, títulos públicos, ações, conhecimentos de embarque e outras formas de certificado de propriedade sobre mercadorias;
- c) emissão de letras e cheques contra outros bancos;
- d) abertura de conta contábil, dando direito a saques e cheques ao correntista;¹⁴⁸
- e) emissão de bilhetes de banco por parte de bancos emissores.

Em relação a essas diferentes formas de adiantamento de capital-dinheiro, surge a questão acerca de quais delas representam adiantamento de capital propriamente dito, e quais delas representam meros adiantamentos de dinheiro. Uma resposta a isso é dada por Engels, que, como editor dos manuscritos de Marx, faz duas inserções no sentido de esclarecer este tópico (MARX, 2014b, p. 570-1, p. 605-606). A questão, para ser respondida, deve ser analisada do ponto de vista do cliente do banco, que solicita o empréstimo.

No caso de empréstimos sem garantias em títulos, baseados meramente no crédito pessoal, esse adiantamento constitui demanda por capital adicional (MARX, 2014b, p. 570). Esse dinheiro pode ser empregado como capital e valorizar-se até a sua devolução ao banco (MARX, 2014b, p. 605). O cliente recebe aí “adiantamento com magnitude de valor determinada, que acresce o capital que aplica. Recebe-o em forma de dinheiro; portanto, não só dinheiro, mas também *capital-dinheiro*.” (MARX, 2014b, p. 570).

Essa questão difere quando se trata de empréstimos com prestação de garantias, baseados em caução ou penhor. Essas garantias dadas já constituem capital, e normalmente em magnitude de valor superior ao adiantado. Dessa forma, não há adiantamento de capital, porque o cliente do banco já é possuidor de capital, porém não na forma de dinheiro (ouro ou bilhetes de banco). Aqui, “o cliente recebe valor-capital menor que o dado por ele em penhor; não há para ele aquisição alguma de capital adicional” (MARX, 2014b, p. 570). O que o cliente do banco demanda, portanto, é a *forma dinheiro do capital*, é *capital-dinheiro* (MARX, 2014b, p. 570). Sobre esta forma de adiantamento, Engels afirma o seguinte:

¹⁴⁸ O correntista torna-se “depositante imaginário do banco” e seus cheques podem ser compensados através da Câmara de Compensação: “em vez de emitir bilhetes, o Banco pode abrir crédito contábil a A, o devedor, transformando-o em depositante imaginário do banco. Com cheques contra o banco, A paga aos credores, e estes entregam-nos ao respectivo banqueiro que os troca na Câmara de Compensação por cheques contra ele emitidos. Não existe aí interferência alguma de bilhetes, e toda a transação se limita a isso: um crédito exigível pelo Banco se salda com um cheque emitido contra ele mesmo, e sua verdadeira compensação consiste no crédito que possui contra A” (MARX, 2014b, p. 607-8).

Entregou A ao Banco títulos, apólices da dívida pública ou ações, em garantia de adiantamento em dinheiro representando, digamos, 2/3 do valor deles. Nesse caso recebeu meios de pagamento de que precisava, mas nenhum capital adicional, pois entregou ao Banco valor-capital maior que dele recebeu. Mas esse valor-capital maior era inútil para as necessidades momentâneas de meios de pagamento, aplicado que estava em determinada forma, rendendo juros; [...] O que houve, portanto, entre A e o Banco foi transferência temporária, recíproca de capital, não tendo A recebido capital adicional algum (ao contrário!), e sim os meios de pagamento de que necessitava. Para o Banco, houve imobilização temporária de capital-dinheiro na forma de empréstimo, conversão de capital-dinheiro que passa de uma forma para outra, e essa transformação é justamente a função essencial do setor bancário. (MARX, 2014b, p. 605-606).

Já no caso de operações de desconto de letras, não se trata de empréstimos de capital-dinheiro, conforme já colocado. Embora o cliente obtenha dinheiro com o desconto, trata-se de mera compra e venda, e não de adiantamento de capital de empréstimo (MARX, 2014b, p. 570). Não há aqui, por exemplo, a necessidade de devolver o dinheiro: a letra, por endosso, torna-se propriedade do banco, e o dinheiro, propriedade do cliente. O que ocorre é mera mudança de forma do capital-dinheiro: “Nesse caso [o cliente] vendeu ao banco capital-dinheiro em forma não líquida, recebendo em troca importância equivalente em forma líquida; permutou a letra a vencer-se por numerário” (MARX, 2014b, p. 606). O que o cliente necessita quando desconta letras são meios de compra e meios de pagamento, e os obtém não tomando emprestado da massa de capital-dinheiro disponível do banqueiro, mas vendendo a sua letra por seu preço de mercado e, com isso, obtendo o dinheiro.

Não existe aí adiantamento algum, e sim compra e venda com as características habituais. Por isso, A não tem de reembolsar o Banco, que se ressarcе cobrando a letra no vencimento. Houve também aí transferência recíproca de capital entre A e o Banco, tal como sucede na compra e venda de qualquer outra mercadoria, e justamente por isso A não recebeu capital adicional algum. O que precisava e obteve foram meios de pagamento, e recebeu-os porque uma forma de seu capital-dinheiro – a letra – foi transformada pelo Banco em outra – o dinheiro. (MARX, 2014b, p. 606).

Portanto, esta diferença qualitativa entre a operação de desconto de letras e a de adiantamento de capital demonstra que “só existe adiantamento quando a transferência de capital não é recíproca, mas unilateral e por prazo determinado” (MARX, 2014b, p. 571). Por essas transferências unilaterais, recebe o banqueiro juro e, com ele, valoriza o seu capital bancário.

Agora que conhecemos a fonte da massa de capital-dinheiro disponível que o banqueiro é responsável por administrar e as operações de capital bancário por ele realizadas com esse capital-dinheiro, temos condições de compreender o lucro do capital bancário: “em geral, seu lucro consiste em tomar emprestado a juro mais baixo que aquele a que empresta” (MARX, 2014b, p. 535). Este ganho do banqueiro é o que se chama de *spread bancário*.

Assim, caso os depósitos não possibilitem ao depositante receber juros, ou seja, sejam capital de empréstimo cedido gratuitamente ao banqueiro, o lucro do banqueiro consiste na totalidade dos juros que obtém ao aplicar o capital como capital portador de juros. Se os depósitos são provenientes de capitalistas prestamistas de dinheiro, já sendo adiantados ao banqueiro como capital portador de juros pelo depositante, o lucro do banqueiro consiste na diferença entre o juro que obtém com a aplicação do capital e o que tem que pagar para o depositante. Na prática, os depósitos dividem-se entre esses dois tipos, sendo parte cedida gratuitamente e parte adiantada como capital portador de juros.

Uma consequência do crédito bancário apontada por Marx é o fato de que, para que os bancos tenham capacidade de centralizar os movimentos monetários, desenvolvem-se filiais, representantes e agentes do banco, que têm como objetivo abranger a atividade do banco em diversas regiões, principalmente com representação nos grandes centros financeiros, como em Londres (MARX, 2014b, p. 539).

Além disso, desenvolvem-se firmas que operam como corretoras de letras (*bill-brokers*). Sua atividade consiste em descontar letras do público e, a partir dessas letras, operar juntamente aos bancos, com o objetivo principal de obter ganhos monetários com a diferença das taxas de juros existentes entre diversas regiões. Assim, as corretoras de letras podem utilizar as letras que descontaram para obter empréstimos caucionados em bancos, com o objetivo de adiantar como capital portador de juros esse dinheiro,¹⁴⁹ ganhando com a diferença, ou então podem utilizá-las para operações de redesconto das mesmas letras nos bancos, dependendo das taxas de desconto vigentes.¹⁵⁰ Desta forma, essas firmas são como “meio-banqueiros”, pois operam administrando o capital-dinheiro existente nos bancos, mas elas mesmas não são bancos depositários. Essa atividade de ganhar entre as diferentes taxas de juro vigentes, aplicando o capital-dinheiro disponível de um banco em regiões com maior procura por capital-dinheiro, chama-se normalmente de “arbitragem” e é o negócio básico dessas firmas:

Em consequência dessas diferenças de situação nas diferentes circunscrições surgiu e se desenvolveu impetuosamente nos últimos anos novo gênero de firmas operando

¹⁴⁹ “Grande parte dos depósitos para os quais os próprios banqueiros não acham procura imediata vai para a mão dos *bill-brokers* (literalmente, corretores ou agentes de câmbio, na prática, meio-banqueiros), que em caução entregam ao banqueiro pelo adiantamento que recebem letras comerciais que descontaram para pessoas de Londres e das províncias.” (MARX, 2014b, p. 627).

¹⁵⁰ “Grande parte desses depósitos para a qual os banqueiros não têm procura imediata vai para as mãos dos *bill-brokers*, que em troca dão aos banqueiros letras comerciais que já descontaram para firmas de Londres e das províncias [...] O banqueiro, ao fazer adiantamentos ao *bill-broker* sobre as letras que este já descontou, de fato redesconta-a outra vez; na realidade, porém, muitas dessas letras já forma redescontadas pelo *bill-broker* e, com o mesmo dinheiro com que o banqueiro redesconta as letras do *bill-broker*, este desconta novas letras.” (MARX, 2014b, p. 658).

na repartição do capital; chamadas geralmente de *bill-brokers*, são, na realidade, banqueiros na mais ampla das escalas. O negócio dessas firmas é tomarem a si, de acordo com períodos e juros estipulados, o capital excedente dos bancos das circunscrições onde não pode ser empregado, e também os recursos provisoriamente ociosos de sociedades anônimas e de grandes casas comerciais, tendo em mira adiantar esse dinheiro a juro mais alto aos bancos das circunscrições onde há mais procura de capital; é o que em regra fazem redescontando as letras de seus clientes. (MARX, 2014b, p. 659).

5.2.2.3 Depósitos, Empréstimos e o Fundo de Reserva

Agora que tratamos tanto da forma como os banqueiros recebem o capital-dinheiro disponível do público, na forma de depósitos, como também das formas de aplicação do capital-dinheiro de empréstimo, através do crédito bancário, podemos compreender as peculiaridades que envolvem a atividade bancária e o que ocorre com o fundo de reserva dos bancos nesse processo.

Com o fato de que o dinheiro existente no banco é constantemente emprestado e depositado, Marx demonstra como uma mesma peça de dinheiro pode constituir por diversas vezes depósito nos bancos, assim como também pode ser adiantada diversas vezes como capital de empréstimo. Para demonstrar como isso ocorre, cita o exemplo dado por Adam Smith acerca dos diferentes empréstimos que podem ser feitos por meio de uma mesma peça de dinheiro:

Por exemplo, A empresta a W 1.000 libras esterlinas, e logo W compra essa quantia em mercadorias a B. Não tendo B emprego para o dinheiro, empresta as mesmas peças de dinheiro a X, que imediatamente compra de C 1000 libras esterlinas de mercadorias. Da mesma maneira e pelo mesmo motivo, C empresta o dinheiro a Y, que, por sua vez, o utiliza para comprar mercadorias a B. Assim, as mesmas peças de ouro ou os mesmos bilhetes de banco podem em poucos dias permitir três diferentes empréstimos e três diferentes compras, cada operação valendo o montante dessas peças. O que os três prestamistas A, B e C concederam aos três prestatários W, X e Y foi o poder de fazer essas compras. Nesse poder estão o valor e a utilidade do empréstimo. (MARX, 2014b, p. 624).

Dessa maneira, as mesmas peças de dinheiro podem servir sucessivamente tanto para muitas compras como para muitos empréstimos diferentes (MARX, 2014b, p. 623). Na forma de dinheiro, se “transfere para outra mão os capitais que não têm emprego para o próprio dono. Esses capitais podem ultrapassar de maneira quase ilimitada a soma de dinheiro que serve de instrumento de transferência“ (MARX, 2014b, p. 623).¹⁵¹ No entanto, no exemplo

¹⁵¹ “A mesma peça de dinheiro, podendo efetuar diferentes compras de acordo com a velocidade de circulação, pode também possibilitar diferentes empréstimos, pois as compras fazem-na mudar de mãos, e o empréstimo é apenas transferência de uma mão para outra, em mediação de compra. [...] Nos empréstimos não é como meio de circulação que o dinheiro muda de mãos. Enquanto permanece nas mãos do prestamista não é meio

dado por Smith, o empréstimo não é mediado pela atividade bancária, ocorrendo diretamente entre prestamistas e prestatários. Para compreender como isso ocorre através do crédito bancário, é necessário considerar como uma mesma peça de dinheiro pode constituir diversos depósitos.

Sem dúvida, as 1.000 libras esterlinas que alguém hoje deposita em favor de A são desembolsadas amanhã e constituem depósito em favor de B. No dia seguinte, B utiliza-as para pagar, podendo elas constituir depósito em favor de C, e assim por diante, indefinidamente. As mesmas 1.000 libras esterlinas em dinheiro podem multiplicar-se por tantas transferências que é absolutamente indeterminável a soma de depósitos que delas pode resultar. É por isso possível que 9/10 de todos os depósitos do Reino Unido não tenham outra existência além da registrada no lançamento do livro dos banqueiros, que, por sua vez, contabilizam o ativo e o passivo das contas. (MARX, 2014b, p. 625).

Há algumas decorrências do fato de que uma mesma peça de dinheiro pode sucessivamente se transformar em depósitos e em empréstimos. A primeira é de que a velocidade de circulação do dinheiro deixa de depender apenas do número de compras realizadas por determinada quantidade de dinheiro em determinado período, mas passa a depender também do estado do crédito. Isso significa que a velocidade com que uma mesma peça de dinheiro volta a ser tornar depósito e é novamente adiantada como capital de empréstimo é relevante para a velocidade com que o dinheiro circula (MARX, 2014b, p. 689).

Uma segunda decorrência está relacionada ao montante de dinheiro que fica armazenado no fundo de reserva do banco. Com o crédito bancário, os depósitos que compunham o fundo de reserva do banco não estão mais exclusivamente neste fundo, embora constem contabilmente na conta bancária dos prestatários (MARX, 2014b, p. 622). O capital-dinheiro se encontra efetivamente nas mãos dos industriais ou dos comerciantes, em virtude dos descontos de letras e dos adiantamentos ou então nas mãos dos corretores de bolsa (*bill-brokers*) ou dos particulares que venderam seus títulos ao banco (MARX, 2014b, p. 622). Assim, esses depósitos “são emprestados como capital portador de juros, e, em vez de ficar nos caixas dos bancos, figuram apenas nos livros de contabilidade como saldo dos depositantes.” (MARX, 2014b, p. 622). O que ocorre é que o capital-dinheiro a que se refere o depósito passa a ter uma “dupla existência”: existe nas mãos dos clientes do banco, que receberam dinheiro (ouro ou bilhetes) ao descontarem letras e receberem adiantamentos, mas existe também como cifra contábil em conta no banco depositário. No entanto, os depósitos que não correspondem a capital-dinheiro no fundo de reserva apresentam existência puramente contábil.

de circulação, e sim modo de existência do valor do capital. E é nessa forma que o emprestador o transfere, cedendo-o a terceiro.” (MARX, 2014b, p. 624).

Com o desenvolvimento do capital portador de juros e do sistema de crédito, todo capital parece duplicar-se e às vezes triplicar-se em virtude das diferentes formas em que o mesmo capital ou o mesmo título de crédito se apresenta em diferentes mãos. A maior parte deste “capital-dinheiro” é puramente fictícia. Excetuado o fundo de reserva, todos os depósitos, embora sejam créditos contra o banqueiro, não têm existência efetiva (MARX, 2014b, p. 622-3).

Com isso, o capital-dinheiro representado pelo dinheiro real existe em quantidade superior a este último, uma vez que também fazem parte deste capital-dinheiro os depósitos. Isso ocorre porque, uma vez que o dinheiro é depositado no banco, deixa de ser dinheiro real e passa a ser direito sobre dinheiro, um título de propriedade (MARX, 2014b, p. 674).¹⁵² Assim, essa duplicação proporcionada pelo sistema de crédito consiste na aparência de que dinheiro é tanto dinheiro real, que permanece entesourado sob posse do banqueiro ou então é emprestado a terceiro como capital de empréstimo, como também o próprio depósito, uma vez que consiste em direito de exigir pagamento do banco (MARX, 2014b, p. 674).

A confusão decorre em parte do seguinte: Tendo A depositado as 5.000 libras esterlinas, pode sacar contra elas, dispor delas, como se as tivesse consigo. Até aí são para ele dinheiro potencial. Mas destrói seu depósito em quantia correspondente aos saques que faz. Se retira dinheiro real, quando o dinheiro que depositou já foi emprestado, não volta este mais a seu bolso, e sim dinheiro depositado por outrem (MARX, 2014b, p. 674).

Esses depósitos sem fundo de reserva, que existem meramente como direito a dinheiro, ainda assim podem exercer as funções do dinheiro completamente quando há compensação de créditos através da câmara de compensação. Dessa forma, o dinheiro do depósito serve de dinheiro duas vezes: uma como dinheiro real que foi emprestado a terceiro, e outra mediante a compensação de créditos na conta bancária. É este aspecto da técnica bancária o responsável por poupar dinheiro como meio de circulação.

Se com um cheque contra seu banqueiro [A] paga dívida a B, que deposita o cheque no seu banco, e se o banqueiro de A tem também um cheque contra o banqueiro de B, bastando que ambos os banqueiros os troquem para liquidá-los, o dinheiro depositado por A efetua duas vezes a função de dinheiro; primeiro, nas mãos de quem recebeu o dinheiro [real] depositado por A [de quem o recebeu por empréstimo do banco]; segundo, nas mãos do próprio A. Na segunda função, os créditos se liquidam (o crédito de A contra seu banqueiro, e o deste contra o banqueiro de B) sem interferência do dinheiro. O depósito serve aí de dinheiro duas vezes, isto é, como dinheiro real e depois como direito de exigir dinheiro. Meros direitos de exigir dinheiro só podem fazer as vezes de dinheiro mediante compensação de créditos. (MARX, 2014b, p. 674).

¹⁵² “À primeira vista, o capital de empréstimo existe sempre na forma de dinheiro, depois como direito a dinheiro, enquanto o dinheiro, o modo original da sua existência, passa a existir nas mãos do prestatário na forma de dinheiro real. Para o emprestador converteu-se em direito a dinheiro, em título de propriedade. Por isso, a mesma quantidade de dinheiro real pode representar quantidades bem diversas de capital-dinheiro. Mero dinheiro, representando capital realizado ou renda realizada, torna-se capital de empréstimo mediante o simples ato de emprestar, mediante conversão em depósito, se consideramos a forma geral em sistema desenvolvido de crédito. Mas nas mãos do banqueiro pode ser apenas capital-dinheiro potencial, parado em sua caixa, em vez de ficar no bolso do proprietário” (MARX, 2014b, p. 674).

No entanto, quando ocorre o saque desses depósitos, o dinheiro recebido pelo depositante já não é a mesma peça de dinheiro que depositou, mas o dinheiro correspondente ao depósito de outro. Isso tem uma implicação prática importante para o processo de reprodução: o capital-dinheiro proveniente da circulação do capital, ou seja, a parte do capital que necessariamente deve permanecer na forma de capital-dinheiro durante esta circulação, passa a ser capital-dinheiro de empréstimo antes de ser capital-dinheiro adiantado novamente no processo de reprodução. Isso significa que, antes de voltar a assumir forma de capital produtivo ou de capital-mercadoria, é depositado no banco, virando capital de empréstimo à disposição do banqueiro. Assim, enquanto o capitalista industrial torna-se depositário, tendo direito sobre dinheiro, o banqueiro é capaz de emprestar esse capital-dinheiro a outro, na forma de capital portador de juros. Quando o capitalista industrial, por sua vez, deseja sacar o depósito, com o objetivo de adiantá-lo novamente no processo de reprodução, o capital-dinheiro que recebe não é o mesmo capital-dinheiro que depositou, mas o de outro depositante. Com isso, o banqueiro torna-se o mediador do capital existente, tendo o poder de dispor sobre esse capital.

Na realidade, no sistema de crédito comercial, um empresta ao outro o dinheiro de que precisa no processo de reprodução. Mas a coisa agora assume outra forma: o banqueiro, nas suas relações com os capitalistas produtivos, recebe o dinheiro emprestado de uns e empresta-o a outros, como se desempenhasse a função de uma fada benfazeja; ao mesmo tempo, o poder de dispor sobre esse capital cai por completo nas mãos dos banqueiros, os mediadores (MARX, 2014b, p. 670).

Até agora, podemos perceber como, através da técnica bancária, o capital bancário e o crédito bancário são capazes de reduzir os custos de circulação relacionados ao dinheiro. O crédito permite que o dinheiro seja suprimido de grande parte das transações, através do sistema de compensações, e permite acelerar o movimento dos meios de circulação, mediante depósitos e empréstimos (MARX, 2014b, p. 581-2). Essa aceleração, portanto, é uma aceleração de ordem técnica, uma vez que corresponde à utilização da técnica bancária para poupar meios de circulação. Com ela, para dada quantidade e montante de transações realizadas, menor é a quantidade de dinheiro ou de símbolos de dinheiro para elas necessária. Com isso, diminui também a parte do capital social que necessariamente deve permanecer na forma de dinheiro efetivo, podendo constar apenas como saldo em conta bancária, enquanto este dinheiro é emprestado e volta para a o processo de reprodução, como capital adiantado por outro capitalista.

Assim, este último aspecto nos leva à questão do tamanho dos fundos de reserva em dinheiro efetivo mantidos pelos bancos. Como essa massa de capital-dinheiro é em grande

parte emprestada, “limita-se a um mínimo necessário o fundo de reserva do mundo comercial, concentrado num fundo comum” (MARX, 2014b, p. 535). Isso ocorre, pois parte dessas reservas em capital-dinheiro que ficaria inativa, repousando até voltar à circulação, é adiantada pelo banqueiro como capital portador de juros.

Com o desenvolvimento do sistema de crédito, Marx afirma que os fundos de reserva dos bancos, pelo menos na parte que não lhes é necessária para a operação habitual de entradas e saídas de depósitos, passam a constituir o fundo de reserva do Banco da Inglaterra, que é o Banco Central do sistema de crédito na economia inglesa. Assim, os bancos, através de depósitos, mantêm contas de reserva no Banco Central, mantendo nele ouro e bilhetes de banco. Dessa forma, “as reservas dos bancos particulares estão em poder do Banco da Inglaterra na forma de depósitos” (MARX, 2014b, p. 626).

Se, antes, as diferentes funções cumpridas pelos fundos monetários decorrentes da circulação do capital, como fundo de meios de compra e de meios de pagamento, fundo de acumulação, fundo de reposição do capital fixo, etc., assim como os fundos de consumo já recaíam sobre uma única massa de capital-dinheiro disponível como depósitos nos bancos, agora os fundos de reserva na forma de dinheiro permanecem todos como o fundo de reserva do Banco da Inglaterra, a não ser a parte necessária para a operação rotineira dos bancos. Este fundo de reserva agrega não só as funções anteriormente explicitadas, mas também outras funções, como de dinheiro mundial e de conversibilidade dos bilhetes de banco.¹⁵³ Assim, as funções exercidas pelo tesouro recaem todas sobre este fundo.

O montante de capital-dinheiro de empréstimo disponível nos bancos, está, portanto, associado invariavelmente às reservas existentes no Banco Central. Conforme veremos, aquele montante corresponde à oferta de capital de empréstimo e suas variações apresentam impactos importantes nas taxas de juro no sistema de crédito. Por ora, basta saber que os bancos mantêm seus fundos de reserva como depósitos no Banco Central, que é o eixo do sistema de crédito.

¹⁵³ “As diferentes funções do tesouro ou encaixe, as quais examinei a partir da natureza do dinheiro – a função de fundo de reserva de meios de pagamento, pagamentos vencidos no mercado interno; a de fundo de reserva de meios de circulação, e finalmente a de fundo de reserva de dinheiro mundial -, recaem sobre um único fundo de reserva. Segue-se daí que em certas circunstâncias, saída de ouro do Banco para o mercado interno pode combinar-se com saída para o exterior. [...] A tudo isso acresce finalmente: (1) a concentração do fundo nacional de reserva num só banco principal [Banco da Inglaterra] e (2) a redução desse fundo ao mínimo possível” (MARX, 2014b, p. 604).

5.2.2.4 A Composição do Capital Bancário

Como último aspecto a ser tratado nesta seção, é necessário ressaltar a composição do capital bancário. Em primeiro lugar, a totalidade do capital bancário não corresponde apenas ao capital de empréstimo cedido pelo público ao banqueiro. Além de ser composto por capital de terceiros, há também nele capital próprio (MARX, 2014b, p. 616), e que pode se ampliar através dos lucros bancários obtidos pelo banqueiro. No entanto, em nada se altera a composição que apresentaremos aqui se esse capital provém de recursos próprios ou de terceiros.¹⁵⁴

O capital bancário se compõe da seguinte forma: (1) em dinheiro ou símbolos de dinheiro (ouro ou bilhetes de banco), sendo que parte dessa existência do capital bancário compõe o fundo de reserva existente no Banco da Inglaterra; (2) títulos, que podem ser tanto letras com determinado prazo de vencimento, ou então papeis que rendem juros (MARX, 2014b, p. 615).

Sobre a parte do capital bancário mantida em dinheiro, a parte que permanece nas mãos do banco é a que constitui reserva monetária para suas atividades rotineiras. Como os depósitos que não são a prazo fixo estão sempre à disposição dos depositantes, é necessário que parte do capital esteja nessa forma para possibilitar os saques, que flutuam constantemente (MARX, 2014b, p. 621). No entanto, em períodos normais, de estabilidade e em que não ocorrem corridas aos bancos, “o que uns retiram, outros repõem de modo que, em média, o montante global pouco oscila” (MARX, 2014b, p. 621).¹⁵⁵

Uma outra forma em que se mantém o capital bancário é a de letras. Essas letras são obtidas mediante desconto e constituem parte da reserva do banqueiro. Na data do vencimento, o pagamento é realizado e o banqueiro recebe valor maior do que aquele pelo qual a letra foi adquirida. Nesse sentido, letras são forma do capital portador de juros para o banqueiro, uma vez que a atividade de desconto é justamente “descontar esse juro pelo tempo que falta para o vencimento” (MARX, 2014b, p. 621). Hodgson, banqueiro citado por Marx, exemplifica como o capital bancário se mantém na forma de letras:

¹⁵⁴ “O capital constituído por esses elementos objetivos, por sua vez, se biparte em capital próprio empregado pelo banqueiro e em depósitos que constituem o *banking capital*, isto é, o capital emprestado. [...] É claro que a composição real do capital bancário em dinheiro, letras, títulos, em nada se altera com a circunstância de esses diversos elementos representarem capital próprio ou depósitos, capital alheio. A classificação continua válida, opere o banco com capital próprio ou com capital nele depositado” (MARX, 2014b, p. 616).

¹⁵⁵ Pode-se ressaltar aqui que a existência de oscilações de curto prazo nos depósitos permite que parte do capital bancário que possui a forma de dinheiro seja adiantado como *floating capital*, que é o capital de empréstimo aplicado a prazos curtos para render juros de acordo com as oscilações temporárias de depósitos em relação à média (MARX, 2014b, p. 656).

Era nosso costume manter em carteira letras que se venciam dia a dia, e, pelo menos 9/10 de todos os nossos depósitos e de todo o dinheiro que recebíamos de outras pessoas eram convertidos nessas letras... de modo que no período da crise o montante das letras diariamente vencidas quase se equiparava ao montante das exigências cotidianas de pagamento que nos eram feitas. (MARX, 2014b, p. 546-7).

Por fim, também compõem o capital bancário outros títulos que rendem juros, como apólices e obrigações do Tesouro (dívida pública), ações de todas as espécies e hipotecas (MARX, 2014b, p. 615). Esses títulos são capital fictício, pois representam rendimentos futuros. Grande parte desses títulos é recebida como garantia a adiantamentos feitos pelo banco. Assim, há tanto títulos que pertencem ao próprio banco, como forma do capital portador de juros, quanto títulos que pertencem a depositantes: “esse capital fictício do banqueiro em grande parte não é próprio, mas do público que o deposita no banco, com ou sem juros” (MARX, 2014b, p. 622).

A maior parte do capital bancário, portanto, é puramente fictícia e consiste em créditos (letras), títulos governamentais (que representam capital despendido) e ações (que dão direito a rendimento futuro). Não devemos esquecer que é puramente fictício o valor monetário do capital que esses títulos guardados nos cofres dos banqueiros representam – mesmo quando conferem direito a rendimentos seguros, como as apólices da dívida pública, ou constituem títulos de propriedade sobre capital real, como as ações –, e que é regulado por leis que diferem das relativas ao valor do capital efetivo representado pelo menos em parte por tais títulos. E quando esses títulos representam, em vez de capital, mero direito a rendimento uniforme, esse direito se expressa em capital-dinheiro fictício que varia sem cessar (MARX, 2014b, p. 621-2).

Assim, por constituírem-se como capital fictício, os valores dos títulos que compõem o capital bancário oscilam de acordo com os rendimentos esperados e as taxas de juros, sem relação necessária com o capital efetivo que representem. Dessa forma, o próprio capital-dinheiro que existe no banco não possui valor próprio, mas valor fictício que oscila de acordo com as condições do mercado monetário. Por isso,

No sistema de crédito, tudo se duplica e triplica e se converte em pura fantasmagoria, e o mesmo se aplica ao “fundo de reserva”, onde se esperava finalmente encontrar algo sólido (MARX, 2014b, p. 625).

5.2.2.5 Os Bilhetes de Banco

Aqui é necessário explicar a forma mais avançada do dinheiro de crédito apresentada por Marx: os bilhetes de banco, que também são conhecidos como notas bancárias. Os bilhetes de banco nada mais são que letras emitidas contra o próprio banqueiro, pagáveis ao portador a qualquer momento em dinheiro efetivo (ouro). Os bancos que emitem bilhetes de banco são chamados de bancos emissores.

O montante desses bilhetes que está constantemente nas mãos do público (embora mudem sempre os bilhetes que o constituem) e que funciona como meio de circulação nada lhe custa [ao banqueiro] além de papel e impressão. São títulos de dívida (letras) emitidas contra ele mesmo, mas que lhe rendem dinheiro, servindo assim de meio para valorizar seu capital. (MARX, 2014b, p. 594).

Assim como as letras, os bilhetes circulam como meio de compra e meio de pagamento, substituindo o dinheiro metálico.¹⁵⁶ Por isso, pode-se dizer que sua circulação se sustenta na circulação de letras. Além disso, os descontos de letras são comumente pagos em bilhetes de banco, principalmente quando se desconta em bancos emissores. Portanto, o bilhete de banco apenas simboliza crédito na circulação. Funciona como dinheiro na circulação geral e, segundo Marx, tem papel relevante principalmente no comércio atacadista na Inglaterra do Séc. XIX. Na maioria dos países, os bancos emissores de bilhetes tem por trás de si o crédito nacional e seus bilhetes têm curso legal, garantido pelo Estado (MARX, 2014b, p. 536).

Diferentemente da letra, que apresenta um pagamento futuro na sua data de vencimento, o bilhete de banco não apresenta um rendimento futuro. Na verdade, ele é reembolsável em ouro a qualquer momento quando apresentado ao seu emissor. Por isso, como dinheiro de crédito, apresenta um valor fictício por ser mero título, sem apresentar valor real, porém este valor não se forma a partir da capitalização com base nos rendimentos futuros: seu valor é proveniente de ser símbolo de dinheiro real, título representativo de ouro: “o próprio dinheiro de crédito só é dinheiro na medida em que representa absolutamente o dinheiro real no montante de seu valor nominal” (MARX, 2014b, p. 681). Portanto, não possui valor próprio além do que adquire como símbolo de dinheiro. É regido, portanto, pelas leis do símbolo de dinheiro já observadas por ocasião do estudo da circulação simples de mercadorias.

Marx ressalta que a existência de uma mercadoria que assuma a forma de dinheiro, diferenciando-se das demais e colocando-se em oposição a elas como forma do valor, é um princípio básico da produção capitalista:

O dinheiro é a forma autônoma do valor em face da mercadoria, ou o valor de troca tem de assumir forma autônoma no dinheiro. Isto só é possível enquanto determinada mercadoria se torna a matéria que serve para medir o valor de todas as

¹⁵⁶ Na Inglaterra, de acordo com Marx, o valor mínimo de bilhete que circulava durante a maior parte do Século XIX era de 5 libras esterlinas. Portanto, no comércio atacadista, em que se comercia grandes quantidades e valores elevados, a quantidade de dinheiro metálico utilizado era ínfima (MARX, 2014b, p. 692). Já no comércio a retalho, também conhecido como comércio varejista, o dinheiro metálico era mais utilizado, pela necessidade de negociar valores menores. Já na Escócia e na Irlanda, Marx ressalta que o fato de existirem bilhetes de banco de 1 libra esterlina fazia com que a circulação metálica fosse muito reduzida, circulando praticamente apenas bilhetes: “O mesmo se aplica à Escócia, onde quase só circula papel, pois lá, como na Irlanda, se permitem bilhetes de uma libra esterlina, e ‘os escoceses odeiam ouro’.” (MARX, 2014b, p. 695).

outras mercadorias, vindo a ser por isso a mercadoria geral, a mercadoria por excelência em oposição a todas as demais (MARX, 2014b, p. 680-1).

Assim, para Marx, o ouro assume necessariamente este papel, uma vez que é a mercadoria dinheiro por excelência. Com o desenvolvimento do sistema de crédito, o ouro cada vez mais é retirado da circulação no mercado interno de um país e passa a figurar meramente nos fundos de reserva dos bancos e, principalmente, no fundo de reserva do Banco Central, que, na análise de Marx, é o Banco da Inglaterra.¹⁵⁷ Esse fundo de reserva, portanto, passa a ter a função complementar de servir de fundo de garantia para a conversibilidade de bilhetes de banco em países com sistema de crédito e dinheiro de crédito desenvolvido (MARX, 2014b, p. 604).¹⁵⁸ Conforme afirma Marx, isso decorre necessariamente da própria natureza do dinheiro:

A reserva em dinheiro do mercado mundial [...] servia também de garantia à conversibilidade do dinheiro de crédito, os bilhetes de banco. Conjugava assim duas funções diferentes por completo, mas ambas oriundas da natureza do dinheiro, uma vez que o dinheiro real é sempre dinheiro do mercado mundial, e o dinheiro de crédito se funda sempre sobre o dinheiro do mercado mundial (MARX, 2014b, p. 710).

Assim, para Marx, o ouro é necessariamente o dinheiro do mercado mundial e o bilhete de banco necessariamente deve se fundar sobre esta forma do dinheiro, sendo símbolo de valor do mesmo, sua representação. Por mais que deixe de cumprir as funções de meio de circulação e de meio de pagamento, sua existência permanece necessária como medida dos valores, e é representado por esses bilhetes que circulam.

No entanto, é necessário ressaltar que, considerando todas as obrigações de pagamento em ouro dos bancos, ou seja, os bilhetes de banco e as exigências de pagamento a vista de depósitos, não há ouro suficiente para suprir tal conversão.¹⁵⁹ Além disso, quando os bancos

¹⁵⁷ Marx ressalta este fato ao tratar dos momentos em que se apresenta necessário utilizar ouro como meio de circulação e de pagamento: “Toda história da indústria moderna demonstra que, se a produção interna estiver organizada, só haveria realmente necessidade de metal para o balanço do comércio internacional, desde que seu equilíbrio momentaneamente se desfizesse. A suspensão dos pagamentos em dinheiro metálico pelos chamados bancos nacionais, adotada como única medida salvadora em casos extremos, demonstra que já hoje dele não precisa o mercado interno” (MARX, 2014b, p. 682).

¹⁵⁸ “Outra complicação emerge com a função complementar que arbitrariamente se impõe a esse tesouro, a de servir de fundo de garantia para a conversibilidade de bilhetes de banco em países onde o sistema e o dinheiro de crédito estão desenvolvidos. A tudo isso acresce finalmente: (1) a concentração do fundo nacional de reserva num só banco principal e (2) a redução desse fundo ao mínimo possível. (MARX, 2014b, p. 604)

¹⁵⁹ William Leatham afirma o seguinte sobre o ouro existente para satisfazer a conversão de todos os bilhetes de banco ou das exigências de pagamento a vista (depósitos a vista): “Estimando a circulação toda [refere-se a bilhetes de banco] e o montante das obrigações de todos os bancos das quais se pode exigir pagamento à vista, encontramos uma soma de 153 milhões cuja conversão em ouro é legalmente exigível, e, em contraposição, 14 milhões em ouro para satisfazer essas exigibilidades” (MARX, 2014b, p. 532).

emissores emitem bilhetes de banco para além do ouro existente em sua reserva, criam capital adicional, porém fictício, sobre o qual são capazes de obter lucro:

Na medida em que emite bilhetes sem cobertura do encaixe metálico guardado nos subterrâneos, o Banco cria símbolos de valor, que para ele constituem meio de circulação e, além disso, capital adicional, embora fictício, no valor nominal desses bilhetes sem cobertura. E esse capital adicional lhe rende lucro adicional. (MARX, 2014b, p. 716).

Outras questões envolvendo a relação entre ouro e dinheiro de crédito em Marx serão discutidas posteriormente, principalmente quando tratarmos das crises e da passagem que nela ocorre do sistema de crédito para o sistema monetário. Por hora, é suficiente a descrição feita acerca dos bilhetes de banco como dinheiro de crédito. Assim, segundo Marx, as notas bancárias que circulam diariamente no modo de produção capitalista não podem ser completamente compreendidas sem se levar em consideração a emergência do sistema de crédito e o papel dos bancos. Trata-se não apenas de papel moeda com curso forçado, mas de um título provido por bancos e sustentado por seus fundos de reserva.

5.2.3 Dívida Pública

Embora a relação entre o sistema de crédito e o Estado não seja algo explorado profundamente por Marx, havendo apenas algumas inserções em seus textos que tratam especificamente dessa questão, cabe aqui alguns comentários sobre a dívida pública, um dos elementos que necessariamente constituem essa relação. Assim como os agentes privados podem, através do crédito comercial, endividar-se com a emissão de letras de câmbio e os bancos emissores são capazes de emitir bilhetes de banco, o Estado também pode emitir as suas próprias dívidas. No entanto, não as utiliza como meio de compra, para adquirir mercadorias, mas para adquirir capital-dinheiro, que consome ao despender. O dinheiro que adquire é, para o credor, capital portador de juros, que aplica com objetivo de obter determinada quantia em juros.

A dívida pública nada mais é que título representativo de capital consumido, que não existe mais. Porém, trata-se de um título vendável, que apresenta valor-fictício e preço de mercado, e que dá direitos a rendimentos periódicos provenientes da tributação. Portanto, trata-se de uma forma de apropriar-se do valor obtido pelo Estado na forma de tributos. A emissão desses títulos ocorre da seguinte forma:

Em primeiro lugar, o credor cede ao Estado capital na forma de capital portador de juros, como empréstimo. O Estado, ao obter o capital, emite o título de dívida.¹⁶⁰ Ao mesmo tempo, se o capital não é aplicado na reprodução pelo próprio Estado, é consumido na forma de dispêndios específicos do Estado e deixa de existir como capital. Apenas investida como capital poderia transformar-se em valor que se mantém (MARX, 2014b, p. 616-7).

O credor, por outro lado, passa a ser o proprietário de título de dívida que lhe garante rendimentos periódicos, que provém das receitas anuais do Estado, na forma de tributos.

O que o credor possui é (1) um título de dívida contra o Estado, digamos, de 100 libras esterlinas; (2) esse título lhe dá direito a participar das receitas anuais do Estado, isto é, do produto anual dos impostos, em determinada importância, digamos, de 5 libras esterlinas ou 5% (MARX, 2014b, p. 616).

Assim, o Estado adquire a obrigação de pagar anualmente aos credores certo montante de juros pelo capital emprestado, e a fonte desses pagamentos está nos tributos anuais por ele obtidos. O credor não pode cobrar que o Estado lhe restitua o capital investido a qualquer momento, mas pode vender o seu título, que assegura a propriedade sobre o crédito (MARX, 2014b, p. 616). Portanto, este título é transacionável, podendo assim o seu possuidor restituir o capital-dinheiro nele aplicado mediante venda.

[O credor] pode vender esse título de 100 libras a quem quiser. Se a taxa de juros é de 5%, supondo-se a garantia do Estado, pode A, o proprietário do título, vendê-lo em regra por 100 libras esterlinas a B, pois para este tanto faz emprestar anualmente 100 libras esterlinas a 5% quanto assegurar-se mediante o pagamento de 100 libras esterlinas um tributo anual pago pelo Estado, no montante de 5 libras esterlinas. (MARX, 2014b, p. 617).

Essa transação nada mais representa do que a mudança de posição do credor. O credor anterior deixa de sê-lo ao restituir o seu capital-dinheiro, enquanto o novo credor despendeu capital na forma de capital portador de juros, buscando adquirir os rendimentos provenientes do título de dívida.¹⁶¹ Por ser um título que representa rendimentos futuros e que pode ser transacionado, adquire esse título um valor-fictício correspondente às leis do capital fictício. Não representa um capital efetivo, mas capital imaginário, que não existe mais.

No entanto, o que é necessário ressaltar aqui é o fato de que os títulos servem de capital para seus possuidores, mesmo o capital emprestado tendo sido consumido. O que ocorre de fato é que os tributos tornam-se uma fonte de acumulação para o capital excedente

¹⁶⁰ Aqui, apresentamos a relação como ocorrendo diretamente entre o capitalista prestamista de dinheiro e o Estado. No entanto, no sistema de crédito, esta relação também é mediada por bancos ou diretamente pelo Banco Central, porém Marx não entra nesse detalhamento.

¹⁶¹ “A possibilidade de vender o crédito que tem contra o Estado representa para A o poder de reembolsar o principal. Quanto a B, do ponto de vista particular dele, empregou capital como capital portador de juros. Objetivamente, apenas substituiu A, ao comprar-lhe o crédito contra o Estado” (MARX, 2014b, p. 617).

gerado no processo de reprodução (MARX, 2014b, p. 553). Assim, o capital adiantado aí como capital portador de juros é completamente consumido, deixando de existir. No entanto, para os capitalistas prestamistas de dinheiro, seu capital foi adiantado como capital portador de juros. Isso garante o direito do credor de apropriar-se de parte da tributação futura, e sempre parte dessa tributação deve ser destinada aos credores do Estado. Assim, “para o credor original, a parte que lhe cabe dos impostos anuais representa juros de seu capital [...], embora a soma emprestada não tenha sido empregada como capital” (MARX, 2014b, p. 617).

Com a acumulação do capital a partir da dívida pública, emerge necessariamente uma classe de credores do Estado, que apresentam direitos sobre essas quantias tiradas dos montantes dos tributos (MARX, 2014b, p. 631-2). Formam-se fundos públicos com o objetivo de pagar a dívida, que nada mais são do que parcela da receita anual. Para que esse processo seja recorrentemente viável, devem surgir novas riquezas da produção capitalista que, ao serem tributadas, são a fonte de valor para os pagamentos da dívida pública:

Novas riquezas, entretanto, devem surgir do trabalho da indústria; parte anual dessas riquezas destina-se por antecipação àqueles que emprestaram as riquezas que foram destruídas; essa parte mediante impostos é retirada daqueles que produzem as riquezas, a fim de ser entregue aos credores do Estado, e, de acordo com a proporção usual do país entre capital e juro, supõe-se um capital imaginário, tão grande quanto o capital donde poderia surgir a renda anual que os credores devem receber (MARX, 2014b, p. 632).

Assim, compreende-se como o próprio Estado torna-se parte do circuito de acumulação do capital e como, através do capital portador de juros aplicado à dívida pública, adquirem-se direitos sobre a tributação futura e garante-se a valorização do capital, mesmo que o capital obtido pelo Estado tenha sido consumido e deixe de existir.

5.3 *Capital Social, Ações e Mercado de Ações e Títulos (Bolsa)*

Nesta seção, trataremos das implicações da forma do capital social que se constitui quando grandes capitais formam sociedades para produzir em grande escala. Primeiramente trataremos do desenvolvimento das sociedades por ações e das cooperativas como forma oposta ao capital privado e, depois disso, trataremos das ações e do mercado que se desenvolve para negociar ações e títulos, a bolsa de valores.

5.3.1 Capital Social, Sociedades por Ações e Cooperativas

O desenvolvimento do modo de produção capitalista implica produção em grande escala. No entanto, diversos empreendimentos capitalistas, como, por exemplo, grandes construções e infraestrutura de transportes, necessitam de escalas tão grandes que não podem ser atingidas por um único capital isolado. Assim, o desenvolvimento do sistema de crédito proporciona a possibilidade da organização dos capitais na forma de capital social, em que indivíduos diretamente associados exploram determinado empreendimento em conjunto (MARX, 2014b, p. 582). Marx vê esta forma em oposição direta ao capital privado, como um desdobramento da contradição existente no capital como propriedade privada: “as empresas passam a ser sociais em contraste com as empresas privadas. É a abolição do capital como propriedade privada dentro dos limites do próprio modo capitalista de produção” (MARX, 2014b, p. 582-583).

O sistema de crédito guarda uma contradição latente entre o capital como propriedade privada e o capital como propriedade social, de produtores associados. Nosso objetivo aqui é apresentar duas maneiras com que essa contradição se desdobra. A primeira é a sua forma negativa, através do surgimento de sociedades por ações. Essa nova forma de capital associado “não a liberta das barreiras capitalistas, e em vez de superar a contradição entre o caráter social e o caráter privado da riqueza, limita-se a desenvolvê-la em nova configuração”. (MARX, 2014b, p. 587). A segunda maneira com que essa contradição se desdobra é através de fábricas cooperativas, consideradas por Marx “a primeira ruptura da velha forma” (MARX, 2014b, p. 587).

Quando se trata de capitalistas associados para explorar determinado ramo industrial, chama-se esta associação de sociedade por ações. O capital social, então, é dividido entre diversos capitalistas, que aplicam seu capital em conjunto nos meios de produção e na força de trabalho. Essa divisão do capital social se efetua a partir de títulos de propriedade sobre o capital social, as ações, e os detentores dessas ações, cada um proprietário de sua respectiva parcela, são os acionistas.

Nas sociedades por ações, se exacerba a diferenciação entre propriedade do capital e atividade do capitalista como capitalista ativo. A separação entre dirigente e proprietário se torna aqui completa: há “transformação do capitalista ativo em mero dirigente, administrador do capital alheio, e dos proprietários do capital em puros proprietários, simples capitalistas monetários” (MARX, 2014b, p. 583). Isso apresenta implicações importantes para a maneira como se distribui o mais-valor entre os acionistas. Como se sabe, a partir do salário de

superintendência, o dirigente passa a ser um trabalhador contratado para exercer a atividade de gestão e de consumo da força de trabalho. Recebem por isso salário de superintendência, que é regulado pelo mercado e representa dedução do mais-valor apropriado pelo capital social.

Dessa forma, o restante do mais-valor é apropriado pelos capitalistas acionistas, correspondendo simplesmente à propriedade do capital, sem nenhuma relação com a atividade de gestão. Esse mais-valor restante assume a forma de dividendos. Nas sociedades por ações, o dividendo é percebido exclusivamente como juro, mesmo que compreenda o lucro total, ou seja, mesmo que contemple tanto o juro pela propriedade do capital quanto o lucro do empresário, que é a parte restante do mais-valor após descontar-se o juro (MARX, 2014b, p. 583).¹⁶² Os dividendos são assim percebidos porque são a “recompensa à propriedade do capital”:

Mesmo quando os dividendos que recebem [os acionistas] englobam o juro e o lucro do empresário, isto é, o lucro total [...], esse lucro total é percebido tão só como recompensa à propriedade do capital, a qual por completo se separa da função no processo real de produção do mesmo modo que essa função, na pessoa do dirigente, se dissocia da propriedade do capital. (MARX, 2014b, p. 583).

Com a remuneração dos acionistas tomando a forma de dividendo, a remuneração pela propriedade do capital deixa de ser apenas o juro no caso de sociedades por ações, e passa a ser o lucro total, ou seja, o juro referente à propriedade do capital mais o lucro do empresário. Dessa maneira, a forma de dividendo revelaria o que o lucro verdadeiramente é: puro assenhoreamento de trabalho excedente alheio (MARX, 2014b, p. 583). Esta forma de organização da produção apresenta a oposição completa entre capital e trabalho em sua forma mais exacerbada, em que o capital se apresenta como propriedade alheia estranha aos produtores reais, ou seja, completamente dissociada de todos os elementos da produção, incluindo dirigentes e trabalhadores:

O lucro se revela (e não mais apenas parte dele, o juro, que procura sua legitimidade no lucro do prestatário) puro assenhoreamento de trabalho excedente alheio, originando-se da circunstância de os meios de produção se converterem em capital, isto é, se tornarem estranhos aos produtores reais, de se oporem, como propriedade alheia, a todos os indivíduos efetivamente ocupados na produção, do dirigente até o último dos assalariados. (MARX, 2014b, p. 583).

¹⁶² Marx afirma que este é um dos fatores para que o crescimento de capitais na forma de sociedades por ações se apresente como uma contratendência à queda tendencial da taxa de lucro: como sua remuneração ocorre na forma de dividendos, esses capitais não participariam necessariamente do nivelamento da taxa geral de lucro, pois sua existência ainda seria possível mesmo que o capital rendesse apenas juros (MARX, 2014b, p. 583-584).

Portanto, nas sociedades por ações, trabalho e capital aparecem completamente dissociados, existindo como coisas separadas a propriedade do capital e o capital em função, no processo de trabalho (MARX, 2014b, p. 583). Além disso, nas sociedades por ações, surgem conselheiros de administração, diretores e outros cargos acima dos dirigentes do trabalho que, segundo Marx, são cargos que também se apropriam de parte do mais-valor.¹⁶³

Por sua vez, nas fábricas cooperativas de trabalhadores, a contradição existente entre o capital privado e o capital social se desdobra numa organização que, apesar de romper com a oposição entre capital e trabalho, reproduz a organização efetiva do trabalho existente na produção capitalista (MARX, 2014b, p. 587). Os trabalhadores se apresentam como associação de capitalistas deles mesmos, aplicando os meios de produção para explorar o próprio trabalho (MARX, 2014b, p. 587). Os trabalhadores normalmente pagam um dirigente para exercer o trabalho de direção, como se representasse o capital perante eles.

De uma forma geral, pode-se dizer que Marx vê na forma de capital social uma ruptura da propriedade privada dos meios de produção e um exemplo de como o próprio modo de produção capitalista gera, dentro dele, as formas necessárias para a sua superação. Assim, a forma de capital social seria uma condição para a passagem para o modo de produção associado (MARX, 2014b, p. 587).

5.3.2 Ações e o Mercado de Ações e Títulos (Bolsa de Valores)

Vimos como a formação do capital social e das sociedades por ações traz consigo a emergência de um título de propriedade sobre o capital efetivo: a ação. Já tratamos da forma como se forma o valor-fictício das ações e como o seu preço apresenta um movimento autônomo, dissociado do capital efetivo. Uma ação é um exemplo típico de capital fictício. Nessa seção, nosso objetivo é apresentar mais alguns elementos relativos a este tema e entrar na questão da formação de um mercado organizado de negociação de ações e títulos, a Bolsa de Valores.

As ações, como título de propriedade sobre capital existente, decorrem diretamente da forma de capital social das sociedades por ações. Juntamente com a propriedade sobre o capital, garantem os rendimentos provenientes na forma de dividendos.

¹⁶³ “Nas sociedades capitalistas por ações criou-se novo embuste com o salário de direção, surgindo ao lado e acima do verdadeiro dirigente, conselheiros de administração e supervisão aos quais o título serve de pretexto para espoliarem os acionistas e se enriquecerem” (MARX, 2014b, p. 515). Marx cita como exemplo o diretor do Banco da Inglaterra e da Companhia das Índias Orientais, Mr. Curtis, que era diretor ou conselheiro em 9 diferentes companhias, e afirma que o salário de direção que recebem “está em regra na razão inversa da supervisão realmente exercida por esses diretores nominais” (MARX, 2014b, p. 515).

Já vimos que o sistema de crédito gera capital associado. Os papéis constituem títulos de propriedade que representam esse capital. As ações das companhias ferroviárias, de mineração, de navegação, etc. [...] a ação nada mais é que título de propriedade sobre a proporção do mais-valor a ser realizado por intermédio desse capital (MARX, 2014b, p. 618-619).

As ações formam valor-fictício a partir da capitalização com base nos dividendos futuros como juro de determinado montante de capital, de acordo com a taxa de juros vigente. Esse capital fictício ao qual correspondem as ações não apresenta correspondência com o valor efetivo do capital, representado pelo tempo de trabalho socialmente necessário nele existente. Dessa maneira, o capital aparece duplicado, “como se o conhecimento de carga pudesse ter um valor além do da carga e ao mesmo tempo que ela” (MARX, 2014b, p. 632).

Além disso, conforme já vimos, as ações são transacionáveis. Este fato reforça a percepção de que o dividendo recebido é mero juro sobre propriedade do capital, porque o comprador da ação, quando o faz, adianta seu capital na forma de capital portador de juros. O que recebe é, em sua percepção, juro por capital adiantado e nada mais. Assim, as ações “tornam-se formas do capital produtor de juros, não só porque asseguram certos rendimentos, mas também porque mediante venda são reembolsáveis como valor-capital” (MARX, 2014b, p. 632).

Pode A vender esse título a B, e B a C. Essas transações em nada alteram a natureza da coisa. A ou B converteu o título em capital, e C transformou seu capital em mero título que lhe dá direito a participar do mais valor esperado do capital por ações (MARX, 2014b, p. 618-9).

Apesar de serem transacionáveis, títulos de propriedade não permitem que se disponha do capital efetivo. O possuidor das ações pode comprá-las e vendê-las, mas isso não muda o fato de que o capital real continua existindo. Apenas altera o proprietário do capital que apresenta direito sobre os fluxos de mais-valor dele provenientes. Assim, individualmente, pode um capitalista reembolsar seu capital mediante venda das ações, mas isso não altera em nada o capital efetivo.

Os títulos de propriedade sobre sociedades mercantis, ferrovias, minas, etc. são por certo, conforme vimos, direitos sobre capital real. Entretanto, não permitem que se disponha desse capital [efetivo], que não pode ser extraído donde está. Apenas são direitos à parte do mais-valor a ser obtido. [...] Assim é que o capital real existe ao lado deles e não muda de mãos com a circunstância de essas duplicações serem vendidas (MARX, 2014b, p. 632).

Além desses aspectos, Marx ressalta a possibilidade de existirem ações meramente fraudulentas, que não correspondem a capital efetivo algum (MARX, 2014b, p. 619). Assim como as letras, que podem constituir “papagaios”, é possível que os fluxos de rendimentos

esperados simplesmente não existam para essas ações, que são emitidas de forma meramente especulativa.

Com as transações de ações e títulos existindo em quantidade e magnitude cada vez maior, desenvolvem-se grandes mercados financeiros concentrados, em que acontecem as compras e vendas de títulos de propriedade. Esses mercados são chamados por Marx de Bolsa de Valores e, na sua análise da Inglaterra no Séc. XIX, a Bolsa está localizada em Londres, o centro financeiro mundial: “com o desenvolvimento do sistema de crédito criam-se grandes mercados financeiros concentrados, como Londres, que são ao mesmo tempo centros desse comércio de papéis” (MARX, 2014b, p. 676). O preço de mercado de determinada ação ou título, quando é negociada na Bolsa, adquire a forma de cotação.

A primeira consequência da formação desse espaço de negociação de títulos é a emergência de uma classe de rentistas e capitalistas prestamistas que operam meramente nessas compras e vendas, vivendo dos rendimentos de seu capital portador de juros aplicado e dos ganhos e perdas associados a compras e vendas, à medida que varia a cotação desses títulos. Assim, aumenta o número de capitalistas que simplesmente se retiram do processo de reprodução e passam a valorizar o seu capital dessa maneira:

Ao crescer a riqueza material, aumenta a classe de capitalistas prestamistas; prolifera o número e a riqueza dos capitalistas que se retiram [do processo de reprodução], os *rentiers*, e o impulso dado ao desenvolvimento do sistema de crédito faz subir o número de banqueiros, dos emprestadores de dinheiro, dos operadores financeiros etc. (MARX, 2014b, p. 674).

Além disso, expande-se também a massa de títulos: “com o desenvolvimento do capital-dinheiro disponível cresce a massa dos papéis rentáveis, dos títulos da dívida pública, das ações, etc.” (MARX, 2014b, p. 674-5). Porém, juntamente com a maior quantidade de títulos negociáveis, acresce também a procura por estes títulos. Nesse ambiente, surgem os corretores de bolsa (*jobbers* ou *stock-brokers*). Assim como passam a existir firmas responsáveis pela corretagem de letras, as firmas corretoras de bolsa são responsáveis pelas negociações de ações e títulos que nelas ocorrem. Ao mesmo tempo em que realizam as operações técnicas relacionadas à negociação dos títulos, especulam com a variação dos preços dos mesmos (MARX, 2014b, p. 675-676).

Com o preço dos títulos variando com as expectativas de rendimentos futuros e com as oscilações de oferta e demanda, o espaço da Bolsa torna-se inerentemente um espaço de jogo e especulação, em que o resultado dessas apostas tornam-se a forma normal de obter e apropriar-se de capital.

Ganhar e perder por meio das oscilações desses títulos, a centralização deles nas mãos dos reis das ferrovias etc. são cada vez mais o resultado da especulação, do jogo. Este, e não o trabalho, aparece na condição de modo original de adquirir capital, substituindo também a violência direta. (MARX, 2014b, p. 633)

Marx classifica os rentistas como uma “casta de negociantes” ou uma “raça de jogadores” que se prolifera com o desenvolvimento do sistema de crédito (MARX, 2014b, p. 676). Através do jogo e da especulação, se exacerba a tendência de poucos indivíduos se apropriarem da riqueza social, como meros aventureiros. Com isso, os capitalistas prestamistas de dinheiro passam a expropriar não só os trabalhadores, através de lucros e dividendos, mas os pequenos e médios capitalistas, de quem tomam o capital em períodos de crise: “uma vez que a propriedade aí existe na forma de ações, seu movimento e transferência tornam-se simples resultados do jogo da Bolsa em que os peixes pequenos são devorados pelos tubarões e as ovelhas, pelos lobos da Bolsa” (MARX, 2014b, p. 586).

Apesar da atualidade da descrição de Marx sobre as negociações de títulos, Engels, ao editar os escritos de Marx, sentiu necessidade de complementá-las, descrevendo as transformações ocorridas desde 1865:

Depois de 1865, ano em que o livro foi escrito, sobreveio transformação que, além de conferir à Bolsa importância acrescida e cada vez maior, tende, com o desenvolvimento ulterior, a concentrar nas mãos dos que manejam os títulos de Bolsa a produção toda, industrial e agrícola, e a circulação econômica toda, os transportes e comunicações e as funções de troca, tornando-se assim a Bolsa a instituição que representa de maneira mais conspícua a produção capitalista. (MARX, 2008a, p. 1187).

Portanto, o desenvolvimento da produção capitalista faz com que a Bolsa cada vez ganhe mais importância, representando todos os grandes ramos capitalistas. Essa situação difere da presenciada por Marx, quando este espaço não passava de elemento secundário quando comparado à produção e à atividade bancária. A descrição de Engels sobre a Bolsa em 1865 (MARX, 2008a, p. 1188) era de um mercado pouco desenvolvido, com valores principalmente representados pela negociação de títulos públicos, porém com montantes relativamente pequenos; poucos bancos por ações, de número insignificante e que davam os primeiros passos no sentido de absorver bancos privados; baixo montante de ações ferroviárias comparado ao final do Século XIX; e poucas empresas produtivas assumindo a forma de sociedades por ações. Engels afirma o seguinte:

Nesse tempo, a Bolsa era, portanto, o lugar onde os capitalistas tiravam reciprocamente uns dos outros os respectivos capitais acumulados, e só atingia diretamente os trabalhadores por ser nova evidência da ação desmoralizadora geral da economia capitalista e por confirmar a tese calvinista de ser a predestinação, isto é, o acaso, que já nesta vida decide da bem-aventurança ou da perdição eterna, da riqueza, que proporciona deleite e poder, e da pobreza, que significa penúria e servidão (MARX, 2008a, p. 1188).

Após 1866, Engels ressalta a acumulação em velocidade crescente nos países industrializados, gerando massas de mais-valor em busca de valorização, de forma que o aumento da produção era incapaz de absorver este mais-valor em excesso (MARX, 2008a, p. 1188). Com isso, os efeitos para a Bolsa são a existência cada vez maior de capital na forma de capital portador de juros, buscando valorização através de títulos. Aumenta ainda mais a massa de rentistas¹⁶⁴ e criam-se novas formas de sociedade para possibilitar a aplicação desse capital ocioso, sociedades em que os sócios apresentavam pouca ou nenhuma responsabilidade perante a empresa.

E, além disso, para facilitar a aplicação do capital-dinheiro assim fluante, estabeleceu-se, por toda parte onde ainda não havia, novas formas legais de sociedade com responsabilidade limitada, e foram mais ou menos reduzidas as obrigações dos sócios até então com responsabilidade solidária (ENGELS; MARX, 2008a, p. 1188).

Assim, a Bolsa se torna espaço de aplicação do mais-valor em excesso, fluante, nas mãos dos rentistas, os capitalistas prestamistas de dinheiro. As ações das sociedades com “responsabilidade limitada” tornam-se uma forma do capital portador de juros capaz de proporcionar espaço de rentabilidade para este mais-valor.

As consequências para a produção e para a circulação também são elemento importante do desenvolvimento da Bolsa, uma vez que as grandes empresas da indústria e do comércio, os bancos e inclusive a agricultura passam progressivamente a assumir, cada vez mais, a forma de sociedades por ações (MARX, 2008a, p. 1189). Na descrição de Engels, essa tendência se mostra como um “destino inapelável”, contemplando principalmente siderurgia, onde são necessários investimentos gigantescos, mineração, indústria química, indústria de maquinaria e muitas outras.

O desenvolvimento da Bolsa também gera novos tipos de ações, contemplando diferentes formas do capital portador de juros. No processo de subscrição de ações, Engels descreve como se torna usual emitir ações de dois tipos: ações preferenciais, pelas quais se recebe como dividendo um juro fixo, e ações postergadas, cujo dividendo está associado ao restante dos lucros, descontados os dividendos já distribuídos para as preferenciais (MARX, 2014b, p. 623). Assim, há uma separação entre a aplicação do capital portador de juros com rendimentos certos da aplicação de caráter especulativo, relacionada a ganhos incertos.¹⁶⁵

¹⁶⁴ “Aumentou com essa acumulação a massa dos *rentiers*, das pessoas que estavam cansadas da tensão normal dos negócios e apenas desejavam recrear-se ou exercer as suas funções de diretor ou de conselheiro administrativo de companhias” (MARX, 2008, p. 1188).

¹⁶⁵ Engels explica a diferença entre esses dois tipos de ação: “Além disso, certas sociedades anônimas adotaram o costume de tornar corrente a divisão das ações em duas classes, preferenciais e postergadas. As preferenciais recebem um juro fixo, digamos de 5%, desde que o lucro global o permita; o que restar depois

Um último desenvolvimento apontado por Engels é a formação de Sociedades Financeiras (*Financial Trusts*), algo análogo a fundos especulativos, que consistem basicamente na formação de sociedades por ações cujo objetivo é especular no mercado acionário com rendimentos e com a oscilação dos preços de papéis rentáveis (MARX, 2014b, p. 623).

Constitui-se sociedade para comprar certa classe de papéis rentáveis, digamos, títulos governamentais estrangeiros, apólices municipais inglesas ou títulos da dívida pública americana, ações ferroviárias etc. O capital, digamos, de dois milhões de libras esterlinas é levantado mediante subscrição de ações; a direção compra os referidos valores, especula mais ou menos intensamente com eles e reparte entre os acionistas os juros anuais obtidos, após deduzir os custos (MARX, 2014b, p. 623).

Exemplo da maneira como essas sociedades financeiras operam está no caso em que adquirem ações de empresas que não adotam a divisão entre ações preferenciais e postergadas. Ao comprarem as ações, as sociedades financeiras emitem, com base nelas, novas ações, divididas em preferenciais e postergadas:

Houve grandes empresas que não adotaram a nova moda [de emitir categorias distintas de ações], e por isso um ou vários milhões de libras se empregaram nas ações delas por sociedades [financeiras] então constituídas, que, em seguida, pelo valor nominal das ações, emitiam novas, sendo metade preferenciais e metade postergadas. Nesse caso, as ações primitivas duplicavam-se, pois serviam de base para se emitirem novas ações. (MARX, 2014b, p. 623).

Dessa forma, as descrições feitas por Marx e Engels acerca da Bolsa de Valores nos permitem levantar as seguintes considerações: em primeiro lugar, está evidente que, pelo fato das ações e dos títulos constituírem capital fictício, a Bolsa torna a obtenção de propriedade sobre capital um ato de jogo e de especulação. Conforme veremos, em épocas de crise, quando o preço das ações cai a um mínimo, a Bolsa se torna o espaço em que grandes capitalistas prestamistas de dinheiro se apropriam do capital alheio, ampliando a concentração da propriedade do capital, ou então comprando as ações com baixo valor e vendendo a um alto preço. Em segundo lugar, a Bolsa se torna espaço de aplicação do mais-valor excedente que não encontra espaço de valorização na produção (ou então que apresentaria menor valorização se acumulada como capital industrial). Com isso, os excedentes assumem a forma de capital portador de juros, pela aquisição de papéis que garantem rendimentos periódicos. Por fim, essa descrição demonstra como, no mercado financeiro, novos títulos podem ser emitidos sobre títulos anteriores, duplicando ou triplicando os capitais fictícios existentes e dissociando este espaço ainda mais do verdadeiro fundamento da valorização, que é o trabalho.

disso cabe às postergadas. Desse modo, o investimento “sólido” nas preferenciais se separa mais ou menos da especulação propriamente dita, nas postergadas” (MARX, 2014b, p. 623).

5.4 *As implicações do Sistema de Crédito para o modo de produção capitalista*

O sistema de crédito apresenta implicações relevantes para o modo de produção capitalista, afetando-o substancialmente de diversas maneiras. Nessa seção, elencamos algumas das questões apresentadas por Marx, como os efeitos sobre taxa de juros, meio circulante e mercado mundial, e sobre diversos aspectos da reprodução capitalista.

5.4.1 Taxa de Juro, Meio Circulante e Mercado Mundial

A seguir, trataremos das implicações do sistema de crédito sobre a taxa de juros, sobre o meio circulante e sobre o mercado mundial.

5.4.1.1 A Taxa de Juro

Já discorreremos suficientemente acerca dos elementos constitutivos da taxa de juro: a taxa geral de lucro e a concorrência por capital-dinheiro. Mesmo assim, cabe aqui trazer este tópico novamente à tona devido às implicações que o sistema de crédito, e principalmente o capital bancário, apresentam para a sua formação e para as variações dos juros. Neste tópico trataremos da maneira como ocorre certa homogeneidade das taxas de juro vigentes e quais os elementos que ocasionam oscilações nessas taxas.

Com a emergência do capital bancário e do crédito bancário, todo o capital-dinheiro de empréstimo se encontra centralizado nos bancos, confrontando-se com os capitalistas industriais e comerciais como capital social disponível gerido pelo banqueiro. Essa concentração do crédito tem como consequência tornar a taxa de juro uma taxa dada, como o preço válido para a *Mercadoria Capital* de forma generalizada, pois exacerba a concorrência pelo capital-dinheiro (MARX, 2014b, p. 486). Essa concentração, associada à existência de diversos títulos disponíveis e diversas formas de crédito e de aplicação do capital portador de juros.¹⁶⁶ criam um ambiente que gera um processo de arbitragem entre taxas de juro pela busca de fontes de maior rentabilidade, como demonstra o depoimento de Chapman:

¹⁶⁶ Chapman, sócio da uma firma corretora de letras, afirma, em depoimento, que “a taxa de juro é influenciada por todos os papéis de negociação corrente; seria errado cingir a questão apenas ao desconto de letras, pois, se existe grande procura de dinheiro contra a caução de títulos da dívida consolidada ou de bônus do tesouro, como acontecia há pouco tempo, e a juro mais alto que o comercial, é absurdo dizer que esses elementos não influem em nosso mundo comercial, quando têm sobre ele influência decisiva” (MARX, 2014b, p. 675).

Não posso por exemplo esperar que alguém me ceda dinheiro a 5% sobre letras comerciais, quando pode emprestar esse dinheiro a 6% sobre títulos da dívida consolidada; nosso comportamento é influenciado da mesma maneira; ninguém pode exigir de mim que desconte sua letra a 5,5%, se tenho a possibilidade de emprestar meu dinheiro a 6%. (MARX, 2014b, p. 675).

Estes elementos estão associados à formação de taxas de juro mais ou menos homogêneas, que orbitam em torno de uma média definida pela concorrência pelo capital-dinheiro emprestável.

Por sua vez, o desenvolvimento do sistema de crédito também apresenta como efeito a redução no patamar das taxas de juro decorrente da mera aglutinação do capital-dinheiro disponível de todas as classes, expandindo a oferta acessível pelos capitalistas industriais e comerciais para descontarem letras e tomarem empréstimos (MARX, 2014b, p. 481). Essa aglutinação do capital-dinheiro de empréstimo, portanto, acaba por comprimir a taxa de juros em relação às taxas vigentes quando o capital-dinheiro se encontra disperso, nas mãos de capitalistas prestamistas específicos. Além disso, as pequenas quantias relacionadas às poupanças da classe trabalhadora, sem a função do capital bancário de aglutiná-las, não podem ser emprestadas de forma sistemática para a reprodução capitalista. Apenas a concentração do capital-dinheiro nos bancos permite esses empréstimos, expandindo a oferta existente.

Além deste nivelamento das taxas de juro proporcionado pela arbitragem e pela concentração do capital-dinheiro nos bancos, Marx apresenta a possibilidade de queda da taxa de juro como uma decorrência da lei da queda tendencial da taxa geral de lucro, que ocorre em períodos longos. Sob condições normais, a taxa de juro é parcela da taxa geral de lucro, enquanto a outra parte é composta pelo lucro do empresário. Assim, a existência de altas taxas de juro por longo tempo está condicionada à alta taxa geral de lucro.¹⁶⁷ Por isso, pode-se afirmar que há variações da taxa de juro que “ocorrem durante períodos longos [...] condicionadas pelas variações da taxa geral de lucro” (MARX, 2014b, p. 661).

Mesmo sem considerar as variações da taxa de juros em períodos longos, decorrentes da queda da taxa geral de lucro, flutuações da taxa de juros se acentuam com o desenvolvimento do sistema de crédito. Marx aponta como causa dessas flutuações o movimento do mercado mundial, em que o processo de arbitragem que ocorre internamente,

¹⁶⁷ Sobre a relação entre taxa geral de lucro, taxa de juro e lucro do empresário, Marx afirma que taxa de juro alta por muito tempo “é demonstração imediata de que nesse período era alta a taxa de lucro, mas não prova necessariamente que também era alta a taxa de lucro do empresário. [...] Alta taxa de lucro proporciona a possibilidade de taxa de juro alta por longo tempo [...] Mas é possível que essa alta taxa de lucro, após deduzida a alta taxa de juro, só deixe remanescendo baixa taxa de lucro do empresário” (MARX, 2014b, p. 677).

relacionado às diferentes possibilidades de aplicação do capital-dinheiro disponível, também ocorre entre os diversos países, porém condicionado às possibilidades de movimento desse capital. Assim, há também variações da taxa de juro “oriundas da diferença dessa taxa segundo os diferentes países [...] por diferenças nas taxas de lucro e no desenvolvimento do crédito” (MARX, 2014b, p. 661). A existência de diferentes taxas gerais de lucro entre os países e diferentes níveis de desenvolvimento do crédito tem como consequência a existência de taxas de juro diferentes entre os países, que oscilam conforme os capitalistas prestamistas de dinheiro têm a possibilidade de aplicar seu capital-dinheiro de forma a obter juro maior entre os diversos países.

Por fim, variações nas taxas de juro decorrem principalmente das variações na oferta e na demanda por capital-dinheiro de empréstimo, ou seja, pela concorrência em relação ao capital social disponível. Uma maior oferta relativa de capital de empréstimo implica taxas de juro mais baixas, enquanto menor oferta relativa implica taxas mais altas. Dessa forma, as variações da taxa de juro “dependem da oferta do capital de empréstimo, isto é, do capital que se empresta na forma de dinheiro, espécies metálicas ou bilhetes, desde que invariáveis as demais condições, grau de confiança etc.” (MARX, 2014b, p. 661).

Essa oferta de capital-dinheiro de empréstimo existe em diversas formas, destacando-se principalmente os principais meios de circulação existentes no país, como os bilhetes do Banco Central (no caso de Marx, as notas bancárias do Banco da Inglaterra), bilhetes de banco de outros bancos emissores, se existirem, e o ouro, seja na forma de moedas ou de barras de ouro. Essa massa de capital disponível corresponde principalmente aos encaixes dos bancos na forma de dinheiro (ouro e bilhetes), ou seja, ao fundo de reserva dos bancos (MARX, 2014b, p. 684). Além disso, fazem parte da oferta de capital-dinheiro de empréstimo as dívidas geradas pelos bancos que possuem a capacidade de circular, como cheques ou aberturas de conta, porém sempre limitadas ao capital-dinheiro real disponível. Como já vimos, os encaixes estão predominantemente depositados no Banco Central, como fundo de reserva dos bancos. Sobre isso, comenta Weguelin, ex-Governador do Banco da Inglaterra:

No meu modo de ver, a taxa de desconto é regulada pela quantidade do capital desocupado no país. A quantidade do capital desocupado está representada pelo encaixe do Banco da Inglaterra, e esse encaixe é, na realidade, reserva metálica. Se, portanto, diminui a reserva metálica, reduz-se a quantidade do capital desocupado no país e eleva-se portanto o valor da parte remanescente (MARX, 2014b, p. 684).

Assim, o que se expressa no comentário de Weguelin é o fato de que o encaixe do Banco da Inglaterra representa os fundos de reserva dos bancos particulares e, além disso, centraliza uma série de funções por ser a principal fonte de entesouramento de dinheiro, como

fundo de meios de compra e de meios de pagamento na circulação interna e fundo de meio de pagamento internacional. Por existir essa sobreposição de funções sobre a reserva do Banco Central, variações do encaixe do Banco decorrentes, por exemplo, da saída de ouro no comércio internacional afetam também as reservas depositadas dos bancos particulares, que se reduzem em magnitude semelhante.¹⁶⁸ É neste sentido o depoimento de Hubbard:

Os particulares poderão continuar possuindo a mesma quantidade de meios de circulação, mas os depósitos dos comerciantes nos bancos, os saldos dos bancos com os corretores de câmbio e suas reservas em caixa reduzem-se todos, e a consequência imediata dessa redução no montante de capital desocupado é elevar-se a taxa de juros, digamos, de 4% para 6%. Estando prósperos os negócios, não se abala a confiança, mas o crédito fica mais caro (MARX, 2014b, p. 554)

Portanto, na interpretação de Marx, a variação das reservas metálicas do Banco da Inglaterra constitui um dos principais elementos explicativos da variação das taxas de juros. Ao afetarem os fundos de reserva dos bancos, afetam a quantidade de capital-dinheiro disponível para empréstimo e, conseqüentemente, a taxa de juro cobrada para tomá-lo emprestado.¹⁶⁹

Assim como o capital-dinheiro dos demais bancos particulares, o capital-dinheiro do Banco da Inglaterra também apresentam dupla existência: existe como (1) bilhetes que estão circulando, fora do alcance imediato do Banco, o que corresponde ao meio circulante em poder do público, e (2) ouro, bilhetes e títulos em posse do banco como encaixe (MARX, 2014b, p. 626). Sob a existência de uma restrição legal como a Lei Bancária de 1844, que restringe a emissão de bilhetes do Banco da Inglaterra à quantidade de ouro existente em suas reservas, o fundo de reserva do banco consiste no total de bilhetes que pode emitir, de acordo com essa restrição, líquidos dos bilhetes em poder do público, como meio circulante. Assim, “o fundo de reserva do departamento bancário” que negocia letras e notas bancárias “é igual ao excesso dos bilhetes que o Banco pode legalmente emitir sobre os bilhetes que estão circulando” (MARX, 2014b, p. 626).

O máximo legal para a emissão de bilhetes é 14 milhões (que dispensam reserva metálica; é quase o que o Estado deve ao Banco) mais o montante do estoque de metais preciosos do Banco. Se esse estoque é de 14 milhões de libras esterlinas,

¹⁶⁸ Sobre isso, Mr. Morris, ex-Governador do Banco da Inglaterra ressalta que “exportação de Ouro parece de imediato atingir apenas o Banco da Inglaterra, mas deve repercutir também sobre as reservas dos outros bancos, pois exporta-se então parte da reserva que eles mantêm em nosso banco. É de esperar a mesma repercussão sobre as reservas de todos os bancos provinciais” (MARX, 2014b, p. 626).

¹⁶⁹ Após negar diversas vezes esta relação, Samuel Jones Loyd, também conhecido como Lorde Overstone, banqueiro, um dos principais teóricos do *Currency Principle* e responsável pela elaboração da Lei Bancária de 1844, admite que as reservas do Banco da Inglaterra são cruciais para se compreender a alta e a baixa das taxas de juros: “As flutuações na taxa de desconto têm fora de dúvida relação íntima com o nível de encaixe em ouro [do Banco da Inglaterra], pois o nível das reservas é o indicador do acréscimo ou decréscimo da quantidade de dinheiro existente no país; e a proporção em que o dinheiro do país aumenta ou diminui, baixa ou sobe o valor do dinheiro, e a taxa bancária adapta-se-á a essa variação” (MARX 2014b, p. 575).

poderá o banco emitir em bilhetes 28 milhões, e se destes circulam 20 milhões, o fundo de reserva do Banco é de 8 milhões. (MARX, 2014b, p. 626).

Portanto, com a exportação de ouro, diminuindo o estoque metálico, as reservas do Banco da Inglaterra são diretamente afetadas, levando a aumento da taxa de juros, decorrente dessa escassez de capital-dinheiro de empréstimo.

Se houver exportação de ouro, diminuindo o estoque metálico de 6 milhões – o que acarreta destruição de bilhetes por igual montante –, a reserva do departamento bancário cairá de 8 para 2 milhões. O Banco elevará então consideravelmente a taxa de juros; os bancos que nele depositam e os outros depositantes verão o fundo de reserva diminuir em relação aos saldos que nele possuem. (MARX, 2014b, p. 626).

No entanto, quanto não há tais restrições legais de emissão de bilhetes, como no caso da suspensão da Lei Bancária de 1844, o Banco da Inglaterra pode emitir bilhetes em maior quantidade e sem cobertura do ouro. Estes bilhetes excedentes são símbolos de valor que não apresentam equivalente em dinheiro real, sendo, portanto, capital fictício criado pelo Banco. Isso não muda o fato de que, com a saída de ouro, reduzem-se os fundos de reserva dos bancos, pressionando a alta dos juros, porém esta emissão extra é capaz de aliviar a demanda por capital-dinheiro, principalmente em períodos de crise. Engels explica o que ocorre com a capacidade de emissão de bilhetes pelo Banco da Inglaterra com a suspensão da Lei Bancária:

A suspensão da lei bancária de 1844 permite ao Banco emitir qualquer quantidade de bilhetes de banco, sem cobertura garantida pelo ouro entesourado em seu poder; criar, portanto, o montante que queira de capital-dinheiro fictício, para fazer adiantamentos aos bancos e aos *bill-brokers*, e, por meio deles, ao comércio (MARX, 2014b, p. 627).

Períodos de altas taxas de juros são períodos de aperto monetário, que expressam que a oferta relativa de capital-dinheiro de empréstimo é baixa. Isso significa que o crédito bancário está em alta, através de adiantamentos e da atividade de desconto de letras, e que os limites do processo produtivo estão sendo dilatados através do crédito. Quando tratarmos dos ciclos industriais, veremos a descrição de Marx sobre o comportamento da taxa de juro em cada fase, e como se comportam respectivamente as demais variáveis monetárias.

Um último comentário deve ser feito sobre as variações na taxa de juro, este relacionado com a variação da necessidade de meios de circulação. Enquanto existe uma restrição legal de emissão de bilhetes, como o Lei Bancária de 1844, as variações na quantidade de meio circulante necessária para a circulação interna fazem com que o Banco supra essa necessidade através de bilhetes, mas isso reduz ao mesmo tempo o seu fundo de reserva. Como consequência, sobe a taxa de juro, pois essas reservas são limitadas ao total de

ouro existente como encaixes.¹⁷⁰ Esse último aspecto possibilita que tratemos das questões referentes à quantidade de meio circulante no sistema de crédito.

5.4.1.2 O Meio Circulante

A quantidade de meio circulante, no sistema de crédito, conserva as mesmas leis já estudadas na circulação simples de mercadorias, sendo esta quantidade definida endogenamente, de acordo com os preços, com a quantidade de transações e com a velocidade de circulação do dinheiro. No entanto, há uma série de questões relevantes específicas desse meio circulante em uma economia capitalista com sistema de crédito desenvolvido, como, por exemplo, o fato de que o dinheiro que permaneceria entesourado é depositado nos bancos, podendo ser emprestado novamente. Portanto, esses aspectos do crédito serão aqui explorados.

Na circulação simples, o meio circulante era apenas o dinheiro metálico, a mercadoria ouro, e eventualmente os símbolos de valor (papel-moeda) que substituem o ouro como meio de circulação. Com o sistema de crédito, tanto as letras quanto os bilhetes de banco passam a cumprir esta função, assim como cheques e transferências meramente contábeis entre contas bancárias. Já vimos que o que ocorre em relação a essas transferências contábeis e ao sistema de compensação de cheques nada mais é do que economia de meios de circulação a partir da técnica bancária. Os meios de circulação que efetivamente circulam, portanto, são os bilhetes de banco, as letras e o dinheiro metálico.

Por quantidade do meio circulante entendemos a soma de todos os bilhetes de banco existentes e circulantes num país e todo o dinheiro metálico, inclusive barras de metais preciosos. Parte dessa quantidade constitui encaixe dos bancos de magnitude sempre variável. (MARX, 2014b, p. 660-661).

A quantidade desses meios circulantes continua sendo definida pela lei geral da circulação simples, porém, agora, é necessário considerar os efeitos do sistema de crédito sobre a mesma. Em primeiro lugar, a velocidade da circulação capitalista de forma geral passa a ser regulada pelo estado do crédito (MARX, 2014b, p. 689). Isso ocorre de duas maneiras: a primeira é através da economia de meios de circulação decorrente da técnica bancária e a

¹⁷⁰ “[Há estreita conexão entre] a quantidade de ouro no departamento de emissão e a reserva de bilhetes no departamento bancário do Banco da Inglaterra. Explica a variação da taxa de juro pela variação na quantidade de dinheiro. Mas aí incide em erro. A reserva de bilhetes [do departamento bancário] pode diminuir, porque aumenta o dinheiro circulante no país. É o que se dá quando o público retira mais bilhetes, e o encaixe metálico não diminui. Mas, então, sobe a taxa de juro, porque, de acordo com a lei de 1844, é limitado o capital bancário do Banco da Inglaterra.” (MARX, 2014b, p. 576).

segunda é a velocidade do crédito bancário, ou seja, a frequência e velocidade com que uma mesma peça de dinheiro se torna depósito e, logo em seguida, crédito bancário, seja na forma de empréstimo ou de desconto de letras (MARX, 2014b, p. 689).

Sobre o primeiro aspecto, Marx ressalta que “essa economia aumenta a eficácia do meio de circulação, pois se exige quantidade bem menor de numerário e apenas para liquidar o saldo final” (MARX, 2014b, p. 690). Assume a sua forma mais desenvolvida na câmara de compensações, em que se liquidam letras a vencer, cheques, e demais obrigações. A eficácia deste método está diretamente associada à magnitude do crédito comercial, uma vez que se sustenta principalmente na compensação de letras emitidas pelos capitalistas industriais e comerciais: “se diminui o crédito, reduz-se o número das letras, sobretudo as de prazo mais dilatado, e decresce, portanto, a eficácia desse método de liquidação” (MARX, 2014b, p. 689). Ao poupar meios de circulação, acelera as transações e, conseqüentemente, a circulação do capital.

O segundo aspecto refere-se à velocidade do crédito bancário, ou seja, “do encadeamento e da rapidez de ação dos créditos, de modo que o dinheiro que num ponto se imobiliza como depósito, noutro logo se mobiliza como empréstimo” (MARX, 2014b, p. 672). Essa velocidade permite que o dinheiro troque de mãos e possa ser despendido, diferentemente do que aconteceria se permanecesse entesourado. Essa velocidade depende, em primeiro lugar, da predominância de entesouramentos na forma de depósitos bancários,¹⁷¹ dando o público crédito aos banqueiros, e, em segundo lugar, da disposição dos bancos em descontarem letras ou cederem o capital-dinheiro como empréstimo. Marx exemplifica da seguinte forma:

No papel de simples meio de circulação, sem interferência do crédito, a mesma peça de dinheiro só pode efetuar cinco movimentos, e demorando nas mãos de cada um, se A, o possuidor original, compra mercadorias a B, B a C, C a D, D a E, E a F, compras e vendas reais, possibilitando a transferência dela de um para o outro. Mas se B deposita no banco o dinheiro que recebeu de A em pagamento, e o banco desembolsa-o descontando letra para C, que compra mercadorias a D, e D deposita o dinheiro no banco, que o empresta a E, que compra mercadorias de F, a velocidade do dinheiro no papel de simples meio de circulação (meio de compra) resultou de várias operações de crédito: o depósito de B no banco, o desconto feito por este em favor de C, o depósito de D no banco, e o desconto que este fez em favor de E; quatro operações de crédito, portanto. Sem essas operações, a mesma peça de dinheiro não teria efetuado cinco compras seguidas em dado espaço de tempo. A circunstância de mudar de mãos sem haver compra e venda real, em virtude de

¹⁷¹ Anderson, diretor do Union Bank of Scotland, explica as conseqüências do hábito escocês de manter contas em banco para depósito: “é o costume escocês generalizado de manter conta bancária; quem quer que tenha algum dinheiro tem conta num banco e nele diariamente deposita todo o dinheiro que não precisa para uso pessoal imediato, e, desse modo, ao fim de cada dia útil, está no banco o dinheiro todo, com exceção do que se tem no bolso.” (MARX, 2014b, p. 695).

depósito e de desconto, acelerou a passagem dela de um para outro na série das transações reais (MARX, 2014b, p. 691).

Dessa forma, ao tratarmos da velocidade de circulação do dinheiro, devemos ter em mente o estado do crédito, que configura a velocidade com que depósitos se tornam descontos ou empréstimos. Na medida em que os banqueiros adiantam o dinheiro com mais velocidade, menor quantidade de meios de circulação pode ser suficiente para realizar certo número de transações, dados os preços.

Outro aspecto relevante está relacionado ao caráter endógeno do meio circulante e a capacidade de bancos emissores de emitirem bilhetes de banco. Marx sustenta que todo bilhete emitido acima das necessidades de circulação retorna aos bancos na forma de depósito: “[...] já daí se infere que não está nas mãos dos bancos emissores aumentar o número dos bilhetes que circulam [...] A quantidade dos bilhetes que circulam rege-se pelas necessidades do comércio, e todo bilhete supérfluo logo retorna a seu emissor” (MARX, 2014b, p. 693).

Esse fato se expressa nos dados apresentados por Marx sobre o total de bilhetes do Banco da Inglaterra em poder do público entre 1844 e 1857, que oscilaram nesse período em torno de 20 milhões de libras. Desses bilhetes, que são os bilhetes que se encontram fora do Banco da Inglaterra e não retornaram como depósito dos bancos particulares, divide-se o total entre uma parte que é o que efetivamente circula, ou seja, a circulação efetiva, e outra parte que fica como encaixe nos bancos, na forma momentânea de tesouro, para logo ser emprestada novamente como capital-dinheiro de empréstimo (MARX, 2014b, p. 699). A proporção entre essas duas partes varia de acordo com a intensidade da circulação: em épocas de baixa circulação efetiva, a parte que está em encaixe nos bancos é proporcionalmente maior do que a parte em circulação, sendo este o período em que há dinheiro em excesso; em épocas de elevada circulação efetiva, a proporção se inverte, havendo escassez de dinheiro (MARX, 2014b, p. 699-700). Consequentemente, devido aos encaixes nos bancos, o primeiro período coincide com elevada massa de capital-dinheiro de empréstimo disponível, enquanto, no caso de alta circulação efetiva, há menor disponibilidade desse capital de empréstimo. Este aspecto levantado aqui se torna mais evidente na análise dos ciclos industriais.

No caso em que há baixa circulação efetiva, os bancos podem realizar operações de desconto de letras ou de adiantamentos sem diminuir as suas reservas, uma vez que, estando supridas as necessidades da circulação, retornam esses bilhetes como depósitos. Sobre isso, afirma Weguelin, ex-Governador do Banco da Inglaterra:

O desconto de letras até esse montante (1 milhão diariamente, 3 dias seguidos) não diminuiria as reservas (de bilhetes de banco), a não ser que o público exigisse montante maior de circulação ativa. Os bilhetes emitidos com o desconto das letras refluiriam por intermédio dos bancos e dos depósitos. No caso de essas transações não terem por objetivo a exportação de ouro, ou de não reinar no país medo que leve o público a guardar os bilhetes em vez de depositá-los nos bancos, a reserva não se alteraria com essas operações gigantescas. – O banco pode descontar diariamente 1,5 milhão, e isto acontece continuamente, sem que de leve atinja sua reserva. Os bilhetes retornam como depósitos, e a única alteração que se observa é a mera transferência de uma conta para outra (MARX, 2014b, p. 598).

Um fato importante é o de que, quando estes bilhetes retornam como depósitos, retornam ao seu emissor não mais como simples crédito por ele emitido, ou então como capital próprio, mas como capital de terceiros, como depósito que pertence ao público. Portanto, na prática, o que ocorre é que os bilhetes voltam a compor o capital bancário, porém como capital de empréstimo, e não mais como capital próprio (MARX, 2014b, p. 608).

5.4.1.3 O Mercado Mundial

O sistema de crédito também afeta o comércio internacional de forma importante, principalmente através do crédito comercial que se realiza na esfera do mercado mundial. Emite-se letras contra firmas em outros países e desconta-se essas letras nos bancos, ou usam-nas como caução para novos empréstimos (MARX, 2014b, p. 648). Isso apresenta implicações importantes para as entradas e saídas de ouro, uma vez que há dissociação entre entradas e saídas de mercadorias do país e o efetivo pagamento da transação. Por isso, o comércio internacional apresenta uma diferenciação entre o chamado balanço comercial e o balanço de pagamentos internacionais. Balanço comercial consiste no resultado do comércio internacional em termos de capital-mercadoria transacionado, enquanto o balanço de pagamentos consiste no resultado em termos de vencimento de letras, servindo o dinheiro mundial como meio internacional de pagamento. “O balanço de pagamentos se distingue do balanço comercial por ser um balanço comercial que se vence em determinado prazo” (MARX, 2014b, p. 682).

Para Marx, o comércio mundial necessita inerentemente de crédito devido ao fato de que o capital comercial precisa do empréstimo do capital-mercadoria para realizar a revenda, pagando apenas posteriormente aos fabricantes. Assim, o crédito é indispensável a essas transações, gerando necessidade de pagamento de letras em períodos determinados.

A produção em grande escala e para mercados distantes lança o produto global nas mãos do comércio; mas é impossível que o capital da nação dobre, de modo que o comércio de per si esteja capacitado para comprar com capital próprio todo o

produto nacional e em seguida revendê-lo. O crédito é aí, portanto, indispensável. (MARX, 2014b, p. 637)

Além disso, o desenvolvimento do mercado mundial, para Marx, está associado ao próprio desenvolvimento das forças produtivas e da produção em grande escala. Com a maior magnitude da produção, expandem-se os mercados e distanciam-se a produção e o consumo. Conseqüentemente, o comércio internacional demanda crédito, devido às maiores distâncias percorridas e ao prolongamento do período de retorno em dinheiro. Com isso, a especulação no comércio internacional deve se ampliar, pois há riscos em relação aos retornos e aos preços de mercado vigentes.¹⁷² Assim, quando há longo período entre o embarque da mercadoria e a realização da venda, o risco de variação dos preços se amplia, podendo dificultar o pagamento posterior de letras emitidas sobre esta atividade comercial.

Quanto maior o prazo de vencimento das letras, tanto maior tem de ser o capital de reserva e tanto maior é a possibilidade de que se restrinja ou se atrase o retorno do dinheiro em virtude de queda dos preços ou de abarrotamento dos mercados. Além disso, os retornos serão tanto mais incertos quanto mais a transação original for condicionada pela especulação de alta ou de baixa dos preços da mercadoria (MARX, 2014b, p. 636).

Portanto, esses dois elementos demonstram como existe a necessidade de crédito no comércio internacional, no qual a decisão de compra, o embarque da mercadoria e a realização do seu valor estão necessariamente dissociados no tempo, devido às distâncias a ele iminentes. No entanto, conforme comentário de Engels, o aspecto do risco das operações de crédito no comércio internacional se reduz na medida em que o mercado mundial se desenvolve (MARX, 2014b, p. 544-545). Com o desenvolvimento dos meios de transporte no Século XIX, como navios a vapor, e dos meios de comunicação, através do telégrafo elétrico, estes riscos se reduzem, pois diminui o prazo de chegada das mercadorias (e também de retorno do dinheiro), assim como se torna possível ter conhecimento das condições de mercado antes do embarque das mercadorias. De qualquer forma as colocações de Marx acerca da necessidade do crédito no comércio internacional permanecem válidas.

Para o comércio internacional, é possível que haja balanço desfavorável de pagamentos para ambas as nações que comerciam, devido ao fato de que não é possível necessariamente a compensação direta entre as letras existentes. Essas letras pertencem a indivíduos distintos e não podem ser compensadas uma por outra:

¹⁷² “Mas está claro que, com o desenvolvimento da produtividade do trabalho e, portanto, da produção em grande escala, (1) os mercados se expandem e se distanciam do local de produção, (2) por isso, os créditos devem prolongar-se e, portanto, (3) o fator especulação deve dominar cada vez mais as transações [...] crédito que tem o montante aumentado, com o aumento crescente da magnitude do valor da produção, e a duração distendida com o afastamento cada vez maior dos mercados” (MARX, 2014b, p. 636-7).

Seria ridículo dizer que dois indivíduos que comerciam entre si tenham reciprocamente balanço desfavorável de pagamentos. Se são mutuamente devedores e credores, é claro que se os respectivos créditos não se anulam, um deve ao outro o que resta. Isto não se dá com as nações. E todos os economistas o reconhecem ao afirmarem que o balanço de pagamentos pode ser favorável ou desfavorável a uma nação, embora o balanço comercial tenha finalmente de equilibrar-se. (MARX, 2014b, p. 682).

Assim, quando há balanço de pagamentos desfavorável, ou seja, necessidade de pagar letras vencidas no mercado internacional, Marx (2014b, p. 682) afirma que essas dívidas podem ser saldadas das seguintes maneiras:

- a) através de exportação de metais preciosos (ouro ou prata), com o objetivo de liquidar os vencimentos através da função do dinheiro metálico de meio de pagamento internacional;
- b) através de venda a qualquer preço de mercadorias para obter meios de pagamento;
- e
- c) falência dos devedores, que saldaram as dívidas através do próprio capital, o qual transformam em capital-dinheiro que utilizam para pagar as obrigações.

Períodos de balanço de pagamentos desfavorável para uma nação, segundo Marx, costumam convergir com períodos de superprodução e abarrotamento dos mercados externos proporcionados pela produção aumentada impulsionada pelo crédito. Assim, essa saída de metal ocasionada pelo comércio no mercado mundial “é em regra sintoma de mudança na situação do comércio exterior, e essa mudança, por sua vez, prenuncia que estão amadurecendo as condições da nova crise” (MARX, 2014b, p. 757). Trataremos mais especificamente de como o comércio internacional se relaciona com as crises ao estudarmos as etapas do ciclo industrial apresentado por Marx.

5.4.2 Alterações em aspectos da reprodução capitalista

Nesta seção, com base em trechos do texto de Marx e da concepção geral que se pode formar acerca do sistema de crédito em sua obra, tentaremos sintetizar algumas das implicações das relações aqui apresentadas para a reprodução capitalista. Trataremos, em primeiro lugar, das consequências da concentração do capital-dinheiro de empréstimo sob administração dos banqueiros para a expressão aparente da valorização capitalista. Posteriormente, apresentaremos como o sistema de crédito possibilita o nivelamento da taxa geral de lucro e os elementos que aceleram a reprodução. Por fim, vamos expor a maneira

como crédito gera superprodução, especulação, concentração de capital e, na concepção de Marx, prepara a passagem do modo de produção capitalista para o modo de produção associado.

5.4.2.1 Centralização do Capital de Empréstimo nos Bancos

Quando todo o capital-dinheiro latente se concentra, na forma de depósitos, nos bancos, a consequência imediata disso é que os capitalistas prestatários de dinheiro se deparam com a massa do capital social disponível, que lhes aparece na forma de capital de empréstimo. Consequentemente, podem esses capitalistas se apoderar livremente do capital alheio, bastando, para isso, serem proprietários de capital (MARX, 2014b, p. 585).

O crédito oferece ao capitalista particular, ou ao que passa por tal, disposição livre, dentro de certos limites, de capital alheio e de propriedade alheia e, em consequência, de trabalho alheio. Comando sobre capital social, de que não é proprietário, permite-lhe dispor de trabalho social. O capital mesmo que realmente ou na opinião do público possui passa a ser a base para a superestrutura do crédito. (MARX, 2014b, p. 585-586).

Portanto, basta que o banqueiro esteja convencido de que o capitalista particular dispõe de capital para que este possa se apoderar livremente do capital alheio e dispor de parte do trabalho social, sem por isso realizar qualquer esforço. Assim, esse capital “não resulta de ‘economias’ feitas por ele mesmo, mas ele dispõe de economias alheias na proporção da magnitude do capital próprio” (MARX, 2014b, p. 672). Por sua vez e ao mesmo tempo, o banqueiro “transforma em fonte privada de enriquecimento o crédito que os capitalistas reprodutivos se concedem entre si e o que lhe dá o público” (MARX, 2014b, p. 672).

O que Marx argumenta a partir deste fato é que todas as justificativas que embasam a existência de capital e da produção capitalista como uma relação de produção cuja base não é a exploração do trabalho alheio perdem o sentido. Assim, essa fase mais avançada da produção capitalista expõe a verdadeira natureza do capital.

Desaparecem então todas as normas, todas as justificações mais ou menos válidas no modo capitalista de produção. [...] Concepções que ainda tinham sentido em fase menos desenvolvida da produção capitalista tornam-se por completo caducas. (MARX, 2014b, p. 586).

Em primeiro lugar, a justificativa do lucro como sendo algo decorrente do risco de perda do próprio capital a que se submete quando o investe na produção deixa de ter sentido. O capital que adianta como capital produtivo não é mais o próprio capital, mas o capital alheio: “ao especular, o que arrisca o comerciante em grande escala é a propriedade social e

não a sua” (MARX, 2014b, p. 586). A ideia de que o capital se origina pela poupança daquele que é seu proprietário também não apresenta mais validade, uma vez que o capital do qual o prestatário se apropria no banco é justamente a poupança alheia: “a tese que estabelece a origem do capital na poupança perde também qualquer sentido, pois o especulador exige justamente que outros poupem para ele” (MARX, 2014b, p. 586). Por fim, a ideia de que o capital e o lucro decorrem da frugalidade e da abstinência ao consumo também não é válida, uma vez que a capacidade de gastar com bens de luxo expressa riqueza e, conseqüentemente, capacidade de tomar crédito perante o banqueiro: “o próprio luxo converte-se também em meio de crédito, desmentindo de maneira contundente a proposição da abstinência” (MARX, 2014b, p. 586).

Assim, pulveriza-se a última ilusão do sistema capitalista, a de ser o capital o fruto do trabalho e da poupança pessoais. O lucro consiste no ato de apropriar-se de trabalho alheio, e o capital com que se mobiliza e se explora esse trabalho alheio consiste em propriedade alheia, que o capitalista prestamista põe à disposição do capitalista industrial a fim de explorá-lo por sua vez (MARX, 2014b, p. 672).

5.4.2.2 Nivelamento da Taxa Geral de Lucro e Aceleração da Reprodução Capitalista

Como decorrência da concentração do capital-dinheiro disponível nos bancos, uma consequência importante para a reprodução capitalista é o fato de que, sem o desenvolvimento do sistema de crédito, não pode ocorrer plenamente o processo sistemático de nivelamento da taxa geral de lucro (MARX, 2014b, p. 581). Toda a produção capitalista e a formação dos preços repousa, segundo Marx, sobre essa tendência. Com o sistema de crédito, os capitais ociosos, através do crédito bancário, podem ser adiantados em ramos de produção mais lucrativos, acelerando o nivelamento da taxa de lucro pela concorrência. É isso que significa a seguinte afirmação de Marx:

O nivelamento contínuo das disparidades incessantes [...] supõe o desenvolvimento do sistema de crédito, que concentra, perante os capitalistas isolados, a massa inorgânica do capital disponível da sociedade, e ainda a subordinação dos diversos ramos aos capitalistas (MARX, 2013a, p. 254).

O que ocorre é o seguinte: a parte do mais-valor destinada à acumulação de capital, ou seja, o fundo de acumulação, só se torna capital-dinheiro de empréstimo se não pode ser aplicado para ampliar a produção. Isso ocorre, em primeiro lugar, se o respectivo ramo de produção já está saturado de capital, e, em segundo lugar, se necessita atingir determinado montante, de acordo com as proporções técnicas exigidas para investir novo capital nesse

negócio particular. (MARX, 2014b, p. 671). Ao se tornar capital-dinheiro disponível depositado nos bancos, podem os banqueiros adiantá-lo a outro capitalista, ampliando a produção em outro ramo. Com isso, o capital de um ramo saturado foi aplicado em outro, e este movimento é a própria concorrência entre os capitais, responsável pelo nivelamento da taxa geral de lucro. Dessa forma, o mercado de dinheiro é aí o veículo para esse processo:

No mercado de dinheiro confrontam-se apenas emprestadores e prestatários. A mercadoria aí tem forma invariável, a de dinheiro. Desvanecem-se todas as figuras particulares do capital, segundo os ramos particulares de produção ou circulação em que se aplica. Passa o capital a existir na figura que não se diferencia, do valor autônomo, sempre igual a si mesmo – o dinheiro. Anula-se a concorrência entre os diversos ramos, procurando todos conjuntamente tomar dinheiro emprestado, e o capital confronta-os todos na forma em que não lhe importa a maneira como vai ser empregado (MARX, 2014b, p. 488).

A partir disso, Marx argumenta que o capital se apresenta aí como o fator comum da classe capitalista que se distribui pelos diferentes ramos, e este fator comum é responsável pela exploração da classe trabalhadora em conjunto (MARX, 2013b, p. 255). O mais-valor assim produzido reparte-se entre todo o capital a partir da taxa geral de lucro, independentemente do ramo em que esteja aplicado.

O capital em si, como fator comum da classe, qualidade que o capital industrial só revela no movimento e na concorrência entre os diferentes ramos, aparece então, com a força toda, na procura e oferta de capital. No mercado de dinheiro, o capital dinheiro ostenta efetivamente a figura em que se reparte, como elemento comum, seja qual for seu emprego particular, pelos diferentes ramos, pela classe capitalista de acordo com as necessidades de produção de cada ramo. (MARX, 2014b, p. 488-489).

Portanto, é apenas através do capital-dinheiro de empréstimo, adiantado pelos banqueiros, que o nivelamento da taxa geral de lucro pode se efetivar. O crédito bancário amplia a mobilidade para o capital acumulado em um ramo ser adiantado em outro, porém através das mãos do banqueiro e de outro capitalista.

Além dessa tendência, o crédito também é responsável por acelerar a produção e a circulação capitalista de diversas formas. A primeira refere-se ao fato de que tanto o crédito comercial, a partir da emissão de letras, quanto o crédito bancário, através do desconto de letras, dos empréstimos e da atividade de compensação, é capaz de acelerar a acumulação em relação aos retornos em dinheiro decorrentes da venda e da realização do valor das mercadorias. Assim, antes mesmo de vender, através do crédito pode-se adiantar novo capital no processo reprodutivo. Isso nada mais é do que acelerar o processo de metamorfose das mercadorias, o que acelera a reprodução geral (MARX, 2014b, p. 582).

A compensação de cheques e a possibilidade de substituir a utilização do meio circulante por meras operações contábeis em contas depositárias é um fator que diminui os

custos de circulação, e também se apresenta como forma de acelerar a circulação. Analogamente, o aumento da velocidade de circulação decorrente do estado do crédito também apresenta este efeito, ao permitir que diversas transações sejam possibilitadas mediante depósito e crédito bancário. Essas são formas com que o crédito poupa meios de circulação, reduz seus custos e suas necessidades, possibilitando que as metamorfoses das mercadorias ocorram de forma mais rápida.

Além disso, o sistema de crédito contrai os fundos de reserva a um mínimo necessário para a operação bancária e para a manutenção das reservas de ouro do Banco da Inglaterra. Isso é apenas consequência da aplicação do capital-dinheiro disponível em diversos ramos de produção, mas expressa também o fato de que as partes que deveriam permanecer como tesouro, nas formas de capital-dinheiro, podem retornar para o processo de reprodução a partir do empréstimo, sem ficar estagnadas como fundo monetário.

Portanto, o que o sistema de crédito proporciona é a capacidade de expandir a produção ao seu limite máximo através da aplicação de capital alheio. É o crédito, portanto, o causador de problemas relativos à superprodução e à especulação.

Se o sistema de crédito é o propulsor principal da superprodução e da especulação excessiva no comércio, é só porque o processo de reprodução, elástico por natureza, se distende até o limite extremo, o que sucede em virtude de grande parte do capital social ser aplicada por não proprietários dele, que empreendem de maneira bem diversa do proprietário que opera considerando receoso os limites de seu capital (MARX, 2014b, p. 588).

5.4.2.3 Monopolização, Especulação, Crise e Superação do Modo de Produção Capitalista

As consequências da aceleração do processo de produção para além das vendas e da realização do valor são a existência de crises relacionadas à superprodução. Conforme afirma Engels, a existência da tendência a grandes empresas constituídas na forma de sociedades por ações reflete o fato de que, na livre concorrência, a superprodução se patenteia como tendência incontrolável. Com o processo de produção desenfreado, mobilizado pelo crédito, tende a ocorrer o seguinte:

As consequências são superprodução crônica geral, preços deprimidos, lucros em baixa ou mesmo desaparecendo por completo; em suma, a liberdade de concorrência, essa venerada celebridade, já esgotou seus recursos, cabendo a ela mesma anunciar sua escandalosa falência. (MARX, 2014b, p. 584).

O que Engels descreve a partir daí é uma tendência de crises de superprodução, concentração do capital e a formação de cartéis e monopólios que visam controlar a produção e que se organizam na forma de sociedades por ações. Essa organização das empresas, que corresponde ao desdobramento da contradição entre capital privado e capital social, seria a forma que possibilita a passagem do modo de produção capitalista para o modo de produção associado.

Engels descreve a emergência de cartéis como arranjos de grandes capitais industriais para regular a produção, estabelecendo o quanto produzir e a divisão por estabelecimentos (MARX, 2014b, p. 584). No entanto, essas formas de organização ainda não eram adequadas, e os interesses das empresas eventualmente entravam em choque, desfazendo o arranjo e reestabelecendo a concorrência. Portanto, em alguns ramos, passam a se estabelecer monopólios: “Assim se chegou, em certos ramos em que o nível da produção o permitia, a concentrar a produção toda do ramo industrial em *uma* grande sociedade por ações com direção única.” (MARX, 2014b, p. 584). O monopólio substitui a concorrência, de forma a regular a produção e, segundo Engels, “prepara de maneira alentadora a futura expropriação pela sociedade toda, pela nação” (MARX, 2014b, p. 585).

O que proporciona a concentração e a centralização do capital, além dos aspectos inerentes ao próprio processo de acumulação, é o crédito bancário e a possibilidade de dispor, através dele, de todo capital social disponível.

A produção capitalista faz surgir uma força inteiramente nova: o crédito. Este, de início, insinua-se furtivamente, como auxiliar modesto da acumulação, e, por meio de fios invisíveis, leva para as mãos dos capitalistas isolados ou associados os meios financeiros dispersos, em proporções maiores ou menores, pela sociedade, para logo se tornar uma arma nova e terrível na luta da concorrência e transformar-se, por fim, num imenso mecanismo social de centralização dos capitais (MARX, 1998, p. 729).

É apenas através do crédito que se pode obter o capital necessário para a execução de grandes empreendimentos capitalistas, e esse capital só pode ser disponibilizado pelo sistema de crédito através dos bancos, ou pela associação de capitalistas, na forma de sociedades por ações. No primeiro caso, o capitalista se apropria do capital alheio e o adianta no processo de produção. No segundo, capitalistas juntam seus capitais de forma a possibilitar grandes adiantamentos de capital.

A execução de obras de grande escala e de período de trabalho bastante longo só passa a ser atribuição integral da produção capitalista quando já é bem considerável a concentração de capital, quando o desenvolvimento do sistema de crédito proporciona ao capitalista o cômodo expediente de adiantar e, portanto, de arriscar, em vez do seu, o capital alheio (MARX, 2014a, p. 265).

De qualquer forma, a tendência que se impõe é de concentração e centralização do capital, mediada pelo crédito e pela possibilidade de dispor de capital alheio através dos bancos. Conforme afirma Marx, a expropriação não se limita apenas à classe trabalhadora ou aos produtores diretos, artesanais e pertencentes a corporações como em modos de produção anteriores, mas se impõe também sobre os pequenos e médios capitalistas:

O sucesso e o fracasso levam igualmente à centralização dos capitais e, em consequência, à expropriação na mais alta escala. A expropriação agora vai além dos produtores diretos, estendendo-se aos próprios capitalistas pequenos e médios. Ela é o ponto de partida do modo capitalista de produção, que tem por objetivo efetuar-la e, em última instância, expropriar todos os indivíduos dos meios de produção. (MARX, 2014b, p. 586)

Um dos veículos dessa expropriação é a Bolsa de Valores, em que a atividade especulativa mediante ações e títulos é responsável pela centralização cada vez maior de capitais. O jogo se torna a forma básica de obtenção de capital neste espaço e, com isso, as transferências de ações passam a ocorrer simplesmente como seu resultado. Os grandes capitalistas prestamistas de dinheiro e os grandes rentistas especuladores se apropriam do capital alheio através do jogo especulativo.

Mas no interior do próprio sistema capitalista essa expropriação se apresenta de maneira antinômica, a saber, poucos se apropriando da propriedade social; e o crédito dá cada vez mais a esses poucos o caráter de meros aventureiros. Uma vez que a propriedade aí existe na forma de ações, seu movimento e transferência tornam-se simples resultados do jogo da bolsa em que os peixes pequenos são devorados pelos tubarões e as ovelhas, pelos lobos da Bolsa. (MARX, 2014b, p. 586).

Segundo Marx, essa fase de completa concentração e centralização dos capitais impulsionada pelo sistema de crédito é uma fase de transição entre o modo capitalista de produção e o modo associado. Representa as condições do novo modo de produção emergindo do antigo (MARX, 2014b, p. 587). O sistema de crédito, portanto, apresenta para Marx esse caráter contraditório, em que, ao mesmo tempo em que desenvolve e amplia o modo de produção capitalista, cria os elementos dissolventes deste antigo modo de produção.¹⁷³ Essa fase de transição reflete esse caráter contraditório do sistema de crédito:

É a negação do modo capitalista de produção dentro dele mesmo, por conseguinte uma contradição que se elimina a si mesma, e logo se evidencia que é fase de transição para nova forma de produção. Esta fase assume assim aspecto contraditório. Estabelece o monopólio em certos ramos, provocando a intervenção do Estado. Reproduz nova aristocracia financeira, nova espécie de parasitas, na

¹⁷³ “Assim, este [o sistema de crédito] acelera o desenvolvimento material das forças produtivas e a formação do mercado mundial, e levar até certo nível esses fatores, bases materiais da nova forma de produção, é a tarefa histórica do modo capitalista de produção. Ao mesmo tempo, o crédito acelera as erupções violentas dessa contradição, as crises, e, em consequência, os elementos dissolventes do antigo modo de produção” (MARX, 2014b, p. 588).

figura de projetadores, fundadores e diretores puramente nominais; um sistema completo de especulação e embuste no tocante à incorporação das sociedades, lançamento e comércio de ações. (MARX, 2014b, p. 585).

Os grandes capitais concentrados que se formam nesse processo de monopolização são sociedades por ações, ou seja, desdobramentos da contradição entre propriedade privada e propriedade social. Marx afirma que esta contradição se resolve nessa fase de transição, em que o capital necessariamente passará a ser propriedade diretamente social, pertencente aos produtores na qualidade de produtores associados (MARX, 2014b, p. 583). As funções do processo de reprodução se transformarão, da mesma forma, em funções sociais, ou seja, em funções dos produtores associados (MARX, 2014b, p. 583).¹⁷⁴ Tanto as sociedades por ações quanto as cooperativas são consideradas por Marx formas de transição que emergem do próprio modo de produção capitalista, como resolução da contradição entre propriedade privada e propriedade social, e representam formas de transição.¹⁷⁵ O fato de, através do crédito, haver concentração e centralização do capital como uma decorrência dos processos de superprodução que ocorrem no modo de produção capitalista faz surgir monopólios de empresas organizadas como sociedades por ações e estas são, na concepção de Marx, a forma que possibilita a passagem para novo modo de produção.

Portanto, conforme visto, o crédito apresenta uma natureza dúplice e contraditória para Marx: enquanto cria superprodução, monopolização e especulação, ao mesmo tempo é o elemento que possibilita a passagem para um novo modo de produção.

O sistema de crédito, pela natureza dúplice que lhe é inerente, de um lado, desenvolve a força motriz da produção capitalista, o enriquecimento pela exploração do trabalho alheio, levando a um sistema puro e gigantesco de especulação e jogo, e limita cada vez mais o número dos poucos que exploram a riqueza social; de outro, constitui a forma de passagem para novo modo de produção. (MARX, 2014b, p. 588).

¹⁷⁴ A previsão de Marx acerca da transição do modo de produção capitalista para o modo associado provavelmente está relacionada também ao fato de que, nas sociedades por ações, se exacerba completamente a separação entre capital e trabalho. O rendimento das ações, na forma de dividendo, corresponde unicamente à propriedade do capital, sem ter qualquer relação com a produção ou a gestão da produção. No entanto, é necessário ressaltar que o capital-dinheiro adiantado em ações, seja na compra de ações em ofertas públicas iniciais (IPO – *Initial Public Offering*) ou na Bolsa, assume a forma de capital portador de juros. Assim, ao invés de ser percebido como lucro, percebe-se o mesmo como juro.

¹⁷⁵ “Tanto as empresas capitalistas por ações quanto as cooperativas industriais dos trabalhadores devem ser consideradas formas de transição entre o modo capitalista de produção e o modo associado, com a diferença que, num caso, a contradição é superada negativamente e, no outro, de maneira positiva” (MARX, 2014b, p. 587).

5.4.3 O Sistema de Crédito e a sua Base Monetária

Nesta seção, trataremos da relação que Marx estabelece entre o sistema de crédito e a sua base monetária, ou seja, a reserva de dinheiro metálico existente como encaixe no Banco da Inglaterra. Aqui, trataremos sinteticamente de como, para Marx, o dinheiro como uma forma da mercadoria é um princípio básico de toda a produção capitalista e de como, mesmo com a emergência do sistema de crédito e do dinheiro de crédito, essa mercadoria continua constituindo a base de todo processo, da qual ele é indissociável.

Conforme vimos na análise da circulação simples de mercadorias, “o dinheiro é a forma autônoma do valor em face da mercadoria” (MARX, 2014b, p. 680). O dinheiro, portanto, nada mais é do que a forma autônoma do valor de troca que se estabelece em uma determinada mercadoria que, na produção capitalista, é o ouro.

Isto só é possível enquanto determinada mercadoria se torna a matéria que serve para medir o valor de todas as outras mercadorias, vindo a ser por isso a mercadoria geral, a mercadoria por excelência em oposição a todas as demais (MARX, 2014b, p. 680-681).

Marx ressalta que, no sistema bancário, o ouro é considerado a única riqueza autêntica, e existe temor quanto à sua saída do país de modo semelhante a como existia no metalismo que caracterizara as políticas mercantilistas. Assim, aceita-se no sistema bancário grande sacrifício da riqueza real com o objetivo de conter a evasão de ouro (MARX, 2014b, p. 602). Segundo Marx, nas nações capitalistas desenvolvidas, ou seja, nas que apresentam sistema de crédito desenvolvido e dinheiro de crédito como principal meio circulante, o fato de que a mercadoria dinheiro é o princípio básico da produção capitalista se revela de dois modos: o primeiro é a crise, na qual ocorre o que Marx chama de “passagem do sistema de crédito para o sistema monetário”, e o segundo é a necessidade de manutenção de ouro para a conversibilidade dos bilhetes de banco (MARX, 2014b, p. 681).

Como já vimos, o encaixe metálico do Banco da Inglaterra acumula uma série de funções, que podem ser resumidas em três:

- a) fundo de reserva de dinheiro mundial;
- b) fundo de reserva para a circulação interna; e
- c) fundo de reserva para pagar depósitos e resgatar bilhetes, o que se liga à função bancária (MARX, 2014b, p. 754).

É uma decorrência dessa última função ser o encaixe metálico a garantia de conversibilidade dos bilhetes de banco e, além disso, o eixo de todo o sistema de crédito: “O

Banco Central é o eixo do sistema de crédito. E o encaixe metálico é o eixo do Banco” (MARX, 2014b, p. 759). Portanto, Marx ressalta o caráter essencial que o ouro apresenta para o sistema de crédito, por mais ínfima que seja sua quantidade em relação às exigências de pagamento circulantes. Concordam com ele os dois expoentes das principais escolas de pensamento acerca do sistema de crédito no Século XIX:

Tanto Tooke [Banking School] como Loyd-Overstone [Currency Principle] admitem que são necessários os maiores sacrifícios da riqueza real para manter nos momentos críticos a base metálica. A divergência se reduz à dosagem, maior ou menor, e ao tratamento mais ou menos racional do inevitável. Reconhece-se que o eixo do sistema é certa quantidade de metal, insignificante se comparada com a totalidade da produção. [...] Quando trata do sistema bancário [...] ouro e prata se tornam o capital por excelência, e para conservá-los todas as outras formas de capital e de trabalho devem ser sacrificadas. (MARX, 2014b, p. 760).

Assim, em períodos de crise, impõe-se como uma necessidade a manutenção de ouro no encaixe do Banco da Inglaterra para manter as bases do sistema de crédito. Isso ocorre porque ouro e prata se distinguem das outras formas de riqueza por serem expressões do caráter social da riqueza, por assumirem a forma dinheiro da mercadoria.¹⁷⁶ Sobre esta base metálica, se sustenta um grande encadeamento de operações de crédito. Com o sistema de crédito, o que ocorre é que “o crédito, forma social também da riqueza, expulsa o dinheiro, usurpando-lhe a posição” (MARX, 2014b, p. 760-1). Como meio de circulação e como meio de pagamento, uma série de exigibilidades cumprem as funções do dinheiro, como letras e bilhetes de banco. “A confiança no caráter social da produção dá à forma dinheiro dos produtos o aspecto de algo evanescente e ideal, de mera representação” (MARX, 2014b, p. 761). Assim, o dinheiro de crédito é capaz de se estabelecer completamente como meio circulante e, conforme afirma Marx, pode não haver necessidade de circulação metálica alguma em tempos normais:

Toda história da indústria moderna demonstra que, se a produção interna estiver organizada, só haveria realmente necessidade de metal para o balanço do comércio internacional, desde que seu equilíbrio momentaneamente se desfizesse. A suspensão dos pagamentos em dinheiro metálico pelos chamados bancos nacionais, adotada como única medida salvadora em casos extremos, demonstra que já hoje dele não precisa o mercado interno (MARX, 2014b, p. 682).

No entanto, nas crises, abala-se o crédito e há a necessidade inevitável, segundo Marx, de transformar a riqueza real toda em dinheiro metálico. É o que Marx chama de passagem do sistema de crédito para o sistema monetário (MARX, 2014b, p. 760):

¹⁷⁶ “Mas que distingue ouro e prata das outras figuras da riqueza? Não a magnitude do valor, pois esta se determina pela quantidade de trabalho que nelas se corporifica, e sim a circunstância de esses metais serem encarnações autônomas, expressões do caráter *social* da riqueza” (MARX, 2014b, p. 760).

Mas, abalado o crédito – e essa fase sobrevém sempre no ciclo da indústria moderna –, impõe-se então efetiva e bruscamente converter em dinheiro, em ouro e prata a riqueza real toda, exigência absurda, mas que decorre inevitável do próprio sistema. E o total de ouro e prata para satisfazer essas necessidades imensas atinge apenas a cifra de alguns milhões guardados nas casas-fortes do Banco [...] Na crise, pretende-se que todas as letras, todos os títulos e mercadorias sejam conversíveis em dinheiro bancário, e todo esse dinheiro bancário, por sua vez, em ouro. (MARX, 2014b, p. 761).

No entanto, devido à pequena magnitude da reserva de ouro em relação ao valor dessas obrigações, não é possível transformá-las todas em ouro. Por isso, Marx afirma ser esta uma exigência absurda, que, porém, passa a existir quando se abala o crédito durante as crises. Em depoimento, Chapman explica a desproporção existente entre as obrigações e o dinheiro metálico:

Nosso sistema é este: temos 300 milhões de libras esterlinas em obrigações cujo pagamento em moeda corrente nacional pode ser exigido num mesmo momento; e toda a moeda nacional que podemos empregar para esse fim atinge 23 milhões de libras esterlinas ou quanto possa ser; não é esta uma situação que a todo instante pode nos lançar em convulsões? (MARX, 2014b, p. 709).

William Leatham, ao explicar a circulação das letras de câmbio, ressalta este mesmo aspecto:

As letras são da circulação componente maior que o conjunto de todas as partes restantes. [...] Essa enorme superestrutura de letras apoia-se na base constituída pelo montante dos bilhetes de banco e do ouro; e se, no curso dos acontecimentos, essa base se estreita demais, perigam a solidez e mesmo a existência dessa superestrutura (MARX, 2014b, p. 532)

Portanto, a base metálica sobre a qual se sustenta o sistema de crédito se torna uma barreira intransponível, limite que se materializa nos períodos de crise, em que o crédito se abala e todas as formas de riqueza devem converter-se em dinheiro metálico. Com o crédito abalado, passam-se a cobrar as obrigações em dinheiro.¹⁷⁷ Dessa forma, Marx afirma que o que tenta fazer o sistema de crédito na produção capitalista é superar a barreira metálica que a ele se impõe, porém “acaba sempre quebrando a cabeça contra esse obstáculo” (MARX, 2014b, p. 761). A impossibilidade de dissociação entre o sistema de crédito e a sua base

¹⁷⁷ É sobre esta passagem do sistema de crédito para o sistema monetário de que trata Marx no seguinte trecho: “Esta contradição manifesta-se na fase especial das crises industriais e comerciais, chamada de crise de dinheiro. Ela só ocorre onde se desenvolveram plenamente uma cadeia de pagamentos simultâneos e um sistema de liquidá-los por compensação. Havendo perturbações gerais no funcionamento desse mecanismo, seja qual for a origem delas, deixa o dinheiro súbita e diretamente a forma ideal, de conta, para virar dinheiro em espécie. Não é mais substituível por mercadorias profanas. O valor de uso da mercadoria não interessa mais, e o valor dela desaparece diante da forma independente do valor. Ainda há pouco, inebriado pela prosperidade e jactando-se de seu racionalismo, o burguês declarava ser o dinheiro mera ilusão. Só a mercadoria é dinheiro. Mas, agora, se proclama por toda parte: só o dinheiro é mercadoria. E sua alma implora por dinheiro, a única riqueza, como o gado, na seca, brama por água” (MARX, 2012, p. 165).

monetária se mostra também na metáfora de que o sistema monetário é essencialmente católico e o sistema de crédito, essencialmente protestante:

O sistema monetário é essencialmente católico; o sistema de crédito, essencialmente protestante. [...] A existência monetária das mercadorias em papel é de natureza apenas social. É a fé que salva. A fé no valor monetário – o espírito imanente das mercadorias –, a fé no modo de produção e na sua ordem predestinada, a fé nos agentes privados da produção, meras personificações do capital que se valoriza. Mas o protestantismo não se emancipa do catolicismo, nem o sistema de crédito da base do sistema monetário (MARX, 2014b, p. 784).

O segundo modo como se patenteia essa necessidade de sustentação do sistema de crédito sobre a base monetária está relacionada ao dinheiro de crédito e à sua exigibilidade de pagamento em dinheiro metálico (MARX, 2014b, p. 681). Assim, a conversibilidade dos bilhetes de banco se impõe como uma condição que necessariamente se deve manter. Marx argumenta que os bilhetes de banco só são dinheiro de crédito enquanto representam o dinheiro real, o dinheiro mercadoria. Para que essa representatividade se sustente, é necessário que permaneça o ouro como reserva do Banco Central. “Ao esvair-se o ouro, torna-se problemática sua conversibilidade em dinheiro, sua identidade com o ouro real. Daí medidas coativas, fixação de alta taxa de juro etc., para assegurar as condições dessa convertibilidade” (MARX, 2014b, p. 681).

Marx sustenta que medidas como fixação de alta taxa de juro se apresentam como algo inevitável, uma vez que depreciar o dinheiro de crédito ou destituí-lo de suas propriedades monetárias “abalaria todas as condições existentes” (MARX, 2014b, p. 681). Como consequência, “sacrifica-se o valor das mercadorias, para assegurar que exista no dinheiro esse valor mítico e autônomo” através dessas medidas, que visam manter o ouro como fundo de reserva do Banco. “Assim, para salvar alguns milhões em dinheiro, sacrificam-se muitos milhões em mercadorias. Isto é inevitável na produção capitalista e constitui uma de suas maravilhas” (MARX, 2014b, p. 681).

As crises de dinheiro apontadas aqui, tanto relacionadas à escassez do crédito quanto à conversibilidade dos bilhetes de banco não ocorrem em modos de produção anteriores porque são crises típicas de países em que há o modo de produção capitalista em sua forma mais desenvolvida, ou seja, com a existência de sistema de crédito e dinheiro de crédito. Com a existência desses dois elementos e de todas as determinações que neles se inserem, Marx afirma que “enquanto o caráter social do trabalho aparecer como a existência monetária da mercadoria e, portanto, como coisa fora da produção real, são inevitáveis as crises de dinheiro, quer sejam independentes das crises reais quer as agravem” (MARX, 2014b, p. 681-682).

6 O Ciclo Industrial e suas Fases

Ao longo de sua exposição dos elementos constitutivos do sistema de crédito, Marx, além de dialogar de forma crítica com as concepções existentes sobre capital, dinheiro, crédito e taxa de juros, apresenta uma teoria dos ciclos industriais. Assim como no sistema de crédito, sua abordagem sobre este tema está fragmentada ao longo dos seus escritos, sendo necessário um trabalho de síntese e de sistematização do que seria a concepção de Marx sobre esse assunto. Neste capítulo, procuramos realizar esta tarefa, elencando a explicação da ocorrência dos ciclos industriais aos elementos teóricos do sistema de crédito apresentados anteriormente.

6.1 *Sistema de Crédito e Ciclos Industriais*

Segundo Marx, os ciclos industriais são típicos da produção capitalista principalmente porque, em outros modos de produção, o sistema de crédito não se desenvolve. Conforme veremos, a dinâmica aqui apresentada está intrinsecamente conectada ao crédito, à produção excessiva alavancada por ele e aos processos especulativos que lhe são inerentes.¹⁷⁸ São ciclos compostos por fases sucessivas de estagnação, estabilidade, prosperidade, superprodução e especulação, e crise. A crise é inerente ao ciclo, e é resultado da própria dinâmica a que o crédito submete a produção capitalista, sendo “o conflito desencadeado entre todos os elementos do processo burguês de produção” (MARX, 2014b, p. 726). Portanto, o sistema de crédito apresenta como consequência, para a dinâmica capitalista, a geração de crises periódicas. Este fato ocorre devido à aceleração da reprodução capitalista para além da realização das mercadorias e do retorno do dinheiro decorrente de suas vendas, ocasionando superprodução impulsionada pelo crédito. A base monetária na qual se sustenta o sistema de crédito torna-se demasiadamente estreita, e, nas fases críticas do ciclo industrial, qualquer variação dessa base se torna decisiva.

Mas é o próprio desenvolvimento do sistema de crédito e bancário que leva todo capital-dinheiro a pôr-se a serviço da produção (ou, o que dá no mesmo, todo rendimento monetário a converter-se em capital) e que em certa fase do ciclo reduz o encaixe metálico a um mínimo que não lhe permite mais preencher as funções que lhe cabem; é esse sistema de crédito e bancário desenvolvido que gera essa sensibilidade exagerada de todo o organismo. Em estádios menos desenvolvidos da

¹⁷⁸ Sobre a relação entre crédito e especulação, Marx cita James W. Gilbart: “O objetivo dos bancos é facilitar os negócios. Tudo o que facilita os negócios facilita a especulação. Em muitos casos, negócio e especulação se entrelaçam tanto que é difícil dizer onde acaba o negócio e onde começa a especulação... Por toda parte onde há bancos é mais fácil e mais barato obter capital. O capital barato incentiva tanto a especulação quanto carne e cerveja baratas incitam a glotonaria e a bebedeira” (MARX, 2014b, p. 539).

produção, relativamente não importa que cresçam ou decresçam as reservas metálicas, comparadas com a média. Por outro lado, mesmo evasão considerável de ouro não tem repercussão relativa, se não sucede no período crítico do ciclo industrial (MARX, 2014b, p. 759).

Marx apresenta a sua teoria dos ciclos industriais paralelamente à discussão acerca das crises que ocorrem no período de desenvolvimento da indústria inglesa, entre 1815 e 1870 (MARX, 2014b, p. 663). Essas crises podem ser explicadas pela teoria dos ciclos industriais por ele elaborada, correspondendo os seus diversos períodos às fases do ciclo. Sustentamos aqui a hipótese de que, apesar de Marx realizar uma exposição paralela do processo histórico inglês e da teoria dos ciclos industriais, esta última não se trata de um modelo histórico-indutivo, formado pela experiência histórica observada por Marx, mas sim de uma teoria derivada do desdobramento lógico das suas categorias abstratas mais complexas, relativas ao sistema de crédito. Nos termos do método da economia política (MARX, 2011; 2018b), pode-se dizer que a interpretação feita por Marx da experiência inglesa nada mais é do que o “retorno ao concreto”, em que se compreende o concreto não mais como na esfera da aparência, como um emaranhado incompreensível de relações que escondem seus verdadeiros fundamentos, mas como um todo composto por múltiplas determinações, mediadas pelas categorias abstratas derivadas do próprio concreto. Portanto, o que Marx realiza é uma interpretação histórica a partir das categorias e relações desvendadas por ele no nível da abstração.¹⁷⁹

O que se observa é que sucedem diversas crises durante esse período, que ocorreram em 1825, 1837 e 1839, 1847 e 1857 (MARX, 2014b, p. 739). Essas crises estão associadas aos ciclos industriais e, no caso Inglês, apresentam periodicidade decenal. Caracterizam-se pela sucessão de fases, e estas fases estão associadas ao grau de acumulação do capital real. Marx observa que a expansão da acumulação possibilitada pelo crédito leva à expansão máxima das forças produtivas, o que acarreta crises de superprodução.

No período de depressão, a produção cai abaixo do nível alcançado no ciclo anterior e para o qual existe base técnica. Na prosperidade – o período médio – prossegue desenvolvendo-se nessa base. No período de superprodução e de especulação, as forças produtivas se expandem ao máximo, ultrapassando os limites capitalistas do processo de produção (MARX, 2014b, p. 646).

Portanto, esses ciclos caracterizam-se por expansão gradual da produção até a crise. Na fase de crise e durante a estagnação que dela decorre, cai a produção a nível inferior ao existente anteriormente. No entanto, quando se atinge novamente a fase de prosperidade, o

¹⁷⁹ É necessário ressaltar que não se trata também de exercício hipotético-dedutivo, uma vez que as categorias de Marx derivam do concreto, e não são mero tipo ideal, fruto das ideias. O método de Marx consiste na passagem da aparência para a essência dos fenômenos concretos mediante abstração de suas determinações.

nível da produção já é o mesmo do que o existente no ponto mais alto do ciclo anterior e, quando o crédito estimula novamente a superprodução e a especulação, o máximo atingido pela produção supera o máximo atingido no ciclo anterior. Assim, o caráter contraditório da produção capitalista se apresenta aqui como expansão da acumulação que amplia gradualmente a capacidade produtiva, mas que também acarreta necessariamente crises. Isso aparece nas fases de prosperidade do ciclo, em que o máximo do último ciclo é sempre o mínimo do próximo:

A estatística das exportações e importações serve para medir a acumulação do capital real – o capital produtivo e o capital-mercadoria. E revela sempre que no período de desenvolvimento da indústria inglesa (1815-1870) marcado por ciclos decenais, o máximo da última fase de prosperidade antes da crise reaparece sempre como mínimo da subsequente fase de prosperidade, para em seguida atingir novo máximo mais elevado. (MARX, 2014b, p. 663).¹⁸⁰

Comentando esses ciclos existentes na Inglaterra, Engels ressalta que, após 1867, essa periodicidade decenal deixou de ser a forma usual com que se apresentam os ciclos.¹⁸¹ Ele ressalta que o desenvolvimento dos meios de transporte e de comunicação foram responsáveis pela estruturação do mercado mundial e que isto alterou a dinâmica da produção capitalista. A industrialização de novos países, acarretando a perda do monopólio britânico no mercado internacional, e a abertura de territórios em outras regiões para a aplicação de capital europeu funcionaram como elementos que enfraqueceram a periodicidade das crises. Nas palavras de Engels,

Depois da crise geral de 1867 sobrevieram grandes modificações. Na realidade, foi a expansão colossal dos meios de transporte e comunicações – navios a vapor, ferrovias, telégrafo elétrico, canal de Suez – que estruturou o mercado mundial. Vários países industriais surgiram ao lado da Inglaterra, que antes monopolizava a indústria; em todas as partes do mundo, abriram-se mais vastos e mais diversificados

¹⁸⁰ Marx (2014b, p. 663) prossegue, dando os dados das exportações entre 1824 e 1863, que servem como variável *proxy* do nível de produção e, conseqüentemente, da acumulação de capital industrial: “o valor real ou declarado dos produtos exportados pela Grã-Bretanha em 1824, ano de prosperidade, foi de 40.396.300 libras esterlinas. Em seguida, o montante das exportações com a crise de 1825 cai abaixo dessa soma e fica oscilando por ano entre 35 e 39 milhões. Com a volta da prosperidade em 1834, ultrapassa o nível mais alto antes atingido e chega a 41.649.191 libras, e em 1836 alcança novo máximo de 53.368.571 libras. Em 1837 retrocede para 42 milhões – situando-se esse novo mínimo acima do antigo máximo – e em seguida passa a oscilar entre 50 e 53 milhões. A volta da prosperidade eleva o montante das exportações, em 1844, a 58,5 milhões, quando o máximo de 1836 é de longe ultrapassado. Em 1845, as exportações atingem 60.111.082 libras esterlinas; em 1846 caem a montante superior a 57 milhões; em 1849 sobem a 63,5 milhões; em 1853, a perto de 99 milhões; em 1854, a 97 milhões; em 1855 chegam a 94,5 milhões; em 1856 elevam-se a quase 116 milhões e alcançam, em 1857, o novo máximo de 122 milhões; Em 1858 descem para 116 milhões, mas, em 1859, já sobem a 130 milhões; em 1860, a quase 136 milhões; em 1861 atingem apenas 125 milhões (mais uma vez, o novo mínimo é maior do que o máximo anterior), e em 1863 alcançam 146,5 milhões.”

¹⁸¹ Engels afirma: “Conforme já observei, houve alteração no ciclo, depois da última grande crise geral [1867]. A forma aguda do processo periódico com seu ciclo decenal parece ter cedido à intermitência – mais crônica, mais extensa, repartindo-se pelos diversos países em tempos diferentes – de melhoria nos negócios relativamente curta e débil e de depressão relativamente longa, onde não se entrevê uma decisão. Mas talvez o ciclo tenha somente se alongado” (MARX, 2014b, p. 646).

territórios à aplicação do capital europeu excedente, que desse modo se reparte mais amplamente, superando com mais facilidade os excessos de especulação locais. Todos esses fatores suprimiram ou enfraqueceram bastante, na maior parte, os antigos focos e as conjunturas responsáveis pelas crises (MARX, 2014b, p. 646).

Embora a periodicidade das crises tenha se alterado pelo desenvolvimento do modo de produção capitalista, a relação existente entre o sistema de crédito e a geração de crises mediante impulsão da produção para além dos limites permanece, na teoria de Marx, válida. Portanto, é necessário compreender a dinâmica que se estabelece entre o crédito e as passagens das diversas fases do ciclo, acarretando em crises periódicas e inevitáveis. Sobre esta inevitabilidade, afirma Engels que “todo fator que se opõe à repetição das velhas crises traz consigo o germe da crise futura muito mais violenta” (MARX, 2014b, p. 646).

A teoria dos ciclos industriais tem sido, até agora, pouco explorada na literatura marxista¹⁸² por diversos motivos, dos quais se podem elencar os seguintes: em primeiro lugar, os textos de Marx que apresentam estes elementos teóricos não apresentam redação final, acabada para publicação. As partes necessárias para a sua compreensão plena estão, em certa medida, fragmentadas e embaralhadas, num formato que dificulta a sua apreensão. Em segundo lugar, a teoria dos ciclos industriais de Marx está muito associada à experiência histórica da Inglaterra no Século XIX. A dinâmica da economia inglesa durante este período e as instituições que a constituíam estão fortemente relacionadas ao modelo teórico construído por Marx. Sem compreender os processos históricos por ele analisados, o entendimento da sua teoria dos ciclos industriais também se torna parcialmente comprometido. Por fim, outro fator que dificulta a sua compreensão é a relação direta que os ciclos mantêm com o sistema de crédito. Sem compreendê-lo, as determinações de cada fase do ciclo dificilmente podem ser compreendidas, pois são decorrências dele. Com o esforço de sistematização que estamos fazendo aqui, procuramos resolver estes três problemas de uma única vez ao sintetizar os elementos teóricos dispersos nos seus escritos, explicar o contexto histórico ao qual se referem e relacioná-los com o sistema de crédito já apresentado.

Este capítulo está dividido da seguinte forma: após esta introdução, buscaremos a sistematização da teoria do ciclo industrial de Marx, em que a dinâmica do crédito afeta diretamente a reprodução capitalista. Esta teoria tem como característica a existência de crises endógenas geradas pela relação entre a produção capitalista e o sistema de crédito e, apesar de estar intimamente relacionada à economia inglesa no Século XIX, sua compreensão é

¹⁸² Destaca-se como uma exceção a essa regra o trabalho de Harvey (2013, p. 393-398), em que o autor busca sintetizar a concepção de Marx acerca das fases dos ciclos industriais, assim como faremos neste capítulo: “A representação de Marx pode ser reconstruída a partir de uma leitura atenta do terceiro livro de *O capital* (capítulos 26 a 35). O processo de acumulação passa por várias fases de estagnação, recuperação, expansão baseada no crédito, febre especulativa e *crash*” (HARVEY, 2013, p. 393).

importante, seja como ponto de partida para desenvolvimentos teóricos posteriores, seja como forma de compreender as crises financeiras da produção capitalista. Posteriormente, vamos expor a narrativa de Marx e Engels acerca dos ciclos industriais ocorridos na Inglaterra entre 1829 e 1857, ressaltando o papel do sistema de crédito na ocorrência das mesmas.

6.2 *As fases do Ciclo Industrial*

Como já vimos, as fases presentes no ciclo industrial são as seguintes:

- a) estagnação;
- b) estabilidade;
- c) prosperidade;
- d) superprodução e especulação; e
- e) crise.

Conforme afirma Marx (2014b, p. 646), “caracteriza esse ciclo industrial a circunstância de, após o primeiro impulso, reproduzir-se necessária e periodicamente o mesmo circuito”. Portanto, a fase de estagnação na qual se inicia o ciclo é a fase que sucede a crise do ciclo anterior. Ao mesmo tempo, toda crise se apresenta como ponto de início para novo crescimento, proporcionado por novo ciclo, e com nível de produção superior ao anterior. A partir de agora, trataremos de explicar o que ocorre em cada fase do ciclo e como o crédito ocasiona esta dinâmica.

6.2.1 Estagnação

A fase de estagnação, na qual se inicia o ciclo industrial, decorre sempre da crise do ciclo anterior. Portanto, nessa fase de “ressaca”, nesse “período melancólico”, a atividade comercial se encontra em baixa. Conseqüentemente, o crédito comercial é baixo. Há, portanto, escassez de crédito no comércio, caracterizado pela precaução na venda a crédito e pelo fato de que só se aceitam pagamentos em dinheiro.

Perturbada a expansão dos negócios ou mesmo a intensidade normal do processo de reprodução, sobrevém escassez de crédito; fica mais difícil obter mercadorias a crédito. Mas a exigência de pagamento de contado e a precaução na venda a crédito caracterizam particularmente a fase do ciclo industrial que sucede o craque (MARX, 2014b, p. 639).

Consequentemente, a quantidade de letras circulando é baixa, pois não se concede crédito comercial em grande escala e há receio quanto à capacidade de pagamento. Nesse período, devido à desaceleração da produção e da circulação, caem os preços das mercadorias e decorre disso que, do meio circulante em poder do público, ou seja, dos bilhetes de banco emitidos pelo Banco Central, a maior parte se encontra como encaixe nos bancos, entesourado devido à baixa circulação efetiva,¹⁸³ o que ocorre mesmo com a baixa velocidade de circulação que marca este período. Não só o crédito é baixo, portanto, como a própria reprodução do capital se desacelera. As compras e vendas permanecem em baixa como decorrência da crise e o dinheiro permanece entesourado nos bancos. Consequentemente, o período de estagnação representa uma paralisação na circulação do capital industrial e um excesso de capital-dinheiro disponível.

Capitais de empréstimo se amontoam ociosos após a crise, e isso decorre da produção restringida ocasionada pela restrição do crédito. A baixa circulação, com número reduzido de transações e menores preços, leva a uma menor necessidade de meio circulante, e o excesso de bilhetes em poder do público fica entesourado nos bancos, formando maior massa de capital-dinheiro de empréstimo. Juntamente a isso, decorre dessa paralisação do capital industrial uma baixa procura por capital de empréstimo. Essa menor demanda se expressa, em primeiro lugar, em quantidade reduzida de letras que são descontadas, e, em segundo lugar, pelo menor número de empréstimos. Dessa forma, de maneira geral, há baixa demanda por crédito bancário. O baixo crédito comercial faz com que a circulação de letras seja baixa e, conseqüentemente, haja baixa demanda por operações de desconto (MARX, 2014b, p. 641). A demanda por capital-dinheiro de empréstimo na condição de meio de circulação e de meio de pagamento também é baixa devido à paralisação da circulação, e, quando se trata de demanda para novos investimentos de capital, esta é ainda menor (MARX, 2014b, p. 641). “Nessas circunstâncias, a oferta de capital-dinheiro de empréstimo aumenta positivamente” (MARX, 2014b, p. 641-642). Há maior quantidade de capital-dinheiro disponível do que o necessário.

Influi ainda para que os períodos de estagnação sejam marcados por excesso de capital-dinheiro disponível o fato de que cessam as evasões de ouro, pois, durante a crise, se liquida a maior parte das dívidas existentes com o exterior. “Se foram liquidadas as dívidas ao estrangeiro, seja pela exportação de ouro, seja por meio de falências, não é necessário dinheiro adicional algum para exercer a função de dinheiro mundial” (MARX, 2014b, p. 641). Assim, a fase de estagnação não é marcada por saída de ouro, mas pelo reestabelecimento do

¹⁸³ “Se os preços das mercadorias caem, se diminuem as transações, se o capital desembolsado em salários se contrai, fica sendo menor a quantidade necessária de meios de circulação” (MARX, 2014b, p. 641).

encaixe do Banco Central a partir da importação de ouro (MARX, 2014b, p. 757). “Embora na época de prosperidade exista forte reserva em ouro no Banco da Inglaterra, esse encaixe se forma sempre na fase de apatia e estagnação que segue à tempestade” (MARX, 2014b, p. 603). Com isso, a oferta de capital-dinheiro também se amplia, pois afeta positivamente os encaixes depositados pelos bancos particulares.

Como consequência dessa massa de capital-dinheiro disponível e da baixa procura existente por esse capital nos momentos em que a produção se restringe, a taxa de juros atinge o seu patamar mínimo:

Nesses momentos, quando o processo de produção se restringe, é baixa a taxa de juros reinante, o que apenas constitui índice de ter acrescido o capital para empréstimo em virtude de contrair-se e paralisar-se o capital industrial. (MARX, 2014b, p. 641).

6.2.2 Estabilidade

O período de estabilidade é caracterizado pela retomada lenta e gradual da acumulação de capital industrial. O que incentiva esta retomada é justamente a baixa taxa de juros, pois, com ela, aumenta a parte da taxa geral de lucro que se converte em lucro do empresário. Esse lucro impulsiona o processo de reprodução e, gradualmente, a produção aumenta e os retornos passam a se operar mais facilmente. Com os lucros obtidos pelos capitais industriais em alta e com vendas crescendo, os preços das mercadorias e os salários passam a subir a partir do ponto mais baixo, acompanhando a expansão da atividade industrial. Dessa forma, é o baixo juro proporcionado na fase de estagnação que permite maior parcela do lucro do empresário na taxa geral de lucro, e isso, por sua vez, impulsiona o capital industrial a iniciar um novo ciclo de acumulação.¹⁸⁴

A ampliação do processo real de produção é incentivada porque a taxa de juro baixa, que no primeiro caso [fase de estagnação] coincide com preços baixos e no segundo [fase de estabilidade] com preços em ascensão lenta, aumenta a parte do lucro que se converte em lucro de empresário. (MARX, 2014b, p. 656).

Com retornos fáceis, sustentados pelos lucros, se expande gradualmente o crédito comercial. Os capitalistas industriais e comerciantes passam a emitir letras com mais

¹⁸⁴ Marx apresenta uma descrição do ambiente na Inglaterra em 1845, quando se passava da fase de estagnação para a de estabilidade: “Em um período muito curto, os preços subiram rapidamente a partir do ponto mais baixo da depressão... A dívida pública a 3% está quase ao par... O ouro nas casas-forte do Banco da Inglaterra ultrapassa qualquer montante antes lá armazenado. Ações de todo tipo atingem preços em regra nunca atingidos, e a taxa de juro caiu tanto que é quase nominal... Tudo demonstra que existe agora de novo imensa acumulação de riqueza desocupada e que estamos outra vez nas vésperas de um período de febre especulativa” (MARX, 2014b, p. 553).

frequência, comprando e vendendo a prazos mais longos. Decorre disso que passam a descontar essas letras nos bancos, porém em baixa quantidade, pois não dependem do crédito bancário para obterem retorno em dinheiro de suas atividades. Nessa fase de “melhoria” decorrente dos juros baixos, “o crédito comercial, ainda andando com os próprios pés, só moderadamente precisa do crédito bancário” (MARX, 2014b, p. 646).

Com a expansão da atividade, ocorre maior número de transações e os preços passam a aumentar gradualmente. Assim, “com a reanimação da procura, surge necessidade maior de meio circulante” (MARX, 2014b, p. 698). Nesta fase também tende a ocorrer maior importação de ouro que nas demais, pois não se demanda ouro como meio de pagamento internacional, assim como ocorre na fase de estagnação (MARX, 2014b, p. 757).¹⁸⁵ Além disso, o crédito bancário também passa a crescer, devido à busca por meios de circulação, através dos descontos de letra, e por capital-dinheiro para a ampliação da produção. Portanto, toma-se aqui emprestado não buscando meios de pagamento para saldar dívidas, mas sim meios de compra:

Em épocas de reanimação após a crise, procura-se capital de empréstimo para comprar e para transformar o capital-dinheiro em capital produtivo ou comercial. Então pedem-no tanto o capitalista industrial quanto o comerciante. O capitalista industrial emprega-o em meios de produção e em força de trabalho (MARX, 2014b, p. 677).

No entanto, nessa fase o capital-dinheiro de empréstimo disponível continua abundante, apesar do crescimento gradual do crédito. Esse crédito bancário expandido ainda é baixo em relação à oferta de capital de empréstimo, principalmente porque a expansão do capital industrial se sustenta principalmente com o crédito comercial dado pelos capitalistas industriais e comerciantes, e o crédito bancário só é demandado de maneira secundária. Além disso, este período é caracterizado por haver maior tendência de importação de metais preciosos, o que expande as reservas dos bancos. Como consequência, ainda há abundância de capital de empréstimo, porém, com o aumento da procura, aumenta a taxa de juro. Esse aumento é lento e a taxa tende a se manter, nessa fase, abaixo da média durante o ciclo.

Nessa fase, o juro continua baixo, embora se eleve acima do mínimo. [...] A facilidade e a regularidade dos retornos, conjugadas com crédito comercial expandido, asseguram a oferta de capital de empréstimo, apesar da procura acrescida, e impedem que se eleve a taxa de juro. (MARX, 2014b, p. 645).

¹⁸⁵ “A importação de metal precioso ocorre sobretudo em duas fases. Na fase de juro baixo, a primeira que segue à crise e expressa produção restringida, e na segunda fase em que o juro sobe, mas sem ter atingido ainda o nível médio. É nesta fase em que os retornos se operam facilmente, o crédito comercial é grande, e por isso a procura de capital de empréstimo cresce na medida em que se expande a produção. Em ambas as fases, com capital de empréstimo relativamente abundante, a afluência suplementar de capital na forma de ouro e prata – forma que só lhe permite a função de capital de empréstimo – deve influir consideravelmente na taxa de juro, e, por conseguinte, na marcha geral dos negócios” (MARX, 2014b, p. 757).

Esta é a única fase do ciclo industrial que conjuga expansão efetiva do capital industrial e baixa taxa de juro, que reflete a abundância de capital de empréstimo. Como veremos daqui pra frente, há uma relação inversa entre o capital de empréstimo e a expansão do capital industrial.¹⁸⁶

6.2.3 Prosperidade

Na fase de prosperidade, a expansão do capital permanece sendo impulsionada pelo lucro do empresário elevado decorrente dos juros baixos. Apesar do crescimento lento que ocorre com a taxa de juro na fase anterior, Marx afirma que os lucros do empresário não se reduzem, pois a taxa geral de lucro aumenta em proporção maior do que os juros, possibilitando lucro do empresário superior à fase de estabilidade (MARX, 2014b, p. 656). Com isso, o processo de acumulação de capital é continuado e expandido. Permanece a tendência do retorno fácil do dinheiro que expande o crédito comercial: “nesses tempos de prosperidade, o retorno se dá fácil e suave. O comerciante a retalho paga certo ao atacadista, este ao fabricante, este ao importador das matérias-primas, etc.” (MARX, 2014b, p. 597). Assim, não há problemas em se emitir ou se aceitar letras no comércio, e esta prática se torna a regra do comércio:

Quando o processo de reprodução de novo atinge fase de prosperidade que precede à de tensão extrema, alcança o crédito comercial extensão muito grande, que volta realmente a repousar na base “sólida” de retornos fáceis de dinheiro e de produção expandida (MARX, 2014b, p. 645).

Assim, a expansão do crédito comercial se sustenta na produção expandida e na certeza de que as letras, em seu vencimento, serão pagas, pois a prosperidade garante a reversão em dinheiro. “Enquanto o processo de reprodução mantém a fluidez e assim assegura o retorno do capital, esse crédito perdura e se expande, e essa expansão é baseada sobre a do próprio processo de reprodução” (MARX, 2014b, p. 638).

Com aceleração do processo de acumulação de capital real assentada na expansão do crédito comercial e na manutenção de elevadas taxas de lucro, amplia-se a procura por capital-dinheiro de empréstimo para o capital industrial, no forma de capital constante e

¹⁸⁶ “Na realidade, esta é a única fase em que se pode dizer que baixa taxa de juro e, por conseguinte, abundância relativa de capital de empréstimo coincidem com expansão efetiva do capital industrial” (MARX, 2014b, p. 645). Isso não ocorre nas demais fases porque “o movimento do capital de empréstimo, expresso na taxa de juro, se efetua em sentido inverso ao do capital industrial” (MARX, 2014b, p. 645).

capital variável. Com isso, tendem a subir os preços das mercadorias e os salários.¹⁸⁷ Essa busca por maior capital constante e variável ocasiona aumento da procura por capital-dinheiro de empréstimo e, conseqüentemente, aumento da taxa de juros. Especificamente no caso do capital variável, os salários devem ser pagos em dinheiro, aumentando a demanda pelo capital-dinheiro e fazendo os salários crescerem acima da média.

Todavia, aumentando a procura de capital variável, cresce a de capital-dinheiro, provocando alta da taxa de juro. O preço de mercado da força de trabalho sobre então acima da média, emprega-se número de trabalhadores superior à media, e ao mesmo tempo eleva-se a taxa de juro, pois nessas circunstâncias aumenta a procura de capital-dinheiro. A procura crescente de força de trabalho encarece essa mercadoria como acontece a qualquer outra, elevando o preço dela, mas não o lucro, que se baseia sobretudo no preço relativo baixo justamente dessa mercadoria. Mas, ao mesmo tempo, - nas condições estabelecidas - ela faz subir a taxa de juro, por aumentar a procura de capital-dinheiro. (MARX, 2014b, p. 678).¹⁸⁸

A fase de prosperidade, portanto, é marcada pela expansão do crédito bancário decorrente da maior demanda por capital-dinheiro de empréstimo. Com isso, a taxa de juro chega ao seu nível médio (MARX, 2014b, p. 645). Realizam-se operações de desconto e de adiantamentos com facilidade, e os lucros obtidos pelas firmas são elevados. O crédito facilitado amplia os capitais de terceiros adiantados pelas firmas e aumenta suas obrigações perante os bancos. Operar com base no crédito em geral torna-se a norma do comércio.

Surge então em cena número considerável de embusteiros que trabalham sem capital de reserva, sem qualquer capital, operando totalmente na base do crédito monetário. Acresce aí grande expansão do capital fixo em todas as formas e a fundação em massa de novas e vastas empresas. (MARX, 2014b, p. 645).

O crédito bancário poupa meios de circulação, seja através de atividades de compensação, seja através de transferências contábeis puramente nominais entre contas. Amplia-se a velocidade de circulação do dinheiro, principalmente pelo estado do crédito em alta, em que depósitos se tornam rapidamente empréstimos. Com isso, cada vez mais as

¹⁸⁷ Aqui, Marx demonstra como, especificamente na fase de prosperidade, pode haver aumento do lucro que ocasiona aumento dos salários. No entanto, o aumento dos salários nunca é causa de aumento da taxa de lucro, e sim de sua queda: “aumento de salário nunca é causa da elevação do lucro, embora, considerando-se fases especiais do ciclo industrial, possa ser uma de suas conseqüências. [...] a procura ascendente de força de trabalho, portanto de capital variável, de per si não aumenta o lucro, mas o reduz de quantidade correspondente” (MARX, 2014b, p. 677-678).

¹⁸⁸ Marx está empenhado em demonstrar que os aumentos na taxa de juros decorrem da procura por capital-dinheiro de empréstimo, e não por capital real, como afirma Overstone e os demais teóricos do *Currency Principle*. Por isso, Marx trata de comparar a acumulação de capital-dinheiro e a acumulação de capital real, com a intenção de demonstrar que são fenômenos distintos. Não entraremos nesse debate e na argumentação de Marx sobre esse tema.

funções de circulação são efetuadas por meras transferências de crédito, sem intervenção de moeda metálica ou de papel.¹⁸⁹

Nesse período, a quantidade de meio circulante existente para satisfazer as necessidades da circulação da renda se torna relativamente maior do que para a circulação do capital. Isso ocorre porque, com a alta dos salários, impulsionados pela demanda por capital variável, e com a alta dos lucros, devido ao maior lucro do empresário, as rendas se ampliam e, conseqüentemente, o consumo. Realizam-se, portanto, mais transações envolvendo o consumo individual de mercadorias, demandando meios de circulação. Além disso, os preços das mercadorias sobem regularmente durante o período de prosperidade. Assim, não só as transações ocorrem em maior quantidade, como também em maior magnitude devido a esses preços mais elevados. Decorre disso que aumenta a quantidade de dinheiro em termos absolutos na circulação da renda, porém limitada pelo aumento da velocidade de circulação do dinheiro. (MARX, 2014b, p. 595-596). “O resultado final é que nos períodos de prosperidade acresce a massa dos meios de circulação que serve para dispêndio de renda” (MARX, 2014b, p. 596).

Por outro lado, quando se trata da circulação do capital, é necessário considerar que a fase de prosperidade é o “tempo de crédito mais elástico e fácil” (MARX, 2014b, p. 596). Nesta esfera da circulação, é o crédito que regula a velocidade do dinheiro:

Massas maiores de pagamentos são liquidadas sem interferência de dinheiro; com a grande animação do processo, predomina movimento mais rápido das mesmas quantidades de dinheiro, tanto na função de meio de compra quanto na de meio de pagamento. Mesma massa de dinheiro possibilita o retorno de número maior de capitais individuais (MARX, 2014b, p. 596).

Dessa forma, segundo Marx, a circulação do capital apresenta contração pelo menos relativa da quantidade de meio circulante, devido ao fato de que o crédito poupa aí meios de circulação em grau maior que na circulação da renda.

Ao todo, a circulação de dinheiro nesses períodos de prosperidade está em sua plenitude, embora a parte II (transferência de capital) se contraia pelo menos relativamente, enquanto a parte I (dispêndio de renda) se expande em termos absolutos (MARX, 2014b, p. 596).

Portanto, a prosperidade é marcada pelo crédito em sua plenitude, com os retornos do crédito comercial sustentados pelo próprio processo de reprodução e com o crédito bancário com elevada demanda, fazendo com que a taxa de juros atinja o seu nível médio. A partir

¹⁸⁹ “Além disso, nas épocas prósperas, antes de desencadear-se a especulação propriamente dita, quando o crédito é fácil e a confiança crescente, a maior parte das funções de circulação se efetua por meio de mera transferência de créditos, sem intervenção de moeda metálica ou de papel” (MARX, 2014b, p. 662).

disso, toda produção capitalista é impulsionada por um sistema de dívidas cuja base monetária para saldá-las se estreita cada vez mais.

6.2.4 Especulação e Superprodução

Marca o período de superprodução e especulação a existência de excesso de dívidas sobre o capital próprio das firmas. Os capitalistas industriais e comerciais se apoiam cada vez mais na atividade do desconto de letras para adiantar suas receitas e aplicar o capital novamente na produção, assim como na capacidade de tomar empréstimos. Todo o processo de reprodução se sustenta no crédito durante esse período. Surgem cada vez mais firmas e agentes que operam exclusivamente com o crédito, ou seja, com capital de terceiros, tendo capital próprio irrisório em termos relativos. Exemplos são as corretoras de letras:

No período de especulação, cada vez mais os *bill-brokers* efetuam operações sem reserva em numerário, fiando-se no pagamento das letras que descontam, que se venciam progressivamente, e também na capacidade de tomar empréstimos caucionados nestas letras nos bancos. (MARX, 2014b, p. 628).

Nessa fase, a circulação de letras se amplia enormemente, passando a atividade de descontar essas letras a ter papel crucial na reprodução. Dessa forma, através do crédito bancário, adianta-se cada vez mais o retorno dos capitais-mercadoria, cuja expectativa é positiva devido à inflação dos preços que ocorrem nesse período (MARX, 2014b, p. 648). Nesse sentido, especula-se cada vez mais com os resultados futuros da produção. A aposta de que os ganhos prossigam crescendo é o que alavanca a produção, que cresce sustentada no crédito.

A consequência desse elevado endividamento e da dependência do crédito na operação das firmas é a escassez de capital-dinheiro de empréstimo. As reservas dos bancos se tornam cada vez menores à medida que se amplia a procura por capital-dinheiro para descontos e adiantamentos, e isso pressiona a taxa de juros, fazendo-a subir acima da média (MARX, 2014b, p. 645). Portanto, a especulação acerca dos resultados futuros motivada pelo crédito faz com que a taxa de juro atinja nível superior ao nível médio e mantenha trajetória de crescimento na medida em que se aprofunda a redução gradual do capital-dinheiro de empréstimo disponível.

Com o aumento gradual dos juros, ampliam-se as taxas de desconto e se torna cada vez mais difícil antecipar os retornos em dinheiro. Além disso, os juros altos têm como consequência queda do lucro do empresário. Decorre disso que as firmas com alto grau de

endividamento passam a se encontrar em situação de crescente fragilidade e buscam, cada vez mais, rolar as suas dívidas, pagando-as com capital alheio. Caso passem a existir dificuldades de se obter retornos das vendas das mercadorias, generaliza-se a prática de emitir letras sem fundamento para o seu pagamento apenas com o objetivo de descontá-las e obter capital alheio, o que Marx (2014b, p. 532) chama de “papagaios”. O aprofundamento dessas práticas é o resultado da especulação que caracteriza essa fase do ciclo.

Alta taxa de juro pode ser paga com alta taxa de lucro, embora decresça o lucro do empresário. Pode ser paga – e isso acontece às vezes em épocas de especulação – não com o lucro, mas com o próprio capital alheio emprestado, o que pode persistir por algum tempo (MARX, 2014b, p. 677)

Como podem tomar crédito para sanar sua situação, a aparência geral da reprodução não é de dificuldade e de crise iminente, mas sim de sustentação do crescimento. Assim, uma característica da fase de especulação excessiva é que, com o crédito mantendo-se ativo, apesar da pressão sobre ele exercida e que se reflete no aumento da taxa de juros, permanece a aparência de retornos rápidos e seguros mesmo depois de deixarem de ser reais (MARX, 2014b, p. 597). Os retornos sustentados pelo crédito representam os verdadeiros e escondem a crise latente. É o crédito, portanto, que é capaz de manter a aparência de atividade em alta. No entanto, “os bancos começam a desconfiar quando os clientes depositam mais letras que dinheiro” (MARX, 2014b, p. 597).

Entretanto o processo inteiro se complica tanto – com a emissão de meros papagaios, ou com negócios de mercadorias destinados apenas a fabricar letras – que pode subsistir a aparência tranquila de negócio sólido e de retornos fáceis de dinheiro, quando há muito tempo esses retornos na realidade só se fazem mediante fraude contra prestamistas ou contra produtores. Por isso, sempre às vésperas do craque, os negócios aparentam quase solidez extrema [...] Os negócios vão muito bem, reina a maior prosperidade, e de repente surge a catástrofe. (MARX, 2014b, p. 640-641).

Outro fator importante para a manutenção da aparência de retornos durante a crise e para a existência de uma defasagem entre o surgimento de problemas na reprodução e a verdadeira eclosão da crise é a relação existente entre o capital industrial e o capital comercial (MARX, 2014a, p. 86-87). Ao capital industrial, a realização da venda ocorre quando a mercadoria é repassada ao capital comercial, seja comércio atacadista ou varejista. Ao receber o dinheiro do capitalista comercial, em dinheiro ou então mediante desconto de letra emitida contra ele, já pode reiniciar o processo de produção novamente.¹⁹⁰ No entanto, para o capital

¹⁹⁰ “Para continuar o ciclo do valor-capital e para o mais-valor ser consumido pelo capitalista, o ato $M' - D'$ supõe apenas que M' se converte em dinheiro, se vende. Vende-se naturalmente porque o artigo M' é um valor de uso, adequado, portanto, a um consumo qualquer, produtivo ou individual. Se M' prossegue circulando depois de chegar, por exemplo, às mãos do comerciante que comprou o fio, não tem isso qualquer influência sobre a continuação do ciclo do capital individual que produziu o fio e o vendeu ao comerciante. O

comercial, é necessário revender a mercadoria para que a mesma seja consumida, produtivamente ou individualmente. Devido a esta etapa da circulação que separa a produção e o consumo, mediada pelo capital comercial, pode ser que haja estoques acumulados de mercadorias invendáveis. Assim, permanece a aparência para o capital industrial de que o ciclo de reprodução continua normalmente, mas a superprodução já assola o mercado e as condições para a crise já estão dadas.

Assim, pode aumentar a produção do mais-valor e, com ele, o consumo individual do capitalista [industrial], encontrar-se em pleno progresso todo o processo de reprodução, e, apesar disso, grande parte das mercadorias ter entrado na esfera da circulação apenas na aparência, continuando na realidade armazenada nas mãos dos revendedores sem ser vendida, retida, portanto, no mercado. Uma remessa de mercadoria sucede a outra, para se verificar no fim que a remessa anterior apenas aparentemente foi absorvida pelo consumo (MARX, 2014a, p. 87).¹⁹¹

A relação entre o capital industrial e comercial é importante principalmente no comércio internacional, em que há venda das mercadorias a exportadores e importadores. A atividade especulativa realizada especificamente no comércio internacional tem repercussão importante para o ciclo, uma vez que a expansão desenfreada do capital industrial leva à existência de superprodução, ou seja, produção para além da capacidade de absorção da coletividade mediante realização das mercadorias. Em contexto de superprodução e abarrotamento dos mercados, as mercadorias se tornam invendáveis e os preços das mesmas caem. Esta queda dos preços e dificuldade em vender inviabiliza os retornos em dinheiro das firmas altamente endividadas e, conseqüentemente, prejudica o fluxo de pagamento das letras emitidas. Os balanços de pagamentos das nações se tornam desfavoráveis devido à necessidade de pagar as dívidas do comércio internacional com meio de pagamento internacional, ou seja, dinheiro metálico. Isso tem como consequência a saída de ouro dos países em que ocorre superprodução, afetando as reservas do Banco Central e dos bancos particulares, ou seja, a base monetária sobre a qual se sustenta todo o sistema de crédito. Portanto, o processo de superprodução se manifesta no comércio internacional e, devido ao excesso de letras vencidas nesse contexto, provoca saída de ouro que abala a estrutura do

processo por inteiro prossegue em sua marcha e, com ele, o consumo individual dele dependente, do capitalista e do trabalhador. Importa considerar este ponto no estudo das crises” (MARX, 2014b, p. 86)

¹⁹¹ Marx prossegue, destacando a eclosão da crise e seus impactos para o capital comercial dotado de mercadorias invendáveis: “Os capitais-mercadorias disputam entre si um lugar no mercado. Os retardatários, para vender, vendem abaixo do preço. As remessas anteriores de mercadorias não foram ainda liquidadas, mas já venceram os prazos de pagá-las. Quem detém as mercadorias invendáveis tem de declarar-se insolvente ou vendê-las a qualquer preço, para pagá-las. Essa venda nada tem a ver com a verdadeira situação da procura. Está relacionada apenas com a procura de meios de pagamento, com a necessidade absoluta de converter mercadoria em dinheiro. Estala então a crise. Torna-se visível, não na queda imediata da procura de mercadorias de consumo, da procura relacionada com o consumo individual, e sim na diminuição da troca entre os capitais, do processo de reprodução do capital” (MARX, 2014a, p. 87).

crédito. Esse “gatilho” da crise apresentado por Marx é o que exploraremos a seguir. Conforme afirma Marx, é na fase de especulação e superprodução do ciclo em que ocorre saída contínua de ouro, afetando todo o sistema.

Êxodo, grande exportação contínua de metal precioso, dá-se quando as receitas não mais se convertem em dinheiro, os mercados estão abarrotados e a prosperidade aparente só se mantém ainda por meio do crédito; isto é, quando já existe procura de capital de empréstimo muito acrescida e por isso a taxa de juro já alcançou pelo menos o nível médio (MARX, 2014b, p. 757).

A superprodução no comércio internacional se expressa no fato de que, entre os países que se envolvem na crise, o balanço de pagamentos se torna desfavorável a todos, o que é um sintoma de terem todos importado e exportado demais com base no crédito e nos preços ascendentes das mercadorias.¹⁹² Esse excesso de exportação e importação nada mais é que sintoma da superprodução.

A Inglaterra, por exemplo, importou em excesso, e o ouro dela está escoando. Ao mesmo tempo, porém, todos os outros países estão abarrotados de mercadorias inglesas. Importaram, portanto, demais [...]. O que num país é excesso de importação aparece no outro como excesso de exportação e vice-versa. Mas em todos os países ocorreu tanto excesso de importação quanto de exportação (não estamos falando de más colheitas etc., e sim de crise geral), isto é, superprodução, fomentada pelo crédito e pela concomitante inflação geral dos preços (MARX, 2014b, p. 648-649).

Como consequência da superprodução, o abarrotamento dos mercados torna as mercadorias invendáveis e faz com que caiam os preços, e dificultem-se os retornos. Consequentemente, nessa fase, os países devem saldar suas dívidas, o que ocorre, segundo Marx, de forma sucessiva entre os países, um após o outro, provocando saídas de ouro demandado como meio de pagamento internacional, vendas de mercadoria a preços muito baixos ou então falências dos devedores que acabam tendo que desfazer-se de seu capital para pagar as letras a vencer. O balanço de pagamentos desfavorável, portanto, corresponde ao ajuste das contas decorrente do excesso de crédito, e provoca evasão de metais. No entanto, Marx afirma que esse processo ocorre sucessivamente em cada país, “como num fogo por filas, de acordo com a vez de pagar” (MARX, 2014b, p. 649). Assim, essa saída de ouro nada mais é que sintoma da superprodução e representa esse ajuste da estrutura de obrigações das firmas.¹⁹³

¹⁹² “Um após outro, todos os países se envolvem na crise, verificando-se que todos, com poucas exceções, exportaram e importaram demais, ficando o balanço de pagamentos desfavorável a todos: é que a crise de fato não provém do balanço de pagamentos” (MARX, 2014b, p. 648).

¹⁹³ Marx exemplifica como se dá este fenômeno no caso da Inglaterra com os Estados Unidos: “A crise pode rebentar primeiro na Inglaterra, o país que mais dá crédito e menos o recebe, porque o balanço de pagamentos, o balanço de pagamentos vencidos que devem ser imediatamente liquidados, é *contra ela*, embora *lhe seja favorável* o balanço comercial geral. Isto se explica pelo crédito que concede e pela massa de

Em tempos de crise geral, o balanço de pagamentos é desfavorável a toda nação, pelo menos a toda nação comercialmente desenvolvida, mas sempre uma após a outra, como num fogo por filas, de acordo com a vez de pagar; e a crise, uma vez irrompida na Inglaterra, por exemplo, concentra a série de pagamentos que se vencem em período extremamente curto. Patenteia-se então que todas essas nações se excederam ao mesmo tempo nas exportações (vale dizer na produção) e nas importações (no comércio, portanto), que em todas os preços foram impelidos pra cima e exagerou-se no crédito. E em todas sucede o mesmo descalabro. O fenômeno da saída de ouro então ocorre a todas, uma após outra, e em virtude da generalidade revela (1) que a hemorragia de ouro é mero sintoma da crise e não causa dela, e (2) que a sucessão em que sobrevém às diversas nações apenas mostra a ordem em que estas ajustam as contas com os céus, a ocasião em que surge a fase decisiva da crise e se desencadeiam os elementos latentes dela. (MARX, 2014b, p. 649-50).

Dessa maneira, pode-se perceber que, para Marx, a evasão de ouro que caracteriza essa fase do ciclo não é meramente um fenômeno nacional, mas que envolve diversos países através do comércio e do crédito. Trata-se de um sintoma da crise por vir, pois é a esfera em que primeiro se manifesta o problema da superprodução: “O êxodo de metal é em regra sintoma de mudança da situação do comércio exterior, e essa mudança, por sua vez, prenuncia que estão amadurecendo as condições da nova crise” (MARX, 2014b, p. 757). A demanda por ouro “surge no momento exato em que os mercados externos estão abarrotados de capital-mercadoria inglês invendável” (MARX, 2014b, p. 601). Trata-se, portanto, de “sinal do colapso já iniciado”,

[...] indicação de mercados abarrotados, de que cessa a procura estrangeira de nossos produtos, de que se atrasam os pagamentos, sendo consequência necessária de tudo isso o descrédito comercial, o fechamento de fábricas, a fome entre os operários e a paralisação geral da indústria e dos negócios (MARX, 2014b, p. 603).

A saída de metal atua como fator decisivo sobre a base fragilizada do crédito. Há escassez de capital-dinheiro de empréstimo e, como sua decorrência, taxa de juros elevada. A evasão de ouro impacta o sistema de crédito, em primeiro lugar, “por ter o metal precioso o caráter específico de capital na forma dinheiro” e, em segundo lugar, por agir “como a pena que, posta num dos pratos oscilantes da balança, inclina-a a seu favor” (MARX, 2014b, p. 758). Assim, o dinheiro em sua existência metálica, por ser o eixo do sistema de crédito, impacta este sistema ao se esvaír como meio de pagamento internacional apenas porque esta base já se encontra fragilizada na fase de especulação e superprodução do ciclo industrial.

capitais que empresta ao exterior, de modo que refluem massas de mercadorias, fora dos retornos comerciais propriamente ditos (mas, às vezes, a crise se irrompe de início na América, o país que mais recebe o crédito comercial e o crédito de capital da Inglaterra). O craque da Inglaterra, iniciado e acompanhado pela saída de ouro, equilibra o balanço de pagamentos em virtude da falência dos importadores [...], da remessa ao exterior de uma porção do capital-mercadoria a preços baixos, da venda de títulos estrangeiros, da compra de títulos ingleses etc. Chega então a vez de outro país: o balanço de pagamentos estava momentaneamente favorável, mas agora a crise suprimiu ou encurtou o intervalo que vigora em tempos normais entre os compromissos do balanço de pagamentos e os do balanço comercial; todos os pagamentos devem agora ser efetuados de uma vez. A mesma coisa se repete aí. Então, o ouro, saindo desse país, reflui para a Inglaterra. (MARX, 2014b, p. 648-9).

Sem esses motivos seria totalmente incompreensível que uma evasão de ouro de 5 a 8 milhões de libras esterlinas, e esse é o máximo até hoje verificado pela experiência, pudesse ter qualquer efeito importante; essa ínfima quantidade de capital, acrescentada ou subtraída, que se patenteia insignificante mesmo em face dos 70 milhões de libras esterlinas em ouro que em média circulam na Inglaterra, é grandeza evanescente numa produção com o volume da inglesa (MARX, 2014b, p. 758-9).

Portanto, na tensão extrema imposta ao sistema de crédito nessa fase do ciclo, qualquer evasão de ouro se torna decisiva para a eclosão da crise. Inclusive é possível que a saída de ouro que inicia a crise decorra de um transtorno súbito da produção, como, por exemplo, excesso de importação decorrente de má colheita e escassez de produtos agrícolas. Assim, podem ocorrer choques que em nada tem que ver com a superprodução em si, mas que, se ocorrem na fase de tensão do ciclo, podem desencadear a crise.

Na explicação que acabamos de dar, abstraímos dos casos em que o êxodo de metal ocorre em virtude de más colheitas etc. Aí o grande e súbito transtorno do equilíbrio da produção, expresso pela evasão de ouro, torna desnecessária explicação adicional sobre o efeito desse êxodo. Esse efeito é tanto maior quanto mais esse transtorno se situa em período no qual a produção funciona sob alta pressão (MARX, 2014b, p. 759).

6.2.5 Crise

A evasão de ouro atinge o encaixe de ouro do Banco Central, impactando as suas reservas e as reservas dos bancos particulares. A consequência disso é alarme dos banqueiros em relação ao seu capital de empréstimo disponível: restringe-se o crédito e continua a aumentar a taxa de juros. Como consequência, quando eclode a crise, a taxa de juros atinge o seu pico durante o ciclo, chegando ao seu nível máximo. A escassez de crédito faz com que o processo de reprodução se estanque, gerando capital real (capital produtivo e capital-mercadoria) estagnado, sem aplicação.

[A taxa de juro] volta a atingir o nível máximo, quando irrompe a nova crise, quando o crédito cessa de súbito, estancam os pagamentos, paralisa-se o processo de reprodução e, com as exceções antes mencionadas, surge, ao lado da escassez quase absoluta de capital de empréstimo, pletora de capital industrial desocupado (MARX, 2014b, p. 645).

A reprodução do capital industrial, que mantinha sua aparência de retornos seguros exclusivamente através dos adiantamentos permitidos pelo crédito bancário, agora perde sua base ilusória de sustentação com a escassez de crédito e com os juros elevados. Como consequência, paralisa-se a reprodução do capital industrial. A alta taxa de juros, no seu pico, absorve por completo o lucro empresarial em certos ramos de atividade e para certos capitais

individuais (MARX, 2014b, p. 664). Reduz-se necessariamente o lucro do empresário: “a taxa de lucro e com ela a procura de capital industrial praticamente desaparecem” (MARX, 2014b, p. 677). Com essa baixa taxa de lucro, portanto, se estanca completamente o processo de acumulação de capital, reduzindo-se de imediato a demanda por capital constante e por capital variável. Trata-se de paralisação geral do processo de reprodução. Na crise “cada um tem de vender e não pode comprar, precisando vender para pagar” as suas dívidas. Como consequência, “fecham-se as fábricas, as matérias-primas se amontoam, os produtos acabados são mercadorias que abarrotam o mercado” (MARX, 2014b, p. 639).

Essa paralisação geral da reprodução acontece porque existe, na crise, capital produtivo em excesso, pletora de capital industrial (MARX, 2014b, p. 639). Isso nada mais é que superprodução decorrente da impulsão dada pelo sistema de crédito ao capital industrial. As suas consequências são impossibilitar o pagamento das letras, formar estoques de mercadorias invendáveis e derrubar os preços do capital-mercadoria.

Quando os negócios estancam, por se retardarem os retornos de capital, por se abarrotarem os mercados, por caírem os preços, há tal pletora de capital industrial que ele não pode desempenhar sua função. Amontoam-se massas invendáveis de capital-mercadoria. O capital fixo está em grande parte desocupado em virtude de estagnar-se a reprodução. (MARX, 2014b, p. 639).

Assim, a queda dos preços do capital-mercadoria é mero sintoma dessa superprodução. O elemento causador dessa queda é a acumulação excessiva de capital industrial. Essa queda tem como consequência impossibilitar o pagamento das letras que se vencem, pois os capitalistas não obtém o retorno necessário para saldar essas dívidas. O que acontece aqui é que o capital-mercadoria tem no seu preço a expressão do capital-dinheiro potencial que representa (MARX, 2014b, p. 647). Assim, “como capital-dinheiro em si, como capital-dinheiro potencial, está sujeito ao processo constante de expansão e contração” decorrente da variação do seu preço (MARX, 2014b, p. 647). Na crise, o que ocorre, portanto, é que o abarrotamento dos mercados proporcionado pela superprodução derruba os preços, contraindo o capital-dinheiro potencial representado na mercadoria. O capital-dinheiro que se pode obter com sua venda se torna insuficiente para saldar as letras emitidas para a sua produção ou aquisição.¹⁹⁴ Assim, o capital-mercadoria com menor preço “representa para o possuidor e para o credor deste (e como garantia de letras e empréstimos) menos capital-

¹⁹⁴ Marx ressalta o fato de que a queda dos preços das mercadorias apenas compensa a inflação dos preços que ocorre no período anterior: “se tem esse sentido a afirmação de que se reduz o capital-dinheiro de um país em épocas de crise, significa ela que os preços das mercadorias caíram. Aliás, esse desmoronamento dos preços apenas compensa a inflação anterior” (MARX, 2014b, p. 648).

dinheiro que ao tempo em que foi adquirido e em que, por ele garantidos, se efetuaram descontos e empréstimos” (MARX, 2014b, p. 648).

Com a paralisação do capital industrial em excesso, se estanca também o crédito comercial. Ele naturalmente se contrai, já que o capital industrial está parado, desocupado, sem poder completar sua metamorfose (MARX, 2014b, p. 639). De forma geral, é afetada a confiança em relação aos pagamentos, porque o processo de reprodução é incerto e não se sabe se, ao vender a crédito, se receberá o pagamento (MARX, 2014b, p. 639). No entanto, essa questão não é tão relevante pelo fato de que a procura por crédito comercial diminui absolutamente: “o fabricante de fios que reduz a produção e tem estoque invendável não precisa comprar algodão a crédito; o comerciante não necessita comprar mercadorias a crédito, pois delas já tem mais do que carece” (MARX, 2014b, p. 639).

Durante a crise a escassez de crédito bancário, por sua vez, atinge nível extremo e deixa de sustentar as letras sem base. Torna-se difícil descontar letras e, se isso se faz, é a custo muito alto, por causa das taxas de desconto em seu maior nível.¹⁹⁵ Com o crédito restringido, admitem-se apenas pagamentos em dinheiro (ouro ou bilhetes de banco), o que ocasiona corrida violenta aos meios de pagamento (MARX, 2014b, p. 647). Há uma grande quantidade de letras a vencer e os devedores não possuem dinheiro para saldá-las. No entanto, essas letras representam as transações reais que ocorreram em contexto de superprodução, e os retornos não são suficientes para o pagamento.

Num sistema de produção em que o mecanismo de reprodução repousa sobre o crédito, se este cessa bruscamente admitindo-se apenas pagamento de contado, deve evidentemente sobrevir crise, corrida violenta aos meios de pagamento. Por isso, à primeira vista, toda crise se configura como simples crise de crédito e crise de dinheiro. E, na realidade, trata-se apenas da conversibilidade das letras em dinheiro. Mas essas letras representam, na maioria dos casos, compras e vendas reais, cuja expansão ultrapassa as longas exigências da sociedade, o que constitui, em última análise, a razão de toda a crise. (MARX, 2014b, p. 647).

Na crise, esse montante de letras incapaz de ser saldado não passa de capital fictício, sem nenhuma base de realização. “Massa enorme dessas letras representa especulações puras que desmoronam à luz do dia; ou especulações conduzidas com capital alheio, porém malsucedidas” (MARX, 2014b, p. 647). Elas não são mais do que representação de “capitais-mercadorias que se depreciaram ou ficaram mesmo invendáveis, os retornos irrealizáveis de capital” (MARX, 2014b, p. 647).

¹⁹⁵ “A primeira dificuldade é descontar letra ou obter adiantamento com penhor de mercadoria. É dificuldade para converter em dinheiro-capital ou um valor comercial que representa capital. E essa dificuldade expressa-se, entre outras coisas, pela alta taxa de juro” (MARX, 2014b, p. 574).

A escassez de crédito tem como consequência a emergência de pânico financeiro, que está relacionado à busca incessante por meios de pagamento para saldar as letras no seu vencimento. Esse pânico emerge quando o Banco Central eleva sua taxa de desconto de letras em período de crise. A partir disso, generaliza-se o receio quanto ao futuro e, com isso, “todo mundo, e em primeiro lugar os que especulam e jogam com o crédito, procura descontar o futuro e ter à disposição, no momento adequado, tanto quanto possível de meios de crédito” (MARX, 2014b, p. 758).

Marx apresenta citação de Samuel Gurney, capitalista associado da firma corretora de letras Gurney, Overend & Co., que foi à falência durante a crise de 1857, explicando como agem os especuladores durante o pânico financeiro:

Quando reina o pânico, o que preocupa o homem de negócios não é a taxa a que pode empregar os seus bilhetes de banco, nem a perda de 1 ou 2% que terá com a venda dos seus títulos do tesouro ou de seus papéis de três por cento. Se está sob a influência do pânico, não lhe importa ganhar ou perder. Procura pôr-se a salvo, e o resto do mundo que se arranje (MARX, 2014b, p. 550).

“Pôr-se a salvo” significa aí obter meios de pagamento para saldar as letras vencidas. Isso significa que, durante o pânico financeiro que ocorre nas crises, o objetivo dos especuladores é “obter meios de pagar as letras sacadas sobre ele e vencidas, tendo em conta a carência de crédito e a fim de não ter que liquidar suas mercadorias abaixo do preço” (MARX, 2014b, p. 569). Portanto, no período de crise, o que falta é dinheiro em sua função de meio de pagamento (MARX, 2014b, p. 646). Decorre disso que a demanda por capital-dinheiro de empréstimo não cessa na crise, mas apenas muda de caráter: deixa de ser demanda por dinheiro na função de meio de compras para ser dinheiro na função de meio de pagamento. Não se toma empréstimos ou se desconta letras com objetivo de repor a produção, e muito menos para realizar projetos de ampliação da capacidade produtiva. O que se busca são meios de liquidar dívidas: “Nesses tempos toma-se emprestado para pagar, para liquidar obrigações já contraídas” (MARX, 2014b, p. 677).

Em época de crise, a procura de capital de empréstimo é procura de meios de pagamento e nada mais; de modo nenhum é procura de dinheiro como meio de compra. A taxa de juro pode então subir muito, não importando que haja excesso ou escassez de capital real – capital produtivo e capital mercadoria. (MARX, 2014b, p. 680).

Ao mesmo tempo em que a procura por meios de pagamento atinge o máximo, impõe-se uma dificuldade aos capitalistas que deles precisam: o período de crise é caracterizado por imenso entesouramento de dinheiro, seja na forma de ouro ou de bilhetes de banco. Isso ocorre tanto pelo receio quanto ao futuro dos capitalistas que possuem bilhetes quanto ao fato

de que se estanca o crédito bancário. Os banqueiros, com receio de que as letras a descontar não sejam pagas no vencimento ou de que o capital-dinheiro de empréstimo não retorne ao seu bolso, estancam descontos e adiantamentos. Dessa forma, quando mais se precisa de bilhetes de banco, mais difícil é obtê-los. Sobre isso, Marx (2014b, p. 698) cita o banqueiro Wright, que afirma que “durante o pânico o país precisa duas vezes mais bilhetes em circulação que em tempos normais, pois os banqueiros e outros os entesouram”. Analogamente, Engels afirma o seguinte:

Quando a crise irrompe, a questão se limita ainda a meios de pagamento. Mas, uma vez que cada um depende do outro para receber esses meios de pagamento e ninguém sabe se o outro é capaz de pagar no dia do vencimento, surge terrível luta para conquistar os meios de pagamento existentes no mercado, os bilhetes de banco. Todos entesouram a quantidade deles que podem obter, e assim os bilhetes desaparecem da circulação no dia em que mais se precisa deles (MARX, 2014b, p. 698).

Dessa forma, o pânico financeiro se mostra uma dança das cadeiras do mercado de dinheiro: há mais letras vencidas do que dinheiro para saldá-las, e os meios de pagamento que existem são entesourados pelos banqueiros e pelos particulares, com receio quanto ao futuro. Os que não conseguem obter meios de pagamento devem vender mercadorias a preços irrisórios ou desfazer-se de seu capital para pagar suas dívidas. No limite, declara-se falência.

Em relação ao meio circulante durante a crise, pode-se dizer que diminui enormemente a circulação de dinheiro na função de meio de compra e aumenta a circulação na função de meio de pagamento. “Em épocas de crise toma-se adiantamento para pagar e não para comprar; para concluir negócios anteriores e não para iniciar novos” (MARX, 2014b, p. 609). Dessa forma, a massa global de meio de circulação pode variar, dependendo do quanto a magnitude da redução do dinheiro na função de meio de compra pode compensar o aumento da circulação de dinheiro como meio de pagamento. Assim, o meio de circulação pode tanto ficar estável e diminuir¹⁹⁶ como também pode aumentar¹⁹⁷. Além disso, é necessário ressaltar que, no período de crise, a divisão do meio circulante entre a circulação da renda e a circulação do capital se inverte em relação ao período de prosperidade. Contraí-se enormemente a circulação da renda, uma vez que os preços caem, os salários caem, há menor

¹⁹⁶ “Uma vez que em épocas de paralisação dos negócios diminui a circulação dos bilhetes na função de meio de compra, embora sejam necessários importantes adiantamentos de dinheiro, pode aumentar a circulação deles como meio de pagamento, e o total da circulação, a soma dos que servem de meio de compra e dos que servem de meio de pagamento, não obstante, permanecer estável ou até diminuir” (MARX, 2014b, p. 609).

¹⁹⁷ “Se a circulação de meios de pagamento tivesse acréscimo maior que o decréscimo da circulação de meios de compra, aumentaria a circulação global, mesmo que se reduzisse consideravelmente a massa de dinheiro que serve de meio de compra. É o que sobrevém de fato em certos momentos da crise, notadamente quando há colapso total do crédito, tornando-se as mercadorias e valores invendáveis e ficando impossível descontar letras, quando nada mais vale que o pagamento de contado ou, como diz o comerciante: o caixa” (MARX, 2014b, p. 609).

número de trabalhadores ocupados e reduz-se a quantidade de transações (MARX, 2014b, p. 597). A circulação do capital, por sua vez, se amplia relativamente devido à escassez do crédito: maior quantidade de meios de pagamento na forma de bilhetes de banco circula para saldar as dívidas vencidas (MARX, 2014b, p. 597).

Por fim, é necessário apontar as implicações da crise na Bolsa de Valores, na cotação das ações e nos preços dos títulos. Assim como o capital-mercadoria, os títulos que são capital fictício e que são forma do capital portador de juros também representam capital-dinheiro potencial. Na crise, seus preços caem fortemente por dois motivos: o primeiro é o aumento da taxa de juros, e o segundo é o aumento da oferta (MARX, 2014b, p. 650-1). Devido à escassez geral de crédito, os detentores de títulos os colocam à venda para obter dinheiro como meio de pagamento para suas dívidas.

As ações, além de sofrerem queda nos preços pelas razões apontadas anteriormente, já que também são capital fictício, têm o seu preço ainda mais reduzido caso haja queda dos rendimentos esperados da ação na forma de dividendos. Portanto, se os títulos representam capitais efetivos cuja realização de mais-valor é atingida por perturbações no processo de reprodução e cujos rendimentos se reduzem, há nova baixa nos valores de mercado. A variação do preço de mercado desses títulos na Bolsa pode ser resumida como segue:

Em tempos de crise no mercado de dinheiro, esses títulos experimentam dupla baixa: primeiro, por que o juro sobe e, segundo, porque se lançam em massa no mercado, para serem convertidos em dinheiro. Essa queda de preço se verifica tanto no caso de ser constante o rendimento que esses títulos asseguram ao proprietário, como acontece com os títulos da dívida pública, quanto no caso de a produção de mais-valor do capital efetivo que representam ser atingida eventualmente pelas perturbações do processo de reprodução, ocorridas em empresas industriais. Neste caso, os títulos retornam ao nível anterior, desde que não representem negócios malogrados ou fraudulentos (MARX, 2014b, p. 620).

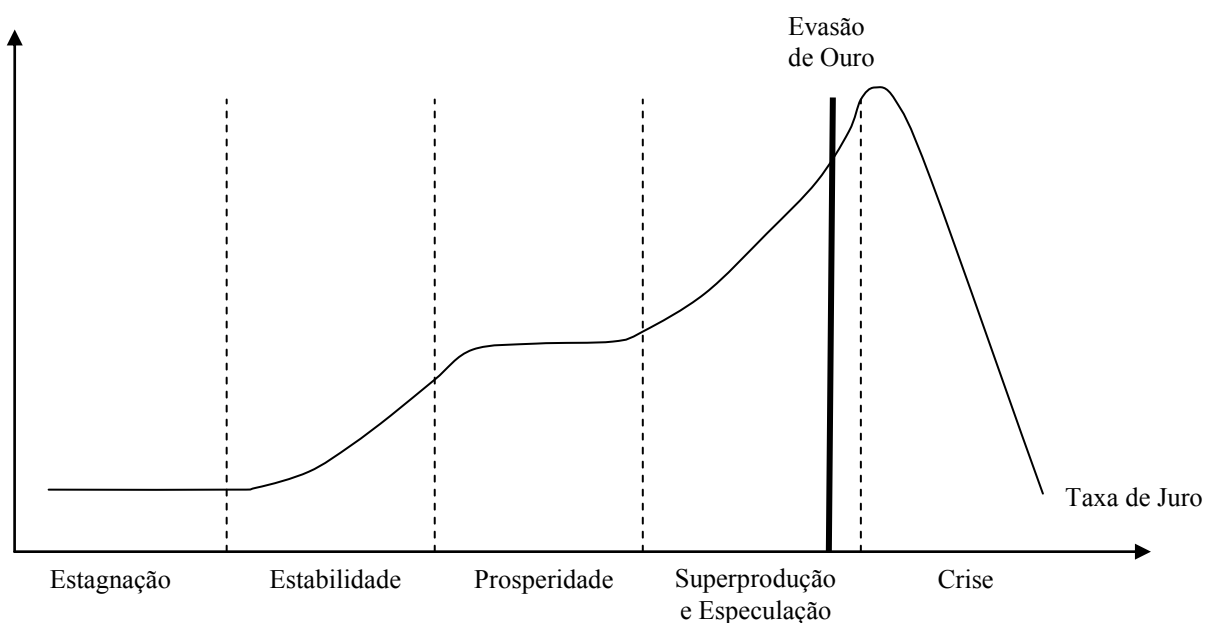
Evidentemente, a queda das cotações das ações e dos preços dos títulos, embora não tenha nenhum efeito sobre o valor do capital efetivo que representam, impacta diretamente a solvência de seus proprietários. Ao venderem o título, o capital-dinheiro adquirido é inferior ao capital-dinheiro potencial representado pelo título antes da crise, quando tinha preço de mercado mais elevado. Ao mesmo tempo, esses títulos afetam o poder de seus proprietários de tomarem empréstimos caucionados, pois o capital-dinheiro que representam se torna muito baixo.¹⁹⁸

¹⁹⁸ “Esse capital fictício reduz enormemente nas crises, e em consequência o poder dos respectivos proprietários de obter com ele dinheiro no mercado. A baixa nominal desses valores mobiliários no boletim da bolsa não tem relação com o capital real que representam, mas tem muito que ver com a solvência do proprietário desse capital” (MARX, 2014b, p. 651).

Durante a crise, a depreciação desses títulos atua de forma a centralizar poderosamente a riqueza financeira. Grandes capitalistas prestamistas de dinheiro, rentistas e especuladores podem comprar os títulos a preços muito baixos, uma vez que seus detentores necessitam obter dinheiro para pagamentos. Se adquirem ações, então o capital se concentra após a crise. Quando se normaliza a situação e a taxa de juro volta a cair, esses títulos recuperam seus preços.¹⁹⁹ Se seus compradores os mantêm após a crise, terá se concentrado a propriedade do capital ao final do ciclo. Se os vendem, então terão obtido quantidade maior de capital-dinheiro meramente pela especulação com o preço do título.

Por fim, a Figura 4 apresenta a trajetória da taxa de juro ao longo do ciclo industrial.

Figura 4 – A Taxa de Juro ao longo do Ciclo Industrial



Fonte: Elaboração própria (2015).

6.3 Os ciclos industriais na Inglaterra durante o Séc. XIX

A partir de agora, trataremos da experiência histórica interpretada por Marx a partir de sua teoria do ciclo industrial. Os anos em que ocorreram crises durante o Século XIX na Inglaterra foram 1825, 1837-39, 1847 e 1857. Além disso, Engels comenta acerca de uma

¹⁹⁹ “A taxa de juro atinge seu nível mais alto nas crises, quando, para pagar, se tem que tomar emprestado a qualquer preço. Acarretando a alta do juro queda no preço dos títulos, têm então as pessoas que dispõem de capital-dinheiro excelente oportunidade para se apropriarem, a preços vis, desses papéis rentáveis, que necessariamente recuperarão pelo menos o preço médio quando a situação se normalizar e o juro de novo cair” (MARX, 2014b, p. 480).

crise ocorrida em 1866, porém ser entrar em maiores detalhamentos.²⁰⁰ Destas, a mais explorada por Marx é a de 1847, que é por ele exposta pormenorizadamente a partir de diversos trechos do Livro III d'O Capital. As demais crises são comentadas em alguns pontos, mas não de forma suficiente para que possamos mapear todas as suas fases. Por isso, nessa seção, vamos retratar o ciclo industrial que se encerra com a crise de 1847, associando a descrição de Marx à sua teoria do ciclo industrial.

Resumidamente, pode-se dizer que as fases do ciclo se encaixam ao período da seguinte forma: em 1842, começa a abrandar a crise de 1837 na indústria inglesa, caracterizando essa fase como a fase de estagnação; entre 1843 e 1844, aumenta gradualmente a procura externa por produtos industriais ingleses, correspondendo à fase de estabilidade; entre 1845 e 1846 é a fase de maior prosperidade, em que rapidamente passa a haver especulação e superprodução; em 1846 ocorre evasão de ouro decorrente de um choque externo, com a má colheita e necessidade de importação maior de produtos agrícolas, e em 1847 eclode a crise. Na passagem do período de crescimento e prosperidade para a crise, dois fatores são cruciais: o comércio da Inglaterra com a Ásia e a especulação com ações ferroviárias.

Trataremos inicialmente das questões envolvendo o comércio internacional. Em 1843, a economia inglesa começa a sair da fase de estagnação devido à abertura do mercado da China para o comércio inglês após a Guerra do Ópio (MARX, 2014b, p. 541). Essa abertura tornou-se pretexto para a expansão da indústria inglesa visando à exportação, particularmente da indústria têxtil. A perspectiva do período é resumida por Engels ao citar um fabricante da indústria algodoeira que afirmava o seguinte: “jamais poderíamos produzir em excesso: temos 300 milhões de seres humanos a vestir” (MARX, 2014b, p. 541). Consequentemente, essa abertura do mercado externo, gerando expansão industrial em grande escala, foi possibilitada pelo crédito fácil e barato existente nesse período.²⁰¹ Conforme afirma Gardner,

Logo após o tratado com a China abriram-se para os negócios com esse país perspectivas tão amplas que muitas grandes fábricas foram construídas expressamente para esse comércio, a fim de fabricar sobretudo artigos de fácil saída

²⁰⁰ Marx explora a crise de 1866 em rascunhos, conforme mostra o trabalho de De Paula et al. (2015). No entanto, neste trabalho, em momento algum os autores associam os escritos de Marx sobre essa crise a sua teoria dos ciclos industriais. Contudo, é disso que se trata, pois esta é outra crise motivada pelo sistema de crédito, que eclode com a falência da corretora de letras Overend & Gurney Co. pertencente a Samuel Gurney e Chapman, e na qual é necessário novamente suspender a Lei Bancária de 1844, assim como em 1847 e 1857.

²⁰¹ Sobre isso, afirma Engels: “era baixa a taxa de desconto: 1,75 a 2,75% em 1844, inferior à taxa de 3% em 1845 até outubro, elevando-se depois por pouco tempo até 5% (fevereiro de 1846), caindo em seguida até 3,25% em dezembro de 1846. O banco da Inglaterra tinha em suas casas-fortes estoques de ouro em quantidade inacreditável. Os valores de Bolsa internos subiam a níveis jamais atingidos.” (MARX, 2014b, p. 541).

no mercado chinês, e essas fábricas se juntaram às já existentes (MARX, 2014b, p. 643-644).

As operações do comércio internacional eram impulsionadas pelo crédito comercial, em uma cadeia de emissão de letras entre os capitalistas que envolvia desde o fabricante até exportadores e importadores.²⁰² As letras provenientes dessas transações eram facilmente descontadas nos bancos, proporcionando que seus antigos proprietários tivessem capital-dinheiro em mãos muito antes da venda efetiva da mercadoria. Além disso, eram normalmente prorrogadas devido ao fato de que o comércio internacional demandava longo tempo até o retorno do dinheiro.²⁰³ Assim, cresceu enormemente a quantidade de letras emitidas com base no comércio entre Inglaterra e Ásia, principalmente China e Índia, e, mediante crédito bancário, essas letras eram descontadas, repondo o capital dinheiro e reiniciando o processo de produção.

Em certo tempo, esse sistema de consignações contra adiantamentos de mercadorias destinadas à Índia e à China passou a gerar atividade especulativa: seu objetivo principal deixou de ser a venda da mercadoria e passou a ser a atividade de descontar letras dela provenientes: “Em vez de se emitirem letras por se terem comprado mercadorias, compravam-se mercadorias para se emitirem letras descontáveis, conversíveis em dinheiro” (MARX, 2014b, p. 543). Assim, inverteram-se os objetivos dos capitalistas envolvidos no comércio internacional. O que importava era obter letras e adiantamentos referentes a mercadorias embarcadas, a mercadorias a embarcar, ou mesmo a mercadorias em processo de produção, obtendo, dessa maneira, capital-dinheiro em mãos independentemente da realização das vendas.²⁰⁴ Assim, esse sistema voltava-se exclusivamente para o adiantamento e para o desconto de letras, ou seja, para formas de obter crédito bancário.

A especulação no comércio internacional não se restringia às exportações, mas ocorria também em operações de importação, alavancando a produção na Ásia. Muitas dessas operações de importação ocorriam não por serem lucrativas, mas para que as firmas

²⁰² “Em Londres, A [exportador] ordena a B [capitalista comercial] comprar mercadorias a C [produtor] em Manchester, a serem remetidas a D [importador] nas Índias Orientais. B paga a C com letras de seis meses, emitidas por C contra B. Mas B se cobre, emitindo por sua vez letras de seis meses contra A. Logo que a mercadoria é embarcada, emite A, na base do conhecimento de embarque, letra de seis meses contra D”. (MARX, 2014b, p. 543).

²⁰³ “Comprador e expedidor estão ambos de posse de fundos, muitos meses antes de pagarem realmente as mercadorias; e era hábito generalizado renovar essas letras no vencimento sob pretexto de dar tempo ao retorno num negócio tão demorado.” (MARX, 2014b, p. 544).

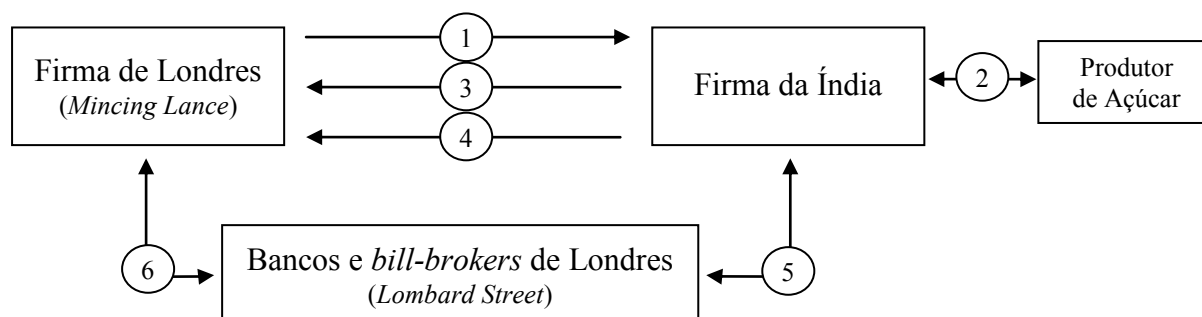
²⁰⁴ Charles Turner descreve como corretores de letras adiantam dinheiro com base nas mercadorias do comércio com as Índias Orientais: “os corretores estavam acostumados a fazer adiantamentos sobre mercadorias, após a chegada, para cobrir as letras correspondentes a essas mercadorias – o que era perfeitamente normal –, e adiantamentos sobre conhecimento de embarque... mas, além disso, faziam adiantamentos sobre o produto antes de ser embarcado e, em alguns casos, antes de ser fabricado” (MARX, 2014b, p. 547).

importadoras de Londres obtivessem dinheiro para pagar suas letras a vencer. Assim, tratava-se de um arranjo cujo objetivo final era meramente obter crédito bancário e viabilizar os pagamentos futuros mediante esse crédito. Um exemplo dessas operações está na publicação do *Manchester Guardian*:

O que se dava aqui com a exportação de manufaturas, passava-se no além-mar com a compra e embarque de produtos. Firms na Índia com crédito bastante para descontar suas letras compravam açúcar, anil, seda ou algodão – não porque os preços de compra, comparados com as últimas cotações de Londres, indicassem lucro, mas porque letras anteriores contra a firma londrina logo se venceriam e teriam que ser cobertas. Nada mais simples que comprar uma partida de açúcar, pagá-la com letras de dez meses emitidas contra a firma de Londres e remeter para Londres, pelo correio ultramarino, o conhecimento de embarque. Menos de dois meses depois, o conhecimento dessa mercadoria que mal acabava de ser embarcada – e por conseguinte a própria mercadoria – era objeto de penhor em *Lombard Street* [rua dos banqueiros em Londres], e a firma de Londres obtinha dinheiro oito meses antes do vencimento das letras sacadas sobre ela (MARX, 2014b, p. 544).

Uma ilustração detalhada desse exemplo por ser vista na Figura 5 abaixo:

Figura 5 – Especulação no Comércio Internacional



Fonte: Elaboração própria (2015).

Tanto a firma de Londres quanto a firma da Índia são capitalistas comerciais atacadistas, especializadas no comércio internacional. O exemplo pode ser retratado da seguinte forma, de acordo com a ordem apresentada na Figura 5, através das setas: (1) a firma de Londres envia ordem de compra para a firma da Índia de determinada quantidade de açúcar, a ser paga em 10 meses pela firma de Londres através de letra; (2) firma da Índia compra o açúcar do produtor; (3) a firma da Índia embarca o açúcar para Londres; (4) a firma da Índia, através do correio ultramarino, envia para a firma de Londres o conhecimento de embarque da mercadoria; (5) a firma da Índia desconta a letra recebida contra a firma de Londres nos bancos ingleses, obtendo em mãos o capital-dinheiro referente a esta compra; (6) a firma de Londres, em posse do conhecimento de embarque, o penhora nos bancos ingleses, obtendo empréstimo que lhe possibilita pagar as suas letras a vencer antes mesmo que o açúcar chegue à Inglaterra. Esta é a finalidade da operação de importação do açúcar: obtenção

de crédito bancário para pagar vencimentos futuros. Segundo Marx, o penhor do conhecimento de embarque ocorre em torno de 2 meses após a emissão da letra de 10 meses usada para comprar o açúcar e, por isso, 8 meses antes do vencimento dessa letra, a firma de Londres já tem dinheiro em mãos. Sobre o andamento dessas operações, o “*Manchester Guardian*” faz o seguinte comentário:

E tudo corria suave, sem interrupções ou obstáculos, enquanto os bancos de desconto dispunham de dinheiro em abundância para adiantar sobre conhecimentos de embarque e certificados de depósito nos armazéns portuários, e para descontar, até montantes ilimitados, as letras das firmas da Índia contra as boas firmas de *Mincing Lance* [centro do comércio atacadista em Londres] (MARX, 2014b, p. 544).²⁰⁵

Uma característica desse arranjo de especulação mediante crédito bancário associado ao comércio internacional era a de que, se havia letras vencendo que necessitavam ser pagas ou se ocorriam perdas no negócio, ele não cessava, mas se aprofundava. Conforme trecho retirado por Marx do “*Manchester Guardian*”, “quanto mais perdiam os interessados, tanto mais precisavam exportar ou importar, para assim repor, com novos adiantamentos, o capital perdido nas especulações precedentes.” (MARX, 2014b, p. 544). Dessa maneira, eventuais problemas eram resolvidos mediante expansão da produção para emitir letras descontáveis ou para tomar adiantamentos através da caução de conhecimentos de embarque. Em casos em que os problemas nos negócios eram ocasionados pela superprodução e existia massa enorme de mercadoria abarrotando os mercados externos, invendáveis, o que esse sistema fazia era aprofundar o problema a partir da expansão da produção para exportação, de forma ainda mais especulativa. No caso em que era necessário pagar letras vencendo e, para isso, se importava mercadorias e se usava o conhecimento de embarque para tomar empréstimos caucionados, a superprodução era agravada na Ásia, pois se importavam produtos sem que se pudesse pagar pelos mesmos. O comércio internacional em geral tratava-se, portanto, de um caso exemplar em que o crédito era a fonte da manutenção dos retornos em dinheiro mesmo quando a realização das mercadorias, ou seja, sua fonte real que é a realização do valor, já não ocorria, prenunciando a crise, com superprodução tanto por parte da indústria inglesa quanto por parte da Ásia.²⁰⁶

²⁰⁵ Não só os bancos possibilitavam esses adiantamentos, como também as corretoras de letras, as firmas *bill-brokers*. Conforme comentário da *The Economist*, “ao crescer rapidamente o capital do país e ao ser mais poupado com a criação de bancos, tornaram-se tão grandes os fundos à disposição dos estabelecimentos de descontos [bill-brokers], que estes passaram a fazer adiantamentos, primeiro sobre certificados de depósito de mercadorias em armazéns portuários e depois sobre conhecimentos de embarque, que representavam produtos ainda não chegados ao destino, embora, frequentes vezes, sem constituir regra porém, já se emitissem as correspondentes letras contra o corretor de mercadorias.” (MARX, 2014b, p. 659).

²⁰⁶ Uma observação importante acerca da especulação e superprodução no comércio internacional é a de Engels, que afirma que todo o sistema de adiantamentos de mercadorias do comércio colonial tinha como base a

Um outro aspecto importante para compreender a crise de 1847 é a existência de especulação em relação à produção ferroviária. O período de prosperidade decorrente do comércio externo ocasionou elevados lucros e incapacidade de absorção do mais-valor apenas através da produção industrial.²⁰⁷ Engels comenta que, a partir de 1844, a construção da malha ferroviária passou a ser a fonte de satisfação da “sede de especulação dos fabricantes e comerciantes” (MARX, 2014b, p. 541).

Subscreviam-se tantas ações quantas se podiam, ou seja, até onde o dinheiro chegava para os primeiros pagamentos; quanto ao resto, depois se acharia solução. Quando se venciam os demais débitos a pagar – [...] importava em 75 milhões de libras esterlinas o capital aplicado em ferrovias em 1846 e 1847 – era mister recorrer ao crédito, e o verdadeiro negócio da firma ficava, na maioria dos casos, prejudicado (MARX, 2014b, p. 541).

O que acontecia, portanto, é que os capitalistas aplicavam seu excedente em ações ferroviárias, visto que esse ramo se expandia rapidamente, e ficavam sem recursos líquidos para o pagamento de suas obrigações, dependendo do crédito bancário para realizá-las. Dessa forma, comprometiam a própria atividade ao retirarem dela seu dinheiro e especularem com a possibilidade de honrarem suas obrigações. Assim, tornavam-se diretamente dependentes do capital de empréstimo dos bancos, seja através de empréstimos ou do desconto de letras, para manterem sua atividade. Se quisessem manter a mesma escala de produção e honrar com suas obrigações, deveriam necessariamente recorrer a operações de crédito (MARX, 2014b, p. 549).²⁰⁸ As consequências disso são relatadas por Marx através de trechos dos relatórios parlamentares que investigavam as causas da crise:

Em abril de 1847, quase todas as firmas comerciais tinham começado a exaurir mais ou menos seus negócios, aplicando parte do capital em ferrovias. [...] A juros altos, de 8%, por exemplo, tomaram-se, sobre ações ferroviárias, empréstimos a particulares e companhias de seguros. Esses adiantamentos tão grandes às ferrovias feitos pelas firmas levavam estas a tomar capital demais aos bancos, descontando letras a fim de prosseguir nos próprios negócios (MARX, 2014b, p. 546).

grande demora no transporte das mercadorias e do pagamento (MARX, 2014b, 544-5). Com o desenvolvimento do sistema de transportes (tráfego marítimo pelo Canal de Suez, e não mais pelo Cabo da Boa Esperança, e existência de navios a vapor) e com o desenvolvimento da comunicação (telégrafo passou a informar, no mesmo dia, situação do mercado inglês e indiano), o método perde a sua base. Por isso, é necessário considerar essas transformações estruturais do mercado mundial em seus efeitos sobre os ciclos industriais.

²⁰⁷ Engels comenta que “ todos os edifícios de fábrica recém-construídos, todas as máquinas a vapor, de fiação e tecelagem não bastavam para absorver a gigantesca torrente de mais-valor de Lancashire” (MARX, 2014b, p. 541).

²⁰⁸ Sobre isso, Gardner afirma o seguinte: “quase todas as casas comerciais começaram a reduzir mais ou menos os próprios recursos financeiros para empregar o dinheiro em ferrovias. [...] Os adiantamentos, tão avantajados, que as casas comerciais fizeram ao setor ferroviário induziram-nas a apoiar-se demais nos bancos, recorrendo ao desconto de letra, e, por esse meio prosseguir as operações comerciais. [...] Em Manchester ocorreram perdas imensas em virtude da especulação ferroviária” (MARX, 2014b, p. 643).

Até abril de 1847, as subscrições de ações ferroviárias não representavam problema algum para o banco. Na verdade, elas inclusive contribuíam para aumentar a quantidade de dinheiro em depósitos nele existentes.²⁰⁹ Formavam-se com isso fundos ferroviários, que representavam o capital-dinheiro relacionado às ações depositado nos bancos. No entanto, em abril de 1847, logo antes de começar a crise, o que acontecia é que os capitalistas que necessitavam de crédito bancário para saldar seus pagamentos descontavam letras ou então tomavam empréstimos caucionados nessas ações para obterem dinheiro. Com isso, gradualmente os fundos ferroviários começaram a se reduzir, estando bastante baixos logo antes da crise. Além disso, é necessário ressaltar que as ações dadas em caução para os empréstimos passaram a compor o capital bancário de grande número de bancos, o que levou ao fato de que, na crise, a variação do preço das ações impactou fortemente a oferta de capital-dinheiro de empréstimo. Novamente Gardner, tratando do assunto, afirma o seguinte:

[...] a maioria dos bancos no começo do ano tinha um montante bastante grande de fundos ferroviários. Esse montante foi decrescendo progressivamente no verão, e em 3 de dezembro era substancialmente menor. Uma causa da depressão em outubro era a redução progressiva dos fundos ferroviários nas mãos dos bancos: de 22 de abril a 31 de dezembro, os saldos ferroviários em nosso poder diminuíram de um terço. Foi geral na Grã-Bretanha esse efeito dos pagamentos relativos às subscrições ferroviárias; pouco a pouco absorveram os depósitos dos bancos (MARX,

Além das especulações no comércio internacional e com as ações ferroviárias, a existência de firmas com excesso de capital imobilizado em fábricas em países do exterior também foi responsável por gerar problemas de solvência e, quando estes eram muito graves, falências. Um exemplo é o caso exposto por Charles Turner, em que uma firma dispunha de capital para os pagamentos, mas estes não eram realizáveis, uma vez que “todo o capital dela estava imobilizado em terras em Maurício ou em fábricas de anil e açúcar” (MARX, 2014b, p. 643). Essa firma contraiu obrigações em excesso, assim como as demais que se envolveram nas atividades especulativas, e sua solvência tornou-se necessariamente dependente do crédito bancário.²¹⁰

Um último elemento precisa ser considerado antes de tratarmos da crise de 1847 especificamente: a expansão dos adiantamentos e dos descontos em bases cada vez menos

²⁰⁹ Assim, como confirmam isso numerosos depoimentos de banqueiros, Gardner comenta que as subscrições de ações “dificilmente poderão ter contribuído para a depressão de abril. Na minha opinião, até abril e talvez mesmo até o verão, fortaleceram mais do que enfraqueceram aos banqueiros, pois o verdadeiro emprego do dinheiro não se efetuava tão rápido quanto os pagamentos das subscrições; por isso, a maioria dos bancos no começo do ano tinha um montante bastante grande de fundos ferroviários.” (MARX, 2014b, p. 546).

²¹⁰ Depoimento de Charles Turner: “Disponham de recursos abundantes, mas estes não eram realizáveis. Todo o capital delas estava imobilizado em terras em Maurício ou em fábricas de anil e açúcar. Se contraíram obrigações que atingiam 500.000 a 600.000 libras esterlinas, não dispunham de meios financeiros líquidos para pagar as letras, e por fim evidenciou-se que, para pagá-las, precisavam recorrer atualmente ao crédito” (MARX, 2014b, p. 643).

sólidas realizada pelas firmas corretoras de letras (*bill-brokers*). Segundo Marx, estas firmas efetuavam enormes operações bancárias “sem qualquer reserva de numerário; fiavam-se nos pagamentos das letras que se venciam progressivamente ou, caso necessário, no poder de obterem adiantamentos do banco da Inglaterra, com caução das letras que descontavam” (MARX, 2014b, p. 628). Marx relata o depoimento de Mr. Neave, Governador do Banco da Inglaterra, acerca do grau de alavancagem dessas firmas, que, quando irrompia a crise, suspendiam seu negócio:

Duas firmas de *bill-brokers* em Londres suspenderam os pagamentos em 1847; ambas retomaram o negócio, mais tarde. Em 1857, suspenderam novamente os pagamentos. Em 1847, o passivo de uma era, em números redondos, de 2.683.000 libras esterlinas para um capital de 180.000, e, em 1857, o passivo era de 5.300.000 libras, enquanto o capital provavelmente não atingia mais de um quarto do que fora em 1847. O passivo da outra firma, nas duas ocasiões, oscilava entre 3 e 4 milhões, para um capital de não mais que 45.000 libras esterlinas (MARX, 2014b, p. 628).

Estavam, portanto, postos os elementos para a irrupção da crise: (1) especulação desenfreada no comércio internacional com as chamadas Índias Orientais, que gerava superprodução a partir do crédito; (2) especulação com ações ferroviárias, tornando os pagamentos de letras das firmas dependentes do crédito bancário e fazendo com que o capital bancário dos bancos passasse a ser composto, em parte, por essas ações; (3) imobilização do capital de firmas e especulação das atividades das corretoras de letras.

A crise se inicia com evasão de ouro que desestabiliza o sistema de crédito: a má colheita de 1846 na Inglaterra (MARX, 2014b, p. 542). Conforme vimos, não se trata aqui de processo de evasão de ouro por balanço de pagamento desfavorável decorrente da superprodução, embora tanto o mercado inglês como o asiático já estivessem abarrotados de mercadorias, mas de um transtorno da produção que levou à saída de ouro no momento de maior tensão do ciclo, quando a especulação estava avançada, abalando as reservas de ouro do Banco da Inglaterra e afetando o sistema de crédito de forma geral. A má colheita fez com que fosse necessário aumentar as importações de alimentos, principalmente trigo e batatas, e houve a necessidade de pagar essa importação com metais preciosos (MARX, 2014b, p. 542). Como consequência, 9 milhões de libras em ouro foram remetidas para o exterior, sendo 7,5 milhões saindo direto das reservas do Banco da Inglaterra, limitando as suas ações no mercado monetário (MARX, 2014b, p. 542). Os bancos particulares, “com suas reservas no Banco da Inglaterra confundidas de fato com as desse Banco, tinham igualmente de reduzir os empréstimos em dinheiro” (MARX, 2014b, p. 542). Assim, a saída de ouro iniciou um processo de escassez de crédito, que teve como consequência a paralisação do enorme encadeamento de pagamentos formado pelas operações de crédito e pela especulação.

Assim, nesse período, os diversos fatores que relatamos anteriormente, por fragilizarem a atividade dos capitais a partir de uma estrutura de obrigações insustentável perante os retornos, causaram aumento da procura por capital-dinheiro assim que se estancou o crédito.²¹¹ Como em toda crise, a procura por capital-dinheiro decorreu de busca por dinheiro em sua função de meio de pagamento para saldar as dívidas contraídas e vencidas. No entanto, com a saída de ouro, estancou-se o crédito e gerou-se uma escassez de capital-dinheiro disponível.

Havia carência de capital-dinheiro causada pela magnitude desmesurada das operações, comparadas com os meios disponíveis; ela se manifestou por se ter perturbado o processo de reprodução com a má colheita, com investimentos excessivos em ferrovias, com superprodução particularmente em artigos da indústria algodoeira têxtil, com os negócios fictícios indianos e chineses, com a especulação, as importações excessivas de açúcar, etc. (MARX, 2014b, p. 561).

Como consequência, houve aumento da taxa de juros e de desconto. Em abril de 1847, quando irrompeu um primeiro pânico financeiro, a taxa subiu de 3% a 7%. Posteriormente houve ligeira recuperação, com queda dos juros. No entanto, em outubro, eclode a crise e a taxa aumenta ainda mais. Engels descreve esse aumento: “a taxa mínima oficial de desconto do Banco da Inglaterra ascendeu a 7% em outubro, e a 10% em novembro: as letras, em sua grande maioria, só eram descontáveis mediante enormes juros usurários, quando não o eram de todo” (MARX, 2014b, p. 542). De acordo com os relatórios parlamentares analisados por Marx, a escassez de crédito era geral ao mesmo tempo em que existia enorme demanda por meios de pagamento:

Daí considerável retirada de dinheiro dos bancos e pressão crescida sobre os corretores de desconto, de pessoas que tinham letras a descontar; os corretores começaram então a examinar cuidadosamente as letras. Limitou-se muito a prorrogação dos títulos e quebraram as firmas de pouca solidez. Faliram os que se escoraram apenas no crédito (MARX, 2014b, p. 554).

A consequência dessa situação foi paralisação geral da cadeia de pagamentos e aumento do número de falências, falindo “certo número de firmas de primeira grandeza e inúmeras empresas médias e pequenas” (MARX, 2014b, p. 542). Ocorreu também grande depreciação dos preços de mercado dos títulos da dívida pública e das ações, incluindo as ações ferroviárias. Esta situação caracterizou-se como pânico financeiro generalizado, com

²¹¹ “Trigo mais caro, preços ascendentes do algodão, açúcar invendável com a superprodução, especulação ferroviária e craque, saturação dos mercados estrangeiros com artigos de algodão, as exportações e importações forçadas para a Índia e da Índia constituindo mero pretexto para emitir papagaios. Todos esses fatores, o excesso da produção industrial e o decréscimo da agrícola, causas bem diversas, portanto, provocaram aumento da procura de capital-dinheiro, ou seja, de crédito e dinheiro” (MARX, 2014b, p. 560).

consequências principais para os capitais que haviam se envolvido em atividades especulativas.

O pânico financeiro caracteriza-se pela incerteza em relação ao pagamento futuro das dívidas e leva o entesouramento de dinheiro ao grau mais elevado. Com o aumento da taxa de juros promovido pelo Banco da Inglaterra no período em que os capitalistas apresentam estrutura insolvente de pagamentos, generalizam-se os temores quanto ao futuro e quanto às expectativas de pagamento. O banqueiro Mr. Pease revela o efeito do pânico financeiro sobre a incerteza quanto aos pagamentos e o entesouramento geral decorrente dela, principalmente para os bancos:

Sendo o Banco obrigado a aumentar cada vez mais a taxa de juro, generalizam-se os temores; os bancos provinciais aumentaram os montantes de numerário e de bilhetes em seu poder, e muitos de nós, que costumávamos manter apenas uma provisão de algumas centenas de libras esterlinas em ouro ou bilhetes de banco, passamos logo a armazenar milhares em cofres e escrivaninhas, pois reinava grande incerteza no que se refere a descontos e à capacidade de circulação das letras no mercado, daí resultando entesouramento geral (MARX, 2014b, p. 556).

Um trecho do relatório parlamentar acerca das causas da crise de 1847 expressa exatamente a mesma coisa, ou seja, o receio dos banqueiros quanto à realização de descontos de letras e empréstimos bancários no período em que é generalizado o pânico e a incerteza, provocando entesouramento de bilhetes de banco:

Aumentou assim a inquietação que antes já se fazia sentir. Banqueiros e outros interessados viram que não podiam mais, com aquela segurança antiga, esperar que as letras e outros títulos se transformassem em bilhetes de banco, para poderem dar conta de suas obrigações; reduziram ainda mais as prorrogações e com frequência as recusavam de plano; em muitos casos guardavam a sete chaves os bilhetes de banco para cobrir as obrigações futuras; preferiam não se desfazer deles. Cada dia eram maiores a intranquilidade e a confusão, e, não fora a carta do lorde John Russel, a bancarrota seria geral (MARX, 2014b, p. 546-7).

A carta a que o relatório se refere é a carta de John Russel que, em 25 de outubro de 1847, suspende a Lei Bancária de 1844. Essa lei estabelece uma relação direta entre o encaixe de ouro existente no Banco da Inglaterra e a quantidade de bilhetes de Banco que por ele podem ser emitidos. Com a evasão de ouro decorrente do comércio internacional, “o temor de esgotamento da reserva bancária ajuntava à crise de 1847 pânico financeiro” (MARX, 2014b, p. 561). Enquanto essa lei vigia, o departamento bancário do Banco da Inglaterra esteve a ponto de falir durante a crise. Com essa suspensão, o Banco deixou de ter esta restrição quantitativa para a emissão de bilhetes, como afirma Engels: “assim, podia este, sem peias, lançar bilhetes na circulação. Sendo o crédito desses bilhetes garantido realmente pelo crédito da nação, e portanto sólido, abrandou-se logo de maneira decisiva a crise monetária” (MARX,

2014b, p. 543). Entraremos em maiores detalhes em relação a esta lei e às críticas feitas a ela por Marx no capítulo seguinte.

As consequências da crise para os capitais envolvidos no sistema de adiantamentos e descontos sobre as letras do comércio com Índia e China foram drásticas. As altas taxas de juros e a restrição do Banco da Inglaterra dificultavam o desconto de letras. Ao mesmo tempo, havia superprodução e abarrotamento dos mercados, o que levou a queda dos preços das mercadorias e impossibilidade de pagar pelas letras. Em resposta a questionamento na comissão parlamentar, Mr. Lister, diretor do Union Bank of Liverpool, explica o ocorrido no comércio:

Eram letras sobre produtos de toda espécie, trigo, algodão, açúcar e mercadorias de todos os tipos. Nada houve então, excetuado talvez óleo, que não baixasse de preço [...] A origem estava nas importações excessivas, sem haver o consumo correspondente para absorvê-las (MARX, 2014b, p. 549-50).

Havia saturação recíproca nos dois mercados. Tanto a Inglaterra estava abarrotada de mercadorias provenientes da Ásia, através de esquemas de importação como o demonstrado anteriormente, como a Ásia estava abarrotada de mercadorias inglesas (MARX, 2014b, p. 550). Portanto, “entre as causas principais da crise de 1847 figuram o abarrotamento colossal dos mercados e a especulação sem peias nos negócios com as Índias Orientais” (MARX, 2014b, p. 643).

Por sua vez, a crise impactou os capitais que se envolveram na especulação em ações ferroviárias, uma vez que estas dependiam do crédito bancário e este se estancou. Uma das razões para a escassez de crédito nesse caso foi a queda dos preços das ações ferroviárias, que compunham o capital bancário, devido ao fato de que as firmas tomavam empréstimos caucionados sobre essas ações. Com essa queda, o capital-dinheiro potencial do banco se reduziu e, conseqüentemente, a oferta de capital-dinheiro de empréstimo. Assim, como se não bastasse a saída de ouro impactando as reservas dos bancos, este fator também foi relevante para estancar o crédito.²¹²

Resumidamente, pode-se atribuir às especulações com letras e adiantamentos para o comércio internacional e com as ações ferroviárias a causa principal da crise de 1847. Por sua vez, esses fatores são motivados pelo crédito fácil e barato existente na fase de prosperidade do ciclo industrial. Como consequência desse crédito, ocorre superprodução e crise, que se manifesta na forma de crise de dinheiro, em que cresce a demanda por meios de pagamento ao

²¹² Um documento publicado pela Câmara dos Lordes informa acerca da queda dos preços dos títulos na crise de 1847. As ações ferroviárias tiveram queda total de 19,57 milhões de libras esterlinas no seu valor de mercado e a dívida pública apresentou redução no valor de 93,8 milhões de libras (MARX, 2014b, p. 543).

mesmo tempo em que passa a existir maior entesouramento de dinheiro e escassez de crédito bancário. Os relatos acerca da crise de 1847 são coerentes com a teoria de Marx acerca dos ciclos industriais e da relação entre crédito, superprodução e crise.

Após passada a fase mais crítica, em 1847, iniciou-se período de estagnação, a primeira fase do novo ciclo industrial. No caso inglês, esse novo ciclo culminaria na crise de 1857. Os comentários de Marx são escassos acerca desse ciclo, porém é possível elencar alguns pontos importantes. Após a fase aguda da crise, ainda ocorreram falências de firmas em situação irremediável e caiu a produção consideravelmente: “a produção nos distritos industriais ingleses, após a crise de 1847, diminuiu de um terço” (MARX, 2014b, p. 641). Na fase de estagnação, portanto, “reinava redução das transações e grande abundância de dinheiro” (MARX, 2014b, p. 642). A taxa de juros caiu para 5% já em dezembro de 1847, e a estabilidade dos negócios retornou já em 1848-9. “A taxa de juro estava muito baixa em virtude da quase total destruição do comércio e quase impossibilidade de aplicar dinheiro” (MARX, 2014b, p. 642).

A fase de prosperidade desse ciclo iniciou-se em 1850, e é caracterizada por Engels como uma “prosperidade industrial até então desconhecida” (MARX, 2014b, p. 543). As causas dessa prosperidade e as principais formas de especulação que ocorreram durante esse ciclo, no entanto, não são apontadas. Marx apenas comenta, ridicularizando a ingenuidade dos banqueiros, acerca de como o crédito é capaz de sustentar retornos fictícios mesmo quando as condições da crise já estão dadas pela superprodução:

Todos os diretores de bancos, comerciantes, em suma, todos os expertos chamados a depor, lorde Overstone a frente deles, se felicitavam pela prosperidade e solidez dos negócios – justamente um mês antes de rebentar a crise de agosto de 1857 (MARX, 2014b, p. 641).

Essa crise também apresenta uma erupção no comércio internacional, desta vez com o comércio entre Inglaterra e Estados Unidos (MARX, 2014b, p. 649). O resultado é o mesmo já apontado: crise de dinheiro, com busca por meio de pagamentos e escassez de crédito.

Por fim, é preciso considerar que, na crise de 1857, também foi necessário suspender a Lei Bancária de 1844, uma vez que havia pequeno número de grandes bancos que ameaçavam tirar suas reservas de ouro do Banco da Inglaterra. Caso o ouro saísse do encaixe do Banco, viria à falência o seu departamento bancário.²¹³ Assim, em 12 de novembro de 1857, suspendeu-se novamente a lei bancária. Trataremos detalhadamente dessa lei a seguir.

²¹³ “Em 1857, os quatro maiores bancos por ações de Londres ameaçaram retirar seus depósitos do Banco da Inglaterra, caso este não obtivesse resolução do governo suspendendo a lei bancária de 1844; essa retirada teria levado à falência o departamento bancário” (MARX, 2014b, p. 627).

7 Institucionalidade Financeira em Marx: a Lei Bancária de 1844

Neste capítulo trataremos dos comentários de Marx sobre a Lei Bancária de 1844 e de seus efeitos para a crise, buscando, nesse exemplo, encontrar elementos teóricos que possam embasar uma concepção marxiana das instituições, principalmente das relacionadas ao sistema de crédito e às finanças. Para isso, temos como objetivo apresentar o debate entre os teóricos do *Currency Principle* e da *Banking School*, que embasou a formulação da Lei Bancária de 1844, apresentar as consequências dessa lei para a emissão de bilhetes do Banco da Inglaterra e para a fase de crise no ciclo industrial, e, por fim, discutir o papel que a institucionalidade financeira apresenta em Marx, sugerindo aí possíveis interpretações. O capítulo está estruturado em três seções, cuja ordem está de acordo com esses objetivos apresentados.

7.1 O Debate entre o *Currency Principle* e a *Banking School*

Primeiramente, é necessário tratar do debate existente no Século XIX entre duas vertentes teóricas acerca da maneira como o Banco da Inglaterra deveria gerir a quantidade de bilhetes de banco que emitia: o *Currency Principle* e a *Banking School*. Basicamente, são as concepções teóricas e os próprios pensadores da primeira que são responsáveis pelo conteúdo da Lei Bancária de 1844, enquanto a segunda escola é crítica a essas concepções e, conseqüentemente, também à Lei. O principal expoente do *Currency Principle* é Samuel Jones-Loyd, também conhecido como Lorde Overstone, banqueiro, político britânico e responsável diretamente pela elaboração da Lei Bancária de 1844, sendo seu organizador (MARX, 2014b, p. 685). Marx dedica atenção especial às concepções teóricas desse autor, apresentando críticas ferrenhas e satíricas, em seu estilo por vezes agressivo,²¹⁴ às suas concepções de capital e das causas da variação da taxa de juros.²¹⁵ Além dele, compõem esta escola de pensamento “o coronel Torrens, Norman, Clay, Arbuthnot e outros inúmeros escritores” (MARX, 2008b, p. 230). Por sua vez, os teóricos mais importantes da *Banking School* são Thomas Tooke, John Fullarton, James Wilson e James William Gilbert, que,

²¹⁴ “A cretinice do mundo burguês atual não pode ser mais bem caracterizada que pelo respeito que infunde a toda a Inglaterra a “lógica” desse ricaço, guindado a barão” (MARX, 2014b, p. 563).

²¹⁵ Marx critica Overstone por confundir acumulação de capital-dinheiro, o capital disponível dos bancos e cuja oferta relativa reflete-se na taxa de juros, com a acumulação de capital real. A partir disso, Marx discute as diferenças acerca desses dois fenômenos de modo bastante embaralhado e fragmentado, porém com o claro intento de demonstrar que não se trata da mesma coisa e que a concepção de Overstone e dos demais teóricos do *Currency Principle* está equivocada, ou seja, “desmascarar a sabedoria interessada de Overstone de que o dinheiro é ‘caro’ por ser ‘raro’ o capital” (MARX, 2014b, p. 733).

segundo Marx, são autores que melhor abordam a questão do dinheiro e do crédito. No entanto, a sua análise também apresenta problemas, principalmente no que se refere à confusão que proporcionam com as categorias da economia política (MARX, 2014b, p. 591). Por isso, apesar de encontrar nela mais qualidades que na do *Currency Principle*, Marx também é crítico à perspectiva dessa segunda abordagem. Para explorarmos o que pensam e como esse debate influenciou a formulação da Lei Bancária, devemos iniciar pela explanação da teoria monetária de David Ricardo, pois, como afirma Marx na segunda metade do Século XIX, “a forma que deu à teoria do dinheiro é a que domina, até este momento, na legislação inglesa dos bancos” (MARX, 2008b, p. 213).

7.1.1 A Teoria Monetária Ricardiana

A teoria monetária ricardiana constitui a base teórica da Lei Bancária de 1844. Para Ricardo, o valor do dinheiro metálico corresponde ao valor trabalho nele materializado.²¹⁶ Por ser meio de circulação, no entanto, o dinheiro metálico pode ser substituído na circulação completamente por símbolos de valor que, se existem em quantidade coerente com o valor das mercadorias, representam ouro em seu valor original, idêntico ao *quantum* de trabalho nele materializado.²¹⁷ O principal argumento de Ricardo apresenta um caráter quantitativista, pois, para ele, o valor desses símbolos torna-se maior ou menor do que o valor do dinheiro metálico que originalmente representam de acordo com a escassez ou o excesso de dinheiro em relação ao valor das mercadorias, respectivamente (MARX, 2008b). Isso acontece inclusive com o próprio dinheiro metálico, que, para Ricardo, enquanto meio circulante, é símbolo de si mesmo e, se existe em excesso, representa valor inferior ao seu valor intrínseco, sendo o oposto também verdadeiro. Para entender como isso ocorre, vamos apresentar a crítica de Marx acerca dessa teoria monetária.

Primeiramente, Marx considera o argumento de Ricardo em uma economia nacional fechada, ou seja, sem considerar o fluxo internacional de ouro. Assume-se que as minas de

²¹⁶ “Ricardo determina primeiramente o valor do ouro e da prata, assim como o de todas as demais mercadorias com relação ao *quantum* de tempo de trabalho que concretizam. Neles, enquanto mercadorias de um valor determinado, estão medidos os valores de todas as demais mercadorias” (MARX, 2008b, p. 214).

²¹⁷ Aqui, conforme veremos, Marx argumenta que Ricardo confunde o dinheiro de crédito com o papel-moeda de curso forçado, associando ao primeiro as leis que só podem ser atribuídas ao último. As leis que regem o dinheiro de crédito, associadas ao sistema de crédito e à circulação de letras, distinguem-se das que regem o papel-moeda: “a maior parte dos escritores ingleses da época confunde a circulação das notas de banco, que é regida por leis muito distintas, com a circulação dos símbolos de valor ou dos papeis do Estado de curso forçado, e, ao pretender explicar os fenômenos dessa circulação forçada mediante as leis da circulação metálica, na realidade o que fazem é deduzir inversamente as leis dessa última dos fenômenos da primeira (MARX, 2008b, p. 212).

ouro e prata situam-se no interior dos países e que os metais circulam como dinheiro (MARX, 2008b, p. 214). Marx então supõe o que aconteceria, na concepção de Ricardo, caso houvesse queda ou aumento na massa de valor representada pelas mercadorias.²¹⁸ “Que ocorre em ambos os casos com a quantidade dada do metal circulante?” (MARX, 2008b, p. 215). Para Ricardo, o dinheiro, seja metálico ou em bilhetes de banco, por ser meio de circulação, deve permanecer na circulação na mesma quantidade que anteriormente a essa mudança dos valores das mercadorias, “pois, em hipótese, todo o ouro não utilizado em artigos de luxo é posto em circulação” (MARX, 2008b, p. 217). Com isso, “no primeiro caso, haverá superabundância na quantidade de dinheiro circulante em relação ao valor de troca do metal; no segundo caso, a quantidade desceria abaixo do seu nível normal” (MARX, 2008, p. 215). Assim, Marx resume as consequências, para Ricardo, de uma quantidade de dinheiro distinta da quantidade normal, em que há, no primeiro caso, superabundância de dinheiro, e, no segundo caso, escassez de dinheiro:

Embora possuindo um valor próprio, o ouro, no primeiro caso, se converteria em símbolo de um metal de um valor de troca inferior ao seu; no último caso, em símbolo de um metal de um valor superior. No primeiro caso, o ouro estaria, como símbolo de valor, abaixo do seu valor real; no segundo caso, acima do dito valor [...]. No primeiro caso, seria a mesma coisa se as mercadorias estivessem estimadas em um metal de valor inferior; no segundo, seria se fossem estimadas em um metal de valor superior (MARX, 2008b, p. 215).

As consequências dessa mudança no valor representado pelo ouro seriam percebidas nos preços, pois os valores das mercadorias passariam a ser medidos por um valor inferior ao anterior, ocasionando alta dos preços, ou por um valor superior, ocasionando queda.

No primeiro caso, os preços das mercadorias subiriam; no segundo, baixariam. Nos dois casos, o movimento dos preços das mercadorias, sua alta ou sua baixa, seria efeito da expansão ou da contração relativa da massa de ouro circulante acima ou abaixo do nível correspondente a seu próprio valor, ou seja, a quantidade normal que se determina pela relação entre seu próprio valor e o valor das mercadorias que têm que circular (MARX, 2014b, p. 2015-6).

Esse processo de mudança do valor representado pelo ouro ocorreria da mesma forma, para Ricardo, caso se mantivesse idêntica a massa de valor das mercadorias, mas se alterasse a quantidade de ouro existente.²¹⁹ O que importa aqui é a relação entre a quantidade de dinheiro

²¹⁸ “Suponhamos que a soma desses valores [das mercadorias que circulam] diminua, seja porque se produzem menos mercadorias com os antigos valores, seja porque, em consequência de uma maior força produtiva do trabalho, a mesma massa de mercadorias contém menor valor de troca. Ou suponhamos que, ao contrário, que aumenta a soma dos valores porque a massa de mercadorias tenha aumentado, permanecendo os mesmos os gastos de produção, ou porque o valor da mesma ou de uma massa menor de mercadorias aumenta em consequência de diminuição de uma força produtiva do trabalho” (MARX, 2008b, p. 215).

²¹⁹ “O mesmo processo ocorreria se a soma dos preços das mercadorias em circulação permanecesse idêntica, mas a massa de ouro circulante viesse a se encontrar abaixo ou acima do nível normal; abaixo, se as espécies de ouro desgastadas na circulação não fossem substituídas por uma nova produção correspondente das minas;

circulante e a massa de valor das mercadorias. “Em resumo: o dinheiro circulante encontra-se em seu nível normal quando a sua quantidade, dado o valor das mercadorias, se acha determinada por seu próprio valor metálico” (MARX, 2008b, p. 216).

No entanto, Ricardo apresenta o mecanismo de ajuste dessas disparidades entre a quantidade de dinheiro circulante e o valor real do ouro. Caso seja diferente o valor representado pelo ouro do seu valor efetivo, ou seja, na concepção de Ricardo, dos gastos de produção dos metais preciosos, a produção de ouro nas minas se ajusta de forma a recriar a quantidade de ouro circulante normal (MARX, 2008b, p. 216).

Segundo a teoria dos valores de troca em geral, de Ricardo, a alta do ouro acima do seu valor de troca, isto é, do valor determinado pelo tempo de trabalho que contém, implicaria um aumento da produção do ouro, até que sua abundância o fizesse descer de novo à sua magnitude de valor normal. Graças a esses movimentos inversos, a contradição entre o valor metálico do ouro e seu valor como meio de circulação se compensaria, o nível normal da massa de ouro circulante se fixaria, e a alta dos preços corresponderia novamente à medida dos valores (uma descida do ouro abaixo de seu valor determinaria, inversamente, uma diminuição de sua produção até que voltasse à sua exata magnitude de valor) (MARX, 2008b, p. 217).

Nesse exemplo de uma economia nacional fechada, podemos compreender a concepção de Ricardo, que relaciona ao excesso ou escassez de dinheiro circulante às variações de preço. O argumento muda de forma quando Ricardo trata do fluxo de ouro internacional, mas, em sua essência, permanece a mesma questão: “quantidade de dinheiro metálico circulante é normal quando se acha determinada pela soma dos valores das mercadorias circulantes estimadas em seu valor metálico” (MARX, 2008b, p. 218).

Do ponto de vista internacional, isso se formula assim: no estado normal da circulação, cada país possui uma massa de dinheiro que corresponde à sua riqueza e indústria. O dinheiro circula com um valor que corresponde ao seu verdadeiro valor ou aos seus gastos de produção, isto é, tem um só e idêntico valor em todos os países. Logo o dinheiro nunca seria importado ou exportado de um país a outro. Estabelecer-se-ia um equilíbrio entre as *currencies* (as massas totais de dinheiro circulante) dos diversos países. O nível normal da *currency* nacional é expresso agora como equilíbrio internacional das *currencies* (MARX, 2008b, p. 218).

Assim, no nível internacional, a quantidade de dinheiro circulante normal pode ser compreendida como a quantidade que gera equilíbrio entre o dinheiro existente entre os países. Esse equilíbrio pode se perturbar se varia a massa de valor das mercadorias produzidas em determinado país ou se há produção de ouro em abundância, que faça com que sua quantidade circulante aumente (MARX, 2008b, p. 219). Os ajustes que retomam o equilíbrio, nesse contexto, ocorrem através da exportação ou importação de ouro, reajustando a quantidade de dinheiro ao valor das mercadorias:

acima, se o novo rendimento das minas excedesse as necessidades da circulação. Entende-se que, em ambos os casos, os gastos de produção do ouro e o seu valor permanecem os mesmos” (MARX, 2008b, p. 216).

Anteriormente, a produção dos metais preciosos diminuía ou aumentava, segundo fosse necessário contrair ou estender a *currency* e baixar ou subir os preços das mercadorias; agora, o que produz esse efeito é a importação ou exportação de um país a outro. Nos países em que os preços tivessem subido e o valor do ouro houvesse descido abaixo de seu valor metálico em consequência da obstrução da circulação, o ouro seria depreciado em relação aos demais países e, portanto, os preços das mercadorias, comparados com os dos demais países, teriam subido. Assim, pois, se exportaria ouro, se importariam mercadorias e vice-versa (MARX, 2008b, p. 219-220).

Dessa maneira, o movimento do ouro reestabeleceria a quantidade normal de dinheiro metálico no país: “o ouro seria exportado ou importado em função de sua superestimação ou de sua depreciação, segundo a expansão ou contração da massa dos meios de circulação acima ou abaixo do nível normal” (MARX, 2008b, p. 220). Assim, a questão internacional, apesar de apresentar um mecanismo distinto para o ajuste, em nada muda o suposto problema, que está na quantidade de dinheiro circulante em relação à massa de valor das mercadorias. Engels resume a questão da seguinte forma:

Segundo Ricardo, o valor do dinheiro – metálico – é determinado pelo tempo de trabalho nele materializado, mas só enquanto a quantidade de dinheiro mantém proporção adequada com quantidade e preço das mercadorias a vender. Se a quantidade de dinheiro for tal que (1) ultrapasse essa proporção, o valor dele baixa e os preços das mercadorias sobem; mas se essa quantidade for tal que (2) fique abaixo da proporção adequada, sobe o valor do dinheiro e caem os preços das mercadorias, desde que não se alterem as demais condições. No primeiro caso, o país onde há excesso de ouro exportará o ouro depreciado e importará mercadorias; no segundo caso, o ouro fluirá para os países onde está cotado acima do valor, enquanto as mercadorias neles depreciadas se escoarão para outros mercados onde possam alcançar preços normais (MARX, 2014b, p. 725).

7.1.2 O *Currency Principle*

A partir dos postulados quantitativistas da teoria monetária ricardiana, os teóricos do *Currency Principle* buscaram formular na legislação bancária de 1844 uma forma de adaptar o suposto equilíbrio dos preços gerado pelo fluxo internacional do dinheiro metálico à circulação dos bilhetes de banco.²²⁰ Dessa maneira, buscaram aplicar os preceitos ricardianos ao dinheiro de crédito. Assim, assume-se que o valor nominal dos bilhetes também pode variar, de forma conjunta com o ouro, de acordo com a relação entre a quantidade de dinheiro circulante e o valor da massa de mercadorias na circulação.

Nessas condições, uma vez que o ouro mesmo, em moeda ou em barras, pode representar valor metálico maior ou menor que o próprio, compreende-se que os bilhetes de banco conversíveis em circulação tenham idêntica possibilidade. Embora

²²⁰ “O postulado propriamente teórico donde parte essa escola de artistas da meteorologia econômica é apenas o dogma de que Ricardo descobriu as leis da circulação puramente metálica. Só lhes restava submeter a essas leis a circulação do crédito ou dos bilhetes de banco” (MARX, 2014b, p. 726).

os bilhetes de banco sejam conversíveis, correspondendo o valor real ao nominal, a massa toda de dinheiro circulante, ouro e bilhetes (a circulação agregada consistente em metal e bilhetes conversíveis), pode encarecer-se ou depreciar-se, conforme a quantidade global – pelos motivos antes expostos – suba acima ou caia abaixo do nível determinado pelo valor de troca das mercadorias circulantes e pelo valor metálico do ouro (MARX, 2014b, p. 725-6).

Assim, essa ideia de que o valor dos bilhetes de banco e do ouro deve variar de acordo com a sua relação quantitativa com a massa de valor das mercadorias está na base da Lei Bancária de 1844, sendo seu princípio fundamental (MARX, 2014b, p.726). Trata-se não da depreciação “do papel perante o ouro, mas do ouro e do papel em conjunto, ou seja, da massa global dos meios de circulação de um país” (MARX, 2014b, p. 726). Apesar de, para os teóricos do *Currency Principle*, tanto os bilhetes de banco quanto o ouro terem a capacidade de se apreciar e depreciar com a quantidade que circulam, o dinheiro de crédito “não se regula pelas leis da circulação metálica” (MARX, 2014b, p. 728). No caso de ouro em excesso ou escasso, a importação ou exportação de metais preciosos é capaz de reestabelecer a quantidade de meio circulante normal para a estabilidade dos preços. No entanto, esse mecanismo de ajuste não existe no caso de bilhetes de banco emitidos. Isso significa que “o mesmo efeito sobre os preços das mercadorias tem de ser então artificialmente produzido pelos bancos, imitando as leis da circulação metálica” (MARX 2014b, p. 728).²²¹ O mecanismo criado pela Lei Bancária de 1844 funciona da seguinte maneira:

Se o dinheiro afliu do exterior para o país, é sinal de que a circulação é escassa, o valor do dinheiro é alto demais e os preços das mercadorias, demasiadamente baixos, e, em consequência, bilhetes de banco devem ser lançados na circulação na proporção do novo ouro importado. Ao contrário, é mister retirá-los da circulação na proporção em que o ouro sai do país. Em outras palavras, a emissão de bilhetes de banco tem de ser regulada de acordo com a importação e exportação dos metais preciosos, ou seja, de acordo com o curso do câmbio (MARX, 2014b, p. 728).

Dessa forma, o que os teóricos do *Currency Principle* estabelecem ao criar a Lei Bancária de 1844 é a paridade perfeita entre o ouro existente no país e a emissão de bilhetes de banco circulantes. Com isso, buscam emular o mecanismo de ajuste da circulação metálica na circulação de bilhetes. Assim, Marx afirma que “esse errôneo postulado teórico converte-se no experimento prático de fazer circular tanta moeda quanto de ouro existe no momento” (MARX, 2014b, p. 728). Torna-se, portanto, um experimento em escala nacional que se mostra fracassado, tanto em termos teóricos quanto práticos (MARX, 2014b, p. 728).

²²¹ “As flutuações gerais de preços derivam aí da natureza própria da circulação metálica ricardiana, mas sua forma violenta e brutal, a forma de crise, pertence às épocas de sistema de crédito desenvolvido; por isso, ressalta com meridiana clareza que a emissão de bilhetes de banco não se regula exatamente pelas leis da circulação metálica. A circulação metálica tem seu remédio na importação e exportação de metais preciosos, que, ao terem curso de moeda, entrando ou saindo, fazem subir ou baixar os preços das mercadorias. O mesmo efeito sobre os preços das mercadorias tem de ser então artificialmente produzido pelos bancos, imitando as leis da circulação metálica”. (MARX, 2014b, p. 728).

Segundo Ricardo, o ouro é apenas moeda; assim, todo ouro importado aumenta o dinheiro em circulação e, em consequência, faz subir os preços, e todo ouro exportado reduz a moeda e, por conseguinte, faz cair os preços. Esse errôneo postulado teórico converte-se no experimento prático de fazer circular tanta moeda quanto de ouro existe no momento. Lorde Overstone (o banqueiro Jones-Loyd), Coronel Torrens, Norman, Clay, Arbuthnot e uma série de outros autores, conhecidos na Inglaterra como integrantes da Escola do *Currency Principle*, pregaram essa doutrina e ainda fizeram dela a base da legislação bancária inglesa e escocesa por meio das leis de 1844 e 1845 de Sir Robert Peel (MARX, 2014b, p. 728).

7.1.3 As críticas da *Banking School*

A *Banking School*, composta principalmente por Tooke, Fullarton, Wilson e Gilbert, se posiciona de forma crítica aos preceitos teóricos do *Currency Principle*, principalmente por afirmarem que não há necessidade de manutenção da paridade entre o ouro existente no país e a emissão de bilhetes de banco. Além disso, afirmam que, com a atividade bancária, a quantidade de meio circulante se adapta às necessidades de circulação existentes, não sendo possível que possa excedê-la por muito tempo. Assim, os controles impostos pela Lei Bancária de 1844 não seriam necessários e teriam como consequência não a estabilização de preços, mas a volatilidade da taxa de juros.

Sobre a concepção de Tooke acerca do dinheiro, Marx afirma que, inicialmente, aceitava a teoria ricardiana e, ao analisar as crises e os preços em seus primeiros trabalhos, tentava interpretar os fenômenos a partir dessa perspectiva.²²² No entanto, após minuciosa análise empírica passou a rejeitá-la:

Tooke não deduz seus princípios de uma teoria qualquer mas de uma conscienciosa análise da história dos preços de 1793 a 1856. [...] investigações apoiadas sobre a história dos preços o obrigaram a reconhecer que essa conexão direta entre os preços e a quantidade de circulação, subentendida pela teoria, é uma quimera; que a expansão e a contração dos meios de circulação, permanecendo constante o valor dos metais preciosos, são sempre o efeito e jamais a causa das flutuações dos preços; que a circulação do dinheiro, em geral, não é senão um momento secundário e que o dinheiro, no processo de produção real, assume ainda outras formas determinadas muito distintas da de meio de circulação (MARX, 2008b, p. 231-2).

Dessa maneira, Tooke nega, com base em seus estudos sobre os preços entre 1793 e 1856, a relação elementar de Ricardo: fica patente que não é a quantidade de dinheiro circulante que determina o nível de preços, mas o contrário. Nesse sentido, pode-se dizer que, enquanto Ricardo apresenta uma perspectiva quantitativista do dinheiro, Tooke reconhece que

²²² “Na primeira edição de sua história dos preços, aparecida em 1823, Tooke ainda está completamente imbuído da teoria de Ricardo e esforça-se inutilmente para pôr os fatos de acordo com essa teoria. Até se poderia considerar seu panfleto *On the currency*, que apareceu após a crise de 1825, como a primeira exposição consequente dos pontos de vista que mais tarde Overstone fez prevalecer” (MARX, 2008b, p. 231).

são as próprias necessidades da circulação que determinam a quantidade de meio circulante, ou seja, apresenta uma interpretação em que o meio circulante é definido endogenamente, diretamente relacionado aos preços das mercadorias. Isso ocorre, pois dinheiro não é apenas meio de circulação e sua existência não implica necessariamente que circule. Assim, o dinheiro que existe pode estar também entesourado, como reserva de valor, e apenas passa a ser meio de circulação de acordo com as necessidades de seu possuidor. Portanto, ao rejeitar o fato de que dinheiro é apenas meio circulante, Tooke também rejeita que todo dinheiro existente está em circulação e que circulação excessiva ou escassa afeta o valor representado pelo dinheiro e, por consequência, os preços.

Além das críticas à concepção teórica do *Currency Principle*, Tooke critica os resultados proporcionados pela Lei Bancária de 1844. Como se sustenta sobre teoria equivocada, seus efeitos são os seguintes: (1) gera uma relação direta de conversibilidade que limita a emissão de bilhetes de banco por parte do Banco da Inglaterra; e (2) implica flutuações da taxa de juros muito maiores devido aos impactos gerados por entradas e saídas de ouro (MARX, 2014b, p. 738). Em relação ao primeiro aspecto, Tooke defende que, na crise, a segurança dos bilhetes de banco não é prejudicada pelo fato de não haver ouro correspondente nas reservas, podendo (e devendo) o Banco da Inglaterra ampliar a emissão de bilhetes para amenizar os problemas e recompor seu encaixe em ouro. Assim, na crise de 1847, Tooke é da opinião de que “uma emissão ampliada de bilhetes teria talvez contribuído para refazer o encaixe de ouro do Banco, como ocorreu em 1825” (MARX, 2014b, p. 738). Com a emissão de bilhetes, a demanda por meios de pagamento é suprida, não sendo necessário o Banco desfazer-se de ouro para esse fim (MARX, 2014b, p. 738).²²³ Sobre o segundo aspecto, Tooke afirma que “comparadas com as de 1837 e 1839, as maiores flutuações da taxa de juro de 1847 foram devidas à divisão do Banco em dois departamentos”, que é a forma como a Lei Bancária de 1844 divide as atividades de emissão e bancária no Banco da Inglaterra (MARX, 2014b, p. 738). Portanto, Tooke se posiciona de forma contrária à existência da referida Lei e a sua capacidade de estabilizar os preços, conforme supõe a teoria ricardiana que a embasa.

²²³ Tooke afirma que “a segurança dos bilhetes de banco não foi prejudicada em 1825, nem em 1837 e 1839. A procura de ouro em 1825 objetivou apenas preencher o espaço vazio, surgido em virtude do descrédito total dos bilhetes de 1 libra dos bancos das províncias; essa lacuna só podia ser preenchida por ouro, até que o Banco da Inglaterra também emitisse bilhetes de 1 libra” (MARX, 2014b, p. 738).

7.1.4 A posição de Marx no debate entre o *Currency Principle* e a *Banking School*

Marx concorda em grande parte com as críticas da *Banking School* sobre a teoria monetária ricardiana e sobre o *Currency Principle*, mas também considera a sua visão acerca das categorias econômicas confusa e problemática.

Esses escritores [da *Banking School*] não consideram o dinheiro sob um aspecto único; concebem-no antes em seus diferentes momentos, mas de um modo mecânico, sem nenhuma conexão viva seja entre esses momentos, seja com o sistema total das categorias econômicas. Por isso confundem erroneamente o dinheiro, distinto do meio de circulação, com o capital, e mesmo com a mercadoria, posto que, de outro lado, se vejam constrangidos, ao mesmo tempo, a diferenciar um do outro (MARX, 2008b, p. 232).

As confusões existentes entre as categorias da economia política não são exclusividade de uma ou de outra escola, mas um fenômeno que Marx observa ao analisar os diversos depoimentos de banqueiros e capitalistas industriais ou comerciantes sobre as crises. O que Marx observa é uma utilização das categorias conforme as mesmas aparecem para eles:

Nessa algaravia do mercado monetário, admira como todas as categorias da economia política assumem outro sentido e outra forma. Capital flutuante (*floating capital*) serve para designar capital em circulação (*circulating capital*), coisa totalmente diversa; dinheiro (*Money*) é capital e barras de ouro (*bullion*) é capital; bilhetes de banco constituem circulação (*circulation*); capital é mercadoria (*a commodity*), e dívidas são mercadorias; capital fixo (*fixed capital*) é dinheiro empregado em papéis difíceis de vender (MARX, 2014b, p. 657).

Portanto, apesar de Marx concordar com a *Banking School* em relação aos equívocos das visões anteriores, também apresenta críticas a ela direcionadas. Analisaremos agora as principais críticas de Marx a essas abordagens, iniciando pela teoria monetária ricardiana. Podemos elencar três críticas teóricas a Ricardo que aparecem na *Contribuição à Crítica da Economia Política* (MARX, 2008b):

- a) Ricardo confunde o dinheiro de crédito, que aparece na forma de notas bancárias, bilhetes de banco, com o papel-moeda emitido pelo Estado, que é regido por leis diversas;
- b) Ricardo só reconhece a função do dinheiro de meio de circulação, ignorando ou suprimindo as suas demais funções, principalmente de entesouramento e de dinheiro mundial; e
- c) como consequência do equívoco anterior, ao não reconhecer a função do dinheiro de tesouro, Ricardo assume que todo dinheiro existente circula, fazendo parte dos meios de circulação, ao invés de reconhecer que esse meio circulante se define endogenamente, como consequência dos preços, das transações, da velocidade de

circulação do dinheiro, do estado do crédito, e da economia de meio circulante decorrente do crédito, da compensação e da técnica bancária.

Sobre a primeira crítica, Marx afirma o seguinte da maior parte dos teóricos do dinheiro que escreveram antes de Ricardo:

A maior parte dos escritores ingleses dessa época confunde a circulação de notas de banco, que é regida por leis muito distintas, com a circulação dos símbolos de valor ou dos papéis do Estado de curso forçado, e, ao pretender explicar os fenômenos dessa circulação forçada mediante as leis da circulação metálica, na realidade o que fazem é deduzir inversamente as leis dessa última dos fenômenos da primeira (MARX, 2008b, p. 212).

Marx afirma que Ricardo cai no mesmo equívoco e, conseqüentemente também o fazem seus predecessores do *Currency Principle*. Conforme vimos ao estudar a circulação simples de mercadorias, o papel-moeda apresenta leis de circulação específicas e, segundo Marx, quando existe em quantidade maior à quantidade de dinheiro metálico que seria necessária representar para a circulação, esses papeis passam a ser símbolo de maior ou menor volume de ouro e os preços são, conseqüentemente, afetados por essa mudança do valor representado pelo papel-moeda. No entanto, os bilhetes de banco, como dinheiro de crédito, apresentam lógica distinta, relacionada à emissão de uma letra contra o banqueiro que os emite (no caso inglês, o Banco da Inglaterra). Tem no seu valor nominal a representação de um valor real em ouro, garantido pela conversibilidade dessa nota em ouro a qualquer momento. A emissão de bilhetes de banco acima do ouro em encaixe no Banco da Inglaterra não altera a sua representação de valor. Inclusive, conforme já tratado, essa emissão acima do encaixe constitui criação de capital-dinheiro fictício por parte do Banco, sobre a qual pode o banco obter lucro bancário. A existência da massa de letras e de bilhetes acima do dinheiro metálico necessário para sua realização é a regra quando se trata da circulação de letras, e não se depreciam por isso as letras e os bilhetes de banco. Assim, o que Ricardo e os teóricos do *Currency Principle* fazem de fato é descobrir as leis de circulação do papel-moeda, porém aplicando-a aos bilhetes de banco, cujas leis de circulação são distintas.

Ricardo, como seus predecessores, confunde a circulação das notas bancárias ou do dinheiro de crédito com a circulação dos simples símbolos de valor. O que o preocupa é a depreciação do papel-moeda, acompanhada da alta simultânea dos preços das mercadorias. O que as minas americanas constituíam para Hume eram para Ricardo as prensas das notas de Threadneedle Street [rua na qual está localizado o Banco da Inglaterra desde 1734] (MARX, 2008b, p. 213).

Sobre a segunda crítica, evidencia-se que, ao assumir que todo o dinheiro metálico é meio de circulação e, por isso, se encontra na esfera da circulação, Ricardo ignora as funções

do dinheiro de entesouramento e de dinheiro mundial. A função de tesouro, relevante tanto no exemplo que só considera a circulação interna de uma economia nacional como no exemplo do fluxo internacional de ouro entre os países, em nenhum momento é considerada. Por sua vez, a função de dinheiro mundial como meio internacional de compra ou de pagamento é ignorada por Ricardo quando trata do mecanismo de equilíbrio da quantidade de ouro entre os países. Esses equívocos ficam evidentes na seguinte crítica de Marx:

O que se deveria demonstrar é que o preço das mercadorias ou o valor do ouro depende da massa de ouro que circula. A demonstração consiste em se supor o que se deve demonstrar: toda quantidade do metal precioso que serve de dinheiro, qualquer que seja a relação com seu valor intrínseco, tem que se tornar meio de circulação, dinheiro; e, desse modo, símbolo de valor das mercadorias em circulação, qualquer que seja a soma total de seu valor. Em outras palavras, a demonstração consiste em fazer abstração de todas as funções do dinheiro, salvo de que realiza como meio de circulação. (MARX, 2014b, p. 218).

O que Marx afirma neste trecho é o seguinte: para que se possa sustentar logicamente a teoria de Ricardo, deveria ele explicar o porquê do preço das mercadorias ou do valor do ouro depender da quantidade total de ouro circulante. No entanto, Ricardo não faz isso. Simplesmente supõe que todo dinheiro deve se tornar meio de circulação e, conseqüentemente, ser símbolo da massa de valor existente nas mercadorias. No entanto, quando faz essa suposição, assume que a única função do dinheiro é ser meio de circulação, ignorando as outras. Aqui, seria essencial considerar a função de entesouramento, pois é através dela que a quantidade de meio circulante se ajusta às necessidades da circulação.

Sobre a função de dinheiro mundial, Ricardo vê os fluxos de ouro entre os países meramente como diferenças nos valores vigentes em cada país em decorrência da quantidade de meio circulante em relação à massa de mercadorias, e por isso a ignora. Um exemplo de como isso ocorre é no caso de más colheitas, que fazem com que seja necessário importar alimentos e, com isso, deve ocorrer saída de ouro do país:

[Ricardo] afirma que em épocas de má colheita, frequentes na Inglaterra durante o período de 1800-1820, o ouro é exportado não porque se necessite de trigo e o ouro seja dinheiro e, portanto, um meio de compra e de pagamento sempre eficaz no mercado mundial, mas porque o ouro se acha depredado no seu valor em relação com as demais mercadorias, e, por conseguinte, a *currency* do país em que se produz a má colheita se encontraria depreciada em relação às demais *currencies* nacionais (MARX, 2008b, p. 221).

Para Ricardo, portanto, o ouro sai não porque é necessário comprar, mas porque seu valor é inferior ao dos demais países. A produção agrícola em baixa, no raciocínio dele, diminui a massa de valor das mercadorias existentes no país, tornando a quantidade de dinheiro circulante no país excessiva, reduzindo o valor do ouro e aumentando o preço das mercadorias. Conseqüentemente, se importa mercadorias e exporta ouro para reestabelecer o

equilíbrio. Marx argumenta que, na verdade, essa saída de ouro não ocorre porque o valor do dinheiro é menor, mas porque o dinheiro metálico é dinheiro mundial e meio de pagamento internacional, e é necessário importar as mercadorias para manter o fluxo normal da reprodução.²²⁴ Marx argumenta que esse equívoco poderia se justificar, pois “o período durante o qual Ricardo desenvolveu suas atividades literárias era, em geral, pouco favorável à observação dos metais preciosos em sua função de dinheiro universal” (MARX, 2008b, p. 224).

A terceira crítica decorre diretamente da segunda, pois, uma vez que Ricardo ignora a função do dinheiro de entesouramento, assume que todo dinheiro se torna necessariamente meio circulante. Assim, é incapaz de compreender o mecanismo pelo qual o meio circulante se ajusta às necessidades da circulação, através da regra já apresentada na circulação simples, em que o total de meio circulante é consequência dos preços, do número de transações realizadas e da velocidade de circulação de dinheiro. Assim, a crítica de Marx é análoga à de Tooke, e consiste no fato de que a quantidade de meio circulante é consequência dos preços, e não a sua causa. Essa quantidade é definida endogenamente pelas necessidades da circulação.

Por fim, para além dessas críticas no nível teórico, Marx apresenta uma de caráter empírico. J. G. Hubbard, ex-governador do Banco da Inglaterra, apresenta em depoimento dados entre 1834 e 1853 acerca do encaixe metálico do Banco da Inglaterra em libras esterlinas, da taxa de desconto de mercado e dos preços dos 15 principais artigos comerciais (MARX, 2014b, p. 729-731). A análise desses dados sustenta a concepção de Marx acerca da relação entre os movimentos de entrada e saída de ouro do país, preços das mercadorias e taxa de juros.

Demonstram ter sido o movimento de preços dos quinze mais importantes artigos comerciais por completo independente da migração do ouro e da taxa de juro. Ao revés, provam existir conexão íntima entre migração do ouro, a qual “representa nosso capital em busca de aplicação”, e a taxa de juro (MARX, 2014b, p. 729).

Assim, o que Marx sustenta é que as entradas e saídas de ouro não afetam os preços das mercadorias, mas sim a oferta de capital-dinheiro de empréstimo disponível e, conseqüentemente, a taxa de juros. O mecanismo de ajuste proposto pela teoria ricardiana e que, através do *Currency Principle*, toma forma na legislação bancária, ao invés de ajustar os preços, provoca flutuações e volatilidade nessa taxa. Como consequência, na ocorrência de

²²⁴ “Ricardo desconhecia a tal ponto o papel dos metais preciosos como meio de pagamento internacional, que num informe ante o Comitê da Câmara dos Lordes disse o seguinte: ‘Que as sangrias para a exportação cessariam de todo assim que se renovassem os pagamentos em espécie e a *currency* voltasse ao seu nível metálico. Morreu em tempo; na véspera mesmo da explosão da crise de 1825, que dava um violento desmentido à sua profecia’” (MARX, 2008b, p. 224).

crise, ocorrendo evasão de ouro, a existência da Lei Bancária aumenta os juros, agravando a crise ainda mais. De forma alguma essas variações da quantidade de ouro poderiam afetar diretamente os preços das mercadorias.

É o velho embuste: as modificações na quantidade de ouro existente, aumentando ou diminuindo a magnitude do meio circulante do país, acarretariam necessariamente alta ou baixa dos preços das mercadorias. Segundo a teoria da *currency*, se se exporta ouro, têm de subir os preços das mercadorias no país para onde vai o ouro. Mas, na realidade, o decréscimo da quantidade de ouro apenas aumenta a taxa de juro, enquanto o acréscimo a faz baixar; essas flutuações da taxa de juro, se não fossem levadas em conta ao se estabelecerem os preços de custo ou ao se determinarem a oferta e a procura, deixariam intangíveis os preços das mercadorias (MARX, 2014b, p. 731).

É nisso, portanto, que consiste a crítica de Marx a Ricardo, que se estende aos teóricos do *Currency Principle*. Por sua vez, conforme já comentamos, Marx dedica alguns capítulos em *O Capital* à crítica às concepções de Overstone sobre o conceito de capital e sobre a taxa de juro como o preço do capital. Por isso, busca explicar a diferença existente entre acumulação de capital-dinheiro e a acumulação de capital real. Como Overstone não diferencia esses dois fenômenos, afirma que a taxa de juros corresponde aos movimentos do capital em geral, enquanto Marx afirma que corresponde apenas aos movimentos do capital-dinheiro. Importa sobre isso ressaltar apenas que a concepção de Overstone está aí diretamente relacionada aos preceitos do *Currency Principle*.

A afirmativa de que os preços das mercadorias são regulados pelas flutuações na magnitude do meio circulante (*currency*) oculta-se por trás da asserção de que as flutuações na taxa de desconto expressam flutuações na procura de capital físico real, diverso do capital-dinheiro. É o que afirmaram, conforme vimos, tanto Norman quanto Overstone perante a mesma Comissão [...] (MARX, 2014b, p. 731).

Por fim, quando se trata do tema das crises, Marx critica tanto as concepções do *Currency Principle* quanto da *Banking School*: “aí está o ponto em que as duas facções da teoria consagrada acertam e erram ao apreciar as crises” (MARX, 2014b, p. 680). Em relação ao *Currency Principle*, Marx critica o fato de interpretarem a crise como existência de “escassez de capital”, que faria com que a taxa de juros fosse alta.²²⁵ Essa é a concepção de Overstone referida anteriormente. Na verdade, conforme vimos, na crise, há excesso de capital industrial paralisado no processo de reprodução, enquanto o que há de escasso é apenas a oferta de capital-dinheiro de empréstimo. A superprodução que caracteriza as crises do ciclo industrial ocorre justamente quando há excesso de capital, e não escassez.

²²⁵ “Os que dizem existir apenas escassez de capital, ou fazem mero jogo de palavras, pois nessas épocas há capital inconversível em massa por causa do excesso de importação e de produção, ou estão defendendo a posição daqueles cavalheiros do crédito, que, impossibilitados de receber mais capital alheio para operar, exigem que o banco lhes ajude a pagar o capital perdido e ainda os capacite a prosseguir nas trapaças” (MARX, 2014b, p. 680).

Já em relação à *Banking School*, a crítica de Marx está na interpretação de que a crise ocorre por “mera escassez de meios de pagamento” e que, se forem emitidos bilhetes de banco pelo Banco da Inglaterra, a crise pode ser evitada.²²⁶ Na verdade, para Marx, a crise se manifesta como crise de dinheiro, com escassez de crédito, entesouramento e excesso de procura por dinheiro na função de meio de pagamento, mas sua raiz está na superprodução impulsionada pelo sistema de crédito e pela especulação.

7.2 A Lei Bancária de 1844 e suas consequências

Visto todo o espectro teórico que embasa a Lei Bancária de 1844, nesta seção iremos tratar da forma que a mesma assume no Banco da Inglaterra, as relações que estabelece entre o ouro e os bilhetes de banco e as suas consequências para a formação de pânico financeiros durante as fases de crise dos ciclos industriais. Conforme já vimos, o objetivo dessa legislação nada mais é do que “assimilar a saída de ouro à contração do meio circulante, e o ingresso à expansão dele”, nos termos da teoria monetária ricardiana e do *Currency Principle* (MARX, 2014b, p. 751). Assim, tem o objetivo de transformar todo o metal precioso em meio de circulação através dos bilhetes que se emitem, associando a quantidade que se pode emitir ao encaixe de ouro no Banco da Inglaterra.

A operacionalização dessa paridade entre ouro e bilhetes de banco ocorre através da divisão do Banco da Inglaterra em dois departamentos: o Departamento de Emissão e o Departamento Bancário (MARX, 2014b, p. 735). Engels explica resumidamente como se dá a relação entre esses dois departamentos:

O primeiro recebe garantias – constituídas na maior parte pela dívida pública – de 14 milhões, e todo o encaixe metálico, do qual $\frac{1}{4}$ no máximo pode ser de prata, e emite montante de bilhetes igual à soma de ambos, dívida pública e encaixe. Os bilhetes, quando não estão em poder do público, jazem no departamento bancário e constituem a respectiva reserva sempre disponível, juntamente com o pequeno montante de moedas, necessário para uso cotidiano (cerca de um milhão). O departamento emissor troca para o público ouro por bilhetes e bilhetes por ouro; o departamento bancário cuida das demais operações com o público (MARX, 2014b, p. 735).

Assim, o encaixe metálico existente no Departamento Emissor somado às garantias em títulos da dívida pública constituem o máximo de bilhetes de banco que o Banco da Inglaterra pode emitir e com que o Departamento Bancário pode operar, realizando empréstimos e

²²⁶ “Os que dizem que existe simples escassez de meios de pagamento, ou estão pensando apenas nos possuidores de garantias em letras comerciais genuínas, ou são loucos que acham que os bancos, apoiados em pedaços de papel, devem e podem converter todos os especuladores falidos em capitalistas solváveis e sólidos” (MARX, 2014b, p. 680).

operações de redesconto. Dessa maneira, limita-se o total de bilhetes que se pode emitir, mantendo-o em paridade com o ouro existente, exceto em relação às garantias de 14 milhões, que são os bilhetes descobertos.²²⁷ Dessa forma, a entrada e a saída de ouro geram aumento ou redução do número de bilhetes emitidos em mesmo montante, de forma a possibilitar, conforme os preceitos do *Currency Principle*, os mecanismos de ajuste proporcionados pelo fluxo internacional de ouro. É isso que afirma Engels:

Para cada 5 libras esterlinas em ouro que saem do encaixe metálico, retorna um bilhete de 5 libras ao departamento emissor, onde é destruído; para cada 5 soberanos que afluem ao encaixe, põe-se em circulação novo bilhete de 5 libras. Assim, efetua-se praticamente a circulação ideal de papel de Overstone, exatamente governada pelas leis da circulação metálica, e ficam para sempre eliminadas as crises, se acreditamos nos partidários da teoria da *currency* (MARX, 2014b, p. 735).

De acordo com os partidários dessa teoria, a manutenção da legislação bancária nesses termos seria suficiente para garantir prosperidade comercial e industrial à Inglaterra, sem a ocorrência de crises. Sobre isso, Overstone, criador da legislação bancária em questão, apresenta um discurso comovente à comissão parlamentar de inquérito formada na Câmara dos Comuns, em 14 de julho de 1857, para investigar as consequências da Lei Bancária de 1844 na crise de 1847:

Graças à estrita e pronta obediência aos princípios da lei de 1844, tudo sucedeu com regularidade e facilidade; o sistema monetário está firme e equilibrado, a prosperidade do país é indiscutível, a confiança pública na sensatez da lei de 1844 aumenta dia a dia; e se a comissão deseja outros detalhes práticos da segurança dos princípios sobre os quais repousa, ou dos benéficos resultados que assegurou, a verdadeira e suficiente resposta à comissão é: olhai ao vosso redor: vede o estado atual do comércio no nosso país, vede o contentamento do povo; vede a riqueza e prosperidade que reinam em cada classe da comunidade; e, depois de ver tudo isso, a comissão poderá ser convidada lealmente a decidir se deve interferir contra a manutenção de uma lei sob a qual esses resultados puderam ser desenvolvidos (MARX, 2008b, p. 231)

Meses após este pronunciamento, eclodia a crise comercial de 1857 e, em 15 de novembro, a Lei Bancária de 1844 seria suspensa pela segunda vez na sua história (MARX, 2008b, p. 231). Portanto, buscaremos demonstrar como a Lei de 1844 é capaz de agravar as crises ao ponto de ser suspensa.

As saídas de ouro do Banco da Inglaterra durante a vigência da sua separação em dois departamentos ocasionavam, durante as crises, problemas de solvência no departamento

²²⁷ O montante de bilhetes descobertos emitidos pelo Banco da Inglaterra pode aumentar, conforme o chamado “sistema de cotas”, que Engels explica da seguinte forma: “os bancos privados que em 1844, na Inglaterra e em Gales, tinham o privilégio de emitir bilhetes próprios conservam esse privilégio, mas essa emissão fica sujeita a sistema de cotas; se um desses bancos para de emitir bilhetes próprios, pode o Banco da Inglaterra aumentar o montante de bilhetes descobertos, de 2/3 da cota extinta; por esse processo, esse montante até 1892 elevou-se de 14 para 16,5 milhões de libras esterlinas ou exatamente 16.450.000. (MARX, 2014b, p. 735).

bancário. Isso ocorria porque a divisão do Banco em dois departamentos independentes retirava a possibilidade do Banco de dispor de todos os seus recursos e, assim, segundo Engels, “podia ocorrer o caso de o departamento bancário estar à beira da falência e, ao mesmo tempo, o departamento emissor possuir vários milhões em ouro e, além disso, intacta a garantia de 14 milhões” (MARX, 2014b, p. 735). Isso acontecia recorrentemente logo antes das fases de crise do ciclo industrial, quando ocorria evasão de ouro que desestabilizava o encaixe em ouro do Banco da Inglaterra. Enquanto vigia esta lei, as saídas faziam com que se restringisse a emissão de bilhetes, o que diminuía o capital-dinheiro de empréstimo disponível e, por consequência, aumentava ainda mais a taxa de juros que, nessa fase do ciclo, já está elevada. Assim, era recorrente o Banco da Inglaterra se encontrar em situações de dificuldade. Conforme Engels,

Isto era fácil de acontecer, tanto mais que em quase toda crise há uma fase de grande saída de ouro para o exterior, coberta substancialmente pelo encaixe metálico do Banco. Para cada 5 libras que fluem para o estrangeiro, retira-se da circulação interna um bilhete de 5 libras, reduz-se a quantidade de meio circulante justamente na ocasião em que mais se precisa dele e com maior premência (MARX, 2014b, p. 735-6).

Quanto a isso, a posição dos expoentes do *Currency Principle* é de que a separação em dois departamentos existe justamente para que o Departamento Bancário opere como um banco comum, coordenando suas operações de empréstimos e descontos desfazendo-se de títulos de acordo com as suas reservas disponíveis. Dessa maneira, com a redução das reservas, de acordo com a teoria desses autores, deveria o Departamento Bancário reduzir as suas operações.²²⁸

Segundo os Overstones, o departamento bancário deve operar somente como banqueiro, sem levar em conta a emissão “automática” dos bilhetes. Mas em épocas de verdadeira crise, a instituição, independentemente do encaixe do departamento bancário, constituído apenas de bilhetes, está com a atenção concentrada na reserva metálica, e tem de estar, para não falir. É que na medida em que desaparece a reserva metálica, desaparece também o encaixe de bilhetes de banco, e ninguém entende melhor desse mecanismo que Mr. Overstone, que tão sabiamente o organizou com sua lei bancária de 1844. (MARX, 2014b, p. 685).

Em depoimento, Palmer, ex-governador do Banco da Inglaterra, afirma que, se existisse essa lei em 1825 ou 1837 e 1839, o Banco certamente teria ido à falência, pois as suas reservas de ouro chegaram a níveis muito baixos. Nessas crises, os pânicos financeiros ocasionados por esta situação foram atenuados por emissão extra de bilhetes para além do

²²⁸ Mill resume esta perspectiva da seguinte forma: “Para garantir a solvibilidade do departamento bancário, o Banco é forçado a fazer o máximo possível para manter em sua plenitude o encaixe desse departamento; logo, portanto, que o encaixe começa a esvair-se, tem o Banco de assegurar-se um encaixe limitando seus descontos ou vendendo títulos” (MARX, 2014b, p. 685).

encaixe existente. Dessa forma, percebe-se que essa lei introduz limites artificiais à atividade do banco que geram complicações em grande escala, elevando a taxa de juros e sendo capaz de levar à quebra do Banco da Inglaterra. Afirma Palmer sobre os encaixes em ouro em 1825, 1837 e 1839:

Em dezembro de 1825 só restavam ao Banco perto de 1.100.00 libras esterlinas ouro. Se existisse então essa lei a quebra total dele teria sido necessária, inevitável. Creio que em dezembro emitiu 5 ou 6 milhões de bilhetes numa semana, o que atenuou consideravelmente o pânico na ocasião. A primeira ocasião” (depois de 1º de julho de 1825) “em que a legislação bancária atual teria acarretado a falência, se o Banco tentasse levar a cabo transações iniciadas, foi em 28 de fevereiro de 1837; havia então em poder do Banco 3.900.000 a 4 milhões de libras esterlinas, e ele só teria conservado em encaixe 650.000. A segunda ocasião foi em 1839, e durou de 9 de julho a 5 de dezembro (MARX, 2014b, p. 739).

Além disso, ao realizar a vinculação do encaixe metálico com os bilhetes, a Lei Bancária de 1844 ignora a circulação interna, aspecto distinto da saída de ouro para o estrangeiro e que afeta o encaixe do Banco da Inglaterra, porém tendo implicações distintas.²²⁹ Ao não distinguir entre a circulação interna e saída de ouro para o exterior, ignorando as causas e efeitos distintos da variação do encaixe de ouro por um ou por outro motivo, a Lei Bancária de 1844 provoca “constantes flutuações violentas na taxa de mercado do juro” (MARX, 2014b, p. 740). Portanto, a consequência maior desta lei é tornar a taxa de juros mais volátil, com maiores flutuações, devido às variações que ocorram com o encaixe de ouro, seja qual for a causa da mesma.²³⁰

Quando há grande evasão de ouro, que ocorre principalmente nas fases de superprodução e especulação dos ciclos industriais, a existência dessa legislação bancária é responsável por gerar um aumento da taxa de juros exagerado, decorrente da redução geral dos fundos de reserva dos bancos, reduzindo a oferta capital-dinheiro de empréstimo, e colocar o Banco da Inglaterra em situação de fragilidade. No contexto de crise, em que há

²²⁹ “A disposição arbitrária que autoriza o Banco a emitir tantos bilhetes quanto de ouro tem seu encaixe e mais 14 milhões determina naturalmente que a emissão de bilhetes varie com as flutuações do encaixe-ouro. Mas ‘o estado atual dos nossos conhecimentos’ revelou claramente que o montante de bilhetes que o Banco pode então fabricar (os quais o departamento de emissão transfere ao departamento bancário) circula entre os dois departamentos do Banco da Inglaterra, variando com as flutuações do encaixe-ouro, sem determinar as flutuações da circulação dos bilhetes de banco fora dos muros do banco. Assim, esta, a verdadeira circulação, não importa à administração do banco, e o que decide é apenas a circulação entre os dois departamentos do Banco, a qual se diferencia da verdadeira pela reserva. A reserva só importa ao mundo exterior por indicar o que falta para o banco atingir a emissão legal máxima de bilhetes e quanto os clientes do banco ainda podem obter do departamento bancário” (MARX, 2014b, p. 577).

²³⁰ Newmarch trata das maiores flutuações da taxa de desconto que ocorrem sob a jurisprudência da lei bancária: “o primeiro prejuízo decorrente dessa divisão do Banco em dois departamentos e da consequente bipartição da reserva de ouro foi o de o negócio bancário do Banco da Inglaterra, isto é, todo o campo de atividades que o põe em contato mais direto com o comércio do país, ter prosseguido apenas com metade do montante do encaixe anterior. Em consequência dessa divisão do encaixe, basta que diminua um pouco o encaixe do departamento bancário para o Banco ser forçado a elevar a taxa de desconto. Essa redução do encaixe tem causado uma série de modificações bruscas na taxa de desconto” (MARX, 2014b, p. 738-9).

escassez de crédito e procura por meios de pagamento, a consequência dessa lei é a ampliação do pânico financeiro em escala ainda maior.²³¹ Engels descreve a mesma questão, ressaltando o fato de que a consequência disso é taxa de juro ainda mais alta:

A lei bancária de 1844 incita, portanto, diretamente todo o mundo comercial a entesourar às pressas, ao irromper a crise, uma reserva de bilhetes, o que acelera e agrava a crise. Em virtude dessa intensificação artificial, no momento decisivo, da procura de disponibilidades monetárias, de meios de pagamento, ao mesmo tempo que se reduz a correspondente oferta, a lei bancária impele a taxa de juro a alturas jamais atingidas (MARX, 2014b, p. 736).

Portanto, está claro que os efeitos da Lei Bancária de 1844 se tornam cruciais no período de crise no ciclo industrial. A sua existência não só é fator que incita o pânico financeiro, devido ao receio que existe em relação às reservas do Banco, gerando escassez de crédito, mas também que impossibilita o Banco da Inglaterra de agir de forma a amenizar a crise, ampliando a sua emissão de bilhetes. Afirmo Engels que “em vez de eliminar as crises, antes as agrava até o ponto em que surge o dilema: ou acaba o mundo industrial todo ou a lei bancária” (MARX, 2014b, p. 736).

Assim, nos ciclos industriais que culminaram nas crises de 1847 e de 1857, tomou-se a decisão de suspender a Lei Bancária, o que ocorreu, pela primeira vez, em outubro de 1847 e, na segunda vez, em novembro de 1857 (MARX, 2014b, p. 736).²³² Nos dois casos, essa suspensão foi suficiente para amenizar a crise no seu ponto de maior tensão. Em 1847, após a suspensão da lei, não foi necessário emitir quantidade maior de bilhetes do que estabelecia o limite legal, pois bastou que a lei fosse suspensa e houvesse a garantia de se obter bilhetes do banco para que os demais bilhetes entesourados voltassem à circulação. Assim, em 1847, “a suspensão da lei bancária não trouxe expansão alguma da circulação, mas bastou para retirar do esconderijo os bilhetes entesourados e lançá-los de novo na circulação” (MARX, 2014b p. 701). Engels estima que, após a suspensão da lei, entre 4 e 5 milhões de bilhetes saíram de seus esconderijos e se lançaram novamente na circulação. Em 1857, por sua vez, foi necessário ampliar a emissão de bilhetes, porém essa emissão não passou de um milhão acima do montante legal, e esse excedente em bilhetes não circulou por muito tempo (MARX, 2014b, p. 736). Dessa forma, “podem ser realmente necessários mais meios de circulação,

²³¹ “Overstone pretende demonstrar que a crise de 1847 e a concomitante alta taxa de juro nada tinham que ver com a ‘quantidade de dinheiro existente’, isto é, com as disposições da lei bancária de 1844, por ele inspiradas; quando, na realidade, tinham relação com ela, na medida em que o temor de esgotamento da reserva bancária – obra de Overstone – ajuntava à crise de 1847-48 o pânico financeiro” (MARX, 2014b, p. 561).

²³² Além disso, a Lei foi novamente suspensa na crise de 1866, quando foi à falência a corretora de letras Overend, Gurney and Co.

como se deu em 1857, quando, após suspensa a lei bancária, a circulação aumentou por algum tempo” (MARX, 2014b, p. 701).

O tema das crises suscita a questão acerca do papel da institucionalidade financeira, compreendida aqui como a legislação bancária e a atuação do Banco da Inglaterra, durante as mesmas. Fica explícito que, ao emitir quantidade superior de bilhetes, o Banco é capaz de suprir parte da demanda por meios de pagamento, reduzir o pânico financeiro e, conseqüentemente amenizar a crise. No entanto, Marx afirma o seguinte: “legislação bancária inapta e absurda, como a de 1844, pode agravar essa crise monetária. Mas nenhuma legislação bancária poderia eliminá-la” (MARX, 2014b, p. 647). Isso está relacionado ao fato de que a emergência da crise nos ciclos industriais não está na legislação bancária em si, mas na superprodução impulsionada pelo sistema de crédito. Dessa maneira, Marx considera a crise como uma fase inevitável de países com sistema de crédito desenvolvido. Isso está relacionado ao caráter inerentemente anárquico do modo de produção capitalista, cujo impulso à acumulação incessante nega qualquer possibilidade de sua gestão racional, impossibilitando evitar crises. Para Marx, elas são uma etapa necessária e cabe ao Banco Central, eixo do sistema de crédito, apenas amenizá-las ou, se existe legislação como a de 1844, agravá-las.²³³ Palmer, ex-governador do Banco da Inglaterra, comenta que, antes da existência da Lei Bancária de 1844, o Banco estava autorizado a ampliar a emissão de bilhetes, e este ato seria o único fator capaz de amenizar as crises (MARX, 2014b, p. 741). Engels expressa opinião semelhante, ao apontar que seria papel do Banco ampliar a emissão de bilhetes durante a crise, mas apresenta limite legal relacionado ao seu encaixe de ouro:

Caberia ao Banco da Inglaterra ajudar, mas suas forças logo se esgotam, a lei bancária de 1844 obriga-o a limitar a circulação de bilhetes justamente na ocasião em que todo mundo clama por bilhetes de banco, quando todos os possuidores de mercadorias sem poder vender devem pagar e se submetem a qualquer sacrifício para obter bilhetes de banco (MARX, 2014b, p. 698).

7.3 *Os determinantes da Lei Bancária de 1844*

Exploramos a fundo a experiência histórica retratada por Marx da Lei Bancária de 1844, apresentando o seu embasamento teórico na teoria monetária ricardiana, da qual se apropriaram os seus formuladores, as críticas a essa teoria, a forma que a lei toma em termos

²³³ “Não pode remediar a todo o sistema artificial de expansão forçada do processo de reprodução a circunstância de um banco, o Banco da Inglaterra, por exemplo, fornecer em bilhetes o capital que falta a todos os especuladores e comprar todos os valores depreciados aos antigos valores nominais” (MARX, 2014b, p. 647).

práticos no Banco da Inglaterra e seus impactos para a reprodução capitalista, principalmente durante a crise. Aqui, com o objetivo de conclusão, apontaremos que a legislação bancária de 1844 só pode ser compreendida a partir de dois aspectos: o primeiro é o seu embasamento teórico, que corresponde a certa concepção teórica acerca das leis que regem o dinheiro de crédito, e o segundo é a sua sustentação por interesses de uma determinada classe, que é a dos banqueiros.

Em primeiro lugar, toda construção da relação entre o encaixe metálico e o limite legal de emissão de bilhetes presente na legislação só pode ser compreendida a partir da interpretação da teoria monetária ricardiana feita pelos teóricos do *Currency Principle*. Portanto, por trás dessa lei, existe uma teoria acerca de como deve funcionar a relação entre quantidade de dinheiro circulante e preços e, apesar de ser incorreta na concepção de Marx, isso não muda o fato de que é efetivamente implementada, tomando forma na lei. Marx afirma ainda que parte da sustentação dessa lei decorre de interpretações errôneas acerca de fenômenos históricos anteriores, como o período em que esteve suspensa a conversão dos bilhetes de banco em ouro (*Bank Restriction Act – 1797-1817*), em que houve depreciação dos bilhetes, e como as crises de 1825 e de 1837.

A crise de 1837, com suas longas consequências, que chegam a se ligar em 1842 com toda uma crise adicional, e a cegueira interessada dos industriais e comerciantes, que simplesmente não queriam ver superprodução alguma – absurdo impossível de ocorrer, segundo a economia vulgar –, geraram nas mentes aquela confusão que permitiu à teoria da *currency* transferir seu dogma para a prática em escala nacional. Estabeleceu-se então a legislação bancária de 1844-45. [...] Importa mencionar também que a legislação de 1844 revela indícios de que não foram esquecidas as duas primeiras décadas do século, quando estiveram suspensos os pagamentos do Banco em dinheiro metálico e se depreciaram os bilhetes. Ainda é bem perceptível o receio de os bilhetes de banco perderem o crédito (MARX, 2014b, p. 734-6).

Assim, este é o primeiro fator necessário para compreender a Lei Bancária: há uma determinada concepção teórica que a embasa e legitima a sua existência perante aqueles que acreditam ser esta a forma correta de gerir a emissão de bilhetes de banco.

Em segundo lugar, é necessário considerar os interesses dos banqueiros e dos acionistas. Marx, em diversas passagens, ressalta o fato de que, por trás da Lei Bancária de 1844, há a maior lucratividade proporcionada pelos juros altos cobrados pelos banqueiros. Marx sugere que esse seria o verdadeiro objetivo dos que defendem o *Currency Principle*, inclusive o de Overstone ao elaborar a lei: “ele [Mr. Norman], como Overstone e os outros profetas do *Currency Principle*, procura dissimular um propósito: está empenhado em converter em capital o meio de circulação de per si e em aumentar a taxa de juro, por meio de

artificialmente legal” (MARX, 2014b, p. 559). Isso se expressa em diversas passagens em que Marx critica Overstone e suas concepções teóricas:

Todo intento de Mr. Overstone se cifrava em apresentar como idênticos os interesses do capital de empréstimo e os do capital industrial, enquanto sua lei bancária abrigava o propósito de explorar a diferença entre esses interesses em benefício do capital monetário. [...] Astuciosamente, Overstone mistura a ideia trivial de ser a taxa de mercado do juro determinada pela oferta e procura de capital (de empréstimo) – com o seu postulado, que identifica capital de empréstimo com capital em geral, procurando fazer do usurário o único capitalista e de seu capital o único capital. [...] Isto [medidas coativas e de aumento da taxa juro para manter o dinheiro no país e garantir a conversibilidade do dinheiro de crédito] pode, em maior ou menor grau, ser levado ao extremo por legislação errônea, baseada em falsas teorias do dinheiro e imposta à nação pelo interesse dos comerciantes do dinheiro, os Overstones e quejandos. (MARX, 2014b, p. 679-81).

Além dos próprios banqueiros responsáveis pela elaboração da lei, todos os acionistas dos bancos, seja o Banco da Inglaterra ou então bancos por ações de Londres, se beneficiaram da lei. Em interrogatório, W. Cotton revela que a legislação bancária possibilitou aumento dos dividendos pagos pelo Banco da Inglaterra, assim como permitiu que este Banco pagasse o imposto de renda dos acionistas. Os dividendos maiores e a isenção do imposto de renda são, segundo ele, fruto da Lei Bancária de 1844.²³⁴ No caso dos bancos por ações, Twell apresenta depoimento tratando dos dividendos: a Lei Bancária de 1844 “capacita os bancos por ações londrinos a pagar 20 a 22% aos acionistas? – Recentemente, um pagava 18% e outro, creio, 20%; têm todos os motivos para defender decididamente a lei” (MARX, 2014b, p. 742). O mesmo Twell resume bem os resultados gerados pela Lei Bancária de 1844:

Se lhe respondesse como banqueiro, diria que foram magníficos, pois proporcionaram colheitas abundantes aos banqueiros e aos capitalistas [prestamistas] de toda a espécie. Mas foram muito ruins para o homem de negócios honrado e ativo, que precisa de taxa estável de desconto para transacionar com segurança... A lei tornou o empréstimo de dinheiro negócio altamente lucrativo (MARX, 2014b, p. 742).

Portanto, é evidente que a Lei Bancária de 1844 só pode ser compreendida ao se levar em consideração esses dois elementos: a teoria que a embasa e os interesses dos banqueiros que dela se beneficiam. Esse exemplo levanta questões quanto ao papel da institucionalidade financeira na abordagem de Marx, sobre a sua formação e sobre a influência que as mesmas apresentam no processo de reprodução. Revela-se que, no caso em questão, a institucionalidade financeira apresenta uma eficácia própria ao influenciar as taxas de juros e o crédito, impactando o processo de acumulação e agravando a crise. Assim, embora

²³⁴ “Em 1844 qual foi o dividendo recebido pelos acionistas do banco? – 7%. – E o dividendo de 1847? – 9%. – No ano em curso paga o Banco o imposto de renda dos acionistas? – Sem dúvida. – Fez isso em 1844? – Não. – Então a Lei Bancária (de 1844) favoreceu muito os acionistas... Por conseguinte, a partir da introdução da nova lei, os dividendos dos acionistas subiram de 7% para 9%, e, além disso, o Banco paga o imposto de renda que antes os acionistas tinham que pagar? – Exatamente.” (MARX, 2014b, p. 556).

circunscritas em uma dinâmica estrutural específica, a compreensão do papel da institucionalidade financeira é relevante, pois as mesmas afetam o processo econômico.

8 Conclusão

Com a exposição realizada, buscamos sistematizar detalhadamente a teoria monetária e financeira de Marx, apresentando os desdobramentos das categorias necessários para compreender o sistema de crédito, os ciclos industriais e a Lei Bancária de 1844. Pela natureza do trabalho, podem-se elencar diversas conclusões que essa exposição proporciona. Assim, apresentaremos a seguir as principais conclusões derivadas da sistematização da teoria de Marx.

A primeira conclusão, que se revela pela extensão do trabalho, é de que a teoria monetária e financeira de Marx é complexa, no sentido de que, para compreendê-la em sua totalidade, é necessário compreender as suas diversas determinações. Por isso, buscamos apresentar passo a passo o desenvolvimento teórico realizado por Marx e as implicações desses diferentes determinantes para o dinheiro e para o modo de produção capitalista em geral. A disposição do conteúdo deste trabalho, portanto, não se dá de forma arbitrária, mas correspondente à derivação das categorias realizada por Marx, que segue uma ordem que vai da abstração das categorias mais simples até a derivação das categorias mais complexas. Portanto, buscamos demonstrar que, para compreender o dinheiro no modo de produção capitalista em sua totalidade, é necessário considerar:

- a) o dinheiro como forma da mercadoria, que emerge na circulação simples de mercadorias;
- b) o dinheiro como forma do capital, cujas determinações só se apresentam quando a produção assume a forma capitalista;
- c) o capital-dinheiro como mercadoria, o que só ocorre quando o dinheiro, enquanto *Mercadoria Capital*, é emprestado como capital de empréstimo e assume, nesse processo, a forma de capital portador de juros; e
- d) as determinações relacionadas ao sistema de crédito, com a emergência do capital fictício, do dinheiro de crédito, das relações decorrentes do crédito comercial e bancário, das sociedades por ações e da Bolsa de Valores.

Na concepção de Marx, a categoria dinheiro no modo de produção capitalista é constituída por essas múltiplas determinações e o esforço de abstração da economia política visa compreendê-las para explicar o dinheiro em sua totalidade. Resumimos aqui a descrição que apresentamos da trajetória teórica percorrida por Marx.

Na circulação simples, mostramos que Marx desvenda a categoria dinheiro a partir da circulação das mercadorias. Dinheiro é a mercadoria que se torna o equivalente geral e assume a forma pura do valor, desprovida das características específicas das demais mercadorias. Marx elenca, então, as diversas funções que a forma dinheiro apresenta na circulação simples: medida dos valores, meio de circulação, entesouramento, meio de pagamento e dinheiro mundial. Essas funções foram exploradas detalhadamente no capítulo 2.

No entanto, no modo de produção capitalista, o dinheiro passa a ser forma do capital, ser capital-dinheiro, e isso apresenta novas determinações, distintas das existentes apenas em uma economia de circulação simples. Para explicá-las, inserimos na análise o capital industrial, apresentando seu ciclo e suas rotações. A partir dele, encontramos funções exercidas pelo capital-dinheiro não por assumir a forma dinheiro, mas por ser capital e estar inserido num circuito capitalista de acumulação, cumprindo funções do capital em cada fase. Essas funções são realizadas por certa quantidade de capital-dinheiro que permanece na forma de um fundo monetário até que se realize a metamorfose do capital. Esses fundos são os seguintes: fundo de meio de compras e de pagamento, fundo de acumulação, fundo de reserva, fundo de reposição do capital fixo e fundo de capital adicional liberado. A renda gerada a partir da circulação do capital, composta por parte do lucro e pelos salários, também assume a forma de fundo monetário, o fundo de consumo individual. Assim, o circuito do capital apresenta como resultado manter fundos monetários constantemente.

Surgem como decorrência do capital-dinheiro duas outras formas de capital: o capital de comércio de dinheiro e o capital portador de juros, apresentadas no capítulo 4. O primeiro, no modo de produção capitalista, realiza as operações estritamente técnicas da circulação do capital-dinheiro. O segundo decorre como resultado do capital-dinheiro tornar-se ele mesmo mercadoria, sendo cedido como capital de empréstimo. Desse último deriva-se a forma juro como remuneração pela mera propriedade do capital, a taxa de juro, e a separação entre juro e lucro do empresário. Essas novas categorias fazem com que o processo de valorização apareça como uma característica inerente ao dinheiro, e não mais proveniente do trabalho. Com a forma juros, mostramos como emerge também a categoria de capital fictício, a partir de rendimentos periódicos que são concebidos como fonte de um capital.

Com a função do dinheiro de meio de pagamento e a emergência da produção capitalista, desenvolve-se ainda, sobre essas categorias já apresentadas, o sistema de crédito, que buscamos sistematizar no capítulo 5. No crédito comercial, as dívidas assumem a forma de letras, que circulam substituindo o dinheiro como meio de circulação e, quando compensadas por letras recíprocas, dispensam o dinheiro como meio de pagamento. Os

fundos monetários assumem a forma de depósitos e formam o capital bancário, que, através do crédito bancário, administra o capital-dinheiro de empréstimo disponível, repassando-o a outros capitalistas. O sistema de crédito cria o dinheiro de que crédito, que assume sua forma mais desenvolvida com os bilhetes de banco, notas bancárias que são dívidas contra o banqueiro e que substituem o dinheiro metálico na circulação. O capital das empresas, cada vez mais, assume a forma de capital social, na forma de sociedades por ações, e as ações, juntamente com os demais títulos, são negociadas na Bolsa de Valores. Todos esses fatores foram apresentados e discutidos minuciosamente nos termos de Marx.

Uma segunda conclusão que deriva da exposição acima é a de que, ao observarmos o desenvolvimento das categorias apresentado por Marx, é notável que, à medida que as relações que envolvem dinheiro e capital se tornam mais complexas, cada vez mais a forma aparente do dinheiro esconde os seus verdadeiros fundamentos. O método de Marx demonstra como as categorias da aparência, por serem resultado caótico de múltiplas determinações, se apresentam dessa forma. Na análise atual, isso fica claro na medida em que as relações em torno do dinheiro tornam-se mais complexas, ou seja, dotadas de um maior número de determinantes subjacentes. O fetichismo em torno do dinheiro envolve a ideia de que este apresenta inerentemente a característica de gerar mais dinheiro, como se isso fosse sua propriedade natural. Além disso, com o desenvolvimento do capital fictício, concretiza-se o que Marx entende como a desconexão aparente entre o capital-dinheiro e o seu processo efetivo de valorização. As relações do crédito complexificam ainda mais a questão ao possibilitar a apropriação de capital alheio através dos bancos e ao tornar os ganhos monetários mero resultado do jogo e da especulação na Bolsa. No entanto, o que buscamos demonstrar é que, apesar de todas essas camadas de relações econômicas complexas, o fundamento do processo de valorização permanece sendo o trabalho, e isso é uma característica essencial da teoria de Marx.

Essa diferença crucial entre aparência e essência é o que, para Marx, sustenta a necessidade de exploração científica do objeto social através da abstração, buscando separar, na esfera do abstrato, as determinações dessas categorias, partindo das mais simples até chegar às mais complexas. Cabe ressaltar que a aparência das categorias tem papel crucial na formação da consciência dos agentes no modo de produção capitalista e, conseqüentemente, na sua tomada de decisão. Por isso, pode-se afirmar que as categorias da aparência apresentam efetividade própria, no sentido de influenciarem o processo econômico e social.

Um terceiro aspecto conclusivo que deve ser apontado é de que, ao explorarmos o sistema de crédito, percebemos o quão essencial é a sua compreensão para uma caracterização

plena do modo de produção capitalista. O que se revelou com esse exercício de sistematização foi a importância do sistema de crédito na abordagem de Marx e que, para compreendê-lo plenamente, é necessário percorrer todo longo raciocínio de derivação das categorias realizado pelo autor. Há uma série de implicações relevantes do sistema de crédito em diversos aspectos do modo de produção capitalista, alterando-o de forma substancial, e isso faz dessa “jornada teórica” algo que inevitavelmente deva ser percorrido e compreendido. Exemplos são seus efeitos sobre taxa de juros, meio circulante, mercado mundial, e sobre a velocidade da reprodução capitalista em geral. Por isso, ao sistematizarmos este elemento da obra de Marx, buscamos possibilitar que a sua teoria seja mais facilmente debatida e desenvolvida, pois a descrição aqui apresentada busca dar linearidade ao seu raciocínio e sintetizar os diversos fragmentos teóricos em uma descrição de mais fácil apreensão.

A partir da organização dos elementos teóricos apresentada aqui, acreditamos que a teoria de Marx constitui base importante para pesquisas futuras, principalmente as relacionadas ao desenvolvimento do modo de produção capitalista contemporâneo. É necessário considerar o impacto de suas transformações sobre o sistema de crédito e também sobre os ciclos industriais. Diversos debates teóricos acerca dos temas contemporâneos sobre dinheiro e finanças já ocorrem no campo teórico marxista, porém muitas vezes sem dialogar com a própria abordagem de Marx sobre o tema. Por isso, consideramos importante a organização da teoria desse autor realizada aqui, acreditando que tenha serventia como base para os debates futuros.

Uma quarta conclusão que podemos levantar é a relação entre crédito e acumulação existente na teoria dos ciclos industriais de Marx. Essa teoria tem na sua base a relação entre o sistema de crédito e os processos de especulação e superprodução que emergem do mesmo, influenciando o ritmo da acumulação. Como consequência, surgem crises endógenas decorrentes do crédito e das finanças capitalistas. O nexos apresentado aqui entre crédito, especulação, superprodução e crise é algo muito relevante na teoria de Marx e que apresenta potencial de desenvolvimento teórico futuro.

Como vimos, a teoria dos ciclos industriais aponta a ocorrência de fases sucessivas de estagnação, estabilidade, prosperidade, especulação/superprodução, e crises. Na fase de estagnação, que segue a crise anterior, paralisa-se a circulação do capital industrial e forma-se grande oferta de capital-dinheiro de empréstimo disponível, levando a taxa de juros ao seu patamar mais baixo. Durante a fase de estabilidade, passa a crescer lentamente a atividade industrial impulsionada pela maior taxa de lucro e, com isso, passa a crescer também lentamente a taxa de juros. Na fase de prosperidade, a taxa de juros atinge o seu nível médio e

a atividade industrial se encontra em alta, mobilizada pelo lucro elevado. No entanto, a taxa de juros passa a subir na fase de especulação e superprodução, devido ao crédito como forma de antecipar os retornos em dinheiro das mercadorias ainda não vendidas, especulando-se em relação à realização do valor das mesmas. Com o crédito exagerado, a produção é alavancada, gerando superprodução e abarrotamento dos mercados, com mercadorias que se tornam invendáveis devido à inexistência de capacidade de absorção das mesmas. Como consequência, caem os preços e os pagamentos das dívidas passam a se estancar. Nesse período ocorre evasão de ouro como forma de pagar as dívidas da superprodução, o que impulsiona a taxa de juros para cima e causa escassez de crédito quando eclode a crise. Na fase de crise, a taxa de juros atinge o seu ponto máximo e a procura por meios de pagamento se exacerba, ao mesmo tempo em que o crédito é escasso. Consequentemente, o capital industrial se paralisa e ocorrem falências, levando o ciclo novamente ao seu ponto inicial.

É importante ressaltar que, por se encontrar fragmentada e sem organização nos escritos de Marx, aparentemente essa teoria, ainda hoje, apresenta pouca repercussão nos debates teóricos contemporâneos. Quando se trata do tema da crise, os ciclos industriais envolvendo o sistema de crédito raramente são tema de discussão. Por isso, acreditamos que a sistematização deste tópico seja ainda mais relevante do que a do sistema de crédito como campo de pesquisa futura. É necessário ressaltar que essa teoria é apresentada por Marx concomitantemente à interpretação das crises industriais recorrentes na Inglaterra no Século XIX, surgindo daí questão de pensá-la conforme os desenvolvimentos contemporâneos do sistema de crédito e do modo de produção capitalista em geral, como base para a interpretação de crises que ocorreram posteriormente. Além disso, é necessário tratar de como as transformações do capitalismo contemporâneo afetam a estrutura dos ciclos apresentada por Marx.

Por fim, como última conclusão, a análise histórica apresentada por Marx da crise de 1847 permite reunir os elementos teóricos acerca da Lei Bancária de 1844 como um exemplo de institucionalidade financeira que afeta os processos econômicos. A partir dessa lei, pode-se inferir a perspectiva teórica de Marx quanto ao papel das instituições formais e, especificamente, da institucionalidade financeira na dinâmica capitalista, especialmente em períodos de crise. No caso da lei bancária, suas limitações ampliam a volatilidade das taxas de juros, por torná-las mais sensíveis às variações do encaixe em ouro do Banco da Inglaterra, agravando a crise. Esta lei se sustenta tanto na interpretação teórica do *Currency Principle*, considerada errônea por Marx, como no interesse dos banqueiros em sustentar elevadas taxas de juros, garantindo ganhos sobre o seu capital bancário. Finalmente, ao entrar em

contradição com o processo de acumulação real, a lei foi revogada como forma de reestabelecer a quantidade de meio circulante na circulação interna através da emissão de bilhetes de banco por parte do Banco da Inglaterra, amenizando a procura por meios de pagamento no período de crise. Fica claro que a legislação bancária, nesse caso, tem a capacidade de afetar a crise e de alterar o processo econômico, embora esteja circunscrita a uma dinâmica estrutural determinada.

Assim, o objetivo deste trabalho foi de sistematizar os elementos teóricos monetários e financeiros da abordagem de Marx, de forma a organizar o pensamento acerca desse tema de elevada complexidade. Juntamente a isso, abrem-se questões de pesquisa futuras altamente relevantes para uma melhor compreensão da dinâmica monetária e financeira no modo de produção capitalista contemporâneo.

REFERÊNCIAS

DE PAULA, J. A. et al. **Investigating Financial Innovation and Stock Exchanges: Marx, the notebooks on the crisis of 1866 and structural changes in capitalism.** Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2015. 46 p. (Texto para Discussão, 515).

ENGELS, F. Aditamento ao livro terceiro de O Capital. In: MARX, K. **O Capital: crítica da economia política.** Livro III – O processo global de produção capitalista. Volume 6. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 1165-1189.

_____. Prefácio. In: MARX, K. **O Capital: crítica da economia política.** Livro III – O processo global de produção capitalista. Volume 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. p. 13-34.

GERMER, C. M. Credit Money and the Functions of Money in Capitalism. **International Journal of Political Economy – Issues in Marxian Theory of money and Credit**, Armonk, v. 27, n. 1, p. 43-72, 1997.

HARVEY, D. **Os Limites do Capital.** São Paulo: Boitempo, 2013. 590 p.

HILFERDING, R. **O Capital Financeiro.** São Paulo: Nova Cultural, 1985. 346 p.

LENIN, V. I. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo: ensaio popular.** São Paulo: Expressão Popular, 2012. 176 p.

LUKÁCS, G. **História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista.** São Paulo: Martins Fontes, 2003. 598 p.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política.** Livro I – O processo de produção do Capital. Volume 1. 30. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

_____. **O Capital: crítica da economia política.** Livro I – O processo de produção do Capital. Volume 2. 16. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. 929 p.

_____. **O Capital: crítica da economia política.** Livro II – O processo de circulação do Capital. Volume 3. 14. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014a. 598 p.

_____. **O Capital: crítica da economia política.** Livro III – O processo global de produção capitalista. Volume 4. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013a.

_____. **O Capital: crítica da economia política.** Livro III – O processo global de produção capitalista. Volume 5. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014b.

_____. **O Capital: crítica da economia política.** Livro III – O processo global de produção capitalista. Volume 6. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008a. 1230 p.

_____. **O Capital: crítica da economia política.** Volume I, Tomo I – O processo de produção do Capital. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. 301 p. (Os Economistas)

_____. **O Capital: crítica da economia política.** Volume III, Tomo I – O processo global de produção capitalista. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986a. 353 p. (Os Economistas)

_____. **O Capital**: crítica da economia política. Volume III, Tomo II – O processo global de produção capitalista. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986b. 337 p. (Os Economistas)

_____. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013b. 894 p.

_____. **O Capital**: crítica da economia política. Livro II: o processo de circulação do capital. São Paulo: Boitempo, 2014c. 766 p.

_____. **Capital**: A Critique of Political Economy. Volume Three. London: Penguin, 1981. 1086 p.

_____. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008b. 285 p.

_____. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858. São Paulo: Boitempo, 2011. 788 p.

PETROVIĆ, G. Reificação. In: BOTTOMORE, T. **Dicionário do Pensamento Marxista**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2012. p. 464-467.

SILVA, G. S. **Teoria Monetária Marxista**: análise do estado das artes. 2012. 136 f. Dissertação (Mestrado em Economia do Desenvolvimento) - Programa de Pós-graduação em Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.